

ISSN1519-7786

INICIAÇÃO

CIENTÍFICA

NEWTON PAIVA
2008 - 2009

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

INICIAÇÃO CIENTÍFICA
2008/2009

Belo Horizonte - 2009



Faculdade de Ciências Biológicas e de Saúde - FACIBIS
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas - FACET
Faculdade de Ciências Humanas e Letras - FAHL
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA

REITORIA

Rua José Cláudio Rezende, 420 - Estoril

Belo Horizonte - MG

www.newtonpaiva.br/pesquisa

revistainiciacaocientifica@newtonpaiva.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Iniciação científica Newton Paiva 2008/2009 / organizado por Cinthia Mara da Fonseca Pacheco. – Belo Horizonte : Centro Universitário Newton Paiva, 1999 -
247p. il.

Anual

ISSN: 1519-7786

Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. I. Cinthia Mara da Fonseca Pacheco - org. III. Título

CDU: 001.8

(Elaborada pelo Núcleo de Bibliotecas do Centro Universitário Newton Paiva)

Editora

Dra. Cinthia Mara da Fonseca Pacheco

Editora assistente

Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

Conselho Editorial – Centro Universitário Newton Paiva

Dr. Carlos Augusto Teixeira Magalhães (Sociologia)
Dra. Carla de Oliveira Barbosa Rosa (Nutrição)
Dra. Carla Maria Camargos Mendonça (Jornalismo)
Dra. Diele Carine Barreto Arantes (Odontologia)
Dr. Francisco José Machado Viana (Psicologia)
Dra. Jane Noronha Carvalhais (Economia)
Dr. Jean Carlos Fernandes (Direito)
Dr. José Francisco Vilela Rosa (Engenharia Agrícola)
Dra. Laila Maria Hamdan Alvim (Letras)
Dra. Lidiane Aparecida Pereira de Sousa (Fisioterapia)
Dra. Marta Marques Gontijo (Farmácia)
Dra. Tatiana Ribeiro de Souza (Direito)
Dra. Sordaini Maria Caligiorne (Biologia)

Conselho Consultivo

Dra. Adriana Cristina Soares de Souza (Farmácia - UFSJ)
Dra. Denise Nacif Pimenta (Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - FIOCRUZ)
Dra. Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna (Comunicação - UFMG)
Dr. Guilherme Augusto Silva Pereira (Engenharia Elétrica - UFMG)
Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima (Letras - UFMG)
Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy (História - USP)
Dr. Marcelo Loures dos Santos (Educação/Psicologia - UFV)
Dr. Orlando Aragão (Direito - UEMG)
Dra. Valeria Barbosa de Magalhães (Sociologia - USP)
Dr. Valmir Martins Oliveira (Relações Internacionais - Universidad de Santiago de Chile)

Organização técnica

Cláudia Aparecida Simões

Revisão

Gehilde Reis Paula de Moura
Celso Martins Queiroz Junior
Mariza Mônica Santos Moura

Diagramação

HC Design Ltda.

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

www.newtonpaiva.br/revistainiciacaocientifica
revistainiciacaocientifica@newtonpaiva.br

Reitor

Luis Carlos de Souza Vieira

Pró-Reitor Acadêmico

Sudário Papa Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Gestão

Eduardo Eterovick

Coordenador da Pesquisa e Pós-Graduação

Emerson Luiz de Castro

Coordenador do Programa de Iniciação Científica

Marco Antônio de Souza

APRESENTAÇÃO – REITORIA

Comemoramos 10 anos do Programa de Iniciação Científica. Isso demonstra o empenho e a busca permanente de nossa instituição pela qualificação do nosso corpo docente e discente.

Nesses dez anos nossa comunidade acadêmica pode demonstrar sua capacidade de não só produzir conhecimento como difundi-lo por toda a sociedade. E é esse o grande objetivo do nosso programa de pesquisa. Formar pesquisadores e produzir conhecimento de qualidade e útil à sociedade.

Todas essas possibilidades foram documentadas por meio das 10 edições da Revista da Iniciação Científica publicadas com dedicação e esmero.

Cabe-nos reafirmar nesse momento o compromisso em manter e aprimorar cada vez mais o Programa de iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva, conduzindo nossa instituição a promover o desenvolvimento técnico científico com comprometimento, ética e responsabilidade social.

Professor Luis Carlos de Souza Vieira
Reitor do Centro Universitário Newton Paiva

APRESENTAÇÃO PRÓ-REITORIA

Celebramos o fato da Revista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva chegar ao seu 10º número. Isto quer dizer que o programa completa dez anos de atividade continuada. Conseguimos conquistar expressivo reconhecimento pela nossa produção acadêmica.

Temos muito orgulho do nosso passado, mas acima de tudo, estamos preparando o nosso futuro. Tudo o que é realizado pelo Centro Universitário Newton Paiva é pautado nos valores e princípios nos quais acreditamos e é nítido o quanto o Programa de Iniciação Científica agrega relevantes conhecimentos na formação de nossos alunos.

E como estamos falando na importância daquilo que acreditamos, nesta edição cabe destacar o projeto “A inclusão de alunos com necessidades especiais no espaço escolar: influência/ contribuições das políticas públicas inclusivas para o processo de escolarização” da acadêmica Débora da Fonseca Silva, orientado pela Prof^a. Lenise Maria Ribeiro Ortega. O trabalho conquistou o Prêmio Funadesp de Iniciação Científica - ano 2010 e a aluna, assim como nós, acredita em uma educação transformadora a partir da pesquisa.

Outras revistas virão; e com elas a certeza do cumprimento de nossa missão.

Boa leitura.

Professor Doutor Sudário Papa Filho
Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Newton Paiva

SUMÁRIO

A IMAGEM DA PROPAGANDA: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DE SUPERMERCADO.....	9
RAZÕES DE ESCOLHA DE UM SUPERMERCADO E A IMAGEM PROVOCADA PELA PROPAGANDA DO PUNTO DE VISTA DO CONSUMIDOR.....	18
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS NOS SITES DE RELACIONAMENTOS NA INTERNET.....	26
A CONSTRUÇÃO ARQUETÍPICA DOS SUJEITOS NO SITE DE RELACIONAMENTOS MANHUNT.....	36
COMUNICAÇÃO E PESQUISA: A RELAÇÃO COMO OBJETO DO SABER EM UM SITE DE RELACIONAMENTO.....	54
A INTENÇÃO DE DIRIGIR APÓS BEBER:UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE JOVENS E ADULTOS.....	73
AS POLÍTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, RESGATE DA MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA APÓS A DÉCADA DE NOVENTA.....	83
A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR: INFLUÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS PARA O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.....	92
ESCOLA INTEGRADA E FORMAÇÃO INTEGRAL: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO.....	102
UMA NOVA FERRAMENTA VIRTUAL ÚTIL PARA O ENSINO DE GEOMETRIA MOLECULAR E MOMENTO DIPOLAR.....	116
O PROUNI E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	130
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA ASSOCIAÇÃO DA PAROMOMICINA TÓPICA COM A MILTEFOSINA ORAL NO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE CUTÂNEA EXPERIMENTAL.....	138
DETERMINAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE PELO MÉTODO DPPH E DOSEAMENTO DE FLAVONÓIDES TOTAIS EM EXTRATOS DE FOLHAS DA BAUHINIA VARIEGATA L.....	149
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DO EXTRATO DE FOLHAS DE BAUHINIA VARIEGATA L. EM GRANULÓCITOS DE DIABÉTICOS TIPO I PELO MÉTODO MTT.....	158
CONTROLE DA DOR AGUDA NO HOSPITAL JOÃO XXIII.....	168
DESENVOLVIMENTO DE NANOPARTÍCULAS LIPÍDICAS SÓLIDAS CONTENDO METOXALENO PARA O TRATAMENTO TÓPICO DO VITILIGO.....	179
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A REINserÇÃO PSICOSSOCIAL NA ÓTICA DE APENADOS QUE COMETERAM CRIMES CONTRA A VIDA.....	185
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE EM JOVENS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM JOVENS DE DIVERSAS CLASSES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO OESTE DE BELO HORIZONTE- MG.....	195

UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE DIREITO E LITERATURA NO LOCUS IDEAL DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS	208
A FIDELIDADE PARTIDÁRIA EM DEBATE: A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SUAS APORIAS TEORÉTIICAS – ENSAIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA RADICAL NA CONDUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO.....	218
SABER E PODER NOS TRÓPICOS: PRAGMATISMO CIENTÍFICO E POLÍTICA DE ESTADO NAS MINAS GERAIS.....	231
NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....	245

A IMAGEM DA PROPAGANDA: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DE SUPERMERCADO¹

Mariana Martino Cota²
Mariana Roncale Martins²
Sônia Aparecida Martins Lazzarini³
Sandra Helena Lopes Nogueira⁴

Resumo: Neste artigo encontram-se os principais achados da pesquisa aprovada pelo 10º Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva. Aborda-se a percepção da imagem da propaganda pelos consumidores do setor varejista, com base em um estudo dos comerciais de supermercados veiculados na emissora Globo local, e objetiva discutir a relação desta imagem com a imagem da marca. Foram realizadas duas sessões de pesquisa exploratória qualitativa na modalidade *focus group*, onde se verificou que a intenção de compra do consumidor está relacionada aos atributos oferecidos pelo supermercado, e que o consumidor é atento e crítico quanto à propaganda que consome dos supermercados.

Palavras-chave: Varejo. Supermercado. Propaganda. Percepção. Comportamento do consumidor.

Abstract: This article presents the main findings of a research approved by the 10th Research and Scientific Initiation Program of the Centro Universitário Newton Paiva. The perception of the advertising image by retail consumers is addressed in this work based on a study of supermarket advertisements broadcasted by the local branch of Rede Globo network, and the relationship of this image with the brand image is also discussed. Two sessions of exploratory qualitative research were applied using the focus group method and it was found that the consumer's purchase intention is related to the attributes offered by the supermarket and that the consumer is aware and critical of the supermarkets' advertisement.

Keywords: Retail. Supermarket. Advertisement. Perception. Consumer behaviour.

INTRODUÇÃO

É inevitável falar sobre o tríplice relacionamento entre consumidor, marca e propaganda quando se trata de estabelecer as fontes de oportunidades competitivas para uma empresa. Compreender essa trama pode ser um trajeto obrigatório para formular estratégias para o negócio de qualquer organização.

Com o mercado cada vez mais competitivo e repleto de estímulos, fica mais difícil captar a atenção e o interesse do consumidor, e isso tem sido um desafio maior a cada dia para as empresas. Nesse sentido, a promoção de produtos e serviços vem sendo aperfeiçoada, e a propaganda ocupa uma posição de destaque, dentre outros recursos, para construção da conexão entre os consumidores e marca.

No segmento supermercadista, caracterizado pela comercialização de gêneros alimentícios, a propaganda televisiva é amplamente utilizada. Isso porque “é um meio de maior penetração em qualquer público, favorecendo o alcance e a frequência média” (PREDEBON, 2004, p. 170). Apesar do fato que todo cidadão da sociedade de consumo é influenciável pela propaganda, a questão que deve ser destacada é como a imagem da propaganda é percebida pelo consumidor deste segmento.

Assim, procurou-se investigar como os consumidores percebem a propaganda de supermercado de Belo Horizonte e verificar empiricamente a convergência desta imagem com a imagem da marca do supermercado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Varejo

O varejo pode ser entendido como qualquer atividade que tenha relação com a oferta de

produtos ou serviços diretamente ao consumidor final, via loja de varejo, conforme afirma Kotler (2006). Inserido em um contexto altamente concorrido, o segmento varejista vem passando por várias mudanças, oriundas do fenômeno da globalização dos mercados e suas peculiaridades, além das adversidades apresentadas na área da economia, pelo contínuo avanço tecnológico, e a crescente diversificação de necessidades do consumidor e a sua maior conscientização sobre seus direitos como cliente.

Para Levy e Weitz (2000, p. 23), o varejo é um dos maiores setores da economia mundial. Esses autores definem o varejo como:

[...] um conjunto de atividades de negócios que adiciona valor a produtos e serviços vendidos a consumidores para seu uso pessoal e familiar. As pessoas frequentemente consideram o varejo somente como a venda de produtos em lojas. Entretanto o varejo envolve também a venda de serviços, nem toda venda de varejo é feita em lojas. (LEVY ; WEITZ, 2000, p. 27).

Cobra (1997) destaca o enorme crescimento do setor varejista devido ao fato de a venda direta do produtor ao consumidor ser onerosa e nem sempre possível. Assim, o varejo funciona como um intermediário do processo de distribuição, ou seja, atua como um elo entre os fabricantes e o consumidor final, sendo uma das suas principais funções manter um estoque, de modo a atender a demanda de consumo.

A expressão do varejo na economia nacional é significativa. Conforme dados da Associação Brasileira de Supermercado – ABRAS, a performance em 2008 teve um incremento de 16,3% nas vendas nominais e de 10,5% nas vendas reais. Considerou-se, inclusive, que em 2007 o setor havia apresentado a maior expansão em 12 anos, com um crescimento de 6% no faturamento real e de 9,8% nominal.

O presidente da ABRAS, Sussumu Honda, afirmou que o estudo reflete os avanços obtidos pelo setor em 2008 e ressalta que foi um grande ano para o varejo brasileiro. Lembra também que a participação do autosserviço no Produto Interno Bruto - PIB cresceu mais de 0,3 pontos percentual, voltando aos patamares de 2005, quando respondia por 5,5% do PIB, além do que em 2008 teve expansão significativa de 5,1%. Em valores absolutos, o país gerou R\$ 2,9 trilhões em riquezas, sendo o autosserviço responsável por quase R\$ 160 bilhões. Essa realidade, entretanto, não reflete no investimento publicitário do segmento. Na lista dos 30 maiores anunciantes do Brasil em 2009⁵, somente dois supermercados aparecem. Isso representa pouca presença na mídia e consequentemente pouca lembrança na mente do consumidor.

Mesmo diante desse cenário, o segmento supermercadista vem sofrendo mudanças graduais e contínuas que se devem em parte à grande competitividade do setor. Atualmente é considerado um dos mais proeminentes ramos do varejo brasileiro, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento econômico e social do país. Esse setor sofreu intensas modificações, com o auxílio da tecnologia, do conhecimento, de pesquisas e constantes inovações, criou-se, assim, sua própria identidade, suas previsões baseadas nas potencialidades locais e instaurou seu caráter empregatício e também provedor de desenvolvimento.

Propaganda no segmento supermercadista

A comunicação para as organizações significa a possibilidade de divulgar seus produtos e/ou serviços e persuadir o consumidor em relação à compra deles. De outro lado os consumidores têm a oportunidade de receber informações que poderão auxiliá-los

a tomar suas decisões em relação à aquisição e o consumo, para satisfazer suas necessidades. Contudo, “os objetivos de propaganda devem ser fixados de acordo com o que a propaganda é capaz de realizar e dentro de um contexto dos objetivos mais amplos do marketing” (BUTTERFIELD, 2006, P.59).

Ressalta-se que, antes de definir os objetivos de propaganda, deve-se estabelecer claramente o papel ou a expectativa que se espera que a propaganda exerça no contexto geral de marketing de qualquer empresa. Obviamente, espera-se que esta ferramenta esteja completamente integrada com os outros elementos do marketing.

Parente (2000, p. 244) confirma esta posição ao apontar que “O composto promocional é um dos elementos que o varejista utiliza não só para atrair os consumidores para suas lojas, mas também para motivá-los às compras”. Reforça, no entanto, que o esforço promocional precisa também estar integrado às outras variáveis do composto varejista, como ponto, produto, preço, pessoal e apresentação.

Existem várias maneiras com as quais se podem definir os efeitos da propaganda. Para Feldwick (2006, p. 124), existem basicamente duas: pode-se examinar o que acontece com as vendas, ou examinar o que acontece com as pessoas que são expostas aos anúncios: do que se lembram e como mudaram suas percepções, seu conhecimento ou seu comportamento.

Engel, Blackwell e Miniard (2000) enfatizam a importância da comunicação de marketing na influência das atitudes e do comportamento dos consumidores, e o resultado desta tanto pode-se referir aos efeitos sobre as vendas como aos consumidores.

Já Schiffman e Kanuk defendem que:

As comunicações de marketing de uma empresa estão direcionadas para induzir à compra, criar uma atitude positiva em relação ao produto, dar um significado simbólico ao produto, ou mostrar que ele pode resolver o problema do consumidor melhor do que faria o produto (ou serviço) concorrente (Schiffman; Kanuk, 2000, p. 200).

Estes autores abordam que algumas tarefas são inerentes ao processo promocional, tais como:

- informar – dar informações sobre o varejista, produtos e serviços.
- persuadir – motivar os clientes a visitar o varejista e comprar mercadorias e/ou serviços.
- lembrar – construir vendas repetidas e obter fidelidade, lembrando aos clientes sobre suas ofertas e benefícios.

Têm-se dois fatores que influenciam a eficácia do processo da comunicação: as características da fonte de informação e as características da mensagem que é transmitida, do ponto de vista de Mowen *et al* (2003). Esses autores apontam ainda para outros fatores, como o contexto dentro do qual a mensagem é transmitida, a natureza do canal utilizado, o receptor e as diferenças individuais no comportamento do consumidor. A fonte se relaciona com a pessoa ou personagem que transmite a mensagem. Suas características se referem a aspectos que influenciam a eficácia da comunicação, como, por exemplo, a credibilidade - grau de crédito que ela merece, com base no conhecimento de sua capacidade e probidade, a atratividade física, a simpatia e a relevância.

Em relação à utilização de celebridades em comerciais, Mowen *et al* (2003) apregoam que ocorre o fenômeno de transferência de significa-

do da celebridade para o produto e para os consumidores.

*Celebridades são símbolos culturais. Quando uma celebridade faz um elogio de um produto em um comercial, criam-se associações de maneira que os significados derivados culturalmente possam ser transferidos para o produto. Na fase de consumo, o significado pode então ser transferido do produto para o consumidor (MOWEN *et al*, 2003, p. 171).*

Schiffman e Kanuk (2000) também assinalam a relevância da credibilidade da fonte (se formal e/ou informal). Chamaram a atenção para o fato de que a credibilidade da fonte não dura para sempre e tende a diminuir ao longo do tempo. Assim, a superexposição de uma celebridade pode trazer prejuízos em relação à credibilidade.

Em outra direção reflexiva, e não contrária, Perez (2004) ressalta a importância da publicidade na captação e expressão, quase sempre subliminar, dos valores que se agregam às mercadorias e, conseqüentemente, às marcas. Ela utiliza o termo desdiferenciação para explicar a multiplicação e ofertas de bens de consumo. Diante desse fenômeno, não só vender, mas também criar sinal diferenciador, que seja relevante para o consumidor.

Sob outra perspectiva, afirma

Não nascemos consumidores, mas aprendemos a sê-lo. (...) a vontade de obter produtos não é inata [...] é aprendida num contexto social e cultural. Essa consciência virá da observação do comportamento de seus pais e da influência da propaganda e do marketing (KARSAKLIAN, 2000, p. 241).

Em face disso, pode-se compreender a força

da propaganda junto ao consumidor, pois o processo de inserção na sociedade implica, também, o aprendizado de consumo. Isso significa que o sujeito recebe a todo instante uma diversidade de estímulos, dentre os quais aqueles direcionados, pela mídia, à aquisição de produtos e serviços.

Embora o que vê e ouve seja substancialmente influenciado pelos processos internos, o modo como diversos estímulos são apresentados também influencia a percepção que se terá deles. Por isso, uma mensagem publicitária deve transmitir ideias, formar, reforçar ou modificar atitudes, deve-se previamente criar uma imagem na mente do receptor, no caso o consumidor. O elemento chave do êxito de uma campanha publicitária deve ser o receptor, ou seja, o indivíduo que é o objeto da comunicação. Vale lembrar que faz-se necessário observar que a possibilidade de uma pessoa ser influenciada pela propaganda depende também de suas características pessoais, como personalidade, valores, opiniões, interesses e experiências de vida (LIMEIRA, 2008, p. 134).

Nesse contexto, tornou-se essencial identificar as necessidades, os anseios do consumidor, pois é ele que “[...] tem plena consciência de quem vende e quem fabrica está a seu serviço. [...] É com ele que está o verdadeiro poder” (GRACIOSO, 2008, p.98).

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia aplicada na realização desta pesquisa foi a qualitativa, dada a sua natureza em “compreender a fundo a motivação e os sentimentos dos consumidores”, conforme recomendações de Mc Daniel e Gates (2006, p.152). O método utilizado para coleta de dados foi o grupo focal, cuja vantagem “[...] é a sinergia gerada pela parti-

cipação conjunta de entrevistados, que enriquece as respostas, [...] e melhor qualidade das verbalizações expressões dos entrevistados” (COSTA, 2009, p. 182).

Ainda foi feita uma pesquisa exploratória que contemplou a revisão bibliográfica e documental. A revisão da literatura foi uma atividade contínua e constante em todo o processo, e com ela foi possível identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização do estudo (STUMPE, 2009).

A caracterização dos entrevistados utilizados no grupo focal foi pela aplicação do Critério Brasil. Foram escolhidos consumidores da Classe B e C, com características sociodemográficas divergentes (profissões, idade, estado civil, número de filhos, etc.). O motivo é que respondem por 36% do consumo da região da Grande Belo Horizonte, enquanto o segmento AB representa 28%, conforme dados da pesquisa exclusiva da Associação Mineira de Supermercados – AMIS e LatinPanel, empresa de pesquisa líder no conhecimento do consumidor. Além disso, a classe C é a grande responsável pela movimentação da indústria, comércio, serviços, em especial do consumo de massa.

Para selecionar os comerciais a serem avaliados, foi efetuada uma análise dos comerciais da TV Globo através de uma planilha da empresa Gedábio Informações de Mídia⁶, do mês de agosto de 2009.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os entrevistados das duas sessões da pesquisa encontraram dificuldade em se lembrar de comerciais de supermercado veiculados sob o aspecto de identificação da empresa anunciante. Ao receber estímulos da moderadora, eles con-

seguiram resgatar a lembrança. Dentre os mais citados estão o Carrefour, com 39% e Epa Plus, com 31%, como ilustra o GRÁF.1. O hipermercado Carrefour é uma rede multinacional, com lojas nas grandes capitais brasileiras, portanto pressupõe-se que tem um investimento maior em mídia de televisão. Já o Epa, uma rede regional, com duas lojas fora do estado de Minas Gerais, provavelmente conta com uma verba de veiculação proporcional ao seu porte. Infere-se que a lembrança do Epa é sinal que o empreendimento tem investido em comunicação com o consumidor. Os outros citados foram Extra (15%), que conta com três lojas em Belo Horizonte e Supermercados BH (15%), cuja filosofia é vender barato e dá preferência na compra de produtos de fornecedores locais, conta com 42 lojas em Belo Horizonte e atende às classes C e D.

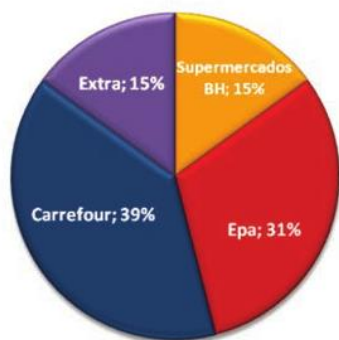


GRÁFICO 1 - Supermercados que possuem os comerciais mais lembrados.

Fonte: Dados da pesquisa Focus Group, 2009.

Limeira (2008) aborda vários elementos da mensagem que influenciam as atitudes dos consumidores que estão relacionados a:

Uso de texto, fotos ou ilustrações; uso de apelos racionais ou emocionais; frequência de repetição de certos

elementos da mensagem; se é oferecida uma conclusão ou o consumidor deve concluir por si mesmo; se a mensagem inclui apelos de medo, humor ou sexo, entre outros fatores (LIMEIRA, 2008, p. 133).

Verificou-se que a promoção de preço como apelo racional é uma das características que mais atraem a atenção do consumidor, conforme GRÁF.2. Os entrevistados declaram ainda que o preço divulgado no comercial de televisão só é interessante e o estimula a ir ao ponto de venda se a empresa estiver próxima a sua residência.

Os entrevistados assumem prestar atenção às mensagens referente às promoções de preço dos produtos. Mas as opiniões foram contundentes quanto às objeções ao excesso de produtos colocados no mesmo comercial. Embora prestem a atenção na mensagem, os entrevistados mencionam que a locução é considerada rápida e não os levam ao entendimento do que está sendo falado. “A crítica à publicidade é algo tentador, pois revela ao menos uma preocupação do indivíduo com o meio em que vive e do qual desfruta” (FILHO, 1991, p. 122), pois na percepção deles todos os comerciais de supermercado se apropriam daqueles recursos e criticam com conhecimento de causa.

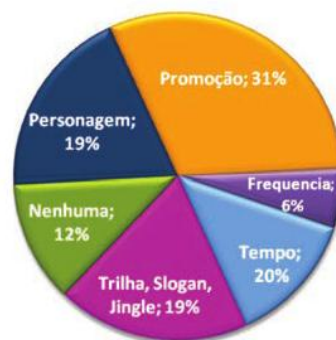


GRÁFICO 2 - Características que despertam atenção nos comerciais.

Fonte: Dados da pesquisa Focus Group, 2009.

É possível, ainda, inferir que o slogan dos supermercados, quando apresentados fora do contexto do comercial e da marca, não tem força; grande parte dos entrevistados não consegue associá-lo ao anunciante. Tem-se que o slogan precisa refletir o posicionamento da marca expresso por uma frase, segundo Corrêa (2002). Já Perez (2004) afirma que o slogan é o comando que desperta associações funcionais e emocionais, é aproximar os consumidores das marcas e dos produtos, ou seja, é colaborar para a fixação e o reconhecimento da marca. Ao mesmo tempo Ries e Trout (2009) alertam que posicionamento é o primeiro sistema de pensamento que dá conta da dificuldade de se fazer ouvir nesta sociedade supercomunicativa. Percebe-se que o slogan, apesar de fazer parte das peças de comunicação do anunciante, não contribui para a formação da imagem do supermercado junto ao target.



GRÁFICO 3 – Fatores de influência na escolha do supermercado.

Fonte: Dados da pesquisa Focus Group, 2009.

Foi constatado também que o consumidor, quando pretende comprar algo, prefere a loja que se localiza próxima de onde reside. Obviamente o consumidor prefere o supermercado que oferece a melhor solução naquilo (variedade – 20%) que pretende comprar (preço – 23%) com o menor esforço (tem-

po – 20%), conforme pode ser verificado no GRÁF. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecidamente o segmento supermercadista utiliza-se de estratégias e táticas, combinando ferramentas de promoção de vendas para disputar o consumidor e ter resultados de vendas com lucratividade. A propaganda de alguma forma está dentro desse contexto: “acredita-se jamais deixará de existir” (GRACIOSO, 2008, p. 81).

A primeira inferência que pode-se fazer, a partir da análise dos resultados, é que a propaganda veiculada na televisão pelo segmento supermercadista é percebida pelo consumidor como muito similar. O que deveria ter o reconhecimento da marca pelo consumidor não ocorre, por exemplo, o slogan, trilha, locução, etc. O sentimento que prevalece é que a propaganda não separa o anunciante da concorrência.

Entende-se que o consumidor escolhe uma marca em vez de um concorrente, o que é um ponto de diferenciação. Nesse sentido, a marca (de supermercado) precisa de um ponto de diferença claro e distinto para ser relevante para o consumidor. Se for difusa para ele, não se torna em vantagem competitiva para a empresa do ponto de vista da literatura.

Os achados sugerem existir maior probabilidade de um conceito de marca ser realmente associado ao composto mercadológico do varejista. A partir dessa base, entende-se que o supermercado deve adotar uma estratégia criativa, pautar-se pela preocupação em fazer uma comunicação que seja eficaz, diferenciando-se dos demais. Daí

surge a iminência de utilizar uma linguagem que fale mais de perto com os consumidores.

Atenção especial deveria ser dada ao processo de comunicação das promoções do supermercado. O uso adequado do mix das ferramentas de comunicação, convergindo para o mesmo objetivo da marca faz com que exista maior probabilidade de ter o consumidor como usuário e multiplicador da marca.

Entretanto, foi identificado o uso das mesmas estratégias criativas nos comerciais de televisão dos anunciantes, conforme resultado da pesquisa. Não foi foco da pesquisa identificar se as empresas supermercadistas têm a sua house, ou se são atendidas por agências, mesmo porque nem o consumidor sabe identificar isso. Recomenda-se que sejam discutidas as estratégias de comunicação adotadas, a fim de garantir ou melhorar a lealdade, a fidelidade e a conquista de novos consumidores. Além disso, os comerciais de TV devem ser vistos pelos empresários do setor e do mercado publicitário como uma parte de um contexto mais amplo, que incluem a imagem corporativa e valor para a marca.

Apesar de entender que a influência dos efeitos da propaganda no comportamento do consumidor é uma forma de avaliar sua eficácia, não pode-se determinar que esta seja a única forma de avaliar os resultados, mas considera-se um bom indicativo para melhorar as respostas que se deve ter do consumidor. Deve-se colocar na pauta de preocupação dos empresários supermercadistas que o consumidor fica mais interessado em um produto, serviço ou marca, se tiver relevância para ele. Arrisca-se afirmar que a decisão de compra pode ser tomada a partir da credibilidade que o supermercado transmite ao consumidor. O modelo de comunicação de varejo que vem sem praticado há décadas deve ser revisto, mas fazer uma ruptura nos padrões parece ser dramático para o segmento.

Embora a propaganda em televisão ajude a fortalecer a marca e a predisposição para comprar, muitas vezes esse fator não resulta em venda. A imagem que o consumidor tem da propaganda dos supermercados é como se fosse intercambiável, crítica feita por Lance e Woll (2006) e que deve ser levada em consideração pelos publicitários e empresários do setor. O impacto das ações de marketing e da propaganda em televisão tornou-se difuso porque o consumidor está saturado.

REFERÊNCIAS

- BUTTERFIELD, L. Estratégias de propaganda. *In*: COOPER, Alan (Org.). **Como planejar a propaganda**. São Paulo: Editora Talento, 2006. 241 p. Cap. 3 p. 40-61
- COBRA, M. **Marketing básico: uma abordagem brasileira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 552 p.
- CORRÊA, R. **Planejamento de propaganda**. 8. Ed. São Paulo: Global Editoria, 2002. 218 p.
- COSTA, MEB. Grupo Focal. *In*: DUARTE, J; BARROS, A (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. 380 p. Cap. 11 p. 180-192. Disponível em: [HTTP:// www.abrasnet.com.br](http://www.abrasnet.com.br) – acesso em: 12 /05/2010 – Revista SuperHiper edição abril de 2009
- ENGEL, JF; BLACKWELL, RD; MINIARD, PW. **Comportamento do Consumidor**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 641 p.

- FELDWICK, PA. avaliação da campanha. *In*: COOPER, A (Org.). **Como planejar a propaganda**. São Paulo: Editora Talento, 2006. 241 p., cap. 7, p. 122-145
- FILHO, GG. **Consumidor versus propaganda**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1991. 169 p.
- GRACIOSO, F (Org.). **As novas arenas da comunicação com o mercado**. São Paulo; Atlas, 2008. 182 p.
- KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2000. 303 p.
- LIMEIRA, TMVidigal. **Comportamento do consumidor brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008. 380 p.
- LANCE, S; WOLL, J. **O livro azul da propaganda**. São Paulo: Campus, 2006. 231 p.
- LEVY, M; WEITZ, BA. **Administração de Varejo**. São Paulo: Atlas, 2000. 695 p.
- MOWEN, JC.; MINOR, MS. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 403 p.
- MCDANIEL, C; GATES, R. **Pesquisa de Marketing**. Tradução James F. Suderlanda Cook, revisão técnica Tânia M. Vidigal Limeira. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 562 p.
- PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000. 388 p.
- PEREZ, C. **Signos da marca. Expressividade e sensorialidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 174 p.
- PREDEBON, J (Coord.). **Curso de Propaganda: do anúncio à comunicação integrada**. São Paulo: Atlas, 2004. 216 p.
- RIES, Al; TROUT, J. **Posicionamento: a batalha por sua mente**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2009. 214 p.
- STUMPF, IRC, Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, J; BARROS, A (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. 380 p., cap. 3, p. 51-61.
- SCHIFFMAN, LG; KANUK, LL. **Comportamento do consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 475 p.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Estudo da Imagem da Propaganda de Supermercado de Belo Horizonte”.

2 Discentes do curso de Comunicação Social – Habilitação: Publicidade e Propaganda - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Disponível em: [HTTP://www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) acesso em 12/03/2010 - Lista divulgada em 28.01.2010 pelo Ibope Monitor. O ranking é definido pela soma de investimento feito em oito meios de veiculação, dois deles, a TV aberta e a TV por assinatura.

6 A empresa executa e fornece serviços de acompanhamento de movimentação de mídia para toda a cadeia produtiva do mercado publicitário.

RAZÕES DE ESCOLHA DE UM SUPERMERCADO E A IMAGEM PROVOCADA PELA PROPAGANDA DO PONTO DE VISTA DO CONSUMIDOR¹

Mariana Martino Cota²

Mariana Roncale Martins²

Sônia Aparecida Martins Lazzarini³

Sandra Helena Lopes Nogueira⁴

Resumo: O setor supermercadista em Belo Horizonte cresce em ritmo acelerado a cada ano e conseqüentemente sofre diversas transformações. É primordial para o setor supermercadista conhecer o comportamento do consumidor e seus hábitos de compra. O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma o consumidor percebe a propaganda de supermercados de Belo Horizonte. O estudo constatou que os consumidores estão atentos às propagandas veiculadas e que a escolha do supermercado está de acordo com o nível de envolvimento com a marca. Além disso, de uma forma geral, as propagandas dos supermercados apresentam características muito semelhantes.

Palavras-chave: Setor supermercadista. Comportamento do consumidor. Mercado varejista. Propaganda.

Abstract: The supermarket sector in Belo Horizonte is growing at a fast pace every year and consequently it suffers several transformations. It is essential for the supermarket sector to understand the behavior of consumers and their buying habits. This study aims to examine how consumers perceive the advertising of supermarkets in Belo Horizonte. This work found that consumers are aware to the advertisements and that the choice of a supermarket by the consumer is in line with its level of involvement with the brand. Besides that, in general, supermarket advertisements are very similar.

Keywords: Supermarket sector. Consumer behavior. Retail market. Advertisement.

INTRODUÇÃO

A propaganda sempre chamou a atenção por produzir e refletir a nossa sociedade, e exercer uma força psicológica junto aos consumidores. Segundo Perez (2004), “Até há pouco tempo a comunicação era unidirecional partindo do anunciante e todo o aparato representado pela agência, veículo, etc”. No final da década de 80 e início de 90, a lei da concorrência altera um pouco essa realidade em função da oferta e demanda. Surge a iminência de cativar o consumidor, a competição torna-se acirrada, e as empresas passam a ouvi-los e criar canais de relacionamento.

A dinâmica desse segmento, segundo Ferraciù (2008), não está só de comercializar, mas também de fidelizar e reter os clientes; na prática, é isso que determina a transformação, a perenidade, ou a falência das empresas varejistas. Pode-se inferir que o varejista tem que manter um contato íntimo com a mente dos consumidores, estudando o que ocorre no ponto de venda para poder focar um determinado posicionamento em suas campanhas publicitárias. Ou seja, “Não há verdadeira comunicação publicitária sem estratégia; é necessário administrar o sentido das campanhas” (ZIZZOLI, 2007, p.40).

Em vista disso, a estratégia da empresa permite orientar a pertinência da comunicação em relação aos anseios dos consumidores, além de diferenciar o produto de seus concorrentes. Entretanto, a propaganda integra um repertório de outros meios, como publicidade nos pontos de venda, merchandising em suas variadas formas, além de outros recursos para sensibilizar o consumidor; como atendimento, pós-venda, etc.

Ries e Trout (2009) afirmam que, na sociedade saturada de informações, a mente humana rejeita informações que não combinam com seu conhecimento ou experiência anterior. Daí a linguagem da propaganda ter a difícil tarefa de prender a atenção do consumidor. Mais atento ainda deve ser o segmento supermercadista, visto o demorado uso do meio televisão.

Encontram-se várias classificações e modalidades de empresas de varejo de alimentos. Pode-se caracterizar varejo como “um conjunto de atividades de negócios que adiciona valor a produtos e serviços vendidos a consumidores para seu uso pessoal e familiar” (LEVY; WEITZ, 2000, p.27). Esses autores classificam o varejo em supermercados convencionais, superlojas, lojas de conveniência e lojas de depósitos.

QUADRO1 - Classificação de Varejo de Alimento

Supermercados convencionais	É uma loja de alimentos de autoatendimento, oferece comestíveis, carne e produtos agrícolas; os itens de não alimentos (ex. saúde e beleza) são limitados. Apresenta vendas anuais acima de \$2 milhões em área menor que 1.800 m ² .
Superlojas	São supermercados grandes, entre 2.800 a 9.300 m ² , 25% de suas vendas são de mercadorias não alimentares, como flores, utensílios de casa, produtos de saúde de beleza, etc.
Lojas de conveniência	Lojas que fornecem ma variedade e sortimento de mercadorias limitados e cobram preços mais altos que os supermercados
Lojas de depósitos	São lojas que vendem mercadorias embaladas de marca nacional a preços baixos e têm lucros baixos como uma porcentagem das vendas

Fonte: Adaptado Levy;Weitz (2000, p.27)

Parente (2000) amplia a definição de Levy & Weitz (2000) quando classifica o varejo alimentício em mercearias, minimercados, lojas de conveniência, supermercados compactos, supermercados convencionais, superlojas, hipermercados e clubes atacadistas.

Ressalta-se que há uma equivalência na

nomenclatura e definição do quadro classificatório de varejo de alimentos no que se refere ao formato de lojas de depósitos de Levy & Weitz (2000), que pode ser considerado o clube de atacadistas de Parente (2000), conforme pode ser observado no QUADROS 1 e 2, respectivamente.

QUADRO 2 – Classificação de varejo de alimentos

Mercearias	Lojas pequenas – 20 a 50 m ² , localizadas em região de baixo potencial de mercado, que não justifica a instalação de supermercado compacto	Ex.: armazéns ou empórios d bairros
Minimercados	Localizados em periferia das cidades, adotam o sistema de auto serviço, com um só check out	Ex.: Varejo forte nos bairros d classe baixa
Lojas de conveniência	Localizadas principalmente em postos de gasolina, funcionam 24 horas	Ex.: EntrePosto – Al Combustíveis, BR Mania Postos Ipiranga
Supermercados compactos	Tem de 2 a 6 check outs e apresentam linha completa, porém compacta, de produtos alimentícios.	Ex.: Supermercado Smart
Supermercados convencionais	São supermercados de porte médio, tem caráter essencialmente de loja de alimentos	Ex.: Epa e BH Supermercado em Belo Horizonte - MG
Superlojas	Lojas de 4 mil m ² e 30 check outs, oferecem também têxteis, eletrônicos	Ex.: Via Brasil – BH - MG
Hipermercados	Lojas com 10 mil m ² , apresentam em torno de 50 mil itens, não alimentícios e alimentícios	Ex.: Carrefour, Extra- BH- MG
Clube atacadistas	Lojas que realizam vendas no varejo (consumidor final) e no atacado (para comerciantes em geral).	Ex.: Sam's Club, Makro Contagem - MG

Neste estudo levou-se em conta que a comunicação, para ocorrer de forma eficaz, precisa necessariamente entender como o consumidor irá decodificar a mensagem que a empresa deseja passar, quais os meios de comunicação que o

atinge e como será a resposta a este estímulo (LIMEIRA, 2006). Refletiu-se também sobre o fato de que a recordação da propaganda pode ser um estágio avançado de conhecimento da marca, do produto/serviço ou empresa.

METODOLOGIA

Foi utilizado, como procedimento metodológico, o *focus group*. Esse tipo de pesquisa qualitativa permite uma análise ampla e aprofundada quanto a percepções, comportamento e opiniões do consumidor. Foram utilizadas duas sessões, com oito participantes cada, para seguir o que recomenda Mattar (1993). Segundo esse autor, grupos com menos de oito pessoas tendem a ser menos dinâmicos, e com isso cresce a possibilidade de apenas alguns participantes dominarem a reunião. Os participantes do grupo de foco formaram um grupo heterogêneo, composto por 16 pessoas, sendo 68% mulheres e 32% homens.

Os participantes convidados para a discussão foram escolhidos de acordo com critérios do perfil de Classificação Econômica do Brasil (Critério Brasil – 2009) da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP). Através de entrevista prévia para delineamento do perfil, os selecionados foram divididos em dois grupos: um constituído por consumidores pertencentes à classe B, e outro constituído por pessoas da classe C.

A escolha dessas classes se deve ao fato de que, na Grande Belo Horizonte, a importância da classe AB é grande, representando 28% da população. Esse grupo responde por 36% do consumo da região metropolitana de Belo Horizonte. A classe C representa em torno de 80% da população brasileira, e responde por mais de 70% do consumo nacional, conforme dados da pesquisa exclusiva da Associação Mineira de Supermercados (AMIS) e LatinPanel, empresa de pesquisa líder no conhecimento do consumidor.

McDaniel & Gates (2006, p. 128) sugerem que o moderador trabalhe com um guia de discussão que “é um esboço dos tópicos que de-

vem ser abordados durante a reunião”. O guia foi desenvolvido em conjunto tendo como base os objetivos da pesquisa. A coleta de dados teve três momentos distintos. Na primeira etapa, os participantes receberam um questionário com dados para identificação pessoal. Através dessas informações, foi possível delinear o perfil de cada entrevistado.

A segunda etapa da sessão foi caracterizada pela tentativa do moderador em conhecer os hábitos e consumo dos participantes com relação a supermercado. Nesse estágio houve uma discussão intensa e foi possível coletar dados sobre a percepção geral deles acerca das propagandas de supermercados.

Para a terceira etapa, foram exibidos os comerciais de supermercados veiculados na cidade de Belo Horizonte pela emissora Globo Minas. O objetivo dessa etapa foi analisar a percepção e o comportamento do consumidor logo após a exibição dos comerciais e entender como é a relação do consumidor com a imagem da marca dos anunciantes.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados analisados permitem inferir que os consumidores escolhem os supermercados utilizando vários critérios, que variam segundo a finalidade em relação à compra. Dentre os fatores mencionados, a localização (27%) e o preço (23,5%) foram os principais motivos na escolha do ponto de venda (GRÁF 1). Esse resultado pode ser compreendido com base em Serrentino (2006, p.8), ao destacar que:

Os consumidores não estabelecem mais relações monogâmicas, exclusivas, em vez disso elegem as lojas em seus processos de compra a partir de um leque de op-

ções que, em determinadas situações de compra, para categorias de produtos específicas, oferecem uma melhor resposta a suas demandas.



Gráfico 1 – Fatores de influência na escolha de um supermercado.

Fonte: Dados da pesquisa Focus Group (2009).

Embora a escolha do consumidor seja muitas vezes orientada pela loja próxima ao local em que reside, ele quer também a melhor solução de preço. Limeira (2008) aponta que a proximidade do ponto de venda e o preço são os fatores que mais pesam na escolha deste tipo de varejo, para as classes de baixa renda. Mas esse resultado foi reflexo também dos participantes da segunda sessão, considerados da classe B, aquelas que estão entre 10 e 25 salários, de acordo com essa mesma autora. Com base nessa questão de preço, há uma preocupação de grande parte dos anúncios de supermercados em destacar as ofertas, conforme se vê a seguir:

A propaganda varejista está e quase exclusivamente apoiada nas ofertas de preço, que tem levado parte dos consumidores a concretizarem uma compra quando o produto está em promoção de preço. Apesar da importância do preço, os varejistas precisam exercitar sua criatividade, inteligência e perspectiva de longo prazo, para que as outras variáveis do composto varejista também recebam uma especial atenção. (PARENTE, 2000, p.160)

Em contrapartida, Pastore (2008, p. 1120) alega que o preço, um fator muito sensível, deve perder seu efeito e influência na imagem do supermercado para aqueles que praticarem o novo marketing no varejo.

Quando questionados sobre o último comercial assistido, os entrevistados tiveram dificuldade em lembrar-se: 36% não se recordaram de nenhum comercial. Após vários estímulos da moderadora, aos poucos foram lembrando-se. Dentre os comerciais, o mais citado foi o do Carrefour (39,5%), seguido do comercial do Epa (31%). Os comerciais dos Supermercados BH e do Extra foram lembrados por 15% dos entrevistados (GRÁF. 2).

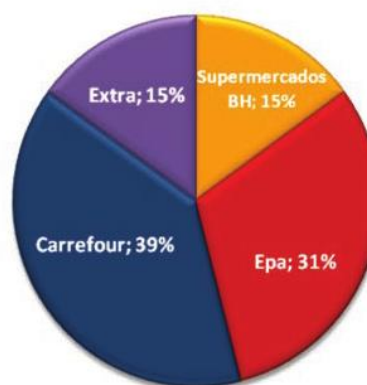


GRÁFICO 2 – Marca de supermercado com comerciais mais lembrados.

Fontes: Dados da pesquisa Focus Group, 2009.

Dos comerciais, aqueles mais lembrados apresentavam na sua produção personagens famosos (19%) com empate técnico para trilhas, slogan ou jingle, mas a característica que efetivamente chama a atenção do consumidor é quando faz uso da exposição de preço de produtos. Segundo 31% dos entrevistados, o apelo ao preço baixo dos produtos se destaca de todos os outros atributos (GRÁF. 3)



GRÁFICO 3. Características que despertam atenção nos comerciais.

Fonte: Dados da pesquisa Focus Group (2009).

Após a exibição dos três comerciais, Carrefour, Epa e Via Brasil observou-se que, no primeiro momento, o comercial do Carrefour se destacou entre os entrevistados, devido à forma de abordagem diferenciada dos demais, com utilização de personagens e enredo. Depois, outros fatores foram percebidos, como o destaque do preço, mostrado no comercial do Epa. O Via Brasil foi lembrado pelo anúncio do cartão próprio do supermercado que oferece facilidade de pagamento, sendo este outro fator associado ao preço.

Foram apresentados aos entrevistados alguns slogans de supermercados de Belo Horizonte. Foi percebida pouca memorização da maioria deles, exceto o slogan do Supermercado Epa, que foi lembrado por 83% das pessoas. Isso pode ser explicado devido ao impacto que a frase do slogan “Seu supervizinho” gera, uma vez que utiliza a localização, um dos mais importantes fatores na hora da decisão de compra. O slogan “Seu supervizinho” é de fácil memorização, pois é curto e cantado na trilha sonora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo da imagem da propaganda de supermercados de Belo Horizonte, pode-se perceber que os comerciais exibidos na mídia eletrônica, de uma forma geral, apresentam características semelhantes, como edição, locução e conteúdo focado em ofertas. Os poucos supermercados que saem desse padrão são os mais lembrados pelo consumidor.

A partir das análises feitas, de forma geral, as propagandas atuais dos supermercados não têm sensibilizado os consumidores a irem ao ponto de venda. Um dos motivos que levam a esse resultado é que as pessoas não veem a propaganda de maneira positiva, pois o consumidor identifica as abordagens utilizadas nos comerciais como repetitivas e, por isso, muitas vezes passam despercebidas. Após análise dos dados dos grupos focais, foi percebido que o consumidor, apesar de sentir atração pelo comercial de um determinado supermercado, em muitos casos, frequenta outro. Isso acontece porque os outros itens do composto varejista, como localização, preço, promoção, estacionamento, possuem um peso maior do que a publicidade, na hora da escolha do supermercado que o consumidor irá frequentar.

A pesquisa apresenta algumas limitações, pois o próprio tema possui caráter subjetivo o que dificulta a obtenção de respostas exatas. O fato de terem sido considerados apenas comerciais de TV, somente dos principais varejistas do mercado belo-horizontino de alguns varejos, contribuiu para uma segmentação mais específica. O ideal seria agregar outras mídias complementares, para ampliar o conhecimento deste consumidor.

Os grupos focais foram realizados em local próprio para tais pesquisas, ou seja, os consumi-

dores foram retirados do seu ambiente natural de consumo. Isso contribui para que as respostas possam ficar comprometidas. Há também a possibilidade de os entrevistados terem sido influenciados pelas respostas uns dos outros. Acredita-se, contudo, que este trabalho contribui para o enriquecimento do estudo do comportamento do consumidor varejista belo-horizontino e pode ser uma referência para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- FERRACIÚ, JDeSS. A evolução e apogeu do varejo. *In: GRACIOSO, F (Org.). As novas arenas da comunicação com o mercado.* São Paulo: Atlas, 2008. 182 p., cap. 9, p. 91-106.
- LEVY, M; WEITZ, BA. **Administração de varejo.** Tradução Erika Suzuki, revisão técnica José E. Gonçalves, José B. A. Júnior. São Paulo: Atlas, 2000. 695 p.
- LIMEIRA, TMV. Administração das Comunicações de Marketing. *In: DIAS, SR (Org.). Gestão de marketing.* São Paulo: Saraiva, 2006. 539 p.
- LIMEIRA, TMV. **Comportamento do consumidor brasileiro.** São Paulo: Saravia, 2008. 380 p.
- MATTAR, FN. **Pesquisa de Marketing.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 224 p.
- MCDANIEL, C; GATES, R. **Pesquisa de Marketing.** Tradução James F. Suderlanda Cook, revisão técnica Tânia M. Vidigal Limeira. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 562 p.
- PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia.** São Paulo: Atlas, 2000. 387 p.
- PASTORE, R. O novo marketing no varejo: lojas que reagem com os clientes. *In: GRACIOSO, Francisco (Org.). As novas arenas da comunicação com o mercado.* São Paulo: Atlas, 2008. 182 p., cap. 11, p. 107-113
- PEREZ, C. **Signos da marca. Expressividade e sensorialidade.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 174 p.
- RIES, Al; TROUT, J. **Posicionamento: a batalha pela sua mente.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2009. 214 p.
- SERRENTINO, A. **Inovações no Varejo: Decifrando o quebra-cabeça do consumidor.** 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006. 103 p.
- ZOZZOLI, JC. O contexto da propaganda nas teorias da comunicação: emergência da publicidade contemporânea e alicerces de suas principais feições teóricas. *In: PEREZ, Clotilde; BARBOSA, Ivan Santo (orgs.). Hiperpublicidade. Fundamentos e interfaces.* v. 1, São Paulo: Thomson Learning, 2007. 431 p., cap. 3, p. 32-90

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Estudo da Imagem da Propaganda de Supermercado em Belo Horizonte”.

2 Discentes do curso de Comunicação Social – Habilitação: Publicidade e Propaganda - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS NOS SITES DE RELACIONAMENTOS NA INTERNET¹

Admilson Veloso da Silva²
Kellen Caroline Santos²
Daniela Cândida de Abreu Lopes³
Diêgo Eustáquio Silva³
Lamounier Lucas Pereira Júnior⁴
Juliana Duran Lima⁵

Resumo: Com este artigo, pretende-se analisar os processos de construção da identidade de sujeitos na internet, a partir dos conceitos de *fachadas pessoais* desenvolvidas por Goffman (1985) e dos arquétipos jungianos desenvolvidos por Randazzo (1997). Analisa-se também a criação dos títulos e textos que compõem os perfis dos usuários, passando pela tentativa de criação de uma identidade virtual através da utilização das ferramentas disponibilizadas pelo *site Manhunt*.

Palavras-chave: Arquétipo. Construção da identidade. Fachadas. Interacionismo simbólico. *Sites* de relacionamentos.

Abstract: The aim of this study is to analyze the construction processes of subjects' identity on the Internet, taking into account the concepts of personal representations developed by Goffman (1985) and the Jungian archetypes developed by Randazzo (1997). This work also analyzes the creation of the titles and texts that make up users' profiles, which attempt to create a virtual identity through the use of tools provided by the *Manhunt* site.

Keywords: Archetype. Identity construction. Representations. Symbolic interaction. Relationship sites.

IDENTIDADE VIRTUAL: A REPRESENTAÇÃO EM REDE

A construção da identidade é um tema recorrente em várias áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Comunicação e Psicologia. Este processo, bem como as interações sociais, está sempre em transformação e, dessa forma, adquire novas especificidades com os avanços tecnológicos e a acessibilidade aos instrumentos de comunicação via *Internet*. O desenvolvimento dessas tecnologias de interação mediada disponibilizou no espaço formas simbólicas que antes dependiam da presença física. Com isso, para estabelecer as relações virtuais⁶, o sujeito precisa construir novas formas para se representar enquanto sujeito e comunicar com outros indivíduos.

Essa mudança interfere diretamente nas noções do “Eu” e do “Outro” que, por sua vez, influenciam a construção da identidade. Tal processo também se tornou mais complexo porque passa a se adaptar às diversas situações em que os sujeitos se encontram na contemporaneidade. Para avaliarmos as mudanças em relação à identidade no mundo virtual e suas influências nas relações sociais, precisamos primeiro compreender as teorias estabelecidas para a explicação do conceito de identidade.

Dentre os diversos estudiosos que se propuseram a avaliar essa construção, ganha relevância, no campo da representação, o sociólogo americano Erving Goffman. Este autor entende a representação de papéis pelos indivíduos enquanto um processo de construção e manutenção de *fachadas sociais*⁷. Para desempenhar um papel, o sujeito utiliza um *cenário* (no caso da *Internet*, este cenário pode ser entendido como a página pessoal) para compor e dar força ao desempenho

na atuação. No mundo virtual, a página pessoal de um *site* de relacionamento compreende, geralmente, fotos, *nickname*, a descrição pessoal e outros elementos que irão compor o perfil do indivíduo e que, por sua vez, darão sustentação para a representação. Todos esses elementos servem para formar a *fachada* empregada durante a representação.

Ao descrever as características da *fachada*, o autor afirma que ela é estabelecida em determinados *cenários*, correspondente aos suportes que compõem a cena do espaço em que o ato ocorre (mesa, cadeira, fotografia), e em *fachada pessoal* – aspectos ligados ao sexo, idade, vestuário, expressões faciais, etc. Essa segunda forma de fachada é dividida, por sua vez, em *aparência* e *maneira*.

O sociólogo define como *aparência* os estímulos referentes ao *status* social do ator⁸ - uma realidade que pode ser verificada por meio do aspecto figurativo do mundo social, tais como vestuário, acessórios, linguagem formal/informal, etc. A *maneira* é apresentada como os estímulos que transmitem informações sobre o papel que o indivíduo pretende desempenhar - se utiliza um tom agressivo de voz, por exemplo, pode ser porque quer dirigir o curso do diálogo. Todavia, não podemos nos esquecer de que a realidade que nos é apresentada pode não ser “verdadeira” - caso em que o sujeito frustra as expectativas em relação à sua aparência ao se portar de maneira incompatível com esta - apesar de todos esperarem que haja uma compatibilidade entre a *aparência* e a *maneira*.

Entender as influências da representação e, nesse sentido, da teoria de Goffman (1985) para a compreensão dos processos interacionais se torna relevante por serem tais conceitos também aplicáveis aos contextos das relações virtuais. As descrições de *fachadas* e *cenários* podem

ser adaptadas para as características encontradas na *Internet* - em especial nas redes sociais⁹ - e, assim, contribuem para a compreensão de como são estruturados os relacionamentos e como são construídas as identidades nesse espaço, já que os estudos específicos da área ainda carecem de aprofundamento.

As características apresentadas pelo autor em relação à *aparência* e *maneira* podem ser percebidas mais claramente na identidade virtual quando há alguma incompatibilidade nas informações fornecidas pelo indivíduo. As contradições em um perfil da *Internet*, como em um *site* de relacionamentos, por exemplo, revelam que o sujeito deixou transparecer falhas na construção da identidade, o que não permite uma coerência entre a *aparência* e a *maneira* como ele se apresenta¹⁰.

Outra colaboração importante para se entender e definir a identidade virtual vem dos estudos implementados pelo sociólogo inglês John Thompson (1998). A partir da leitura do autor, percebe-se que as formas mediadas fazem com que os indivíduos dependam cada vez mais de recursos para construir uma identidade coerente para os outros e para si mesmos. A mídia, segundo o sociólogo, promoveu uma intimidade ainda não existente na *interação face a face*¹¹.

De acordo com Thompson (1998), o processo de formação do *self* se torna mais reflexivo e aberto. Ao mesmo tempo, é cada vez mais alimentado por materiais simbólicos mediados, que se expandem num leque de opções disponíveis aos indivíduos. Com a mediação eletrônica, os indivíduos têm a possibilidade de criarem intimidades não recíprocas e livres de obrigações sociais. Porém, esta intimidade possibilita também uma forma de dependência e veneração.

Em sua avaliação das interações, o autor

emprega também as definições de Goffman (1985) de que toda ação acontece dentro de uma estrutura interativa particular que implica certas suposições e convenções, como também características físicas do ambiente. Isso faz com que o sujeito sempre seja chamado para adaptar o próprio comportamento. O indivíduo passa a criar uma estrutura de ação onde procura projetar uma imagem de si bem próxima da impressão que deseja transmitir.

O DISCURSO PUBLICITÁRIO E A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO COMO MARCA

O crescimento vertiginoso da *Internet* e sua difusão resultaram na criação de um novo tipo de organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais constituídas pela identificação de interesses comuns. Na formação dessas comunidades, o indivíduo passa a utilizar uma estratégia para adquirir uma identidade - uma vez que as identidades culturais estão se fragmentando em consequência do processo de globalização. Para ser aceito pela comunidade, precisa fazer sua publicidade pessoal, ou seja, pretende vender-se como marca.

Para entendermos como o indivíduo vende-se como marca nessas comunidades virtuais, utilizamos o estudo do *site Manhunt* explorando, inicialmente, a noção de arquétipo enquanto imagens que representam estados de realidade interior do sujeito, em que se estabilizam suas tensões emocionais, tanto individuais quanto coletivas, e dirigem a energia da pessoa para a realização de um desejo (RANDAZZO, 1997). Para o autor, o arquétipo é toda a representação mental que um sujeito faz de si e do mundo ao

seu redor, sejam essas manifestações conscientes/ racionais ou de orientação emocional/psicológica ou inconsciente. Compreendemos também como a relação sujeito/arquétipo/publicidade evoca o desejo de consumo no destinatário, como o sujeito/consumidor almejado pela publicidade se vê representado no meio de comunicação virtual e como os arquétipos que a publicidade cria para representar seu consumidor-modelo levam esse sujeito ao consumo do produto ou serviço veiculado.

Nossa hipótese, que desenvolvemos durante as pesquisas e levantamento através de dados do site Manhunt - nosso objeto de estudo, é a de que a representação do arquétipo tem uma capacidade menor de persuasão (de gerar uma projeção e identificação de identidade com o consumidor almejado) quando veiculada isoladamente, sem a presença do texto e do título.

O PAPEL DOS ARQUÉTIPOS

Para entendermos a relação dos arquétipos com a publicidade e, por sua vez, seu poder de persuasão, precisamos compreender sua definição. O arquétipo é, em sua essência, um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta. Os gregos antigos “percebiam o mundo em termos de formas universais – essências ou arquétipos – que fundamentam o mundo da realidade diária” (RANDAZZO, 1997, p. 66). Jung, citado por Randazzo (1997, p. 67), define o arquétipo como idéias comuns partilhadas entre todas as pessoas, existentes no inconsciente e funcionando como instintos moldadores do comportamento desde a

origem da espécie humana. Acredita-se que um arquétipo evoque emoções poderosas no leitor ou em espectadores porque desperta uma imagem primordial da memória inconsciente.

Os arquétipos, que inúmeras vezes fundamentaram mitos culturais, também desempenham um importante papel na criação de mitos. Na atualidade, a publicidade, com o suporte dos meios de comunicação, tornou-se uma forma dominante e poderosa na propagação de mitos. Por isso, a afirmação de Randazzo (1997) de que desde o começo dos tempos os mitos se originaram de várias fontes – curandeiros, contadores de histórias, adivinhos - e, hoje, dos filmes de Hollywood e da publicidade.

A publicidade tem o poder de mitologizar as marcas, vestindo-as com os sonhos e as fantasias do consumidor. Ela está repleta de exemplos de marcas bem-sucedidas e duradouras que usaram personagens míticos, baseados em imagens arquetípicas, para retratar e transmitir os benefícios e atributos do produto, assim como proporcionar benefícios psicológicos e emocionais. Muitos desses personagens tornaram-se tão identificados e relacionados com a marca que acabaram representando a essência da marca na mente do consumidor.

CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO *SITE MANHUNT*

Randazzo (1997) parte do princípio de que a publicidade é uma parte importante da nossa cultura, um meio extremamente poderoso de moldar nossos valores individuais e culturais, enquanto os mitos são projeções que emanam da alma e dos sonhos desses indivíduos. Eles repre-

sentam “sonhos coletivos, aspirações, sentimentos e padrões de pensamento da humanidade, que parecem estar implantados nos seres humanos e que de alguma forma funcionam como instintos ao moldarem o nosso comportamento” (op. cit., pág. 11). Os mitos são valores e crenças sociais projetadas no imaginário individual e coletivo representantes de uma determinada cultura. Assim como os mitos, as marcas de produtos ou serviços também funcionam como portadoras de projeção. A publicidade da marca é o meio pelo qual há a projeção de valores e crenças; ela espelha as mitologias culturais coletivas e os valores e sensibilidades que moldam a vida. Como diz Randazzo, “a publicidade é uma forma de criar mitos” (op. cit., pág. 11).

A essas mitologias culturais são fornecidas bases - as imagens arquetípicas (universais) - que sustentam os alicerces de inúmeras imagens usadas na publicidade. Podemos dar um exemplo com a imagem universal da Grande mãe, que aparece em todas as mitologias culturais e que representa o instinto nutricional presente em todos nós, a origem da vida, que também serve como o fundamento materializado por muitas peças publicitárias de gêneros alimentícios e vestuário infantil. Quando há esse tipo de emprego de imagem na publicidade, tem-se o que Randazzo denomina de “imagem do usuário”, ou seja, toda uma descrição do tipo de pessoa que o anunciante deseja retratar como o usuário de seus produtos. Assim, percebemos que a identificação do produto com o consumidor se dá a partir da imagem que cada um deseja de si próprio.

Para Randazzo, a imagem do usuário criada pela publicidade pode ser uma imagem de usuário real ou uma imagem de usuário idealizado (mitologizado). A imagem de usuário real é uma imagem que é coerente com a auto-imagem, os

valores e o estilo de vida do consumidor. Todo arquétipo pode se manifestar em um número infinito de formas. Por exemplo, o arquétipo do Guerreiro, que está ligado a valores como independência, força, e coragem, pode ser representado em um policial, um jogador de futebol, um administrador, um comerciante, um operário, etc. Assim, toda imagem que contemple valores ligados ao arquétipo do Guerreiro pode ser usada para espelhar sujeitos e modos de vida, à medida que essa imagem seja identificada pelos consumidores. Dessa forma, a publicidade é uma forma de criar mitos e representar arquétipos, projetar sujeitos e mundos simbólicos nos quais os seres humanos possam projetar os seus sonhos e anseios.

Verificamos no nosso objeto de estudo, que o próprio *site* disponibiliza um filtro de pesquisa que define, através de diversas opções como idade, cidade e peso, os sujeitos e os modos de vida que podemos encontrar. Randazzo afirma que “o que se deseja é que o consumidor se identifique com a imagem do usuário (o tipo de pessoa apresentada usando o produto) criada pela publicidade.” (op. cit., pág. 96). Essa mitologia publicitária arquetípica pressupõe que todos nós consumidores passamos conscientes ou inconscientes por uma série de arquétipos e de experiências arquetípicas que definem e moldam nossas vidas e nossos relacionamentos. O autor afirma que as mitologias publicitárias, que criam no consumidor poderosas imagens baseadas em arquétipos, procuram muitas vezes despertar sentimentos associativos ao seu consumidor alvo. Randazzo assegura que as imagens femininas usadas nas mitologias de marca baseiam-se constantemente na Grande Mãe ou na Donzela (Virgem, Tentadora) enquanto as imagens masculinas baseiam-se nos arquétipos do Grande Pai

ou do Guerreiro. Mas, Randazzo conclui também que os arquétipos transcendem os gêneros: homens e mulheres têm, ambos, instintos carinhosos e instintos agressivos. “Todos nós temos um instinto agressivo, um instinto guerreiro, que é universalmente representado pelo arquétipo do Guerreiro. E todos nós temos um instinto de amor e de afago, universalmente representado pelo arquétipo da Grande Mãe” (*op. cit.*, pág. 335).

Por isso, quando a publicidade faz o uso correto de imagens arquetípicas, o sucesso é bem maior, pois vão ter um impacto significativo na identificação do sujeito-consumidor. Partindo-se da hipótese de que a maioria dos indivíduos usuários dos sites de relacionamentos não são publicitários, é interessante notar a apropriação desse tipo de linguagem publicitária para vender a imagem dos usuários, a qual pode ser tratada como um produto. Assim, verificamos durante a pesquisa, que usuários do site Manhunt utilizam artifícios através dos títulos, nicknames e na descrição textual para a identificação do usuário o qual deseja atingir. Nota-se que a construção dos textos que compõem os perfis nos sites de relacionamento é carregada de figuras de linguagem, apelos, procedimentos expressivos e outros elementos textuais, cuja estrutura baseia-se, basicamente, na mesma estrutura dos textos publicitários, tanto no plano da expressividade quanto do conteúdo da mensagem veiculada.

Após a constatação da apropriação da linguagem publicitária pelos usuários dos sites de relacionamento, é importante deixar claro que as mensagens não são constituídas de apenas um tipo de linguagem de maneira isolada. Há uma interação de palavras e estas dão origem a textos ricos, com a utilização de vários elementos textuais, mas que têm um objetivo comum, que é vender o produto.

A CONSTRUÇÃO ARQUETÍPICA DA IDENTIDADE NO SITE MANHUNT

Através do site *Manhunt*, notamos o quanto os usuários utilizam a criação da identidade para se diferenciar dos demais, através de artifícios lógicos e diretos:

A identidade da marca cria uma presença mais forte na mente do consumidor e ajuda a diferenciar aquela marca das demais. Uma identidade de marca sedutora e apropriada humaniza e personifica o produto, o que por sua vez facilita a criação de um vínculo emocional do consumidor com a marca em questão. (RANDAZZO, 1997, pág. 45)

Segundo Randazzo, os publicitários estão cada vez mais conscientes da identidade de uma marca. Sem identidade, um produto seria simplesmente um produto, e não uma marca distinta. Já Sampaio (2002) diz que as marcas não são mais apenas a alma dos produtos e serviços, e sim que as marcas vão se transformando no corpo dos produtos e serviços.

Para Randazzo, o conceito de marca se divide em *componentes do produto* (atributos dos produtos e benefícios do produto) e *componentes percentuais* (imagem do usuário, benefícios emocionais/psicológicos, alma da marca, personalidade da marca, imagem da marca e posicionamento da marca).

Os atributos do produto (ou serviços) da marca são as qualidades específicas do produto/serviço normalmente decorrentes da fabricação: ingredientes, preço, embalagem, uso, tradição ou, no caso de atributos de serviço, mais rápido, mais eficiente e assim por diante.

Em muitas categorias de produtos, entretanto, os produtos e serviços são similares e é difícil encontrar atributos únicos e diferenciadores. Em outras palavras, o(a) consumidor(a) deve olhar para o anúncio e dizer a si mesmo ou a si mesma: “aquela pessoa se parece comigo ou com a pessoa que eu gostaria de ser. Talvez fosse melhor eu passar a usar aquela marca”.

Randazzo (1997) ainda afirma que a *personalidade de uma marca* decorre de vários fatores: embalagem, logotipos e publicidade são apenas alguns deles.

A publicidade – mais especificamente, a imagem do usuário – é muitas vezes o que mais contribui para a personalidade de uma marca. A personalidade de uma marca é a personificação de um produto: aquilo que um produto seria se fosse uma pessoa.

Em nosso objeto de estudo, verificamos a importância de uma coerente construção da identidade virtual criadas pelos usuários do *site Manhunt*. Para a mensuração de uma estruturação, desenvolvemos uma metodologia para diferenciar um usuário do outro, juntamente com suas características arquetípicas (coerentes e/ou incoerentes).

Inicialmente, coletamos 500 perfis gerais e não repetidos e desses, retiramos os 100 primeiros perfis para serem analisados. Verificamos, através desse filtro, se os usuários agiam de forma coerente para a criação de sua identidade virtual, a ponto de não levantar dúvidas ou questionamento aos demais usuários e serem atrativos de acordo com o objetivo de cada usuário na construção do arquetipo a partir da redação do *nickname*, título e texto.

Os arquetipos utilizados na tabulação não foram somente os descritos por Randazzo (1997), como o Grande Pai (provedor e protetor). Essa denominação pode ser encontrada, por exemplo, no

texto de um dos perfis do *Manhunt* “PS: Buscando amizades ou algo sério.” Criamos outros arquetipos, como, Baco, que é o deus dos excessos, principalmente sexuais, representante da embriaguez e cujas festas eram chamadas de bacanais, ou seja, orgias. Pertencente a este arquetipo, pode-se citar o *nickname* AmigoSafado69 e o título de sua página “Sexo entre machos! (Tenho Local)”.

Já Vênus foi uma das divindades mais veneradas entre os antigos, e dona de uma anatomia divina. Vemos claramente essa característica no título “22cm” extraído de um dos perfis pesquisado.

Criamos também o arquetipo do Menino, o que quer colo, amparo e proteção. É ingênuo e indefeso, facilmente identificado no *nickname* “jorgedocinho” e no título: “Boy quer ser Feliz”.

A descrição do Narciso na mitologia grega nos diz que ele se apaixonou pela própria imagem e ficou a contemplá-la até consumir-se. O termo narcisismo designa a condição mórbida do indivíduo que tem interesse exagerado pelo próprio corpo, conforme se pode perceber no texto extraído de um dos perfis: “sou lindo, gato e charmoso”.

Além dos outros arquetipos, podemos citar o Romântico - “Quero ser como um pássaro livre e poder voar pra poder pousar no coração de quem poder mim amar!!!!!!!!!!”, os perfis genéricos (com foco no papel sexual, sem adjetivos, como no *nickname* “boy25ativo”), e os que não se enquadram em nenhum desses arquetipos (Não identificados) como o *nickname* “Geminiano!” ou mesmo o título “Tô a fim de ver colé”.

Analisando-se os perfis, segundo o conceito de *fachada pessoal* proposto por Goffman (1985), por sua vez, percebemos que alguns perfis são mais coerentes na construção de seu arquetipo do que outros.

QUADRO 1 – Proposta de classificação de arquétipos de perfis de usuários homossexuais masculinos a partir do *site Manhunt*

Arquétipos de perfis de usuários homossexuais							
1	2	3	4	5	6	7	8
Baco Garanhão, apelado sexual, tarado, bom de cama, ninfoma- níaco (apelo explícito)	Vênus Caracterís- ticas se- xuais e de auto-enal- tecimento dos atri- butos sexuais (implícitos)	Menino O que quer proteção, o garo- tinho, o filho, aquele que está em busca de colo.	Narciso Enaltecimento de caracterís- ticas pessoais, atributos físicos, beleza.	Pai Provedor, respon- sável, protetor.	Descrição genérica com foco no papel sexual (sem adjetivos)	Não identifi- cados	Românticos

FONTE: Pesquisadores, 2010

Em alguns perfis, é possível notar que há uma coerência no conjunto de *nickname*, título e texto, reforçando a construção do arquétipo. Como exemplo de perfis coerentes, em que se é possível identificar um único arquétipo norteando toda a construção do perfil (*nickname*, título e texto), pode-se citar:

- a) marcelG
sou legal, to afim de bate papo
to afim de bate papo e conhecer /
caras legais
Nikname: arquétipo 7
Título: direto, racional: arquétipo 7
Texto: arquetipo 7
- b) chocolateapimentado
Chocolate Apimentado
Aproveite o saboroso gosto do choco-
late regado ao picante calor da pimenta...

Moro no Centro do Rio, próximo a Lapa.
@ @ @ @ @ SEM COMPROMISSO @ @ @
@ @

Nikname: arquétipo 2
Título: direto, emotivo, arquétipo 2
Texto: metáfora, antítese, arquétipo 2

Já os perfis que não apresentam coerência no processo de construção arquetípica nos deixam dúvida e incerteza quanto a sua construção, pois não há uma ligação entre *nickname*, título e texto:

- c) Here we go!
“Case-se com alguém que goste de conversar... pois quando envelhecer, isso será o mais importante...”
Você pode ser sempre você! Aprenda a fa-

lar dos seus próprios sentimentos, a falar de si. Quando falamos de nós mesmos podemos falar de como as palavras, e as ações dos outros nos impactam, sem julgar o outro.

Nickname: arquétipo 3

Título: emotivo, indireto: arquétipo 7

Texto: polissíndeto : arquétipo 8

d) lucasgomes

lucas gostosão

sou lindo gato e charmoso

Nickname: arquétipo 7

Título: direto, racional: arquétipo 2

Texto: metáfora: arquétipo 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após coletados e analisados os 100 perfis quanto aos princípios arquetípicos de construção dos *nicknames*, títulos e textos, foi facilmente perceptivo que os perfis que mantiveram-se fiéis a um mesmo arquétipo (tanto para o *nick*, título e texto) são mais coerentes e até mesmo mais atrativos. Porém, há de se ressaltar que não temos como afirmar que os perfis coerentes recebem um número maior de contatos por parte dos demais usuários.

Aqui, retomamos Randazzo (1997) que assegura que a personalidade da marca é apenas um dos aspectos da imagem ou identidade global da marca. Da mesma forma que a personalidade de uma pessoa é apenas um dos aspectos (embora importante) da identidade global da pessoa.

A idéia de personificar um produto pode parecer um tanto estranha no começo, mas os consumidores chegam a surpreendentes detalhes na descrição da personalidade de uma marca. A capacidade dos consumidores para antropomorfiza-

rem as marcas sugere que normalmente eles não as vêem como meros produtos, mas sim como identidades com personalidade própria. A percepção da personalidade existe provavelmente de forma subliminar (abaixo do nível da consciência), mas mesmo assim muito importante, pois ajuda a determinar uma identidade de marca distinta, o que diferencia a marca na mente do consumidor.

Para Randazzo (1997), a personificação de uma marca e, por conseguinte, a construção de um perfil baseado num arquétipo definido e coerente, humanizam e personalizam o produto, facilitando o desenvolvimento de um vínculo emocional do consumidor com o produto. A criação do vínculo emocional entre o consumidor e a marca distingue a marca das demais, favorece uma presença mais marcante na mente do consumidor e ajuda a estabelecer a fidelidade à marca.

REFERÊNCIAS

CARRASCOZA, JA. **A evolução do texto publicitário**. São Paulo: Futura, 1999.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1993.

_____. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.

RANDAZZO, S. **A criação de mitos na publicidade: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

REZENDE JR, N. **A publicidade, a retórica e o behaviorismo**. Disponível em: <http://www.parapensarpropaganda.com.br/2008/02/a-publicidade-a-retorica-e-o-behaviorismo>. Publicado em 16 de fevereiro de 2008. Acesso em: 14 /03/2009.

SAMPAIO, R. **Marcas de A a Z: como construir e manter marcas de sucesso: um guia para fazer da sua marca a principal força do seu negócio**. Cidade: editora, 2002.

THOMPSON, JB. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “A Construção Virtual da Identidade nos *Sites* de Relacionamento.”

2 Discentes do curso de Jornalismo, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discentes dos cursos de Comunicação Social – Habilitação: Publicidade e Propaganda - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

6 O conceito de virtual apresentado neste artigo é equivalente ao estabelecido por Pierre Lévy em seu estudo *O que é o Virtual?* Para o autor, o virtual não é contrário ao real, mas ao atual. Dessa forma, a virtualização acontece quando há, por exemplo, a desterritorialização, a não-presença. Uma informação, uma pessoa ou um ato é virtual quando se separa do espaço físico ou geográfico e da temporalidade do relógio e do calendário, como acontece na rede mundial de computadores.

7 O autor define fachada como “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN,1985, pág.29).

8 Este autor trabalha o conceito de ator como sinônimo de indivíduo, pessoa. Utiliza desse recurso, pois afirma que todo ser humano está, em todos os momentos, representando algum papel, como em um palco de teatro.

9 Utiliza-se como referência as definições de redes sociais apresentadas por JOHNSON e BRETAS (2007) como um “conjunto de comunicação”. Nesse caso as redes de computadores (Intranet, Internet).

10 Na sequência deste artigo serão apresentados alguns exemplos de compatibilidade e contradições nas informações que compõem um perfil nos sites de relacionamento.

11 Thompson descreve este conceito enquanto uma forma de interação em que os indivíduos compartilham do espaço-tempo, em contraponto às “interações mediadas” e “interação quase mediada”, nas quais isso não acontece. Para efeito de apropriação, as “interações mediadas” são as que mais se aproximam do que acontece na Internet. Contudo, não aprofundamos no conceito por questão de não ser o foco da pesquisa.

A CONSTRUÇÃO ARQUETÍPICA DOS SUJEITOS NO *SITE* DE RELACIONAMENTOS MANHUNT¹

Admilson Veloso da Silva²
Kellen Caroline Santos²
Daniela Cândida de Abreu Lopes³
Diêgo Eustáquio Silva³
Lamounier Lucas Pereira Júnior⁴
Juliana Duran Lima⁵

Resumo: Este artigo objetiva desenvolver uma análise dos processos de construção da identidade de sujeitos na internet, com foco no *site* de relacionamentos *Manhunt*. A proposta é compreender quais são as particularidades da identidade no mundo virtual e como se dá a representação dos papéis nesse espaço. A partir da proposta da construção de fachadas desenvolvidas por Goffman (1985) e dos arquétipos jungianos desenvolvida por Randazzo (1997), discorre-se como a construção das identidades virtuais dos sujeitos usuários dos *sites* de relacionamento fundamenta-se nas estruturas arquetípicas jungianas, desde o momento da criação dos *nicknames*, até a criação dos títulos e textos que compõem os perfis dos usuários, passando pela tentativa de criação de uma identidade virtual através da utilização das ferramentas disponibilizadas pelo *site Manhunt*. Em sentido inverso, pretende-se analisar como as ferramentas de busca do *site* fundamentam um processo inverso de procura de outros usuários segundo também uma estratégia de projeção arquetípica.

Palavras-chave: Arquétipo. Construção da Identidade. Fachadas. Interacionismo Simbólico. *Sites* de Relacionamentos.

Abstract: This article aims to analyse the construction processes of the subjects' identity on the Internet, focusing on the *Manhunt* networking site. The proposal of this study is to understand what the identity particularities of the virtual world are, and how the rules in that space are constructed. Using the proposal of building representations developed by Goffman (1985) and the Jungian archetypes developed by Randazzo (1997), we discuss how the construction of virtual identities by subjects users of social networking sites is based on the Jungian archetypal structures, from the time of creation of nicknames until the creation of titles and texts that make up the users profiles, which attempt to create a virtual identity through the use of tools provided by the *Manhunt* site. In a reverse way, we intend to analyze how the search tools of the site underlie an inverse process of searching for other users, also as a strategy of archetypal projection.

Keywords: Archetype. Identity Construction. Representations. Symbolic Interaction. Networking Sites.

A CONSTRUÇÃO DE FACHADAS E ARQUÉTIPOS

A *Internet* e os avanços tecnológicos influenciaram decisivamente o processo de construção da identidade e as especificidades das interações sociais. Se antes a presença física dos sujeitos era fator preponderante para a determinação das trocas simbólicas, o espaço virtual se encarregou de alterar, por meio do desenvolvimento das tecnologias de interação mediada, as formas de se comunicar e as relações sociais no ambiente virtual. Esse novo cenário de troca de experiências mediadas entre sujeitos interferiu diretamente nas noções do *Eu* e do *Outro* e, por consequência, influenciou a construção da identidade e das *fachadas sociais*⁶.

A partir da teoria desenvolvida por Goffman (1985) que entende a representação de papéis pelos indivíduos enquanto um processo de construção e manutenção de fachadas sociais, é possível repensar a participação dos internautas nos contextos das relações virtuais. As influências da representação e a compreensão dos processos interacionais desenvolvidos por Goffman também se aplicam aos *sites* de relacionamentos. As definições de fachadas e cenários podem ser adaptadas para as características encontradas na *Internet* e contribuir para a compreensão de como se estruturam os relacionamentos e como se constroem as identidades no ciberespaço.

Para o autor, no processo de interação simbólica, os indivíduos se valem da construção de fachadas pessoais que viabilizem a troca de experiências. A *fachada pessoal*, descrita por Goffman (1985) compreende aspectos ligados ao sexo, idade, vestuário, expressões faciais,

etc. dos sujeitos e, para se estabelecer, utiliza de determinados *cenários*, entendidos como os suportes que compõem a cena do espaço em que ocorre o ato. A *fachada social* pode ser dividida, segundo o autor, em *aparência* (estímulos referentes ao *status* social do ator⁷ - uma realidade que pode ser verificada por meio do aspecto figurativo do mundo social, tais como vestuário, acessórios, linguagem formal/informal, etc.) e *maneira* (estímulos que transmitem informações sobre o papel que o indivíduo pretende desempenhar). Apesar de existir uma previsibilidade na compatibilidade entre aparência e maneira, Goffman ressalta que pode haver frustrações de expectativas, na medida em que indivíduos podem se portar de maneira incompatível com sua aparência.

A análise da construção da identidade por meio dos processos de representação implica também na definição do conceito de identidade. Oliveira (2001) conceitua o termo como “o que nos possibilita diferenciar uma pessoa, um grupo, uma cultura ou uma sociedade de outra, ou seja, o ‘eu’ do ‘ele’ ou o ‘nós’ do ‘eles’”. No caso dos *sites* de relacionamentos, essas características podem ser expressas na linguagem (gírias, expressões, etc.) utilizada pelos internautas.

Já segundo Hall (1998), a construção identitária entre o “Outro” e o “Eu” se estabelece de maneiras diferentes ao logo da história social, sendo possível determinar três concepções distintas de identidade: o *sujeito do Iluminismo*, o *sujeito sociológico* e o *sujeito da pós-modernidade*⁸. Segundo o autor, a identidade plenamente completa, coerente, segura e unificada é um mito, já que, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados

por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais, no todo ou em parte, poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 1998).

As especificidades do processo de construção da identidade propostas por Hall (1998) dialogam com as reflexões propostas por Goffman (1985), quando afirma que a coerência expressiva exigida nas representações põe em destaque uma decisiva discrepância entre o nosso eu demasiado humano e o socializado.

Ao idealizar o seu papel em relação ao que o indivíduo realmente é e ao que a plateia gostaria que ele fosse e ao que ele realmente deseja ser, o ator precisa adequar a sua atuação a determinados contextos sociais para alcançar a aceitação e compreensão e para atender às expectativas da plateia (sociedade). Essa idealização, no que se refere à necessidade de se adequar aos anseios do público, faz com que o indivíduo incorpore e exemplifique os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade. Além disso, se um indivíduo tem que expressar os padrões ideais na representação, precisará abandonar ou esconder ações incompatíveis com eles (GOFFMAN, 1985).

Park (*apud* Goffman, 1985, p. 27) relaciona o conceito de *pessoa* ao conceito de *máscara* para explicar que os seres humanos sempre representam papéis, em toda e qualquer circunstância, podendo ser essa prática mais ou menos consciente. São nessas práticas de representação que nos conhecemos uns aos outros e a nós mesmos

O início da construção dessa máscara identitária, segundo Park, acontece ainda na infância, quando a criança começa a se identificar com determinadas características dos ou-

tros seres humanos e a reconhecer nas pessoas aspectos que adquirem importância ao longo da vida. Por conseguinte, o indivíduo adulto tende a se aproximar de grupos com os quais se identifica e a representar os papéis que são solicitados por estes. Assim, a construção de um perfil em um *site* de relacionamentos, por exemplo, levará em consideração, na maioria das vezes, a expectativa que há – ou que o sujeito supõe existir – nos demais indivíduos com os quais pretende interagir.

Durante as relações sociais estabelecidas pelo sujeito, acontece a reafirmação ou negação dos papéis que este escolheu tomando como base o processo interacional. Assim, se ele realiza uma *performance* na qual se mostra como uma pessoa interada de esporte e isso agrada aos participantes do processo, provavelmente vai utilizar dos mesmos artifícios quando voltar a se encontrar com eles.

Mead (*apud* Hall, 1998) complementa o processo de construção de identidade a partir de uma perspectiva psicológica, segundo a qual é possível entender o sujeito como um ser em constante desenvolvimento, e não como um organismo físico (que seria antes o próprio corpo) já existente desde o nascimento. A conceituação elaborada por Mead de *self*(eu) é aprofundada por Hall⁹.

Johnson e Bretas (2007), por sua vez, explicam que o *self* se desenvolve nos indivíduos como resultado das suas interações consigo mesmo, com o mundo e com outros indivíduos. Essa relação é a responsável por formar no sujeito a ideia de si, ao permitir-lhe se ver como igual ou diferente dos outros.

No campo das interações mediadas, ao se analisar a construção virtual e representação de papéis no espaço cibernético¹⁰ (LÉVY,

1996), principalmente nos *sites* de relacionamentos, percebe-se que há uma predominância do “mim” na descrição apresentada pelos indivíduos, já que estes têm a possibilidade de se mostrarem moldados à maneira que bem entenderem. As características apresentadas nos textos dos perfis¹¹, especificamente no que diz respeito à personalidade/identidade do indivíduo, podem conter apenas as informações que ele considerar mais relevantes.

Com as formas mediadas, os indivíduos dependem cada vez mais de recursos para construir uma identidade coerente para si mesmos. Para o sociólogo inglês John Thompson, o processo de formação do *self* se torna mais reflexivo e aberto. Ao mesmo tempo, é cada vez mais alimentado por materiais simbólicos mediados, que se expandem num leque de opções disponíveis aos indivíduos. A mídia, de acordo com o autor, promoveu uma intimidade ainda não existente na interação *face a face*. Com a mediação eletrônica, os indivíduos têm a possibilidade de criarem intimidades não recíprocas e livres de obrigações sociais. Thompson afirma que o sequestro das experiências de locais espaço-temporais do cotidiano vai ao encontro da abundância e da mistura de experiências mediadas que os indivíduos dificilmente encontrariam na interação *face a face* (THOMPSON, 1998).

Para Johnson e Bretas (2007), a *Internet* pode ser entendida como um espaço social que potencializa as relações mediadas, na medida em que estabelece um formato de relação que ocorre em “linhas” estendidas que se cruzam e entrecruzam. A comunicação, dessa forma, circula sem controle de fluxo ou hierarquias em diversas direções e uma infinidade de sub-redes são formadas, com diferentes confi-

gurações. (JOHNSON e BRETAS, 2007, p. 7 e 8).

Segundo Thompson (1998), as interações sociais sofreram modificações com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Novas formas de ação e novos tipos de relacionamentos sociais fizeram com que surgissem assim uma dissociação da interação no ambiente físico, estendendo-se no espaço e proporcionando uma ação à distância. O autor propõe três formas ou situações interacionais: a *interação face a face* (possui caráter dialógico e apresenta uma multiplicidade de deixas simbólicas para a transmissão das mensagens e interpretação pelos integrantes do processo)¹², a *interação mediada* (interação em que há um diálogo, mas os participantes podem estar em distintos espaços e/ou tempos)¹³ e a *interação quase mediada* (que se refere à comunicação realizada em larga escala, como nos livros, jornais, rádio, televisão etc.)¹⁴. A interação quase mediada pode ser comparada à interação mediada em relação ao estreitamento que também sofre pelas deixas simbólicas. Porém, ela se diferencia das outras duas devido ao fluxo de comunicação ter um sentido único e as formas simbólicas serem produzidas para um número indefinido de receptores potenciais. Essa interação não permite haver a reciprocidade interpessoal como nas outras interações, porém o autor destaca que ela não deixa de ser uma interação. A interação presente nos *sites* de relacionamentos assemelha-se ao modelo de interação mediada, onde os indivíduos utilizam-se da escrita (podendo esta ser acrescida da imagem), em muitas das vezes, para transmitir suas mensagens.

Thompson procura analisar, desta maneira, as capacidades que os meios de comuni-

cação possuem no sentido de mediar a comunicação (a ação compartilhada). Ele destaca que as três formas aqui citadas não esgotam os possíveis cenários de interação. A evolução dos meios de comunicação promove a criação de novas formas de ação e de interação e o surgimento de novos tipos de relacionamentos sociais, por meio de uma complexa reorganização dos padrões de interação humana espaço-temporais. Com isso, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos possam interagir uns com os outros ainda que não partilhem o mesmo ambiente. (THOMPSON, 1998)

Thompson (1998) emprega também as definições de Goffman (1985) de que toda ação acontece dentro de uma estrutura interativa particular que implica certas suposições e convenções, como também características físicas do ambiente. Essa particularidade faz com que o sujeito sempre seja chamado para adaptar o próprio comportamento, passando a criar uma estrutura de ação onde procura projetar uma imagem de si bem próxima da impressão que deseja transmitir. Essa estrutura e as características acentuadas pelo indivíduo agindo dentro dela compreendem aquilo que Goffman chama de *região frontal*. Tudo que poderia reforçar a ideia de que seja uma representação é reprimido e reservado para ambientes e encontros – estes ambientes são definidos assim pelo autor como *regiões de fundo*.

SITES DE RELACIONAMENTOS NA INTERNET

Um *site* de relacionamentos é um espaço virtual de encontro de sujeitos que têm por objetivo facilitar a troca de experiências e pos-

sibilitar a interação mediada (num primeiro momento) ou real (objetivo futuro) entre os membros participantes dessa rede social.

A proliferação dos *sites* de relacionamentos na *Internet* é notável. A cada ano, surgem *sites* destinados a propiciar o contato e a relação entre usuários. No Brasil, além do mais conhecido *site* de relacionamentos da atualidade - o Orkut, que reúne 40 milhões de pessoas no país (O PODER, 2009), pode-se citar também os *sites* *parperfeito.com.br* e *almasgemeas.com.br*, além dos *sites* *gaydar.com*, *disponível.com*, *trocatroca.com* e *manhunt.com.br* (estes últimos de utilização exclusiva do público *gay*, os maiores consumidores dessa ferramenta virtual).

O Brasil é o país com o maior número de internautas usando *sites* de relacionamentos, segundo pesquisa divulgada pela Nielsen. A pesquisa mostra que 80% dos brasileiros acessam *sites* de relacionamentos e também somos o povo que passa maior tempo nesse tipo de *sites*. O estudo revela ainda que os acessos a *sites* de relacionamentos é mais popular até mesmo do que o *e-mail*, com 66,8%, e figuram no quarto lugar entre os recursos mais utilizados na *Internet*. O *site* de relacionamentos Orkut possui 70% de usuários brasileiros, sendo essa a maior audiência doméstica conseguida por um *site* de relacionamentos. (BRASIL, 2009)

Em todos esses *sites*, os procedimentos e a estrutura são basicamente os mesmos: o usuário faz um cadastro para se tornar membro, cria um apelido (*nickname*), desenvolve um perfil (composto por um título e seguido de um texto no qual apresenta suas características, preferências e argumentos de convencimento) e, facultativamente, publica fotos pessoais ou que ilustrem suas características.

O *nickname* é a identidade do internauta no ambiente virtual, ou seja, seu apelido na rede, representando assim a primeira tentativa da construção de uma identidade do usuário. (SANTANA, 2009) Cabe ao *nickname* a tarefa de apresentar os primeiros dados sobre uma pessoa. Um *nick* (abreviação de *nickname*) bem escolhido parece traduzir todas as características do usuário: corpo, cheiro, rosto, tipo físico, maneira de se portar, características pessoais, etc. e é ele que tem como principal objetivo atrair parceiros virtuais. (TERÊNCIO e SOARES, 2003)

Estendendo os conceitos de *fachada pessoal*, *cenário*, *aparência* e *maneira* desenvolvidos por Goffman (1985) para a análise das trocas virtuais nos ambientes dos *sites* de relacionamentos, pode-se analisar que um internauta, para desempenhar um papel, utiliza o cenário (neste caso, a página pessoal do *site* de relacionamentos) para compor e reforçar seu desempenho na atuação de seu papel social. Todos os elementos constantes na página pessoal do indivíduo (fotos, *nickname*, descrição pessoal e outros elementos que compõem o perfil) servem para formar e sustentar a fachada utilizada durante a representação.

Os *sites* de relacionamentos também podem ser analisados segundo os papéis que os indivíduos assumem de acordo com cada situação, já que em alguns casos as mensagens compartilhadas podem ser observadas por mais de um receptor, mesmo quando são destinadas a uma determinada pessoa. Na página principal do perfil de um indivíduo, por exemplo, pode-se denominar *região de fundo* (GOFFMAN, 1985) tudo aquilo que possa comprometer o papel por ele desempenhado. A troca de mensagens e a linguagem utilizada pelo internauta

usuário devem representar suas preferências, gostos, profissão, características etc., descritas na página pessoal. Por outro lado, na *região frontal* (GOFFMAN, 1985) dos *sites* de relacionamentos, encontram-se fotos, a descrição do perfil detalhada, as características físicas do internauta (que devem ser confirmadas pelas imagens), seus objetivos (namoro, amizade, contatos profissionais), além de informações pessoais do indivíduo (preferências culturais, escolaridade, etc.). Como na interação quase-mediada, a comunicação se direciona para um público anônimo e potencialmente múltiplo. Contudo, as características se misturam com a interação mediada, pois o perfil de um indivíduo é criado para diversos receptores e a linguagem é passível de controle, mas, na medida em que o indivíduo troca mensagens com o receptor, é proposta uma forma de interação entre eles.

O Manhunt

O *Manhunt* é um *site* presente em diversos países do mundo, direcionado exclusivamente ao público gay masculino. No Brasil, ele é o mais acessado por este público quando se trata de interação pela *Internet* e conta com cerca de 200 mil usuários. Por meio do *Manhunt*, os internautas podem criar um perfil e se relacionarem com diversos usuários. Ele dispõe de uma ferramenta de busca na qual as pessoas possuem opções sobre quais características de usuários deseja encontrar.

Na construção do perfil do usuário do *Manhunt*, o internauta deve, em primeiro lugar, definir pela criação de um *nickname* (apelido) que funcionará como sua identidade virtual, facilitando contatos entre usuários e construindo a fachada pessoal (GOFFMAN, 1985) que representará seu passaporte. Além disso, deve redigir

um título e um texto que descreverão suas qualidades e habilidades e servirão de chamariz para a efetivação de um primeiro contato.

A seguir, o usuário deve se descrever completando, no *site*, um questionário que contém inúmeros dados que lhe são solicitados: a) idade; b) altura; c) tipo físico (atlético, normal, urso, fisiculturista, ursinho, gordo, musculoso, magro, nadador, twink); d) cabelos (careca, negros, louros, curtos, louro escuro, cinza, castanho claro, calvo, ruivos, grisalhos, raspados); e) olhos (negros, azuis, castanhos, verdes, cinzas, castanhos claros); f) etnia (asiático, negro, latino, árabe, mestiço, índio, outro, sul asiático, branco); g) tamanho do pênis; h) circuncidado (sim ou não); i) posição (passivo, versátil/passivo, só punheta, só oral, ativo, versátil/ativo, versátil); j) disponibilidade (depois do trabalho, sempre, volto já, hoje à tarde, não estou querendo, agora não, agora, fala você, durante a semana, finais de semana); k) lugar (carro, na minha/sua casa, hotel, encontro em público, na minha casa, sexo em público, na sua casa); l) *status* de HIV (pergunte-me, não sei, negativo, positivo, sem responder).

Além das descrições físicas, o internauta pode determinar suas preferências (a dois, namoro, *fisting*, sexo anal, *jockstraps*, couro, massagens, sem compromisso, cunete, S&M, sexo oral, *watersports*, *bondage*, exibicionismo, amizade, sexo grupal, beijos, *webcam*, mamilos, *pig play*, *role playing*, só sexo seguro, brinquedos, maduros, pés/meias, *fuck buddy*, punheta, relacionamento sério, casados, sem drogas, pornografia, selvagem, hétero/bi, voyeurismo).

Nesse processo de construção do perfil, ficam claros também os procedimentos de construção da *aparência* e da *maneira*, conforme descritos por Goffman (1985).

Ressalta-se também que, na construção de

seu perfil, o usuário tem a possibilidade ainda de acrescentar fotos (reais ou não) para ilustrar ou mesmo realçar seus atributos.

O *site Manhunt* disponibiliza ainda uma poderosa ferramenta de busca que permite localizar, de acordo com as preferências do usuário, aqueles membros que detêm as mesmas características e atributos apreciados pelo internauta. Essa ferramenta de busca permite aos usuários localizar, por meio de um processo de projeção arquetípica (RANDAZZO, 1997), um produto (outro usuário) que detenha todos os atributos procurados: a) quem (idade, altura, olhos, cabelos, tipo físico, etnia); b) quê? (pênis, circuncidado, HIV, posição, preferência); c) quando e onde (*status - on line* e com fotos), disponibilidade e lugar. Além disso, a ferramenta de busca possibilita buscar usuários em uma área, em uma cidade determinada ou até em um raio a partir de um determinado ponto.

O *Manhunt* reúne diversos aspectos que se referem à homossexualidade masculina e que direcionam seu público. Dentre eles, podem-se citar as imagens disponibilizadas na abertura do *site* com modelos masculinos em fotos sensuais. Esse fator já é determinante na forma como o papel do internauta será construído e representado no espaço. Espera-se que o usuário seja um homossexual do sexo masculino e que esteja à procura de outro da mesma orientação para um relacionamento (independente de sua ordem: sexual, amizade, namoro). Essa expectativa é comprovada ao se avaliar os perfis e seus respectivos *nicknames*, títulos e textos.

Apesar de as mensagens escritas nos perfis promoverem o estreitamento das deixas simbólicas - característica que aproxima esta forma de interação das *quase mediada* e *mediada* - o fato de o conteúdo estar acessível para um número

grande de receptores e por um canal de transmissão (computador/*Internet*) pode interferir nessa limitação. Esse entendimento pode ser fundamentado a partir da leitura de Lévy (1996) que, ao estudar as influências das tecnologias da inteligência na transmissão das culturas, afirma que esse processo se configura sempre como uma recriação e que as novas possibilidades estabelecidas nas relações sociais que ocorrem no espaço cibernético vão além da ampliação da abrangência dessa interação.

A COISIFICAÇÃO DOS SUJEITOS NO ESPAÇO VIRTUAL E A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO FORMA DE DIVULGAR AS FACHADAS DESENVOLVIDAS

Para Matuck e Meuci (2005), os *sites* de relacionamentos são responsáveis pela criação de instâncias de definição de identidades virtuais, fenômeno correspondente à criação de uma identidade, nem sempre real, construída por alguém que geralmente existe no mundo físico, e que funciona como um passaporte para a acessibilidade ao ciberespaço, além de colaborar para a manutenção do anonimato do internauta.

Na medida em que os usuários desses *sites* se utilizam de um veículo de comunicação com um objetivo específico, o de estabelecer contato para relacionamento, pode-se dizer, por analogia, que estes usuários se transformam em verdadeiros produtos expostos publicamente para consumo e os perfis por eles construídos se convertem em verdadeiros anúncios publicitários, com o objetivo de divulgar as características do produ-

to anunciado (um dos usuários do *site*) com o objetivo de se efetivar a proposta de consumo (contato por parte dos outros membros do *site*). Tal como a maioria dos anúncios publicitários, os apelidos (*nicknames*) criados pelos usuários substituiriam os nomes-fantasia dos produtos; os títulos que iniciam os perfis teriam a mesma função dos títulos publicitários e os textos que compõem os perfis teriam também as funções de informar, convencer e persuadir.

Assim, um exercício possível é tentar analisar o processo de criação dos *nicknames*, títulos e textos dos perfis dos internautas usuários dos *sites* de relacionamentos segundo os mesmos princípios analíticos do texto publicitário. Assim, a pesquisa empreendida se propôs a analisar os perfis dos usuários do site *Manhunt* segundo a proposta de construção arquetípica jungiana e também segundo os procedimentos de criação de uma personalidade de marca desenvolvidos por Randazzo (1997), ao mesmo tempo em que se procurou observar a utilização de figuras de linguagem, de construção e de pensamento como recurso expressivo na criação dos perfis.

Os signos de uma marca: personalidade da marca

Para Randazzo (1997), é bastante óbvia a conexão entre a publicidade e a mitologia, na medida em que ele considera os mitos não apenas narrativas sobre deuses e heróis, mas na verdade, projeções que emanam da alma ou da psique inconsciente, conforme propõe Jung. Logo, os mitos representam sonhos coletivos e padrões de sentimento de pensamento da humanidade e que acabam moldando o comportamento humano. “As mesmas imagens universais (arquetí-

picas) que fornecem a base de muitas das nossas mitologias culturais também são os alicerces de inúmeras imagens usadas em publicidade”. (RANDAZZO, 1997, pág. 12)

Segundo Randazzo (1997), as marcas funcionam como portadoras dessa projeção, na medida em que os produtos à venda são mitologizados pelos anunciantes, envolvendo-os nos sonhos e fantasias do consumidor. Os perfis dos *sites* de relacionamentos também lidam com essa projeção e trabalham com a expectativa, tanto do internauta proprietário do perfil quanto daquele que se espera que efetive o contato. Tais quais os produtos na gôndola dos supermercados ou nos anúncios publicitários, os perfis se revelam mais atraentes quando se apresentam envolvidos em mundos míticos ou encarnados por personagens que correspondam à projeção construída.

Como já foi analisado, os *nicknames* podem ser compreendidos como nomes-fantasia, representativos de uma marca. Randazzo (1997) avalia que uma marca é mais do que um produto, já que é, ao mesmo tempo, uma entidade física e perceptual, dinâmica e maleável, que existe no espaço psicológico da mente do consumidor. Para o autor, um produto sem marca é apenas uma coisa e a percepção que o consumidor tem de um produto genérico tende a ser dominada por seus atributos físicos. Logo, um perfil sem um *nickname* provavelmente não sobreviveria no mundo virtual, já que o usuário anônimo sequer poderia ser localizado por uma ferramenta de busca. No *site Manhunt*, obrigatoriamente, todos os usuários devem possuir um *nickname*, sendo, portanto, vedada a condição de um produto genérico ou sem marca.

Para Randazzo (1997), esta *mitologia latente do produto* vai muito além dos benefícios ou dos atributos físicos do produto: ela abarca toda

uma totalidade de percepções, experiências e sentimentos associados a um produto. No espaço perceptual de uma marca, podem ser criados sedutores mundos e personagens míticos que, pelo esforço publicitário, podem colaborar para a construção e fixação de uma imagem de produto ou de marca, no caso, até mesmo da *fachada pessoal* (GOFFMAN, 1985) ou das *identidades virtuais* (MATUCK e MEUCI, 2005).

A seguir, propõe-se uma análise da construção dos perfis no *site* de relacionamentos *Manhunt* a partir do *conceito de marca*¹⁵. O termo se divide em *componentes do produto* (atributos do produto e benefícios do produto) e *componentes perceptuais* (imagem do usuário, benefícios emocionais/psicológicos, alma da marca, personalidade da marca, imagem da marca e posicionamento da marca).

Os atributos do produto (ou serviço) da marca compreendem as qualidades específicas do produto ou serviço, como os ingredientes, preço, embalagem etc. No caso dos perfis dos usuários do *Manhunt*, seriam as características básicas constantes em seu perfil, como idade, altura, tipo físico, cabelos, olhos, etnia, tamanho do pênis, etc.. Os atributos do produto se relacionam também às definições de *aparência* e *maneira* propostas por Goffman (1985).

Já os benefícios do produto apresentam ao consumidor ou usuário uma argumentação plausível para a utilização ou consumo do produto. Nos títulos e textos dos perfis pesquisados no *site Manhunt*, é possível encontrar uma série de benefícios apresentados que visam convencer o internauta a estabelecer contato com o usuário daquele perfil.

Um exemplo de atributos e benefícios do produto pode ser extraído do perfil intitulado “AFIM DE RELAÇÃO SÉRIA”, pertencente ao

usuário de *nickname* “PRA_QUEM_CURTE_COROA”: “Sou um homem maduro (52 anos), boa aparência, culto e amoroso. (atributos; grifos nossos) Procuo caras ativos, maduros (independente de idade), caucasianos que curtam caras maduros. Para os rapazes que acham que nunca vão envelhecer, eu ofereço a minha piedade! Para os que sabem aproveitar cada segundo da vida e têm consciência que, enquanto a maturidade (e todos os seus dons) só aumenta e a juventude só diminui, deixo o meu convite. Mas, a todos, deixo os meus votos de BOA SORTE! (benefícios; grifos nossos) Essa foto é só ilustrativa. A foto privada é a real. Sem foto, sem chances!!!”

Segundo Randazzo (1997, p. 36), “os consumidores precisam de uma razão para acreditar que há algum fundamento para os benefícios alardeados pela publicidade”. Assim, os atributos do produto funcionariam como uma confirmação para os benefícios que são prometidos. Em conjunto, os atributos e os benefícios do produto formam o que Reeves (*apud* Randazzo, 1997, p. 36) chama de proposta de venda única (*unique selling proposition*).

Além dos componentes do produto, Randazzo (1997) enumera uma série de componentes perceptuais que são abrangidos pelo *conceito de marca*.

A *imagem do usuário* refere-se à descrição do tipo de pessoa que o anunciante deseja sensibilizar com seu anúncio ou o tipo de pessoa que o anunciante deseja retratar como usuária ou consumidora de seus produtos. O autor reitera que a imagem do usuário criada pela publicidade pode ser de um usuário real ou de um usuário mitologizado. Dessa forma, quando em um determinado perfil de usuário do *site Manhunt* encontra-se a descrição da *imagem do usuário* que o internauta deseja encontrar ou efetivar um contato, é

possível perceber que essa imagem também é mitologizada e que também pode ser enquadrada em um determinado arquétipo. As próprias ferramentas de busca disponibilizadas no *site* permitem a procura de um usuário completamente idealizado, representante de um arquétipo que é uma construção fantasiosa e que se encontra apenas na projeção e no desejo do internauta, mas que não corresponde, necessariamente, à imagem de um usuário real. O *site*, por exemplo, permite a busca de um usuário com idade entre 22 e 27 anos, branco ou moreno, de olhos esverdeados, corpo musculoso, cabelos encaracolados, de altura acima de 1,80m, com peso entre 70 e 80kg, sexualmente ativo ou versátil, com pênis medindo entre 20 e 22 cm e que more em até 2km do CEP do internauta que faz a pesquisa.

Além dos benefícios decorrentes dos *atributos físicos do produto*, é possível também utilizar a publicidade para comunicar *benefícios emocionais ou psicológicos*, ou seja, impressões que são percebidas em associação com o uso do produto. Ao contrário dos benefícios do produto que advêm dos atributos físicos do produto, os benefícios emocionais são criados ou reforçados na mente do consumidor. Assim, analisando-se os perfis dos usuários do *Manhunt*, ainda que se tenha proposto uma análise dos perfis a partir da analogia do usuário com um produto, seria mais coerente dizer que os perfis trabalham mais o conceito de benefícios emocionais do que benefícios físicos, já que os anúncios não apresentam um bem tangível.

No perfil do usuário “BOY25ansPOSITIVO2010”, extraído do *site Manhunt*, por exemplo, é possível identificar tais *benefícios emocionais ou psicológicos*: “Quero alguém p/ amar, eu quero te esperar... te compreender mesmo nos momentos de loucura. Te ajudar, ser tua esperan-

ça, seu tudo, quero ser o mais fiel...quero sonhar contigo, só pensar em vc no todo e não só no seu corpo. Não sou qualquer um...: *sou aquele que vai te esperar até o final, que vai sorrir contigo. Te abrigarei em meus braços, ficarei feliz com tuas alegrias. Voltarei p/ conversar com vc depois das brigas. Serei seu mano, seu parceiro, seu amigo, seu Brow, seu brother. Te darei prazeres mil na cama, respeitarei suas fantasias, tuas ilusões. Gostarei de vc porque sei que vc tb vai ter esse mesmo sentimento por mim. Me chame no chat.*" (benefícios emocionais ou psicológicos; grifos nossos).

A *alma da marca*, por sua vez, pode ser definida como a essência da marca, os valores que a definem e impregnam todos os outros aspectos da marca. Já a *personalidade da marca* é a personificação de um produto: "aquilo que um produto seria se fosse uma pessoa". (RANDAZZO, 1997, p. 40). Segundo o autor, "a personificação de uma marca humaniza e personaliza o produto, facilitando o desenvolvimento de um vínculo emocional do consumidor com o produto" (p. 41). No caso dos perfis dos usuários do *Manhunt*, tentar empreender a personalidade da marca a partir de um *nickname* é exatamente a tarefa de tentar identificar os arquétipos a que se associa o *nickname* do usuário e tentar conceber todo um conjunto de atributos construídos a partir dessa personalidade da marca e desse arquétipo.

A *imagem da marca* relaciona-se a o que a marca representa na mente do consumidor; é uma destilação de componentes do produto e dos componentes perceptuais. Sem essa identidade, um produto seria simplesmente um produto e não uma marca distinta. Para se criar uma forte *imagem de marca* e, por conseguinte, para que a marca tenha um forte posicionamento no mercado, Randazzo (1997) aponta que "a identidade global, imagem e personalidade da marca

devem ser coerentes com a alma da marca".

A observação dos 100 perfis de usuários do *site Manhunt* coletados para análise, entretanto, revela que, nem sempre, a criação da imagem de marca é um processo coerente. Muitas vezes, a criação do *nickname* remete a algum tipo de fachada ou arquétipo, enquanto a redação do título ou do texto do perfil suscita outras construções arquetípicas definidoras da personalidade do usuário, dos benefícios emocionais prometidos ou mesmo da alma da marca, comprometendo, assim, a criação de uma imagem sólida e coerente.

A UTILIZAÇÃO DE ARQUÉTIPOS NA CONSTRUÇÃO DOS NICKNAMES, TÍTULOS E TEXTOS DOS PERFIS DOS USUÁRIOS DOS SITES DE RELACIONAMENTOS

Para Randazzo (1997, p. 19), a publicidade eficaz se baseia em verdades ou percepções que dão a ela um foco eficaz. Contudo, para o autor, o poder da publicidade transcende sua capacidade de vender e persuadir: seu poder singular consiste na capacidade de construir e manter marcas de sucesso duradouro a partir da criação de entidades perceptuais que refletem os valores, sonhos e fantasias do consumidor.

A publicidade transforma produtos em marcas mitologizando-os – humanizando-os e dando-lhes identidades precisas, personalidades e sensibilidades que refletem as nossas. De certa forma, na nossa sociedade consumista as marcas publicitárias acabam tendo uma função parecida com a do panteão dos deuses da antiga Grécia. Funcionam como portadores de projeções nas quais projetamos os nossos sonhos, medos e fantasias (RANDAZZO, 1997, p. 19).

O conceito de arquétipo remonta aos gregos antigos. Para eles, o mundo pode ser percebido em termos de formas universais – essências ou arquétipos – que fundamentam o mundo da realidade diária, garantindo ordem e sentido. Segundo Randazzo (1997), os gregos não percebiam apenas a realidade imediata de uma coisa, mas a qualidade abstrata dessa coisa, a forma universal e arquetípica que define todas as coisas.

Os arquétipos também foram objetos de estudo por parte de Jung. Contudo, o conceito de arquétipo, para Jung, mantém uma diferença importante em relação ao conceito grego. Para Jung, as formas ou imagens arquetípicas existem apenas dentro da mente humana, no inconsciente coletivo da humanidade e não existem lá fora no cosmo. Os arquétipos jungianos existem no inconsciente e não podem ser percebidos diretamente: funcionam como instintos que guiam e moldam o comportamento humano. Segundo Randazzo (1997, pág. 67), para Jung, o que o homem pode perceber são apenas expressões do arquétipo na forma de imagens e símbolos arquetípicos.

As imagens arquetípicas jungianas guardam profunda ligação com a mitologia. Para Jung, o drama universal da humanidade é retratado e representado numa série de momentos míticos e de imagens arquetípicas.

Randazzo (1997), estudando a construção das mitologias femininas e masculinas a partir do arquétipo jungiano, analisa que boa parte dos anúncios publicitários se fundamenta no estudo da percepção das identidades de gênero para a criação de uma tipificação que serve para refletir e reafirmar a identidade do consumidor. Assim, Randazzo analisa alguns arquétipos femininos, como “a grande mãe” (a mãe natureza, a dona-de-casa, a professora, a criada, a cozinheira, a enfermeira- imagens ligadas às ideias de abrigo

e segurança), a “donzela” (a sereia, a sedutora, a ninfa, a virgem, a mulher fatal, a estrela de cinema – imagens ligadas às ideias de beleza e sedução), arquétipos masculinos, como “o grande pai” (o rei, o treinador, o presidente, o diretor-executivo de empresa, o general, o mentor - imagens ligadas à ideia de proteção e provisão), o “guerreiro” (o jogador de futebol, o homem de negócios, o gladiador, o policial, o soldado, o pugilista, o operário – imagens ligadas às ideias de independência, força e coragem).

Nos *sites* de relacionamentos, a construção do *nickname* baseia-se na construção arquetípica de um determinado personagem. Analisando-se os perfis dos usuários dos *sites* de relacionamentos, é possível extrair alguns *nicknames* que se associam, de maneira direta, às construções arquetípicas propostas pelo autor, suscitando, para o internauta, uma série de características e comportamentos advindos da interpretação do conjunto simbólico definido por tais arquétipos.

O arquétipo do Grande Pai, por exemplo, é definido por Randazzo (1996), como aquela figura à qual se associam as características de proteção e amparo: “O Grande Pai é o provedor e o protetor. Ele também dá amparo e amor. (...) O rei e o professor/mentor também são manifestações do Grande Pai”. Essas características podem ser encontradas, por exemplo, em *nicknames* como “*seucompanheiro*”, extraído de um dos *sites* de relacionamentos pesquisados. Já o arquétipo do Guerreiro Herói entendido como aquele que “tem a coragem de lutar limpo, de lutar por aquilo em que acredita, de enfrentar o dragão, chegando até a sacrificar a sua própria vida” (RANDAZZO, 1997), pode ser encontrado em *nicknames* como “*gregoguerreiro*”.

Segundo Fernandes (2001), “os *nicknames* assumem assim as mais variadas formas e os mais

variados significados, designando desde simples nomes até metáforas que expressam seus interesses e qualidades”.

A criação do *nick* nos *sites* de relacionamentos dá ao indivíduo a possibilidade do experimentar. Para Rezende (2008), os *nicknames* podem ser qualificados como um bom ou um ruim *nickname*, sendo considerado um bom *nick* aquele que sugere e possibilita muitos contatos. Para este autor, assim como acontece com os nomes publicitários, para que um *nickname* seja bom e eficiente, é necessário que atenda às exigências da famosa sigla AIDA, estratégia utilizada no momento da criação das campanhas publicitárias: chamar a *Atenção*, despertar o *Interesse*, transformá-lo em *Desejo*, levando o cliente à *Ação* da compra do produto ou serviço. Dessa forma, o mesmo pensamento deve ser usado para criação dos *nicks* para que ocorra o consumo, ou seja, para que o contato entre dois internautas seja efetivado.

Segundo Fernandes (2001), “através do interesse do *nickname* esboçado pelos outros usuários, a conversação poderá ser ou não iniciada”. Para a autora, caso o apelido escolhido não desperte nenhum atrativo nos demais membros da rede, o usuário correrá o risco de ser esquecido.

Os *nicks* passam uma ideia de forma atrativa aos participantes da rede, destacando os pontos fortes associados ao detentor do apelido. Assim, alguns exemplos de *nicknames* extraídos do *site* de relacionamentos *Manhunt* - lucassaradobh, AmorVaronil; Aguiagrossa e mulek_bh_20 (*Manhunt.com*), Safadona81; bhsexoa3 e Centauro22 (*parperfeito.com.br*), ou 21cmgrossobh; 40tãoativo e afeminadobh (*trocatroca.com*) possibilitam associar a eles, uma série de características e comportamentos.

Após a coleta aleatória dos 100 perfis dos

usuários do *site Manhunt*, foi necessário determinar, contudo, uma nova catalogação de arquétipos a partir da proposição de Randazzo (1997). Como os arquétipos definidos pelo autor se referiam a atributos masculinos ou femininos, boa parte deles não se aplicava ao público homossexual masculino, usuário do *site* mencionado. Dessa forma, novos arquétipos foram criados a partir da observação dos perfis coletados: a) Garanhão (tarado, bom de cama, ninfomaniaco: perfil com apelo sexual explícito; arquétipo associado à figura mitológica de Baco); b) Vênus (características sexuais e de autoenaltcimento dos atributos sexuais implícitos); c) Menino (aquele que quer proteção, o garotinho, o filho, aquele que está em busca de colo); Narciso (enaltcimento de características pessoais, atributos físicos, beleza); Pai (provedor, responsável, protetor) e Românticos. Além disso, foi criada também a classe para aqueles perfis com descrição genérica com foco no papel sexual do internauta, sem adjetivação (ativo, passivo ou versátil) e uma classe para aqueles perfis cuja construção arquetípica não pode ser identificada.

Embora sejam responsáveis por despertar no usuário a atenção, o interesse e o desejo pelo primeiro contato com o usuário dono daquele apelido, os *nicknames* não são os únicos responsáveis pela ação e acesso a um perfil. Os títulos, juntamente com as fotos e o texto de apresentação são partes importantes para a realização do objetivo final de cada usuário.

A análise de como se dá a construção dos títulos e textos que ilustram o perfil dos usuários nos *sites* de relacionamentos também se fez necessária. Partindo-se da hipótese de que a maioria dos indivíduos usuários dos *sites* de relacionamentos não são publicitários, é interessante notar a apropriação desse tipo de linguagem

publicitária para vender a imagem dos usuários, a qual pode ser tratada, como já se disse, como um produto. Assim, a redação dos títulos e dos textos que compõem os perfis nos *sites* de relacionamentos também se baseia nos princípios de construção arquetípica.

Num processo inverso, no momento em que o usuário utiliza a ferramenta de busca para localizar um determinado perfil ou “adquirir um produto com determinadas características”, este usuário também se vale dos arquétipos, na medida em que busca um sujeito que não necessariamente exista no plano real, mas sim, uma projeção de todos os atributos que o usuário gostaria de encontrar.

FACHADAS E CONSTRUÇÕES ARQUETÍPICAS NO *MANHUNT* – PROJEÇÕES, DESEJOS E MENTIRAS

Para Carrascoza (1999, p. 18), os anúncios publicitários objetivam alcançar um alto grau de persuasão para chamar a atenção do público para as qualidades de um determinado produto ou serviço e desencadear uma ação: o ato do consumo.

A construção fantasiosa ou até mesmo mentirosa dos textos e títulos dos perfis contidos nos *sites* de relacionamentos pode ser bem explicada por Durandin (1997, p. 29). Segundo ele, em publicidade, a mentira é de natureza ofensiva em relação aos consumidores, pois consiste em atribuir a um produto mais qualidades do que ele tem.

Para Durandin (1997, p. 59), em publicidade e propaganda, as mentiras são geralmente

premeditadas e não espontâneas. Para analisar os procedimentos na criação dessas mentiras premeditadas, Durandin aponta a utilização de dois critérios: os *signos empregados* e as *operações efetuadas*, entendendo por *signo da mentira* aquilo que se mostra ao interlocutor, o que se deixa perceber: palavras faladas ou escritas, imagens, personagens ou objetos falsos, ações falsas etc. Por *operações da mentira*, o autor analisa os diferentes tipos de transformações que o autor da mentira aplica à representação da realidade, fazendo acreditar que não existe uma coisa que existe (supressões); fazendo acreditar que existe uma coisa que não existe (adições), ou deformando uma coisa que existe (deformações).

As mentiras por adição podem utilizar todos os tipos de signos: palavras, imagens, seres e ações falsas. A mentira por adição consiste, aliás, em produzir signos, produzir simulacros (Durandin, 1997, p. 111). As deformações, por sua vez, subdividem-se em três categorias principais: as deformações de natureza quantitativa (exagerações e minimizações), as deformações de natureza qualitativa, também chamadas de qualificações falsas (mentiras sobre a identidade do objeto, a mentira sobre as características do objeto e a mentira sobre os motivos de uma ação) e, por fim, o tipo de deformação que se pode considerar como quantitativo e qualitativo ao mesmo tempo.

Na construção dos perfis dos usuários do *site Manhunt*, é possível perceber a utilização tanto dos *signos da mentira* quanto das *operações da mentira* (Durandin, 1997), quer por supressão, por adição ou por deformação na redação dos perfis. A própria utilização das figuras de linguagem, de construção ou de pensamento nos textos dos perfis parece, muitas vezes, desempenhar essa função.

A análise de dois perfis extraídos do *site Manhunt* permite uma discussão sobre a questão da coerência na construção das fachadas e dos arquétipos e até mesmo possibilita observar a construção mentirosa por meio da utilização das operações de adição, supressão ou deformação.

O primeiro perfil apresentado revela uma total incoerência entre os arquétipos identificados no *nickname*, no título e no texto do perfil. O *nickname* “ricardao1” pode ser enquadrado no arquétipo relacionado a Vênus, uma vez que há uma predominância da utilização de características sexuais e de autoenaltcimento dos atributos sexuais, porém implícitos. Já o título “GRANDE quer” direto e de argumentação racional, suscita a utilização da construção arquetípica que remete à figura mitológica de Baco, quando todas as qualidades remetem à imagem de um garanhão, de um homem bom de cama, tarado, ninfomaníaco, com apelo sexual explícito. O texto “tô fora de malucos, gente sem noção, gente mal educada, educação é fundamental, quero gente legal, sem neuras e puritanas, pessoas pra cima de bom astral, problemas deixa na sua casa, sexo namoro casamento isso acontece..... se rolar química”, por sua vez, utiliza das figuras polissíndeto, metáfora, gradação e anacoluto para suscitar atributos do arquétipo do pai, provedor, responsável, protetor. No mínimo, o que se percebe na construção desse perfil é uma grande incoerência quanto à *fachada* decorrente da utilização do *nickname* “ricardão” e seus atributos relacionados à *aparência* e à *maneira*, os *atributos do produto* e a *personalidade da marca* que o título suscita e o arquétipo a que o texto remete.

Já no perfil do usuário “chocolateapimentado”, tanto o *nickname* quanto o título “Chocolate Apimentado” (direto e de abordagem emotiva) quanto o texto “Aproveite o saboroso gosto

do chocolate regado ao picante calor da pimenta... Moro no Centro do Rio, próximo a Lapa. @@@@ SEM COMPROMISSO @@@@” remontam à construção do arquétipo relacionado a Vênus, com a predominância da utilização de características sexuais e de autoenaltcimento dos atributos sexuais, porém implícitos.

Não se pode afirmar, contudo, que a falta de coerência observada na construção dos arquétipos ou fachadas que norteiam o processo de escolha dos *nicknames* ou a redação dos títulos e textos dos perfis comprometa a efetivação do contato por parte dos usuários, mas pode-se suspeitar que a incoerência observada, no mínimo, enfraquece a criação de uma marca única, construída a partir da proposta de um único arquétipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros dos *sites* de relacionamentos interagem uns com os outros por conta do que seus *nicknames* expressam de si, na medida em que cabe aos *nick* a tarefa de despertar, dentre os outros usuários da rede, o interesse pelo membro detentor daquele *nick*, ainda que tenha de se valer de características fantasiosas ou mentirosas. Como analisa Durandin (1997), a mentira consiste exatamente em transmitir intencionalmente a alguém uma visão da realidade diferente daquela que achamos verdadeira.

Se, por um lado, a própria escolha de um *nickname* já suscita a utilização de procedimentos de construção arquetípica, esse procedimento é ainda fortalecido pelas próprias ferramentas disponíveis no *site Manhunt*. Um internauta qualquer, no processo de construção da fachada que lhe permitirá transitar no espaço virtual do *site*

de relacionamentos, pode-se utilizar de todos os atributos disponíveis e construir um personagem arquetípico que existirá somente no ambiente virtual.

Ressalta-se aqui que não foi objeto da pesquisa desenvolvida confrontar os arquétipos e fachadas construídos por meio dos procedimentos expressivos presentes nos perfis dos *sites* de relacionamentos com a identidade real dos usuários desse site e com os *atributos reais do produto* e com os *benefícios reais do produto*. O que se aponta é apenas a presença em boa parte dos perfis analisados da incoerência no processo de construção dos arquétipos, ao se comparar *nickname*, título e texto, suscitando a utilização dos *signos* ou *operações da mentira*.

A utilização das figuras de linguagem, de construção ou de pensamento, como as hipérboles, as antíteses e as metáforas, por exemplo, reforça a construção fantasiosa ou mentirosa sobre o produto, na medida em que visa atrair para o perfil uma série de adjetivos e características, nem sempre reais, mas que têm a função de potencializar um arquétipo e uma fachada como recurso para viabilizar contatos entre usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL é campeão de uso de sites de relacionamento, diz pesquisa. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1036074-6174,00.html>. Publicado em 10 de março de 2009. Acesso em: 13/03/2009.

CARRASCOZA, JA. **A evolução do texto publicitário**. São Paulo: Futura, 1999.

DURANDIN, G. **As mentiras na propaganda e na publicidade**. São Paulo: JSN Editora, 1997.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

JOHNSON, TSP; BRETAS, MBA. **O modelo da rede no estudo das práticas comunicativas: percursos para uma abordagem das interações telemáticas**. Santos: Intercom, 2007.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1993.

_____. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.

MATUCK, A; MEUCI, A. **A criação de identidades virtuais através das linguagens digitais**. São Paulo: ESPM/USP, 2005.

O PODER das mídias sociais. Disponível em: <http://info.abril.com.br/seminariosinfo/midias-sociais>. Publicado em 2009. Acesso em: 07/03/2009.

OLIVEIRA, VC. **Comunicação, identidade e mobilização social na era da informação**. Simpósio da Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, 8, 2001, Vitória.

PESQUISA referente ao número de acessos do site ManHunt. Disponível em: <http://www.manhuntblog.com.br/2008/07/obrigado-a-todo.html>

RANDAZZO, S. **A criação de mitos na publicidade**: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

REZENDE JR, N. **A publicidade, a retórica e o behaviorismo**. Disponível em <http://www.papensarpropaganda.com.br/2008/02/a-publicidade-a-retorica-e-o-behaviorismo>. Publicado em: 16/02/2008. Acesso em: 14/03/2009.

SAMPAIO, R. **Marcas de A a Z**: como construir e manter marcas de sucesso: um guia para fazer da sua marca a principal força do seu negócio. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SANTANA, RS. **A arte dos nicknames**. Disponível em: <http://www.vivaolinux.com.br/dica/A-arte-dos-nicknames>. Publicado em: 12/02/2009. Acesso em: 07/03/2009.

TERÊNCIO, MG; SOARES, DHP. **A internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14137372200300200015&script=sci_arttex&lng=in. Publicado em 10 de junho de 2003. Acesso em: 14/03/2003.
THOMPSON, JB. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “A Construção Virtual da Identidade nos Sites de Relacionamento.”

2 Discentes do curso de Jornalismo, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discentes do curso de Comunicação Social – Habilitação: Publicidade e Propaganda - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professor orientador da pesquisa. Docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professora colaboradora da pesquisa. Docente do Centro Universitário Newton Paiva.

6 Erwin Goffman define fachada como “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1985, pág. 29).

7 Goffman trabalha o conceito de ator como sinônimo de indivíduo, pessoa. Utiliza este recurso pois afirma que todo ser humano está, em todos os momentos, representando algum papel, como em um palco de teatro.

8 Stuart Hall (1998) descreve três concepções para a identidade: *sujeito do Iluminismo*, que se refere à pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, com um núcleo que permanece inalterável ao longo da existência do indivíduo; *sujeito sociológico*, no qual a identidade seria uma composição nascida da interação entre o eu e a sociedade; e *sujeito da pós-modernidade*, que assume diferentes identidades, não necessariamente unificadas ao redor de um “eu” coerente, adaptadas a cada nova situação. Para ele, dentro de nós há identidades contraditórias que nos levam em diferentes direções. Apesar disso, temos a sensação de que nossa identidade é unificada, pois a construímos a partir de uma cômoda estória sobre nós mesmos.

9 Hall subdivide o *self* em duas partes distintas que se inter-relacionam: “eu-mesmo” e “mim”. “Eu-mesmo” corresponde à resposta natural, espontânea, impulsiva do organismo às atitudes de outros sujeitos, e se constrói de maneira inconsciente. Já o “mim” é relacionado à internalização de atitudes do indivíduo e segue as expectativas dos diferentes papéis que ele deve assumir. Com a unificação desses dois lados do *self* chega-se à subjetividade do sujeito.

10 Este conceito é apresentado por Lévy como uma rede de todas as memórias informatizadas e de todos os computadores e se assemelha ao conceito de rede utilizado neste artigo.

¹¹ Perfil, nos *sites* de relacionamentos, é a página pessoal de cada participante, onde constam as informações disponibilizadas pelo indivíduo. Nesta parte, o internauta pode escrever sobre sua vida pessoal, profissional ou qualquer assunto. Contudo, ela é destinada especificamente para a descrição do sujeito e, na maioria das vezes, já vem com a pergunta: quem sou eu.

¹² Situa-se nesse campo os diálogos estabelecidos entre duas ou mais pessoas, como uma conversa de família ou entre amigos. Ela ocorre na presença do outro e assim os sujeitos partilham de um mesmo espaço e tempo.

¹³ Pertencem ao campo das interações mediadas as conversas telefônicas e a comunicação estabelecida em cartas. Ao contrário da face a face, as deixas simbólicas possuem limitações por serem mediadas por um meio técnico.

¹⁴ De característica monológica, a interação quase mediada se dissemina através do espaço e do tempo.

¹⁵ Randazzo (1997) utiliza o termo conceito de marca para abarcar um certo número de elementos básicos diferenciados que definem uma marca.

COMUNICAÇÃO E PESQUISA: A RELAÇÃO COMO OBJETO DO SABER EM UM SITE DE RELACIONAMENTO¹

Admilson Veloso da Silva²

Kellen Caroline Santos²

Daniela Cândida de Abreu Lopes³

Diêgo Eustáquio Silva³

Lamounier Lucas Pereira Júnior⁴

Juliana Duran Lima⁵

Resumo: Este artigo insere a pesquisa *Identities Virtuais: a Construção Publicitária dos Sujeitos nos Sites de Relacionamentos* no âmbito das pesquisas em Comunicação com o objetivo de compreender o método de seu estudo no contexto de produção do saber. O artigo defende a pesquisa como ato comunicacional em que esse processo deve ser observado como objeto. A pesquisa se torna, assim, o evento comunicacional, e não um meio de observação do processo comunicativo. Na análise dos *sites* de relacionamento, o pesquisador deve se posicionar como sujeito da pesquisa e sua inserção em uma comunidade de sentidos delimita o objeto tal qual se revela.

Palavras-chave: Construção da identidade. Fachadas. *Sites* de relacionamentos. *Logos*. *Pathos*.

Abstract: This study places in the *Virtual Identities research: The Advertising Construction of Subjects in Relationship Sites* under the communication research field in order to understand the method of its study in the context of knowledge production. This article defends such research as a communication act that should be seen as an object. Thus, that research becomes a communicative event and not only an observation of the communicative process. In the analysis of social networking *sites*, researchers must position themselves as research subjects and their integration into a community of meaning defines the object as it unfolds itself.

Keywords: Identity construction. Representations. Networking *Sites*. *Logos*. *Pathos*.

O PATHOS NA PESQUISA COMO UM CAMINHO PARA A COMUNICAÇÃO

Como origem na mesma pesquisa, este ensaio traz um olhar reflexivo sobre o desenvolvimento da metodologia de análise em *Identidades Virtuais: a Construção Publicitária dos Sujeitos nos Sites de Relacionamentos*. O objetivo é identificar os resultados de um olhar que não dicotomize as experiências da razão e da paixão – ou *logos* em oposição à *pathos* – na pesquisa em Comunicação. Deve-se lembrar que o texto final de uma pesquisa é o objeto revelado. Se o objeto da Comunicação é a própria comunicação, a pesquisa não pode se abster de considerar a própria pesquisa como um ato comunicacional.

A proposta é que a comunicação seja observada considerando a pesquisa como relação comunicativa, trazendo o *pathos* à análise. Se tomarmos a pesquisa como processo comunicacional, e não como meio para a análise de um objeto que lhe é exterior, talvez estejamos nos aproximando um pouco mais de uma *abordagem comunicacional da experiência estética* do que quando isolamos o objeto do sentido da experiência comunicativa, que é a própria pesquisa.

Guimarães nos chama à comunicabilidade da experiência estética como uma reflexão, o que propõe como diferente de uma estetização da experiência comunicacional. Parece que essa discussão se aplica à própria pesquisa como objeto. Sobretudo pelos próprios resquícios do positivismo na pesquisa Social e do olhar informacional mais estritamente na Comunicação.

Como diz Guimarães,

A existência de experiências estéticas capazes de colocar em crise essa divisão estética e política que remete ao nó entre o logos e a aesthesis [...] interessa ao campo da comunicação por dois motivos: de um lado, ela permite estabelecer as relações entre arte, experiência estética, vida cotidiana e fenômenos comunicativos [...]; de outro lado, ela oferece a oportunidade de imaginar a constituição de comunidades não apenas através da natureza argumentativa dos discursos, mas também por meio de formas expressivas que abrigam o afeto e o pathos. Eis a comunidade estética por vir... (GUIMARÃES, 2002, p. 97)

Do modo proposto, precisa-se observar o objeto da comunicação na relação estabelecida entre o pesquisador e o objeto, embora possa parecer estranho falar dessa forma em um ambiente científico. Contudo, não será estranho se admitirmos que *comunidade* está presente em toda produção de sentido⁶, o que já nos afasta, de antemão, da necessidade de qualquer positivismo na abordagem científica. Mesmo nas experiências que se aproximam da pré-reflexividade, do sensorial, podem-se observar elementos da experiência comunicativa humana, como será discutido adiante, a partir de Herman Parret (1997).

A comunicação evoluiu significativamente na crítica aos seus próprios modos de pesquisa, mas parece que ainda incorremos em erros de uma perspectiva quase Informacional de análise, quando tentamos obter um entendimento, de qualquer maneira, isolando-se o fator experiência da análise. O texto é uma escrita e como tal depende de um corpo em que se inscreva. Talvez o impulso histórico da ciência possa nos levar agora a retomar o afeto na análise, a contemplá-lo com menor pudor. Primeiro por admitirmos

a subjetividade é uma instância que compõe o processo de apropriar-se de algo; segundo, concordando com Parret, por considerarmos que há um comunicável no *pathos* que, no caso da pesquisa, pode nos revelar particularidades do processo comunicacional.

Parret (1997) defende a idéia de que o juízo é passional e o raciocínio, afetivo embora essa segunda hipótese nos seja já apazível. Isso quer dizer que a paixão, não se equivalendo ao juízo, tem suas razões, ou seja, não pode ser entendida como um complexo desvairado de sensações primeiras ou como uma ordem emotiva que não interessa à ciência, como propõe. Pelo contrário, estamos dizendo que, embora mais subjetiva que objetiva, a natureza da paixão é composta de avaliação, donde encontra sua razoabilidade, ou a comunicabilidade em sua composição. Isso nos interessa.

Essa argumentação leva à conclusão de que o juízo e o raciocínio realizam a partir de conceitos-valores, que têm assim a aparência de uma demonstração e, mais precisamente, de uma justificação. Os conceitos-valores são constituídos pelas disposições da paixão e por suas avaliações. (PARRET, 1997, p. 123)

Ao explorar as razões da paixão a em discussão textual com Théodule Ribot, Parret busca compreender em que o *pathos* é razoável. Não aprofundamos esta questão no momento, apenas observemos que o *pathos* é constituído de razoabilidade. E, embora sugira o oposto, o *pathos* manifesta-se em razoabilidade, o que quer dizer que nele há um aspecto comunicável. Isso nos ajuda a trazer à tona o fato de que o *pathos* parece intransponível a qualquer modo de apropriação dos objetos, como um fenômeno que criamos e ao qual pertencemos durante a pesquisa. A comunicação é uma experiência que se realiza em

afeto e razão. Mas talvez, estejamos nos esquecendo de incluir as observações do afeto nos relatos de pesquisa.

Entendemos que o objeto em comunicação revelar-se-á melhor quanto mais a pesquisa considerar a si mesma, em seus pesquisadores, ato comunicativo e se incluir como objeto de análise nas próprias análises em que se lança. Defendemos que o objeto comunicacional se revele na pesquisa, não lhe sendo esta um instrumento de observação. A comunicação transforma-se de algo com o que o objeto se constrói para ser o objeto e, claro, sua própria construção. Assim a experiência nos permitirá escrever sobre comunicação em processo e não sobre um processo submetido a um olhar comunicacional.

Estamos, neste ensaio, preocupados com a construção de uma Identidade objeto – que será estabelecida na interação em um processo de pesquisa. Suportamo-nos na idéia de que os objetos são formas de olhar, como nos lembra França (2001). Inclui-se observar a nossa postura de pesquisadores, como sujeitos abertos na construção da pesquisa. Devemos levar em conta que se a comunicação é objeto da própria pesquisa, o *quê* pesquisamos pode se revelar melhor *na pesquisa*, como processo comunicacional, do que ‘isoladamente’ no discurso, como objeto do processo comunicacional a ser observado.

A pesquisa central, objeto deste ensaio, esteve focada na construção da identidade no *site Manhunt*, segundo princípios de publicização na construção do *eu*⁷. Por ora, estaremos atentos a como essa construção de identidade foi notada na pesquisa. Veremos que objetificar a análise, ou seja, tornar o objeto estudado como exterior ao processo comunicativo em que se instaura a pesquisa, nem sempre nos garante plenitude no resultado. Quando nós pesquisadores estabelece-

mos com o *site* um processo interativo e o trouxemos a nós como sujeitos também em transformação, pudemos observar aspectos que uma perspectiva, mais distanciada subjetivamente do *site*, certamente teria impedido.

Quem nos traz melhor a ideia é Vera França, ao tornar mais transparente a diferença da noção de *sujeitos da comunicação* de *sujeitos em comunicação*.

Conhecer é uma atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero “dar-se conta de”, e significa apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; supõe um objeto ou problema que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, cria-se uma representação do conhecido – que já não é mais o objeto inicial, mas uma construção do sujeito (resultado que se estabelece da relação entre sujeito e objeto. [...] Nós conhecemos primordialmente como resultado de nossa vivência-nosso estar no mundo, nossa ação no mundo). (FRANÇA, 2001, p. 42)

O modo de se apropriar dos objetos configura o *quê* se tornam os próprios objetos. Mas, mesmo diante desse reconhecimento, não é raro que a pesquisa em Comunicação tenda a recortar o processo comunicacional na articulação de um ou mais elementos a serem observados, ainda deste modo mantendo sujeitos e discurso como entes separados e anteriores à observação. Como se o sentido pudesse estar constituído – segundo um repertório teórico – antes de ser apropriado⁸. Assim, pouco avançamos no modo Informacional de análise. Seria como avaliar a mensagem pressupondo observar nela a relação mediadora entre os sujeitos, estando os sujeitos ausentes.

Olhar a mensagem fora de um processo comunicacional pouco revela dos sujeitos que somos em interação e dos sentidos possíveis que assumimos em comunicação. Dessa forma, entendemos que para a análise de *sites* de relacionamento, um dos interlocutores do processo deve ser o pesquisador. Vejamos no que essa postura contribuiu para a revelação da comunicação em questão.

O PATHOS E O SENTIDO ABERTO NA INTERAÇÃO

O campo de saber da Comunicação Social entende, há algumas décadas, que a postura inicialmente⁹ adotada por seus estudos não consegue abranger a complexidade do fenômeno comunicacional, o que direcionou a pesquisa para a interrelação linguagem e sujeitos e contexto, a fim de dar conta da complexidade dos objetos.

Os primeiros estudos que delineiam a área de saber – e que compõem o paradigma Informacional – têm como característica comum a fragmentação da comunicação na análise do processo. Caracteriza também essa abordagem que a comunicação seja compreendida como uma dinâmica de causas e efeitos em que é apontada a natureza fragmentária da abordagem. Assim, seria possível estudar a mensagem, ou o receptor, ou o efeito, de modo independente, mas pressupondo que por meio de um se revele o outro. A crítica recai sobre o fato de não haver articulação entre os elementos em questão, condição sem a qual não seria possível uma análise comunicacional. A pesquisa evolui então, compondo o paradigma Comunicacional.

Por esse caminho, a análise comunicativa vai buscar a atualização de possibilidades, a realização de experiências vivas que marcam sua adequação às (e a modificação das) estruturas nas quais esses sujeitos estão inseridos. Não se trata, portanto, da análise de um texto, ou da caracterização de um sujeito, mas do movimento dos textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções. (FRANÇA, 2001, p. 86)

Ainda que os elementos do fenômeno comunicacional estejam interrelacionados na observação, é discutida a necessidade de que a pesquisa seja tomada como o evento comunicativo que tem como objeto de análise sua própria corporificação. A interrelação existe no tocar da pesquisa, na colisão e fusão dos corpos em linguagem até o ponto em que se revele qualquer superfície possível de ser escrita e a que chamaremos fenômeno, ou o objeto revelado.

É recorrente falar do déficit do modelo de análise que extraímos das teorias Funcionalista e Matemática para o estudo da Comunicação, mas ainda hoje demandamos certo amadurecimento metodológico diante das premissas destes estudos na prática da pesquisa. Não é estranho que os títulos dos estudos ainda revelem o distanciamento da pesquisa de seus objetos e certa fragmentação do processo comunicacional: estudos de recepção, estudo dos meios, e análise do discurso – embora seja evidente o avanço que esses estudos permitiram frente às perspectivas iniciais e as contribuições que oferecem ao campo da pesquisa.

É exemplo de uma apropriação razoavelmente Informacional uma pesquisa que parta da análise da estruturação de matérias sobre o presidente Lula e que pretenda verificar a construção da Imagem do presidente pela revista in-

dicando, contudo, serem os mesmos elementos observados como operadores, os componentes da imagem que a população tem do presidente. Estetiza-se assim o presidente a partir do discurso, mas os sujeitos que o constroem não se mostram discursivamente, ou esteticamente, melhor dizendo. Evocamos oportunamente uma comunidade de sentido na análise, mas continuamos a apagar seus rastros.

É possível falar de uma Estética da Comunicação¹⁰ (no singular e em termos restritos) quando tentamos descrever certas obras que, graças aos dispositivos interativos tecnológicos, fazem da relação com o sujeito – desde a mais sensorial àquela que exige elaborações cognitivas complexas – o seu elemento definidor, de tal modo que a mediação, sob todas as formas (técnica, sensorial, discursiva, imagética) passa a ser o núcleo da mesma obra, produto ou experiência. (GUIMARÃES, 2002, p.87)

Sabemos, a rigor, da impossibilidade de se pensar em construção de uma imagem a não ser por uma perspectiva de uma comunidade de sentidos. Dessa forma, adequar-se-ia uma abordagem *comunicativa da experiência estética*, como propõe Guimarães (2002), em detrimento da estetização da comunicação. Tal abordagem religa *logos* e *aesthesis* como dimensões interdependentes da experiência estética, trazendo o afeto e o *pathos* à observação comunicacional.

A abordagem do *site Manhunt* pelo arquétipo tenta fazer modestamente esse movimento. O arcabouço do arquétipo jungiano estudado por Randazzo serviu-nos para tornar acessível na análise a comunicabilidade do *pathos*. Quando dissemos que o *pathos* é constituído de razoabilidade, entendemos que ao acessar o *Manhunt*, somos tocados e transformados em *logos* e *pathos*, como dimensões receptivas/produzidas da experi-

ência. Dizer de nossas impressões racionalizadas pode obscurecer aspectos afetivos da experiência, sem a qual a comunicação se perde em grande parte. Para tornar tais aspectos compartilháveis, servimo-nos dos arquétipos como pontuadores dos elementos do desejo despertados na visita ao site.

Desta forma, para que esse juízo subjetivo fosse trazido à tona e pudesse ser compartilhado na pesquisa, utilizamos os arquétipos como elementos comunicáveis do *pathos*. Como se o arquétipo pudesse tornar dizível elementos de identificação na experiência de acesso ao site. Como explica Pereira Jr.,

Além dos benefícios decorrentes dos atributos físicos do produto, é possível também utilizar a publicidade para comunicar benefícios emocionais ou psicológicos, ou seja, impressões que são percebidas em associação com o uso do produto. Ao contrário dos benefícios do produto que advêm dos atributos físicos do produto, os benefícios emocionais são criados ou reforçados na mente do consumidor. Assim, analisando-se os perfis dos usuários do Manhunt, ainda que se tenha proposto uma análise dos perfis a partir da analogia do usuário com um produto, seria mais coerente dizer que os perfis trabalham mais o conceito de benefícios emocionais do que benefícios físicos, já que os anúncios não apresentam um bem tangível. (PEREIRA JUNIOR. et. al., 2010, p. 14)

Sobretudo, devemos observar que estamos diante de um site cujos participantes se colocam disponíveis a um encontro com os demais. Esse relacionamento que se cria no site e pode se desdobrar em um encontro face a face é estabelecido por um texto muitas vezes erotizado onde predomina a demonstração de características físicas e de preferências sexuais – aqui não relativas ao gênero, que se mostra essencialmente masculino – mas a formas mesmo de se praticar o sexo. De

outro modo, muitos se manifestam por palavras extraídas da convivência com um outro que se imagina presente na leitura-escritura.

negroserio1

Este perfil está aguardando aprovação.

AMAR Quando amar ame o mais profundo que puder, nunca pela metade. Quando encontramos alguém que faz a gente feliz tudo fica fácil... Não temos tristezas, queremos sempre estar junto de quem amamos. O resto fica pequeno. Amar fica mais fácil. Não porque as coisas se tornam mais fáceis e sim porque nossos corações tornam-se mais fortes... Amar só acontece uma vez e nunca mais... Amar e quando você pensa onde ela(e) andará... Quando amamos nos preocupamos em perguntar: COMO FOI SEU DIA? VOCÊ ESTA BEM? O QUE DE GOSTOSO FEZ HOJE? Amar é se preocupar com o outro antes de qualquer outro tipo de superficialidade. Quem ama e é amado sabe viver, sabe dar valor, sabe dizer: SOU FELIZ.”

Ativemo-nos aos textos¹¹, títulos¹² e *nicknames* (apelidos) e não incluímos a análise das fotos no corpus, embora tenham feito parte da observação. As fotos¹³ de dorsos, frequentemente depilados, pênis em ereção, corpos nus em poses sensuais e algumas de rosto não estiveram no foco de análise por imaginarmos, naquele momento, que o texto escrito nos daria a dinâmica da construção da identidade por meio do site. Mas as fotos, embora não tenham sido incluídas no corpus e ompuseram o contexto da interação e foram apreciadas.

A construção da identidade envolve um processo de reconhecimento que evoca o pertencimento a uma comunidade de sentidos. A identidade em *ManHunt* não poderia assim ser apanhada fora de uma relação com o usuário do *site*, no caso, nós pesquisadores. O entendimento de uma identidade no texto se faz da escrita desse texto no corpo dos sujeitos. Assim, a identidade parece adquirir sua forma na relação, não sendo anterior ou posterior a esta.

Inscrevemo-nos no *site*, mediante a criação de perfis individuais (fundamental para o acesso às informações) no intuito de apreendê-lo pelo ponto de leitura de usuários ou de consumidores. Não foi o propósito da equipe o desdobramento da visita ao *site* em um encontro face a face. Mas isso não nos impediu de perceber fatores de atração na construção publicitária dos perfis que provavelmente indicam a construção identitária em questão.

A observação dos 100 perfis de usuários do site Manhunt coletados para análise, entretanto, revela que, nem sempre, a criação da imagem de marca é um processo coerente. Muitas vezes, a criação do nickname remete a algum tipo de fachada ou arquétipo, enquanto a redação do título ou do texto do perfil suscita outras construções arquetípicas definidoras da personalidade do usuário, dos benefícios emocionais prometidos ou mesmo da alma da marca, comprometendo, assim, a criação de uma imagem sólida e coerente. (PEREIRA JUNIOR. et al., 2010, p. 14)

Os perfis foram analisados conforme nos afetaram, em busca aleatória e trocamos os elementos dessa apreciação entre o grupo, tentando localizar afetos por meio dos quais se tornasse comum nossa experiência. Notamos por exemplo um incômodo com a expressão “detesto afeminados” muito frequente nos textos. A expressão *detesto* é excludente e afastou o visitante mesmo

que sua preferência concordasse com o exposto no perfil. A relação é um movimento de unir-se a algo. Para um convite à relação, talvez o visitante se sinta mais confortável com uma afirmativa seletiva, mas não excludente como “prefiro os másculos”, ou algo semelhante.

A escolha inicial foi de 500 perfis que estavam em rede no momento dessa coleta, depois escolhemos aleatoriamente 100 para uma interação pormenorizada. Os arquétipos tornaram os elementos da afecção minimamente materializados para o grupo. Os aspectos arquetípicos assumiram um lugar de reconhecimento possível e compartilhamento do *pathos*, o que não deve reduzir o caráter menos racionalizante da paixão na interação.

As paixões são avaliativas: toda paixão é um juízo anterior a toda reflexão e deliberação. [...] A luz em que o sujeito de uma paixão vê, o objeto inclui uma avaliação que dá ao sujeito a possibilidade de utilizar uma escala de medidas somente no caso mais objetivo. Mas a avaliação permanece mais subjetiva do que objetiva, o que está ligado ao caráter de apetite que é inerente à paixão e ao fato de que a emoção é dirigida por um desejo, o que obscurece imediatamente qualquer cognição pura. (PARRET, 1997, p. 123)

Lembramos que foi proposto na pesquisa um estudo da identidade, portanto de Id entidades no processo comunicacional. Id entidade traduz a ideia de que percebemos a relação de interdependência entre a esfera do ser e do ser signo, embora a experiência dessas duas esferas do objeto seja percebida, naturalmente como um objeto unívoco: estamos então falando de identidade. A identidade é o interpretante, ou seja, não está na forma do discurso, mas é aquilo que se projeta da relação entre o signo e o objeto, entre o discurso e o que se revela nele. O objeto se faz na linguagem

e não há sentido no objeto em si. O objeto é o que apreendemos no interpretante, como um ser possível, razoavelmente corporificado. Essa terceira coisa que não somos nós nem o outro, mas o outro corporificado nos aspectos que extraiu do *eu* como linguagem. Não há o outro como se mostra, mas como nos afeta e como o construímos.

Inevitavelmente, como interlocutores, não poderíamos compreender os elementos de construção de identidade no *site* de relacionamento sem a presença, nessa construção, de nossa própria identidade, no momento em que também fosse construída, ou seja, na interação. É esse o elo que nos une ao outro a que chamamos identidade. Tentaremos expor adiante algumas dinâmicas de sua construção, conforme percebidas.

O sujeito em construção

Diante de um perfil, estamos construindo as possibilidades de percepção não somente do outro, mas de um *eu*. Se uma característica física ou um hábito, como o de ler, nos chama a atenção, isso se dá porque fomos despertados desse gosto em nós mesmos. O perfil disponibiliza este ou aquele elemento para que o outro imprima seu texto. A forma como os elementos disponíveis nos tocam, se articulam e compõem o perfil, delinea uma relação e define o trânsito para a abertura do sentido ou para o seu fechamento. Assim, notamos que os perfis em que os homens se descrevem tiveram mais elementos de atração, pois permitem mais unificações de um sentido para visitantes com diferentes desejos e experiências. Ou seja, perfis amplamente descritivos trazem pontos passivos de analogia ao ser do outro, sendo potencialmente mais constantes

em despertar no visitante, características que ele significa a partir da exposição do outro. Vejamos estes exemplos.

“claudius123

190 Estou a procura de sexo gostoso com outro macho

Estou afim de macho em Brasília. Sou bem versátil nos meus gostos. Desde que não seja efeminado, eu topo. Sou bem sincero, sério, formal e safado. Dizem que bem bonito e charmoso. Descrição e regra.”

“ATV35AFIM

ATV37 AFIM

Sou um cara de bem com a vida, procuro conhecer pessoas pra ver o que rola, não defino nada, entrego pra Deus. Curto caras até 26a passivos e quanto menos pelos melhor. Sou atv mas nao sou dotado, quem achar que isso nao é o mais importante vai gostar de me conhecer.”

Agora vejamos um perfil que não apresenta muitos aspectos de seu autor em jogo, dificultando a construção de uma relação, ou do movimento de unir-se a.

“sex_boy_hot

Homem em busca de diversão

Procuro carassacanas, bonitosebeemeducados. Para aqueles que quiserem dar um “olá”, por

favor, destravem as fotos para evitar contratempos... CASO CONTRÁRIO NÃO RESPONDEREI!!! E LEIAM ESTA PORRA, CACETE!!!”

Embora o *nickname* aponte para uma característica do perfilado, o texto pode dificultar a construção identitária, pois lança ao visitante a responsabilidade de se autovalidar. “Procuro caras sacanas, bonitos e beem educados” nos convida a avaliarmos a nós mesmos, quando a relação identitária presume que nos reconhecemos no outro, que ele nos desperte o desejo e posteriormente a identidade, sendo esta pontuada por características por meio das quais o outro diz, sim, o que você deseja é legítimo e posso satisfazer isso (a possibilidade de unificação do sentido no perfil).

O uso dos arquétipos serviu-nos à observação de que quando nos construímos como objeto, tentamos antecipar a leitura do outro e evocar elementos de uma experiência compartilhada no discurso. As figuras de Vênus, Apolo ou Zeus – o grande pai – revelam que, em comunicação, tentamos nos fazer presentes por termos o que chamam ao reconhecimento, motivo pelo qual algumas gírias como “ursos” e “sarados”, inclusive, se tornam “códigos” comuns entre os perfis.

Ao tornarem o *pathos* da nossa interação com os perfis comunicável os arquétipos foram um ponto de partida, uma sugestão para que expuséssemos nossos pontos de afeto e não o ponto final da análise.

Tentamos assim deixar que o *pathos* se revelasse na análise sem deixar que o repertório teórico racionalizasse o objeto, como em um processo taxonômico. Se o mundo é a forma como olhamos para ele, a partir de um repertório teórico x, o objeto somente se revelará em seus aspectos x.

De certo modo, o aporte teórico em uma pesquisa pode controlar a observação, que assim tende para que o objeto se molde conforme o repertório teórico. Quando imprimimos este olhar, tratamos os objetos da comunicação como exteriores à pesquisa, pois postos em observação estarão a serviço de confirmar os pressupostos teóricos mais do que se deixar revelar por eles.

Não raro é observar esse movimento em outras abordagens em que a comunicação não é o objeto principal, como na cura de doenças. Observados os sintomas, enquadra-se o paciente em um rol de patologias. Se um determinado método foi eficaz no tratamento de uma patologia descrita terá, a título de exemplo, sucesso nos casos em que se apresentam os mesmos sintomas. Tal qual uma jurisprudência no aspecto de que essa serve como o todo para onde se dirige a interpretação de um fato. É uma necessidade de ordem frente ao fato, e, deste modo, acabamos por ter o fato criado nas audiências, sob determinada ordem, legal e não o contrário. Em uma audiência o que se vê são tentativas de se construir o fato pelas partes, de modo que cada parte se beneficie das possibilidades interpretativas da lei, uma modalidade de desenvolvimento do processo mais evidente no *Civil Law*.

No jornalismo, se vamos observar os critérios de noticiabilidade em um jornal tomando o Newsmaking (Wolf, 1999) como princípio, não será difícil localizar no jornal tais princípios, mas não teremos permitido que vários outros aspectos da notícia se mostrem na leitura, como outros ou novos critérios de noticiabilidade. Ainda que os elementos do fato narrado sejam outro, e seu arranjo se diferencie em nomes dos personagens, será observado o objeto que se faz daquele elenco de elementos previamente sinalizados à observação.

Como prática que tem a mediação intransponível da linguagem, a Comunicação envolve interpretação, compartilhamento e resignificação, não se reduzindo à transmissão de informação, como sabemos. Desse modo, não se poderia observar o *site* sem uma inserção no contexto da ação comunicacional.

A linguagem não é uma mera convenção, mas sim, um produto da prática social, que surge e se desenvolve historicamente no contexto da prática vital de uma comunidade [...] As estruturas simbólicas se materializam na interação; constituem o produto da interação sob dadas condições históricas. (RÜDIGER, 1998, p.75)

Diante da experiência de visita ao *site* a hipótese é de que figuras arquetípicas como a do Grande Pai, ou de Vênus, organizem a experiência do visitante e suas expectativas em um ambiente desconhecido. Ao visitarmos o *site*, os traços da personalidade ou hábitos que apreciamos aparecem como pontos de apoio da relação ou de escolha dos perfis a serem explorados. Como os textos são curtos, as figuras arquetípicas sintetizam a expectativa do visitante criando a possibilidade de relacionamento. O arquétipo seria o elemento a estabelecer o elo de reconhecimento entre os interlocutores.

Vemos aqui que o arquétipo foi um aspecto comunicável do *pathos*, que se torna possível apreender no momento em que nos abrimos ao outro e, neste momento, revelamos a nós mesmos e nosso desejo.

O 'pathos' como sentido aberto na relação

Tomemos a *aesthesis* como a dimensão perceptiva da experiência. Por mais imediata possí-

vel que seja essa esfera da recepção, ela terá como pano de fundo o repertório de conhecimento do indivíduo. Mesmo se nos referirmos à estética do agradável, como sentir uma pontada de agulha nos dedos, algo anterior ao conhecimento, podemos dizer de uma resposta por experiência do corpo, embora o exemplo se aproxime de uma recepção pré-reflexiva.

Parret nos traz a paixão como uma experiência subjetiva, mas que evoca juízos valorativos, antes mesmo de que se estabeleça um sentido claro para eles. A paixão é uma condição da razão e não pode ser negligenciada na pesquisa.

Analisar os sujeitos em comunicação é, simultaneamente, achar nos textos as marcas que os interpelam, e no posicionamento e falas desses sujeitos a maneira como eles respondem, atuam, produzem. (FRANÇA, 2006, p.86)

A comunicação é um evento que se constitui de dinâmicas afetivas e reflexivas. Devemos considerar que a apropriação do fenômeno é como um enunciável narrativo, o lugar onde o fenômeno é chamado a se produzir. Tornar o fenômeno comunicacional acessível, é uma forma de restringi-lo, sabemos. Mas a tentativa aqui talvez seja ampliar sua compreensão evidenciando o *pathos* na pesquisa e conseqüentemente na comunicação que se propõe.

O exemplo que se segue é simples, mas deve nos ajudar a perceber a importância da compreensão das dinâmicas do afeto na comunicação. Não é raro observar a ineficácia das placas com os dizeres "Use o EPI" no ambiente industrial. A utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, muitas vezes considerados incômodos pelos profissionais, precisa ser significada a partir da *segurança*, que é base do relacionamento entre o sujeito e o que precisa representar para ele o uso do EPI.

O sentido a se configurar, a *segurança* nos EPIs, pode ser, por exemplo, o do laço familiar ou a impossibilidade de continuar trabalhando e não o do EPI como um instrumento isolado de uma relação. Fora desse contexto de afeto, as placas têm menor chance de se estabelecerem como relação entre um sujeito e um objeto. Cabe não raras vezes aos profissionais de comunicação dar conta da tarefa de se resolver situações como essa. Sem uma compreensão da relação entre o trabalhador e o equipamento por uma via do afeto, não serão trazidos elementos suficientes para o estabelecimento de uma relação que o façam significar *segurança* e o trabalho pode estar perdido.

Não estamos dizendo que o afeto, no caso, resida na família. Afeto aqui se traduz como aquilo que afeta, que toca, que chama a um movimento de manter junto na experiência. Interessante observar que a razoabilidade do *pathos* não se configura como uma razão claramente observável. Talvez seja melhor exemplo uma esfera translúcida que contém alguns pontos de razoabilidade – esses pontos seriam o aspecto comunicável do *pathos*. É o vazio dos pontos de significação que não se fecham que reside a paixão. Aquilo que não se mostra inteiro, mas que é exposto e demanda um fechamento. No abertura do espaço e no movimento de nos unir a algo que ela provoca, e não no sentido unificado, reside a paixão.

Diante de uma experiência sublime não podemos manter junto como uma unidade o que apreendemos (Hüges, 2001, p.49) e é isso que nos move em direção ao outro na paixão, a tentativa de unificação. No caso, o Equipamento pode representar esse elo de segurança entre dois entes distantes, família e trabalho. Abandonado o equipamento, essa relação se desfaz. Tornar a

usá-lo é tornar possível a união entre trabalho e família, o que confirma a relação e o sentido de segurança.

É o trânsito dos elementos nessa esfera, preenchida pelo espaço que lhe deixou a razão que faz com que haja a tentativa de nos ligar ao outro. Ligar ao outro pode aqui dizer da necessidade de construir a nós mesmos como sujeitos, de nos representarmos como sujeitos por meio das características de que dispomos.

Em ato, podemos dizer que isso se corporifica em confiança. Confiar não é ter o objeto em mãos, é fazer manifestar essa possibilidade, é fiar. cremos porque atribuímos ao outro uma capacidade ou qualidade que valorizamos e que diz de nós mesmos. Somos despertados nesse aspecto pelo outro – o *pathos* comunicável – e assim demandamos uma unificação desse sentido aberto, que pode se traduzir mais adiante, em relação identitária, quando unificamos o sentido da afecção em um juízo que tende para a reflexividade.

Como nos lembra Parret, a paixão para estar viva não pode sofrer a regra, o hábito e a rotina, pois estes imprimem uma inexcitabilidade aos sentidos. A razão, sim, se faz minimamente de referências indiciais – como *isso é aquilo* e de representações mais ou menos consolidadas. A partir de Hume, Mas note-se que Parret explica crença e paixão como lados de uma mesma moeda, mas não como entidades semelhantes.

A crença é unir-se a algo justamente como uma tentativa de manter junto, porque os elementos não estão unidos, mas parece que deveriam, pois estão disponibilizados razoavelmente. Crer é a tentativa de unir os pontos dispersos na paixão. Aqueles pontos que me são despertados diante do objeto, mas que não se agrupam de modo consistente, então creio, aposto. Tentamos

unificá-los com a asserção de que possam estar juntos. “Se a crença é quase absolutamente necessária para despertar nossas paixões, também as paixões, por sua vez, favorecem grandemente as crenças” (Parret, 1997, p.121) Observemos que a paixão não é fechar o sentido, mas se constitui da necessidade de unificar – algo que está em aberto – demandando um manter junto, uma ligação.

Ao tomarmos o arquétipo não como um fim a que se destina o objeto, mas como um estímulo a sua construção em um ambiente comum, a pesquisa pôde nos revelar a natureza das relações que criamos no *site*, como o texto entre nós se constrói, que elementos se atualizam no processo comunicacional e como nos disponibilizam para uma construção de nós mesmos. A identidade será esse ser em que nos construímos ao nos ligarmos ao outro pelos elementos que são afetados em nós e que materializamos na relação com o outro.

E, aí sim, a partir dos liames dessa construção, poderemos delinear a identidade criada e estabelecida nessa comunicação.

A compreensão da sutileza das conexões entre os sujeitos que se mostram – e os que observam também se mostram – pode nos levar à compreensão da relação identitária na *Internet* em aspectos mais particulares desse ambiente. Isso nos ajuda a compreender como somos afetados, como unificamos ou não tais afetos e, conseqüentemente, como nos construímos como objetos atualmente, em um ambiente em que os elementos da interação se mostram como meios nos quais nos inscrevemos.

Ainda estamos nos acostumando a entender a alteridade em sua condição de perfil. Mas nos parece que as figuras arquetípicas nos perfis abrem a possibilidade de relação, funcionando como o aspecto comunicável do *pathos*. Naquilo

que me desperta para a relação está a comunicabilidade do *pathos*, que é um sentido aberto. Fechar e unificar os elementos desse afeto nos direciona para a construção de uma identidade.

TEXTO E OBJETO EM *MANHUNT*: A CONSTRUÇÃO DO PERFIL

A preocupação central agora se volta ao *que é identidade no Manhunt* – pressupondo que ela não se encontre no discurso, nem no observador, mas na relação que se estabelece entre os dois. A identidade se faz dos elementos com que os sujeitos em comunicação interagem e de em que podem estabelecer, se assim pode-se dizer, uma relação. Justamente em um ambiente que rouba para si a chancela de um aspecto inerente à vida humana que é chamado de virtualidade.

O virtual não é o oposto do real. Temos de admitir que a oposição natural/artificial não nos caiba mais como suporte. Devemos nos ater aos modos como temos nos artificializado, ou simplesmente, nos disponibilizado como sujeitos no ambiente da rede.

[...] se a experiência do ciberespaço está destinada a nos transformar não é porque ela vai substituir a realidade por uma realidade cibernética, uma realidade simulada, mas porque o ciberespaço é uma inegável lembrança do fato de que somos condicionados para, desde muito cedo, ignorar e negar que nossa subjetividade é, por si só, uma simulação hiper-realista. (PARENTE, 1999, p.33)

A virtualidade de qualquer experiência reside em seu estado de potência, de possibilidade em que as relações se criam. Virtual é um estágio do sentido em que há várias possibilidades

de interpretantes¹⁴. Algo é notado, mas o sentido ainda não se consolidou.

As redes não são o ambiente primordial da virtualidade. Apenas as redes materializam o aspecto primordial da potência. A simultaneidade, a múltipla possibilidade – estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, guiar um carro em alta velocidade em um game, ou interagir com as características, hábitos e preferências do outro podem ser tomados como manifestações na rede da experiência humana. Essa ampliação do estar humano associa-se de modo mais imediato ao que sugere o termo potência, como possibilidade, como extensão da finitude corpórea do homem e a expansão dos modos sensoriais e intelectuais de projeção desse mesmo ser enquanto sentido, o sentido de si mesmo. Deve-se à elevação da condição de possibilidade do ser, o fato da comunicação cibernética atrair para si o título de comunicação virtual. Mas virtual não se resume a isso¹⁵.

Sabemos que o virtual – como uma possibilidade do sentido – acompanha a vida do homem, que é um ser de linguagem. O termo *virtualis* (Levy, 1999) denomina, no latim arcaico, virtude, que podemos associar à potência: do quê se é capaz, o quê se projeta, o vir a ser.

“Joao_M .

Joao M 1992

Por Enquanto não procuro por nada serio, mas se acontecer aconteceu, quero alguém legal, gostoso, não curto afeminados. Esperando por algo excitante, sem foto sem resposta / tem que ter foto de rosto Me add que eu desbloqueio as minhas fotos.”

Em *sites* de relacionamento, temos poucos elementos para a construção de um sujeito. Se esses elementos nos afetam, presumem que sejam comuns, ou seja, permitem a materialização de nós no outro. Algumas fotos, pensamentos e preferências são um convite a delineação de um perfil. Talvez o termo perfil se adeque ao fato de que o sujeito se disponibiliza em algum aspecto ou capacidade. Unificá-lo e significá-lo é a tarefa de que se envolve o visitante. O virtual é também uma condição da liberdade de escolha, ou do sentido enquanto possibilidade.

Como ocorre na compra de um produto desconhecido, ha algumas funções descritas na embalagem que convidam à compra, pois dialogam com nosso conhecimento, como as imagens arquetípicas o fizeram, mas não temos a experiência do produto. Estabelece-se uma relação aberta. Confiamos que se cumpra essa promessa a partir dos elementos que nos afetam, damos um sentido a isso quando compramos. Após o uso do produto, ainda uma relação em aberto, a promessa, nos levará novamente a ele quando acabar, se existir a demanda de que ele novamente cumpra o prometido. Mas, o consumo talvez já esteja racionalizado. Nesse caso, os elementos identitários disponibilizados foram unificados, tendo a relação transitado da vagueza a uma identidade manifesta.

A rigor, a imagem no ambiente das redes como sentido produzido sobre um eu, ou melhor, um *eu* em seu sentido produzido nessa interface, não se difere da imagem face a face. Somos uma projeção de nós mesmos para nós e para o outro, de modo interdependente¹⁶. O sujeito disponível na tela do computador é mediado pela linguagem, especificamente pelos signos que reconhecemos presentes nas poses, na aparência e no comportamento. O mesmo acontece quando

observamos alguém nas ruas, ou no ambiente de trabalho. Os elementos disponíveis nas fotos e *posts* nos trazem interpretantes – projeções do sujeito – que tentaremos formular como interpretante final – como se as possibilidades de sentido *pudessem* cessar – no sujeito que interpretamos e que construímos. Despertado o desejo, parte-se para o encontro na rede – em uma relação já identitária..

Como discutimos, a virtualidade se dá no sentido¹⁷, não sendo um atributo do meio ou suporte tecnológico. Estes, como a linguagem, apenas oferecem as condições para que a virtualidade aconteça. A virtualidade em *Manhunt* está no que se revela de possibilidade, ou da impossibilidade de um fechamento ou conclusão entre os sujeitos em situação: a isso, chamamos relação em aberto. Mas, do mesmo modo se uma relação não oferece elementos identitários a nos ligar ao produto, não o compramos. Por ter a Identidade uma natureza relacional é que devemos observá-la em dinâmicas do *pathos* e do *logos*.

“GuilhermmE .

Boy qr ser Feliz

Um cara normal, como qualquer, um tem seus sonhos e objetivos.

PS: Buscando amizades ou algo sério.

OBG ha todos.”

Há elementos que se localizam entre os *nicknames*, os títulos e o texto durante a interação. A relação depende da disponibilidade desses signos e, sobretudo, da expectativa de reconhecimento de si mesmo através do outro, deman-

data pelo visitante diante do perfil. A coerência entre o objeto desejável e a possibilidade de vê-lo representado no perfil tem uma natureza discursiva e é uma manifestação da identidade que se configura em relação.

Quando um objeto capaz de afetar é apresentado, ele dá o alarme e desperta imediatamente a paixão correspondente. Por uma transposição fácil, essa emoção passa para a imaginação e, difundindo-se sobre a ideia do objeto que nos afetou, levando-nos a formar essa ideia com mais força e vivacidade. A primeira surpresa, que acompanha naturalmente as suas milagrosas relações, se espalha pela alma inteira e vivifica e ativa a ideia a ponto de torná-la parecida com as inferências que retiramos da experiência. (HUME apud PARRET, 200, p. 121)

É a força figurativa do discurso que modifica o texto, o discurso em sua totalidade. Procuramos o discurso da paixão e não a paixão no discurso. Quando buscamos o discurso da paixão, buscamos a relação com o outro. O discurso da paixão, ou seu aspecto comunicável, é o que se revela como traço do outro em que me afeto, ou como temos chamado, elementos identitários, ou aspectos pelos quais podemos nos ver. A paixão é uma relação e toda paixão tem suas razões, como nos demonstra Parret.

Como sabemos, o *pathos* não se trata do discurso desorganizado, caótico e não estruturado em oposição ao *logos*, racionalizado. O *pathos* encontra-se na disponibilidade para a manifestação do afeto. A alteridade, dessa forma, é a motora da renovação e da construção constante do eu.

Analisando-se os perfis segundo o conceito de fachada pessoal proposto por Goffman (1985), por sua vez, percebemos que alguns perfis são mais coerentes na construção de seu arquétipo do que outros. Em alguns perfis, é possível notar que há uma coerência no conjunto de nickname, título e texto, reforçando a cons-

trução do arquétipo. (LOPES, D; SANTOS, K. *et. al.* 2010, p.11)

O discurso coerente será assim o que se mostra apto a organizar o desejo. Não é algo em si, a coerência é uma *poiesis*. A coerência é um arranjo feito pelo observador, como uma obra particular que depende de sua interpretação. O *site* dispõe elementos discursivos para o jogo da relação, de modo que se possa jogar, que se possa ser despertado o desejo.

Quando somos convidados a atualizar o rol de possibilidades que é o virtual transformando-o em um sentido mais denso – pode ser que ele seja como eu penso que sou – estamos em relação de identidade. Para que a relação (busca) não se extinga, pois o sujeito já estaria consolidado em uma identidade dialógica, busca-se um contato mais próximo ou o que chamamos de encontro, como fator de reabertura do sentido, conforme explicamos adiante. Contudo que não reduzamos *encontro* a uma presença física e *contato* a uma interação na página. Como nos lembra Parente,

A ideia de uma substituição do real pelo virtual se reporta a uma dicotomia visivelmente exportada das categorias da representação: imagem no lugar do objeto, máquinas no lugar do homem, imaginário no lugar do real. A operação que leva à simulação é própria da imagem e da linguagem onde quer que se encontre. (PARENTE, 1999, p. 43)

Não há que se estabelecer uma oposição natural/artificial para os *sites*. O acesso ao outro no tipo de presença corpórea é uma extensão da relação. Claro, que com outras linguagens, mas não um oposto.

Entretanto, a coerência na construção do perfil não garante formas de encontro mais ín-

timas. (Lopes. D; Santos, K. *et.al.* 2010, p.12) Enquanto tentamos nos apropriar do sujeito, em tê-lo personificado, estamos tentando atualizar os elementos que se põem disponíveis à construção de nós mesmos, seguindo algumas premissas de Goffman (1998). O conforto do reconhecimento pode extinguir a necessidade da busca de nós mesmos no outro – o que entendemos em Parret como “desejar a paixão”. Se essa busca se cessar a relação pode estar extinta.

POR UM AFETO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade com que se criam as mídias e os softwares de relacionamento é vertiginosa para os estudos da identidade. A identidade é fluida e maleável aos ambientes em que se criam as possibilidades de interlocução. Desse modo, se estamos falando de um sujeito em interação, não há base de análise que possa ser modelo de uma estruturação que foge intermitentemente a estruturar-se na análise, pois o objeto se faz mutante a qualquer estrutura desde as tecnológicas às do sentido. Talvez percebamos estruturações em movimento.

O ponto de partida dos arquétipos permitiram, com a liberdade do olhar do afeto, observar os aspectos da natureza da relação identitária que se construiu entre nós sujeitos nos acessos ao *site* de relacionamentos *Manhunt* e perceber particularidades nas dinâmicas por meio das quais acontece a identidade.

O que nos une ao outro é uma relação que se constitui, dentre outros aspectos da confiança, que pode ser aproximada do sentido que nos sugere crença. Em confiar entregamo-nos à corporificação enquanto sujeitos nos elementos que

o outro oferece. Crença pressupõe alteridade, lançar-se ao outro. Mas, primordialmente, devemos notar que o que nos une ao outro não é o que ele diz de nós, mas a possibilidade que ele tem de dizê-lo e a abertura da construção de nós mesmos no outro que, assim, se configura.

Uma relação se cria quando elementos que constroem o outro nos afeta. Quando vemos a nós mesmos jogando discursivamente estamos em relação. Ou seja, se um perfil oferece elementos que dialoguem conosco e com nossa necessidade de construir a nós mesmos, temos elementos para uma relação. A relação é uma dinâmica que pode se manter aberta ou se solidificar em identidade. A tentativa de uma abordagem comunicacional da experiência nos permitiu ver como o sentido se abre em uma relação e como o sentido se fecha. Estar aberto ou fechado não é necessariamente bom ou ruim. Interessou-nos compreender que é na abertura do sentido, donde reside o *pathos* na relação.

É no jogo dos afetos e em sua infinita incompletude que se encontra a paixão. Unificar os elementos do afeto em um sentido – a que chamamos identidade – é estabelecer o elo perdido que nos liga ao outro. Os aspectos comunicáveis do *pathos* são aqueles que nos convidam à relação, mas como não se mostram consolidados em sentido, provocam a demanda de unir, de ir ao encontro – no que se estabelece a paixão.

A consolidação dessa relação em aberto se da por elementos identitários, não mais próximos da pré-reflexividade, mas reconhecidos. É deles que os sujeitos se apropriam para o jogo da relação. Uma relação se consolida quando não somente seu objeto se faz presente, mas quando seu traço e os elementos em que se configura estão em movimento de unificação. A relação de algum modo precisa mostrar-se relação, e talvez

seja na abertura do sentido que podemos notá-la, nos movimentos de vagueza e trânsito para a corporificação do sentido.

Podemos exemplificar dizendo, noutros termos, que um produto que nos unifica como sujeito, ou que dialogue de modo conclusivo com nossa necessidade, evocando um fechamento de si mesmo como produto, possa se estabelecer em identidade mais sólida, conforme observado na coerência. Esse produto se explica por aspectos nos quais nos inscrevemos nele, há um conforto. Como se o produto corporificasse nosso desejo, materializando uma relação identitária. Mas ao corporificar o desejo, é necessário ainda deixar viver o desejar.

Se não há coisa em si, entendemos que o valor das coisas é posto pelo desejo do comprador. Não se valoriza o produto sem se valorizar o desejo. O preço do produto é tangível, o do desejo depende da sensibilidade de quem o observa. Cremos que não se deva valorizar o produto em uma venda, mas o desejo do comprador.

Deixar viver o desejar e o que se garante, mesmo após a compra do produto, que o produto nos afete e apresente elementos a nos provocarem o unir-se a. É preciso que a relação se mantenha de algum modo aberta, mesmo que o produto tenha se consolidado como objeto adquirido.

Como exemplo, a relação pode se manifestar na garantia do produto e na gestão do pós-venda que pode ser um convite à relação. Ao comprarmos uma viagem, podemos criar uma relação de identidade com a agência, se ficarmos satisfeitos com os serviços adquiridos. Mas, se sabemos que contamos com um apoio personalizado durante a viagem ☒ mesmo não precisando utilizá-lo ☒ mantemos a relação eu-agência em aberto o que sugere a renovação constante da aproximação

durante a viagem. Posso não precisar, mas poder contar com orientação personalizada para a compra de um ticket de trem, mantem o movimento cliente-agencia como vivo.

A nossa própria identidade não pode ser tomada como sentido completo. Precisamos do movimento constante de significação¹⁸ e ela se faz pelo outro. Se identidade é um processo em construção, ainda que adquiramos o produto (o que poderia ser a unificação promovida pelo perfil) o que vai mover ao encontro é a abertura que agora se cria com a marca, ou com sua empresa. No *Manhunt*, a busca pelo outro nas ruas revela a ânsia pela possibilidade de nos reconstruirmos novamente, de tornarmos vaga a relação mantendo, na possibilidade de encontro, vivo o ato de desejar.

Relação, como vimos nas visitas ao *site*, pressupõe um mover-se para constante. O que se dá a partir de elementos que sejam disponibilizados e que nos afetem. Podemos falar de elementos identitários – aqueles que se postam a afetar, que tocam no outro em traços que o despertem como sujeito – e em identidade se há uma consolidação dos sentidos que tais elementos provocam na construção dos sujeitos em interação. Uma relação de consumidor pode ser mantida se houver algo que ainda o afete e que o mova a se delinear como sujeito nessa oferta, mesmo após a compra do produto, que não deve extinguir a relação mas alimentá-la.

No *Manhunt*, observamos que a coerência entre *nicknames* e texto garantiu confiabilidade no perfil (o que não garante necessariamente o encontro). Quando o visitante observa coerência no perfil e nota que ela não está no discurso somente, mas na unificação dos elementos disponíveis no *pathos*, constrói a sua identidade. Daí, outros fatores podem levar ao encontro, como a

disponibilidade do outro diante também do perfil do visitante. Se julgarmos que em um *site* de relacionamentos o que se almeja é o encontro, a abertura do sentido será renovada nessa possibilidade, a do encontro face-a-face. Esse possível virtualiza a relação anterior.

Identidade em relacionamento são os elementos da razoabilidade do *pathos* unificados. Pode se dizer que os elementos identitários sejam aqueles fatores comunicáveis de uma relação em aberto, postos a significarem. A identidade seria o sentido manifesto. Id entidade é algo a se construir, como um Id, que se pretende entidade. Daí a importância de se observar o jogo da interação e suas dinâmicas. A identidade é uma construção que se faz a partir de elementos que nos afetam e nos sensibilizam o desejar, o mover-se para um sentido – o sentido de nós mesmos como sujeitos – é a partir do trânsito desses elementos e de sua abertura que convidamos o outro a se fazer presente.

Mesmo quando se compõe uma relação identitária, em que o outro consolida o meu desejo no perfil, a necessidade de que nós nos signifiquemos intermitentemente como sujeitos – levando-nos ao encontro na rua – indica a necessidade de se manter aberto o *pathos*. A satisfação ainda por vir é o que nos move em direção ao outro. Estamos em relação.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, V. HOHFELDT, A; MARTINO, Luiz C. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FRANÇA, V; GUIMARAES, C. **Na mídia, na rua: narrativas do Cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, C. "O campo da comunicação e a experiência estética". *In: WEBER, Maria Helena et al (orgs). Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

HUGUES, F. "O Espaço Estético entre a Mimesis e a Expressão" *In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virgínia. Mimesis e Expressão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 49-84.

LEVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LOPES, D; SANTOS, K. **A Construção da Identidade dos Sujeitos nos Sites de Relacionamentos e na Internet**. Belo Horizonte: Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva, 2010.

PARENTE, A. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

PARENTE, A. Cinema e pos-modernidade: os cinemas não-narrativos do pós-guerra. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PARRET, H. **A Estética da Comunicação: além da pragmática**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA JUNIOR, LL *et.al.* **A construção arquetípica dos sujeitos no Site de Relacionamento Manhunt**. Belo Horizonte: Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva, 2010.

RANDAZZO, S. **A criação de mitos na publicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

RÜDIGER, F. **Introdução à Teoria da Comunicação**. São Paulo: Edicon, 1998.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: "A Construção Virtual da Identidade nos Sites de Relacionamento".

2 Discentes do curso de Jornalismo, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Comunicação Social – Habilitação: Publicidade e Propaganda - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

6 Mesmo as dinâmicas do sublime, cujo efeito, pode se dizer, é uma lacuna, uma impossibilidade (mas não um vazio), se faz da evocação de uma tese, ou de uma leitura. E a partir da tese convocada a se produzir, o sublime se instaura como destruição do senso apresentado. É uma experiência mediada pelo conceito, evoca justamente o juízo que a sublimação destruirá posteriormente.

7 Ver A Representação do Eu na Vida Cotidiana, de Erving Goffman, 1985.

8 Contrariando essa abordagem, Blanchot nos diz do enunciável narrativo. A narrativa é o lugar onde o acontecimento é chamado a se produzir. Deste modo não se distanciam narrativa e narração, enunciado e enunciação. (Parente, 2000)

9 Vera França nos lembra que já na Grécia, a mais de dois mil anos, exercitava-se e se discutia o discurso, mas sua especificidade como área de conhecimento acontece mais tarde. "Não obstante, estudos específi-

cos sobre o fazer comunicativo ou sobre os meios de comunicação, datam do início do século XX” (FRANÇA, 2001,52).

10 “A formulação de uma Estética em Comunicação (no singular e em termos amplos), pode, entretanto, tomar uma outra via: através da combinação da pragmática com a estética kantiana (renovada, sem dúvida), e sem fazer qualquer menção às teses da mediação generalizada da vida social e da cultura, ou aos dispositivos tecnológicos de interação (o que mostraria, de modo evidente, o vínculo entre comunicação e estética)”. (GUIMARÃES, 2002, 87).

11 Parágrafo mais extenso que traz as preferências e hábitos do perfil.

12 Título usado como apresentação no perfil.

13 Vimos com certa ressalva a retirada da fotografia. É um recorte plausível considerando que estamos habituados a essa fragmentação do objeto, mas a relação de identidade que se inscreve no acesso e interação ao site tem a fotografia como um chamado indiscernível do texto. De algum modo, nos mantivemos próximos.

14 Conforme Charles Sanders Peirce, podemos entender o interpretante como o conteúdo que se depreende da coisa que nos afeta. O interpretante é o objeto possível a se materializar. O termo não deve ser confundido com intérprete (nós) ou interpretação, esta o sentido manifesto conforme a apropriação do interpretante feita pelo interprete.

15 Pode ser tomada como virtual uma experiência diante de um ideograma. Há a presença de algo em sentido proposto (pois reconheço o ideograma como um signo, ou como uma palavra), mas não consigo me dirigir ao sentido apontado por aquele traço: o sentido está virtualizado. Ocorre também que o virtual não evoque uma experiência que signifique a coisa notada, deixando-a vaga de sentido, mas com certo pulso à significação. Falamos das redes em termos de potencializar o estar do sujeito no mundo, mas também de demonstrar esse sujeito, disponibilizá-lo de forma rarefeita, o que também merece ser tomado como virtual nas redes.

16 “Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser.”. (GOFFMAN, 1985, p. 25)

17 O virtual é uma dinâmica do processo comunicacional, de produção de sentido, e designa o estágio de potência de construção do objeto, ou seja, um estado em que há várias possibilidades de corporificação do objeto disponíveis. Seria redundante a expressão comunicação virtual, pois entendemos que o sentido enquanto possibilidade é uma esfera de toda e qualquer comunicação.

18 Somos um ser que podemos observar a nós mesmos como sujeitos e conseqüentemente necessitamos construir diariamente a nós mesmos como objeto.

A INTENÇÃO DE DIRIGIR APÓS BEBER: UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE JOVENS E ADULTOS

Andréia Filomena Oliveira Rocha¹
Carla Jacqueline Gonçalves Costa¹
Marco Aurélio Simões Diniz²
Eliane de Matos Bragança³
Marcelo Rodrigo de Avelar Bastos Alves⁴

Resumo: Considerando o impacto psicossocioeconômico que os acidentes de trânsito trazem analisados por WHO (2004) e a evidente causa da ingestão de bebidas alcoólicas, este estudo discute os antecedentes atitudinais da intenção de dirigir após beber de frequentadores de reuniões sociais de lazer de Belo Horizonte. Usando como moldura teórica de referência o Modelo de Comportamento Orientado por Meta (PERUGINI e BAGOZZI, 2001) foram realizadas pesquisas qualitativas para a identificação das crenças e emoções associadas ao ato de dirigir após a ingestão de bebidas alcoólicas, procurando-se identificar diferenças atitudinais e nas emoções antecipadas entre jovens e adultos. Com base nos resultados, foram sugeridas diretrizes de comunicação para as políticas públicas de combate aos acidentes de trânsito.

Palavra-chave: Relações Públicas. Comportamento. Direção, Álcool.

Abstract: Considering the psycho-socio-economic impact that traffic accidents may cause in people (WHO, 2004) and the obvious question of alcohol consumption, this study discusses the attitudinal antecedents of the intention to drive after drinking, focusing on Belo Horizonte's night entertainment consumers. Using as theoretical reference the Behavior Model Driven by Goals (PERUGINI and BAGOZZI, 2001), a qualitative research was undertaken to identify the beliefs and emotions associated to driving after drinking alcohol, trying to find out the attitudinal differences and emotions in early youth and adults. Based on the results, approaches and communication activities for public policies to avoid traffic accidents have been suggested.

Keywords: Public Relations. Behavior. Driving. Alcohol.

INTRODUÇÃO

A frequência em dirigir após consumir álcool voltou a crescer seis meses após o início da vigência da Lei N° 11.705, de 19 de junho de 2008, a conhecida Lei Seca, que caracteriza como crime o ato de dirigir após ingestão de bebidas alcoólicas. A Lei Seca definiu nível zero de álcool no sangue, ficando estabelecido tal nível no Código de Trânsito Brasileiro, e impôs penalidades mais rigorosas para o indivíduo que efetivar o comportamento de ingestão de álcool e condução de veículos.

Em 2009, o consumo abusivo de álcool com posterior condução de veículo automotor voltou a patamares típicos do período anterior à Lei, segundo a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/2008 (BRASIL, 2009). É a partir dessa constatação e da percepção do consumo de álcool como algo culturalmente inserido em nossa sociedade que se estabeleceu este estudo com o objetivo de analisar e estimar tanto as intensidades como os direcionamentos da rede atitudinal das intenções comportamentais de usuários efetivos e potenciais de reuniões sociais de lazer que pretendem dirigir, contribuindo para a verificação empírica de teorias e para fundamentar a elaboração mais consistente de políticas públicas de comunicação relacionadas à prevenção de acidentes de automóveis e consequentes traumas físicos e psicológicos.

Assim, configuraram-se como objetivos específicos: 1) verificar empiricamente o poder de explicação e previsão dos construtos presentes nos modelos mais estudados na literatura sobre atitudes, intenções e compor-

tamento no contexto da prevenção de acidentes relacionados ao ato de dirigir pós ingerir bebidas alcoólicas; 2) identificar diferenças atitudinais e comportamentais entre jovens e adultos; 3) extrair do estudo do comportamento elementos que possam apoiar a elaboração de políticas públicas de comunicação para prevenção de acidentes de automóveis; 4) levantar dados e fatos relevantes para informar o usuário do lazer noturno e demais partes interessadas, como pais, professores e autoridades, por exemplo, de modo mais explícito, sobre o que vem efetivamente determinando o comportamento em relação ao hábito de dirigir após a utilização de bebidas alcoólicas.

Para entender o comportamento desse público, foi utilizada a Teoria do Comportamento Planejado – TCP – que coloca, segundo Veiga; Santos; Lacerda (2006, p.3), que as pessoas possuem comportamento racional e “utilizam sistematicamente as informações que lhes estão disponíveis, considerando as implicações de suas ações antes de decidirem se devem ou não realizar determinado comportamento”.

A metodologia para construção deste estudo contou com pesquisa bibliográfica e documental que permitiram um embasamento consistente através da utilização de publicações e documentos realizados por diversos autores; entrevistas em profundidade que, segundo Malhotra (2001), constituem um método em que um único respondente é testado por um entrevistador para descobrir motivações, crenças, atitudes e sensações não expostas sobre um assunto; e os Grupos Focais que, de acordo com Costa (2005), permitem buscar o que é essencial na investigação onde se obtêm informações ricas para concluí-la.

COMPORTAMENTO, ATITUDES E CRENÇAS NO BAR

O estudo do comportamento do consumidor indica que, para desenvolver e lançar no mercado produtos ou serviços que atinjam os propósitos de Marketing, de atender e satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores (KOTLER, 2000) torna-se necessário entender a razão e a forma pela qual os consumidores realizam suas compras. É preciso conhecer as atividades diretamente envolvidas em obter, consumir e dispor de produtos e serviços incluindo os processos decisórios que antecedem e sucedem estas ações.

A disciplina de comportamento do consumidor envolve o entendimento das ações tomadas pelas pessoas em situações de compra e consumo. No entanto, nem só de comportamento faz-se a pesquisa do consumidor. É preciso entender, também, dos fatores que levam as pessoas a essas ações. Algumas teorias foram desenvolvidas com o objetivo de compreender e explicar os processos que levam ao comportamento.

Na teoria desenvolvida por Fishbein e Ajzen (apud BLACKWELL, MINIARD e ENGEL, 2001), as atitudes são as principais preditoras do comportamento e esta é a razão pela qual se deve entender os processos de formação destas. Portanto, para se entender o comportamento dos consumidores, como se dá sua tomada de decisão, que fatores têm influência na sua avaliação da experiência de compra e consumo, é preciso mergulhar um pouco mais fundo e compreender como se estabelecem as atitudes dos consumidores.

O conceito de atitude é importante não só na pesquisa do consumidor, mas também central na psicologia social (CACIOPPO, GARDNER e BERSTON, 1999) e entre os motivos para esta

ocorrência estão: (a) as atitudes ocupam um espaço considerável nas nossas vidas mentais e sociais; (b) influenciam inúmeras decisões e comportamentos (NOWLINS, KAHN e DHAR, 2002); (c) reduzem o esforço despendido no processo decisório (CACIOPPO *et. al.*, 1999).

Segundo Veiga (2005), numa perspectiva crítica das mazelas sociais e ameaças resultantes dos excessos de consumo, é preciso entender a estrutura social do consumo, sua relação com o sistema econômico e inventar meios de controlar suas consequências adversas. Temas como desigualdade social, materialismo e destruição do meio ambiente realçam a importância das questões políticas, culturais e sociais que envolvem o comportamento do consumidor, bem como a urgência de transformá-lo, por meio da educação, convencimento ou coerção.

Reconhecendo essas carências Perugini e Bagozzi (2001) propuseram uma teoria integrativa das ações do consumidor, conhecida como Modelo de Comportamento Orientado por Meta – (MGB), considerando já as recentes mudanças sugeridas para melhor explicar ação, combinando Emoções Antecipadas (AEs) com desejos, frequência e efeitos recentes de comportamentos passados junto com as variáveis da Teoria do Comportamento Planejado.

Partindo da Teoria do Comportamento Planejado e na busca de entender e identificar a importância relativa dos antecedentes comportamentais para explicar a intenção de uma dada atitude, percebe-se que o comportamento humano, segundo Ajzen (2002 *apud* VEIGA; SANTOS; LACERDA, 2006) é norteado por três tipos de crença:

[...] crenças sobre as consequências prováveis de um comportamento (crenças comportamentais), crenças sobre as expectativas normativas de terceiros (crenças

normativas) e crenças a respeito de presença de fatores que podem impedir ou facilitar a performance de um comportamento (crença de controle). Em seus respectivos agregados, crenças comportamentais produzem uma atitude favorável ou desfavorável em relação ao comportamento, crenças normativas resultam em pressão social perceptível ou norma subjetiva e crença de controle podem facilitar ou impedir a performance de um comportamento. Em combinação, atitude em relação ao comportamento, norma subjetiva e percepção se o comportamento está sujeito à vontade conduzem à formação de uma intenção comportamental. Como regra geral, quanto mais favoráveis são as atitudes e a norma subjetiva e maior o controle percebido, maior deve ser a intenção pessoal de realizar o comportamento. Finalmente, dado um suficiente grau do comportamento, as pessoas tendem a realizar suas intenções quando as oportunidades aparecem. Por isso, a intenção comportamental é considerada o antecessor imediato do comportamento. (AJZEN, 2002, apud VEIGA; SANTOS; LACERDA, 2006, p. 4)

Dessa forma, o autor explica as crenças que estão intrinsecamente associadas com a elaboração de um comportamento. Ainda de acordo com Ajzen (2002 *apud* VEIGA; SANTOS; LACERDA, 2006), as intenções são precedentes da ação. Isso explica a inclusão dessa teoria, de forma a avaliar se existe uma intenção anterior ao comportamento de beber e dirigir veículos automotivos e se haveria ações que pudessem evitar ou amenizar certos comportamentos.

Portanto, o modelo contempla variáveis independentes, a introdução de uma variável intermediária e uma provisão explícita para o controle de comportamentos passados. Emoções antecipadas e comportamentos passados servem como coprognosticadores junto com atitude para ação, normas subjetivas e percepções de controladores de comportamento. O construto desejo foi tomado para fornecer o impulso motivacional canalizando os efeitos das variáveis prognosticadoras sobre as intenções. (PERUGINI; BAGO-

ZZI, 2001). O uso das emoções antecipadas no estudo de tomada de decisão pode ser considerado um tópico de estudo relativamente recente. Psicólogos sociais têm desenvolvido testes empíricos com esse construto. Considerada uma perspectiva diferente, Bagozzi; Baumgartner e Pieters (1998) propuseram o caráter positivo e negativo das emoções antecipadas como relevantes para comportamentos orientados por metas. Esse trabalho foi baseado na Teoria Comunicativa de Emoções de Oatley e Johnson-Laird e na Teoria de Stein, Liwag e Wade de Episódios de Emoção (BAGOZZI; GÜRHAN-CANLI & PRIESTER, 2002).

Uma das últimas áreas estudadas foi a implicação das emoções nas metas, ou seja, a relação entre as emoções e as correspondentes mudanças em comportamentos orientados por metas. (BAGOZZI; BAUMGARTNER; PIETERS, 1998). Os autores propõem que emoções funcionam para produzir ações que promovem o alcance das metas. Contudo, a relação entre emoções e alcance de metas não é automático nem direto. Emoções funcionam através de complexas maneiras para motivar, dirigir e regular ações a serviço das metas perseguidas. Segundo eles, um modelo pode explicar como as emoções relacionam-se com as metas. Nesse modelo – Modelo de Comportamento Orientado por Meta – o processo começa com uma situação de meta que consiste da avaliação subjetiva de uma pessoa de todas as características do ambiente e que são entendidas como relevantes para a busca de uma dada meta. Essa percepção é baseada na avaliação da pessoa de aspectos salientes da situação e alinhada com abordagens cognitivas para emoção. Os autores assumem que um grupo limitado de dimensões sustenta esta avaliação.

O foco está nas emoções antecipadas que são identificadas através do reconhecimento de sucessos e fracassos de metas. Emoções antecipadas de intensidade suficiente funcionam para motivar processos volitivos que desempenham funções diretivas, motivacionais e regulatórias se os comportamentos orientados por meta estão prontos para serem iniciados (BAGOZZI; BAUMGARTNER; PIETERS, 1998).

A função diretiva especifica o objeto da meta. A função motivacional é refletida, pelo menos em parte, através do esforço físico e mental gastos para perseguir um objetivo. Finalmente, volição vincula um elemento de planejamento, particularmente com respeito à formulação de passos necessários para alcançar a meta, o monitoramento de progresso e o direcionamento e o controle em caso de impedimentos. Uma vez formadas, as volições são armazenadas e entendidas como necessárias. Muitas metas estão distantes no sentido que um espaço de tempo, frequentemente significativo, existe entre a formação das volições e do alcance da meta. Essas volições são diferenciadas em subdivisões e centram-se nos meios necessários para o alcance das metas. Os meios são comportamentos orientados por metas que Bagozzi; Baumgartner e Pieters (1998) chamaram de comportamentos instrumentais.

Uma meta é um resultado produzido pela implementação de comportamentos instrumentais. A escolha de qual meio empregar para perseguir a meta tem sido mostrada como uma função de pelo menos três processos de avaliação conforme Bagozzi; Baumgartner e Yi (1992 apud BAGOZZI; BAUMGARTNER e PIETERS, 1998). Para eles, o decisor pode avaliar sua competência para desempenhar cada ação instrumental alternativa no seu grupo de

escolha. O segundo processo é a avaliação das crenças instrumentais que são julgamentos da probabilidade que cada meio levará ao alcance da meta e o terceiro processo contempla o desejo de cada meio.

O sistema mostra ainda o retorno relativo ao sucesso no alcance da meta ou ao fracasso para alcançá-la. Esse resultado é uma parte da atualização da situação de meta e através dos processos de avaliação retira o que os autores chamam de emoções de resultados de meta. Perugini e Bagozzi (2001) consideraram a possibilidade do questionamento da sobreposição da conceituação e mensuração das emoções antecipadas em relação à conceituação e mensuração das atitudes. Afirmaram que a especificação teórica de ambas difere fundamentalmente. Segundo os autores, a natureza e o papel das emoções antecipadas diferem da atitude para a ação em três principais aspectos. Primeiro, a atitude foca naquilo que uma pessoa faz, ou pode fazer, enquanto que as emoções antecipadas focam, não nas ações, mas no alcance das metas pessoais. Segundo, uma atitude é tipicamente constante sobre períodos razoáveis de tempo e não é formulada como uma resposta contingencial na ocorrência de acontecimentos particulares. A função proposta das emoções antecipadas é, em contraste, especificamente contingencial sob a avaliação de uma pessoa sobre sucessos e fracassos possíveis para alcançar as metas, que mudam de tempo em tempo, dependendo do contexto. A terceira distinção feita pelos autores entre atitude para a ação e as emoções antecipadas ocorre no nível de mensuração. Quando pessoas são solicitadas a responder sobre suas atitudes elas são forçadas a fazer uma escolha, sinalizando uma avaliação po-

sitiva ou negativa. Isto é uma consequência de prática comum do uso de escala bipolar. Em contraste, para a mensuração das emoções antecipadas, os autores discutem que é importante o uso de itens unipolares. (PERUGINI; BAGOZZI, 2001).

Considerando que outras teorias da ação falham ao considerar como as intenções tornam-se energizadas, atitudes, normas subjetivas e percepção de controles de comportamento proporcionam razões para a ação, mas não incorporam conteúdo motivacional explícito, necessário para induzir uma intenção para a ação. No Modelo de Comportamento Orientado por Meta, desejos, representantes dos estados motivacionais da mente cujas avaliações e razões para agir são transformados em motivação para fazer, são tomados como determinantes mais próximos das intenções. (PERUGINI; BAGOZZI, 2001).

Como se vê, portanto, o Modelo de Comportamento Orientado por Meta fornece base teórica segura para a identificação da intenção e do comportamento de dirigir após beber, podendo oferecer pistas bastante significativas para o desenvolvimento das campanhas de comunicação que objetivam diminuir o número de acidentes no trânsito.

COMUNICAÇÃO E COMPORTAMENTO: RELAÇÕES PÚBLICAS

Partindo-se da premissa de que a Comunicação pode ser entendida como instrumento das relações sociais, permitindo e promovendo a integração do indivíduo na organização social – por meio dela é que os seres humanos se inserem e se

constituem como parte do mundo (RABAÇA, 2002) – as Relações Públicas, devido as novas demandas emergentes da sociedade, dialogam com outros conhecimentos, adquirindo espaços em outras áreas de atuação e se deparando com diferentes comportamentos e situações surgindo a ideia de um novo conceito como é defendido por Nassar (2007, p. 96).

As novas e complexas demandas se traduzem também na necessidade, por parte dos que trabalham e pensam as Relações Públicas com essa nova abrangência, de se confrontar com visões extremamente enraizadas entre pesquisadores e profissionais. [...]. É preciso também promover novas articulações e alianças com pesquisadores e profissionais de campo que se vinculam com as Relações Públicas.

Percebe-se que as Relações Públicas possuem competências para se articular entre os públicos e situações, sendo um profissional adequado para compreender e desenvolver estratégias para que um objetivo seja alcançado. Nesse sentido, percebe-se que Andrade (2005) possui uma visão ampla do que venha a ser Relações Públicas e do seu papel social.

Intérpretes de políticas e diretrizes das empresas modernas, num esforço para melhorar os padrões de integração social. Hoje, elas também devem ser consideradas como intérpretes das atitudes e opiniões dos públicos para igual esforço de integração social. Em qualquer instituição, o relator público é o intérprete, o representante dos públicos, o educador, propondo as questões controversas, oferecendo amplas informações a respeito, facilitando o debate, emitindo pareceres, para que mediante a formação de autênticos públicos, as organizações possam chegar a atitude e opiniões comuns, que permitam a ação conjugada em benefício de todos. (ANDRADE 2005, p. 98).

Assim, o profissional trabalha como facilitador entre as relações, articula a informação para

seja emitida de forma adequada, transparente e, por conseguinte, que a ação seja efetiva para cada público específico. Segundo Azevedo (1979), não existe apenas um canal para se emitir a mensagem, pois há uma pluralidade de públicos com os quais uma organização interage, sendo praticamente utópico alcançá-los com a mesma linguagem. Atualmente, percebe-se uma ampla rede de meios e canais para se atingir os diferentes públicos de interesse, demandando usar distintas linguagens na emissão da informação.

METODOLOGIA

Por se tratar de trabalho cujo principal objetivo é descrever características e identificar as crenças comportamentais, normativas e de controle, bem como sua ação e modulação do comportamento do consumidor referente a consumo de álcool e condução automotiva subsequente, deve-se configurar como um estudo exploratório (MALHOTRA, 2001) que procura restaurar roteiros cognitivos que permitam inferir crenças com relação ao ato de dirigir após beber. Considera-se que os grupos de foco são mais adequados nesta etapa, uma vez que, dadas as características da população a ser investigada, o levantamento de informações tende a ser mais enriquecedor. Os grupos de foco (AAKER, KUMAR e DAY, 2001) oferecem mais estímulos aos participantes do que as entrevistas, aparentemente facilitam o surgimento de novas ideias e comentários perspicazes, provocam maior espontaneidade e emoções. Trabalhou-se aqui com dois grupos de foco, sendo um composto por mulheres com idade entre 18 e 25 anos e outro com homens com idade entre 18 e 25 anos, tendo como critério de seleção todos os participantes possuem

Carteira Nacional de Habilitação e serem consumidores de bebidas alcoólicas. Os Grupos Focais foram conduzidos na Agência Experimental de Relações Públicas – Agerp do Centro Universitário Newton Paiva, localizado na Rua do Trevo s/nº - Caiçara. Os conteúdos das transcrições dos grupos de foco foram analisados através do sistema de categorização (BARDIN, 1971) que possibilita a identificação da frequência com que crenças, sensações e sentimentos são salientados pelos entrevistados. Segundo Bardin (1977), a categorização consiste em um método taxionômico que visa repartir a unidade de análise por um sistema de diferenciação sistemático e inequívoco.

Para as Entrevistas em Profundidade, o perfil dos participantes constituiu-se de homens e mulheres com idades entre 23 e 43 anos, sendo que a grande maioria dos participantes possuía idade de 23 a 29 anos. Foram também realizadas cinco Entrevistas em Profundidade, com perfil de homens/mulheres acima de 25 anos que possuíam filhos, e cinco Entrevistas em Profundidade com homens/mulheres acima de 25 anos, sem filhos. As Entrevistas em Profundidade e os Grupos Focais foram realizados no decorrer de maio e junho de 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diagnosticou-se que faltam políticas públicas e ações consolidadas para se atingir o real propósito da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, conhecida como Lei Seca (BRASIL, 2008). Mediante a aplicação do Modelo do Comportamento Orientado por Meta, verificou-se que os indivíduos já possuem uma intenção do uso do álcool concomitante à direção de veículo e que

não percebem as fiscalizações (blitz). Através das pesquisas feitas, percebeu-se que a sociedade não mudou seu comportamento em relação à mistura de álcool e direção, apenas tornou-se mais receosa no princípio da implantação de medidas educativas e punitivas relacionadas à Lei Seca.

Verificou-se, com a pesquisa sobre a temática “beber e dirigir”, que, mesmo após o advento da nova lei, os indivíduos mantiveram o comportamento de ingerir bebidas alcoólicas e dirigir veículos automotores e, como a principal alegação para explicar tal comportamento por parte dos entrevistados-participantes foi a falta de fiscalização/vigilância (blitz). Há também o fator conforto ligado direta ou indiretamente à necessidade de sair para se divertir e ter liberdade para voltar para casa a qualquer momento, sem depender de terceiros. Ainda foi mencionada pelos entrevistados a insegurança em relação aos transportes públicos em determinados horários.

Nas pesquisas, ficou claro que sair está intimamente relacionado com beber para a maioria dos entrevistados/participantes, que também não mencionaram um planejamento anterior que evidenciasse o intuito de deixar o carro ao sair para consumir bebidas alcoólicas, exceto em raras exceções.

As mulheres, apesar de constituírem um público que estabelece o mesmo comportamento de dirigir sob efeito de álcool e apresentar a necessidade de sair, mostram-se mais precavidas e exercem forte influência na decisão do companheiro (marido/namorado).

Os grupos, quando saem, não costumam decidir quem vai conduzir o veículo e, por isso, não vai beber, para possibilitar a segurança dos demais ocupantes do carro. Os participantes relataram que não há um rodízio entre os amigos e que, muitas vezes, mais de uma pessoa vai com

seu próprio carro. Raras exceções foram diagnosticadas – situações em que participantes informaram programar quem dirige e quem ingere bebida alcoólica. O fato mais relatado é que, quando se percebe que o amigo condutor está exagerando na ingestão de bebidas alcoólicas, procura-se reduzir o próprio consumo, cogitando a possibilidade de se conduzir o veículo do amigo.

O principal receio gira em torno da possibilidade de prejudicar alguém, como provocar acidentes e matar pessoas. Os entrevistados percebem que bebida e direção podem acarretar malefícios, mas não deixam de estabelecer este comportamento e assim muitas questões podem ser levantadas, como a ineficiência na falta de fiscalização e a necessidade de políticas preventivas mais eficazes.

O fato é que, mesmo com a rigidez que envolve a Lei Seca, o sistema ainda é falho e não conseguiu coibir a ação de se misturar álcool e direção. A falta de políticas preventivas e de fiscalização ainda representa grande empecilho para que a sociedade venha a realmente cumprir o estabelecido na Lei Seca (BRASIL, 2008).

VOLTANDO PARA CASA

Com este trabalho, é legítimo sugerir que a Comunicação Social, por meio da área específica de Relações Públicas, pode contribuir na construção de políticas públicas que possam atingir de fato a população vinculada à Lei Seca, ressaltando que a comunicação – por meio de pesquisas, desenvolvimento de estratégias de conscientização e mobilização social, bem como a mensuração de resultados – deve ser estrategicamente estudada para alcançar os diferentes

perfis de indivíduos que ingerem bebidas alcoólicas e dirigem.

A sugestão seria a criação de programas não de estímulo a transporte alternativo ou de consumo consciente de álcool em si, mas muito mais a atuação em termos de campanhas de conscientização, focando os chamados comportamentos instrumentais e seus determinantes. Menos que a frequência de veiculação de mensagens/campanhas, menos que ressaltar os malefícios potenciais do consumo de álcool aliado à direção de veículos, a Comunicação Social deve focar os elementos atitudinais determinantes (ou contribuintes) para o comportamento efetivo a partir das crenças comportamentais, normativas e de controle. Afinal, parece que a compreensão das implicações da associação bebida e direção não seria assimilada como tal, mas reelaborada pelo público frente a outros elementos. E seria com essa resultante que as políticas públicas deveriam lidar para seu sucesso ou não. Essas...

...formulações alinham-se com o pensamento teórico da comunicação no campo da intervenção social que nega a relação causal necessária entre a 'boa comunicação' e 'mudança de comportamento', enfatizando mais a importância dos processos de circulação e apropriação das políticas públicas do que a qualidade e pertinência das campanhas e outras ações comunicativas. (ARAÚJO et al. 2002, p. 5)

REFERÊNCIAS

AJZEN, I. From intentions to actions: a theory of planned behavior. In: KUHI, J; BECKMAN, J (Orgs.). **Action – control: from cognition to behavior**. Heidelberg: Springer, 1985. p. 11-39.

AJZEN, I. Residual effects of past on later behavior: habituation and reasoned action perspectives. **Personality and Social Psychology Review**, 6, 2, 107-122, 2002.

ARAÚJO, I; BRANDÃO, AP; CARDOSO, JM. Redes discursivas em movimento: avaliação de estratégias de comunicação na saúde. In: XI Encontro da COMPÓS – Rio de Janeiro, 5 a 8 de junho de 2002. **Artigo** apresentado no GT Políticas e Estratégias de Comunicação. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca1195.pdf>. Acesso em: 16/09/2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO. 2009. Disponível em: http://www.vias-seguras.com/os_acidentes/estatísticas/estatísticas_nacionais. 2007. Acesso em: 16/10/2009.

ANDRADE, CTS. **Psicossociologia das relações públicas**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005, 120 p.

AZEVEDO, PEM. **Manual prático de relações públicas**. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1979, 180p.

BAGOZZI, RP; YI, Y; PHILIPS, LW. Assessing construct validity in organizational research. **Administrative Science**, [s.l.], v. 36, n. 3, p. 421-458, sept. 1991.

BRASIL. Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Altera Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11705.htm. Acesso em: 16/10/2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2008: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. p. 112.

COSTA, MEB. Grupo focal. *In*: DUARTE, J; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. 380 p.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais: evolução e desafio. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Universidade do Minho, v. 16, n. 2, p. 221 –236 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37416210.pdf>>. Acesso em: 16/10/2009.

FORTES, WG. **Relações públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003. 394 p.

FORTES, WG. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Summus, 2003. 394 p.

MALHOTRA, NK. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATOS, EB. **A intenção de uso de preservativos: um estudo de adolescentes comparando gênero e classes**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NASSAR, P. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da**

memória institucional das organizações. São Caetano do Sul: Difusão, 2007. v. 1. 206 p.

Barbosa, GG; Rabaça, CA. **Dicionário de comunicação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

STUMPF, IRC. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, J; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. 380 p.

VEIGA, RT; MONTEIRO, PRR. Antecedentes comportamentais da intenção de parar de fumar segundo a teoria do comportamento planejado. *In*: XXIX ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais eletrônicos do XXIX Enanpad**. Brasília: 2005.

VEIGA, RT; SANTOS, DO; LACERDA, TS. Antecedentes da intenção de consumo de cosméticos ecológicos. *In*: II ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD – EMA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

NOTAS

1 Discentes do curso de Comunicação Social –Habilitação: em Relações Públicas - bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Discente do curso de Comunicação Social -habilitação em Publicidade e Propaganda, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professor colaborador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

AS POLÍTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, RESGATE DA MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA APÓS A DÉCADA DE NOVENTA

Ana Cristina Faria¹
Leandro Eustáquio Gomes¹
Leidiana Cassiana Miranda¹
Sheilla Araújo Gomes¹
Regina Andréa Martins²
Wanessa Pires Lott³

Resumo: A cidade de Ouro Preto, referência do patrimônio cultural brasileiro, vem ao longo destes anos trabalhando em prol da salvaguarda dos patrimônios locais. Privilegiando as produções arquitetônicas, sobretudo às relacionadas à cultura barroca, o patrimônio cultural de Ouro Preto torna-se a base do turismo local. Este, se planejado dentro dos princípios da sustentabilidade poderá atrair vantagens para a região e consequentemente reforçar a cultura local, particularmente quando as comunidades locais assumem o papel de gestoras e guardiãs do seu Patrimônio. Alguns entraves como a pouca inserção da comunidade local na gestão do turismo e patrimônio cultural impedem uma relação profícua entre estes dois setores. Sendo assim, o poder público local, a partir de 1997, iniciou um trabalho de educação patrimonial junto às escolas municipais ouropretanas com intuito de fomentar a apropriação do acervo cultural da cidade pelas crianças e adolescentes. O presente artigo tem como objetivo analisar as experiências de educação patrimonial da cidade de Ouro Preto e como estas se vinculam ao desenvolvimento do turismo cultural na cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Políticas Públicas. Ouro Preto.

Abstract: The Ouro Preto city, a reference to the Brazilian cultural heritage, has been working for the safeguarding of its heritage sites over the recent years. Focusing on architectural productions, especially those related to Baroque culture, the cultural heritage of Ouro Preto becomes the basis of local tourism. Such local tourism, if planned within the principles of sustainability, will attract benefits for the region and consequently

strengthen the local culture, particularly when local communities assume the role of manager and guardian of their heritage. Some obstacles such as the poor participation of the local community in tourism management and cultural heritage hinder a fruitful relationship between these two sectors. Thus, the local government, since 1997, began a process of heritage education at the schools of Ouro Preto in order to foster the ownership of cultural heritage of the city by children and adolescents. The present study aims to analyze the experiences of heritage education in the city of Ouro Preto and the way these experiences are linked to the development of cultural tourism in the city.

Keywords: Cultural Heritage. Education Heritage. Public Policy. Ouro Preto.

INTRODUÇÃO

A cidade de Ouro Preto guarda importante acervo do Patrimônio Cultural Brasileiro. Particularmente, aquele patrimônio relacionado com o processo de fundação e desenvolvimento do Estado de Minas Gerais a partir do século XVIII. Em Ouro Preto, o patrimônio está relacionado majoritariamente à cultura Barroca privilegiando suas produções arquitetônicas, o que pode ser comprovado pelos bens inscritos nos Livros do Tombo que refletem em grande parte a política da “fase heróica” IPHAN. (FONSECA, 1997).

Data-se esta fase da criação do atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até início da década de 1970 e tem como figura principal o diretor do serviço de preservação Rodrigo Melo Franco de Andrade, que abraça o tombamento como a forma primeira de preservação do patrimônio do país, além de eleger o barroco como a autêntica e primeira arte brasileira. Após a gestão heróica de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro assume o IPHAN por dez anos, mantendo a mesma linha de trabalho de seu antecessor. Somente em 1979, com a entrada de Aloísio Magalhães, uma nova política preservacionista se instala no país,

voltando-se não só para o patrimônio edificado como também para o patrimônio intangível.

As alterações ocorridas no IPHAN são refletidas na Constituição de 1988, que além de promover uma municipalização que evoca a guarda do patrimônio também às prefeituras, amplia o conceito de patrimônio. Passa-se a entender que o patrimônio cultural brasileiro é formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988: artigo 216). Este conceito também estabelece a necessidade de se elaborar “outras formas de acautelamento e de preservação”.

Mais do que uma nova concepção de patrimônio, a Constituição de 1988 estabeleceu uma ampliação dos espaços democráticos de participação e deliberação na forma de conselhos que procuram abarcar tanto a sociedade civil organizada quanto o corpo técnico-administrativo. No entanto, a efetiva participação popular tem se mostrado um tanto quanto tímida e as ações dos conselhos e da Administração Municipal ainda têm um forte viés nas políticas da fase heróica do IPHAN.

Ouro Preto, cidade emblemática do cenário preservacionista, se por um lado busca resgatar e ampliar a noção de patrimônio por meio de oficinas voltadas à comunidade local, por outro ainda se pauta fortemente nas políticas da “fase heróica”. Nesse sentido, cabe questionar quais são os impactos das diretrizes da Constituição de 1988 nas políticas de âmbito patrimonial abraçadas por tal cidade e como estas estão sendo trabalhadas com a comunidade local, entendendo-as como guardiãs do patrimônio ouropretano.

Para além das ações preservacionistas, o turismo em Ouro Preto se insere em pelo menos dois grandes projetos: o Circuito do Ouro e a Estrada Real - que envolve os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Apesar de apresentarem incrível potencial para o desenvolvimento de uma atividade turística, a cidade apresenta problemas em relação às formas de aproveitamento e interpretação de seu Patrimônio, sobretudo, no que diz respeito à sua conservação/preservação no contexto dessa alternativa econômica.

Tendo em vista as características do centro histórico de Ouro Preto, com todos os seus acervos arquitetônicos e culturais, pode-se considerar que o turismo deveria ser, e de certa forma tem sido, uma alternativa econômica para os núcleos urbanos preservados, pois a sua base pressupõe a necessidade de preservação do patrimônio e da cultura local, estabelecendo assim uma relação intrínseca de existência. Se planejado dentro dos parâmetros da sustentabilidade, o turismo cultural poderá atrair vantagens para a região, como exemplo, ser um catalisador da restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, conseqüentemente reforçando a cultura local, particularmente quando as comunidades locais assumem o papel de gestoras e guardiãs do seu Patrimônio.

Algumas questões importantes devem ser discutidas a partir da constatação de que uma participação ampliada das comunidades locais é essencial para uma adequada conservação patrimonial cultural. Quais os mecanismos viabilizariam uma maior integração das comunidades locais? Qual o papel do poder público em relação ao desenvolvimento de projetos que viabilizem uma maior integração entre o patrimônio e as comunidades locais? Qual a eficácia e representatividade dos conselhos deliberativos do patrimônio nas cidades em questão?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa “As políticas de gestão do Patrimônio cultural em Ouro Preto: educação patrimonial, resgate da memória e construção da cidadania após a década de noventa”, realizada no Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva. Tal pesquisa investiga como o poder público vem atuando em relação ao patrimônio cultural na cidade de Ouro Preto após a Constituição de 1988. Sobretudo, em relação à implementação de projetos de educação patrimonial e envolvimento das comunidades locais nos processos de gestão desses espaços urbanos e sua memória histórica. As formas de uso e apropriação desses espaços memoriais, particularmente em relação ao desenvolvimento do turismo cultural, como possíveis mecanismos de construção da cidadania em âmbito local.

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Minas Gerais, com suas cidades ditas históricas ricas em obras de arte e cultura, possui um enorme potencial para o turismo cultural. Contudo, somente configurar-se como poten-

cial turístico não dá a primazia de desenvolver o turismo como atividade econômica. Na busca pelo aperfeiçoamento, profissionais e estudiosos do patrimônio do turismo precisam, inicialmente, dominar ou ao menos compreender os principais aspectos que envolvem as discussões a respeito das novas propostas de gestão urbana, especialmente no que diz respeito ao patrimônio cultural, e do turismo cultural como uma possibilidade de inclusão e ampliação da cidadania em âmbito local.

O primeiro aspecto a ser compreendido é o próprio conceito, significados e usos possíveis do Patrimônio Cultural. Atualmente, há um consenso no meio acadêmico de que a noção de Patrimônio Cultural deve abranger os bens tangíveis (manifestações artísticas “concretas” - prédios, casarões, igrejas, monumentos) e também os intangíveis (todo o fazer humano - tradições, manifestações folclóricas, histórias, etc.), não só das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos (GONÇALVES, 1996).

Tal debate, iniciado na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, embasou não só a ampliação do conceito de patrimônio contido na Constituição Brasileira de 1988 como também proporcionou a instituição de um instrumento de preservação de bens intangíveis, o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” e de “Inventário de Referências Culturais” por meio do Decreto Federal nº 3.551, conferido pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 4 de agosto de 2000. Não obstante, à relevância desse instrumento jurídico percebe-se que há uma indissociabilidade entre os dois âmbitos patrimoniais. Em grande parte, as manifestações culturais que são passíveis de registro dependem do patrimônio material (LOTT,

2005). Como exemplo, pode-se citar o registro do toque do sino de São João Del Rey que só se fez possível com a preservação dos sinos da cidade. A criação de outro instrumento jurídico de preservação institucionaliza a fragmentação do patrimônio. (CORREA, 2001)

Outro problema que se coloca no que diz respeito à preservação patrimonial é a guarda dos bens tombados. Legalmente, o principal responsável por estes bens é o Estado. No entanto, na prática, observa-se uma relação paradoxal: ao mesmo tempo em que o Estado toma para si a responsabilidade pela preservação destes bens, ele raramente tem condições de fazê-la. Uma proposta viável para reverter esta situação de abandono do patrimônio tem sido a conservação no lugar da preservação.

Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por alguma outra que lhe possa ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o Patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural. (BARRETO, 2003, p. 25)

Conservar o patrimônio significa viabilizar economicamente a manutenção dos bens culturais, móveis ou imóveis, e fundamentalmente a utilização destes bens como equipamentos turísticos, ou também, transformá-los em museus, mas dentro das propostas novas, em que os museus sejam equipamentos capazes de despertar o interesse na visitação por parte dos turistas.

Quando se trabalha com o Patrimônio Cultural, em especial, a tradi o intrínseca a este, indiretamente, se propicia recuperar a memória e a identidade local, sendo “a memória um elemento essencial do que se costuma chamar iden-

tidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 476). Os avanços da cultura global têm propiciado a construção de uma identidade cosmopolita que ameaça as tradições e memórias locais. Em contra partida, observa-se um movimento de resgate da cultura local o que necessariamente passa pelo reforço de identidades locais. Entendendo identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2000, p. 23). Sendo assim, o patrimônio preservado oficialmente influencia na construção das identidades, que se mostra como “uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre construída interna e não externa à representação” (HALL, 1996, p. 69).

Nesse sentido, ao salvaguardar oficialmente bens, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, estes serão transformados em “documentos de identidade da nação brasileira” (ANDRADE, 1987, p. 57) e o conjunto de bens tombados forma uma imagem do Brasil, apresentando um olhar de nossa história. “O patrimônio tombado é a parte mais visível da ação do Estado na área da cultura. Ao proteger legalmente um bem, nós o transformamos em ‘documento de identidade da nação’, como gostava de dizer Rodrigo Melo Franco de Andrade. No seu conjunto, esses bens formam uma imagem do Brasil, e produzem, sobre o solo do país, uma versão da nossa história e da nossa cultura” (Weffort, 1997 *apud* SECRETARIA DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2002, p. 43). Tal ideia pode ser estendida para os bens de natureza imaterial, que também auxiliam na construção de identidades.

Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local. Nesse sentido, tem-se apresentado uma discussão sobre a importância dos projetos e programas de educação patrimonial como mecanismos eficazes de estabelecimento dos vínculos necessários entre a sociedade e o patrimônio nos processos de gestão urbana e de resgate da memória e reforço das identidades locais.

O CENÁRIO DA PESQUISA

Como dito, a partir da década de 1930, o Brasil passou por um processo no que diz respeito às discussões sobre seu patrimônio cultural e o papel do Estado como seu gestor. Ao longo desse processo o Estado elaborou leis e criou institutos especializados para atuarem junto aos patrimônios que foram sendo tombados, de forma quase sempre centralizada e em ambiente de baixa ou nula participação das comunidades locais. A tendência enfatizada nos debates acadêmicos e produção teórica sobre o tema, sobretudo a partir da década de setenta, foi de maior abertura conceitual relativa à cultura e patrimônio. O conceito de patrimônio ultrapassou a ideia da monumentalidade, da excepcionalidade e da materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o cotidiano, a imaterialidade.

Não tivemos na mesma proporção um avanço no que diz respeito à atuação dos órgãos oficiais no processo de proteção e gestão do patrimônio. Apenas a partir das duas últimas décadas do século XX a legislação sobre patrimônio e cultura passou a incorporar de forma mais efetiva os pressupostos dessa produção teórica, que já havia demonstrado a importância da participa-

ção de amplos setores da sociedade nos processos de gestão urbana, e particularmente naqueles relativos aos bens culturais.

Especificamente, a partir da década de noventa, alguns instrumentos para maior democratização dos processos de gestão urbana e do patrimônio passaram a ser discutidos pelos órgãos responsáveis, com ênfase em propostas construídas localmente, onde os próprios municípios estabeleceriam formas e mecanismos para garantir a continuidade dos seus patrimônios culturais. A partir de 2001, o Estatuto das cidades passou a ser a base legal para a construção dos planos de gestão municipal evidenciando a necessidade de outra abordagem e atuação dos poderes públicos no Brasil.

Atualmente, há uma tendência crescente de preocupação com a preservação do patrimônio cultural. A valorização do local, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, demonstra a importância da manutenção de identidades específicas, como por exemplo, as autênticas cidades coloniais mineiras, entre elas Ouro Preto. Em pleno Século XXI, o passado e suas referências históricas marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, as formas de fazer – culinária e festas – passam por um intenso processo de valorização.

Diante desse processo muitos municípios, como Ouro Preto, encontram grande dificuldade para implementar seus programas ou projetos de gestão urbana e particularmente no campo cultural e patrimonial. Ainda dependente de um conjunto de relações de poder presentes em âmbito local, nem sempre com tendência à democratização, o patrimônio cultural, já legalmente consolidado e aqueles que poderiam se constituir com a maior inserção das comunidades nos processos de gestão sofre com

depredações e o descaso para com seu estado de conservação/preservação.

Nesse sentido, a pesquisa “As políticas de gestão do Patrimônio cultural em Ouro Preto: educação patrimonial, resgate da memória e construção da cidadania após a década de noventa” investiga as atuais formas de gestão do patrimônio cultural e como no âmbito local vêm se implantando medidas que busquem a inclusão e maior participação das comunidades nesses processos. Além de fomentar o estudo da preservação da arte e da memória, toda esta pesquisa irá auxiliar a repensar outros problemas, tais como a construção da interpretação do patrimônio para o turismo e as possibilidades do planejamento em base local com mecanismos de inclusão, resgate, preservação dos bens culturais e das identidades no município.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao analisar os novos rumos que têm se delineado nas políticas patrimoniais brasileiras em função dos impactos das diretrizes da Constituição de 1988 e do desenvolvimento do turismo e ao investigar como o poder público vem atuando em relação ao patrimônio cultural na cidade de Ouro Preto após a década de 1990, sobretudo, no que diz respeito à implementação de projetos de educação patrimonial e envolvimento das comunidades locais nos processos de gestão desses espaços urbanos, deparou-se a princípio com o seguinte cenário.

Ouro Preto apresenta vários programas e projetos de cunho federal e estadual voltados para a questão patrimonial, entretanto, as ações municipais se mostram pontuais frente às demais diretrizes preservacionistas. A princípio,

identificou-se um programa de educação patrimonial voltado para as escolas da rede municipal de ensino, tornando este o foco da pesquisa supra- citada juntamente com a questão do turismo local. É relevante ressaltar que optou-se por não apresentar questões e/ou resultados mais efetivos sobre este último tema por ser uma etapa que se encontra em fase inicial. Já sobre o projeto de educação patrimonial municipal, pode-se perceber algumas considerações. Tal projeto engloba tanto discentes quanto docentes e dentre as etapas do projeto, destacam-se: oficinas sobre patrimônio para docentes; elaboração de livros com a temática patrimonial; visitas monitoradas aos monumentos locais; resgate das brincadeiras e brinquedos locais e resgate das lendas e casos locais.

As ações mencionadas acima têm grande importância para os envolvidos. Elas vêm trabalhando a relevância de se preservar um bem cultural, patrimônio da humanidade, mantendo a sua identidade, para promover a conscientização das pessoas da região sobre o seu valor histórico e pessoal. Por meio do projeto de Educação Patrimonial, crianças e adultos podem se tornar mais entendidos a respeito da conservação dos seus bens patrimoniais de forma a se preocuparem com a preservação de cada um deles, e se envolverem no projeto como mantenedoras de identidades, histórias e bens culturais, e cuidadoras daquilo que lhes foi legado.

O Projeto de Visitas monitoradas possibilita aos alunos atuarem como agentes multiplicadores. Eles se tornam produtores de conhecimento no que se refere ao patrimônio e atuam de maneira ímpar na identificação da importância desse patrimônio. Passam a entender porque esse patrimônio está inserido no espaço urbano. E assim, o sentimento de pertencimento de todos

os envolvidos no Projeto, através da percepção individual e coletiva, passa a estabelecer um profícuo elo comunitário. Pois, é necessário que os adultos também criem este laço e reconheçam os bens culturais e possam então enxergar todo conjunto arquitetônico de outra maneira com um novo olhar.

Com a ocupação intensa nas áreas urbanas, é necessário o repensar de um plano diretor, ou seja, é preciso que haja planejamento sobre o uso do espaço urbano que guarda tão importante patrimônio. O mal uso de visitantes e até mesmo de moradores tende a contribuir para a descaracterização dos centros históricos e monumentos da cidade, havendo assim uma perda de seus valores patrimoniais.

O Projeto de Educação Patrimonial, Visitas Monitoradas age como estimulador para crianças e adultos e assim torna-se extremamente importante para a comunidade local, pois visa garantir às gerações futuras poderem usufruir dos bens culturais locais.

Entretanto, no decorrer das pesquisas de campo, apenas a elaboração dos livros e as visitas monitoradas foram identificadas. Os livros são elaborados pela coordenadora e idealizadora do projeto, a professora Therezinha Lobo Leite e contemplam não só os elementos culturais ouropretanos, como também os de seus distritos. Já, as visitas monitoradas são direcionadas aos alunos do ensino fundamental, que, em uma primeira etapa escolhem os locais a serem visitados juntamente com os professores e posteriormente elaboram uma cartilha com os conhecimentos apreendidos.

Essas ações ocorrem na cidade desde 1997, sendo que as demais etapas do Projeto de Educação Patrimonial não são efetivadas principalmente pela falta de cooperação de alguns professores

e pedagogos. Em entrevista com a coordenadora do projeto, grande parte dos docentes percebe a ação apenas como um 'fardo' na docência, já que o deslocamento de alunos se mostra cansativo.

Apesar da Constituição de 1988 representar um avanço, pois é a partir de então que se desencadeia um processo de descentralização de políticas públicas, em Ouro Preto, no âmbito patrimonial, verifica-se a princípio que o poder público municipal mostra-se incipiente frente às ações federais e/ou estaduais. Contudo, deve-se valorizar qualquer tipo de ação voltada para a salvaguarda do patrimônio e principalmente diretrizes que visam à educação patrimonial local.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: SPHAN-FNPM. 1987.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm – Acesso em: 01/2010.
- BRASIL. Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto3551.htm> Acesso em: 12/2009
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. v. 2, São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- CORRÊA, AF. **Vilas, parques, bairros e terreiros: Novos parâmetros na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**. Tese de doutorado, PUC São Paulo: mimeo, 2001.
- FONSECA, MCL. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN. 1997.
- GONÇALVES, JRS. **A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.
- HALL, S. "Identidade Cultura e diáspora." *In: Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Cidadania. Nº 24, 1996.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Lisboa: Enciclopedia Einaudi, 1990.
- LOTT, WL. **O patrimônio cultural na cidade de Belo Horizonte: o caso da irmandade de nossa senhora do rosário do jatobá e do terreiro de candomblé ilê wopo olojukan**. Dissertação mestrado, PUC/MG, 2005.
- SECRETARIA DE CULTURA DE MINAS GERAIS, **Oficina de cultura: formação e multiplicadores na área de patrimônio cultural**. Belo Horizonte: mimeo, 2002.

NOTAS

1 Discentes do curso de Turismo, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR: INFLUÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS PARA O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Débora da Fonseca Silva¹
Lenise Maria Ribeiro Ortega²

Resumo: O processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares tem exigido uma atenção especial para as políticas públicas. Apesar de alguns avanços na área, o que ainda se percebe é que há uma carência no que diz respeito à evolução cognitiva e às potencialidades dos alunos com necessidades especiais que frequentam a escola regular. A pesquisa objetivou, por meio do estudo qualitativo, verificar o movimento de permanência da criança com deficiência na escola, investigar a participação da família nesse processo e verificar os recursos utilizados para o ganho intelectual dessa criança. A metodologia privilegiou o estudo de caso que foi realizado com os familiares de duas crianças matriculadas em duas escolas públicas, representantes de duas regionais de ensino de Belo Horizonte – MG. O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a entrevista individual semiestruturada. Os dados foram coletados na residência das famílias e as crianças participaram de todo o processo. Essas entrevistas foram gravadas, garantindo a fidelidade dos detalhes das mesmas. Após o cumprimento dessa etapa, os dados coletados foram transcritos e analisados sob a perspectiva qualitativa. Os resultados apontaram que os familiares das crianças com necessidades especiais têm buscado os seus direitos de matricular seus filhos nas escolas comuns. Quando os pais conhecem seus direitos e as políticas públicas voltadas para a inclusão, além de matricular seus filhos, ainda exigem que eles sejam tratados com respeito por seus professores nas escolas. Por esse motivo, acabam participando mais da vida escolar de seus filhos, auxiliando-os nos “para casa”, orientando os professores, no tocante aos progressos ou retrocessos da criança e estabelecendo um diálogo permanente com a escola e com tudo que envolve a vida escolar de seus filhos. Em função disso, observou-se que as crianças dão continuidade aos estudos e acabam permanecendo na escola e se beneficiando das políticas públicas destinadas à inclusão.

Palavra-chaves: Inclusão Escolar. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

Abstract: Inclusion of kids with special needs in regular schools has demanded an increasing attention for public politics. Although some advances have been achieved, little is observed concerning cognitive development and potentialities of such kids. The present research used a qualitative method to evaluate the permanence of kids with special needs in regular schools. It also evaluated the influence of their families in their permanence in such schools and the tools used by these schools to measure kid's improvements. A case study was carried out with relatives of two children registered in two different public schools which represented schools of two different regions of Belo Horizonte city - MG. The instrument chosen to collect data was the half-structuralized individual interview. Data were collected in children's residence with their participation. The interviews were recorded in order to guarantee their allegiance. After that, data were transcribed and analyzed under the qualitative perspective. The results had pointed that relatives of children with special needs have searched their rights to register their children in regular schools. The results showed that when parents know their rights they tend to register their kids in regular schools and demand from the school a respectful treatment toward their kids. Moreover, they establish a close relation with the school giving information about their kid's progress and frustrations. Such behavior is important and helps kids to stay in the school and to benefit from the inclusion policies.

Keywords: School inclusion. Inclusive education. Public politics.

O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Esta pesquisa diz respeito à inclusão de alunos com necessidades especiais no espaço escolar e à influência e contribuições das políticas públicas inclusivas para o processo de escolarização de alunos que se encontram nessa condição. Tem por objetivo, verificar o movimento de permanência da criança com deficiência na escola, investigar a participação da família nesse processo de permanência da criança com deficiência na escola e verificar os recursos utilizados para o ganho intelectual da criança com deficiência.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino comum tem se tornado uma prática cada vez mais frequente na escola brasileira. No entanto, a discussão dessa prática passa por uma estruturação de ações que têm o propósito de viabilizar, efetivamente, o acesso, a permanência e os recursos para a otimização das potencialidades do próprio aluno. Entretanto, mesmo matriculados e frequentando regularmente a escola formal, muitos alunos com necessidades especiais acabam ficando à margem do processo de desenvolvimento intelectual por carregarem o estigma da deficiência. Apesar de alguns avanços na área das políticas públicas inclusivas, o que

ainda se percebe é que há uma carência no tocante ao desenvolvimento das potencialidades de muitos alunos com deficiência que frequentam a escola comum.

Segundo os documentos Declaração Mundial de Educação para Todos (1991) e Declaração de Salamanca (1994), compreender a educação como um direito de todos, e o processo de inclusão sob a perspectiva coletiva da comunidade escolar, reforça a necessidade de mudanças de atitudes dos familiares e da escola em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais. Na conjuntura atual, fica evidente a necessidade de foco na diversidade e no direito de todos.

A Constituição Federal de 1988 é clara quando garante, enquanto um dos deveres do Estado, o “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, III). Há que se destacar, contudo, que alcançar essa meta, exige investimentos políticos e financeiros na qualidade e organização dos serviços destinados às necessidades dos alunos com deficiência.

Segundo Prieto (1999/2000), atualmente, o receio de muitos é que, em nome da educação para todos, os governantes desprezem as necessidades educacionais especiais da população, restringindo-se a permitir seu acesso às escolas regulares, e, com isso, deixem de garantir o que há de especializado para o atendimento educacional. A existência de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola comum é fato, e a escola, ao tentar promover a inclusão, se depara com muitas dificuldades que efetivamente possam contribuir com e para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que fazem parte dessa população. Para que haja um desenvolvimento satisfatório dos alunos com necessidades especiais é preciso pensar em

um conjunto de ações que assegurem os direitos desses cidadãos em processo de escolarização.

A Resolução nº 02/2001 do CNE-CEB, que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, no art. 2º afirma que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Desse modo, a escola, compreendida como território institucional expressivo da cultura em que se insere, sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar com a diversidade do público que atende.

Alcançar a construção de uma educação que inclui de fato, requer a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras e que devem incidir sobre a rede de relações que se materializam nas instituições, já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no espaço escolar, se traduz numa bandeira em defesa daqueles que têm por direito, frequentar a escola e dela se beneficiar. Quando se pesquisa sobre o tema da inclusão escolar, é possível revelar o panorama que vai se delineando, pois apesar de muitas crianças deficientes chegarem a ser matriculadas e a frequentar regularmente a escola formal, muitas delas acabam ficando à margem do processo de desenvolvimento intelectual por carregarem o estigma da deficiência.

Stainback e Stainback (1999) explicam que a evolução histórica sobre a atenção às pessoas com deficiência tem se caracterizado pela segre-

gação, acompanhada da exclusão, à luz de argumentos diferenciados que pretendem justificar a falta de cuidado e de responsabilidade para com a inclusão de todos na sociedade.

Os dados divulgados no Brasil (Censo 2000)³ apontam que um número de 24,5 milhões de brasileiros, ou seja, 14,5% da população têm algum tipo de deficiência. Perante os dados estatísticos, é possível observar que as pessoas com necessidades especiais deixaram de ser objeto da filantropia, ao longo da história, e se tornaram sujeitos beneficiários das políticas públicas. (RIBAS, 2002).

Há tempo, a inclusão das pessoas com necessidades especiais tem exigido um repensar das políticas públicas, apontando para uma demanda, cada vez mais emergente, de assegurar o direito de acesso e de permanência das pessoas com deficiência, aos diferentes espaços da sociedade, sem discriminação e sem segregação. Entretanto, o campo da inclusão fundamenta-se na concepção das diferenças, e por isso mesmo, aponta a singularidade dos sujeitos que acessam a mesma política (SASSAKI, 1999). São inúmeros os documentos e leis nacionais e internacionais que enfatizam que a matrícula das pessoas com necessidades educacionais especiais deve ser, preferencialmente, na rede comum da educação. (LDBEN 9394/96, ECA 1990, CNE/CEB 02/2001, SALAMANCA, 1994). Mesmo assim, não há garantia de acesso e permanência escolar enquanto um direito. (SANTOS, 2000). Ao investigar o espaço escolar, os casos de discriminação com a pessoa com necessidades especiais ficam evidentes desde a matrícula até a sala de aula. Muitas escolas, ainda recebem com muito receio o deficiente e, conseqüentemente, os diretores e professores acabam apreensivos com o processo de escolarização e deixam de atender

adequadamente o aluno nessa condição. (ORTEGA; TOREZANI, 2007).

Considerando a Constituição de 1988, Artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, cumpre ressaltar que, apesar de o direito à educação ser extensivo a todos, o único nível de ensino garantido como gratuito e obrigatório é o fundamental e sua oferta é responsabilidade prioritária dos municípios. Entretanto, o Estado, na intenção de organizar uma política pública inclusiva, que tem por objetivo buscar o caráter de universalidade e garantir o acesso de todos os seus cidadãos às políticas que lhes cabem por direito, enfrenta a resistência dos sujeitos sociais que elaboram as políticas públicas, porque na maioria das vezes, os próprios, desconhecem os documentos, sua trajetória e implicação do seu processo de implantação na sociedade.

Segundo o documento subsidiário à política de inclusão produzido pelo MEC (2005)⁴, as referências usualmente feitas no campo da educação inclusiva consideram as dimensões pedagógica e legal da prática educacional, como dois campos importantes para se efetivar os ideais inclusivos. No entanto, ampliar a discussão sobre as políticas públicas para a inclusão escolar implica considerar o contexto que a sociedade se insere.

Nesse sentido, apesar de a proposta do Ministério da Educação ser de construção de uma política pública inclusiva, o que se tem visto até o momento é um conjunto de ações integradas, que não promove a autonomia dos sujeitos com necessidades especiais, beneficiários destas po-

líticas. Como exemplo dessa realidade, pode-se citar as ações do Ministério da Educação que por meio de portarias afirma a “inclusão” de crianças com necessidades especiais nas escolas comuns, chamando essa prática de política pública de educação inclusiva.

Esta cena se repete nas ações do Ministério do Trabalho quanto à contratação de pessoas com necessidades especiais nas empresas com mais de 100 empregados, chamando esta ação de política pública de inclusão no trabalho. (RIBAS, 2002).

Como é possível observar, reside aí um conflito que revela claramente apenas o conjunto de ações integradas, mas que não atingem a meta da inclusão. Diante dessa política pública que garante o direito ao trabalho, as empresas têm dificuldades para contratar as pessoas com deficiência devido à falta de qualificação profissional. Isso significa que apesar das pessoas com necessidades especiais “frequentarem” a escola regular, na maioria dos casos, o foco não é o desenvolvimento intelectual, apoiado nas suas competências e habilidades para o trabalho, mas tão somente a sua integração.

Em muitas escolas não se observa o menor interesse no desenvolvimento de um programa com objetivos claros de qualificação para o mercado de trabalho inclusivo. É preciso esclarecer que embora a educação ocorra em vários setores da sociedade, a escola não educa acidentalmente. A escola detém um campo de conhecimento institucional expressivo na cultura em que se insere. Ela, além de sofrer pressões para acompanhar os novos tempos, tem de lidar com a diversidade do público que atende e tem como compromisso a preparação de seu alunado para o trabalho.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 16),

“[...] a inclusão tem de ter um valor social de igualdade, pois apesar das diferenças, todos têm direitos iguais e a segregação reforça a idéia das diferenças. A idéia da inclusão promove um valor social com resultados firmados na paz social e na cooperação.”

Mantoan (2005) diz que para fazer valer o direito à educação de todos não se deve limitar a cumprir o que está na lei, pois esse assunto merece um entendimento mais profundo da questão de justiça e que a escola justa e desejável não se sustenta apenas no fato dos homens serem e nascerem iguais. Para a autora é necessário igualar as condições de oportunidades e que,

“[...] a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003 p. 67).

A análise dos dados das pesquisas realizadas por Ortega e Torezani (2007)⁵ e Ortega, Miranda e Torezani (2008)⁶ também revelam a necessidade de se oferecer um ensino de qualidade aos alunos com deficiência. De certo modo, o fato de a escola apenas promover a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais, sem haver claramente uma efetiva condição, adequada ao desenvolvimento das potencialidades desses alunos, que compreenda suas diferentes demandas, acaba gerando uma situação excludente desses sujeitos. Em consequência, há um comprometimento na permanência e no desenvolvimento intelectual dos alunos com deficiência que buscam na escola, o espaço para o desenvolvimento de suas potencialidades, com foco no mercado de trabalho.

Para que as transformações aconteçam, é essencial que não somente os órgãos envolvidos na organização das políticas públicas inclusivas tomem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva, mas também os sujeitos sociais que delas se beneficiam. Nessa perspectiva, é essencial que o exercício social dos gestores de políticas públicas esteja sustentado por uma rede de ações, com foco na divulgação e na conscientização da participação de toda a sociedade.

Na prática, observamos que, de forma geral, ainda é bastante reduzida a compreensão dos envolvidos no processo de escolarização dos alunos com necessidades especiais assim como, a participação de seus familiares. Certamente, se fosse possível conscientizar os familiares dos deficientes da sua importante participação nos espaços escolares, o trabalho educativo sairia do discurso e passaria para uma prática cotidiana que efetivamente ajudasse a criança com deficiência a ter um desenvolvimento não somente social, mas também intelectual.

O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Mediante os objetivos do projeto e sob a perspectiva sócio-histórica, foi adotada a metodologia qualitativa enquanto caminho para acessar, compreender e interpretar a influência e contribuição das políticas públicas inclusivas para o processo de escolarização das crianças com necessidades especiais.

A metodologia qualitativa pressupõe as concepções epistemológicas e teóricas adotadas, em consonância com as técnicas que permitem apre-

ender o mundo social em sua complexidade, e a capacidade de articular os conceitos e categorias teóricas com o material empírico, ou seja, com a realidade que será analisada (MINAYO, 1992). Para essa autora, a metodologia qualitativa incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais e, enquanto proposta teórico-metodológica, torna explícitos os significados do comportamento social do ponto de vista dos indivíduos e da coletividade. Sob essa perspectiva, a totalidade coletada visa, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade.

Considerando esta abordagem, privilegiou-se o estudo de caso que foi realizado com os familiares de duas crianças matriculadas em duas escolas públicas, representantes de duas regionais de ensino de Belo Horizonte – MG. O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a entrevista individual semiestruturada. Os dados foram coletados na residência das famílias e as crianças participaram de todo o processo. Estas entrevistas foram gravadas, garantindo a fidelidade dos detalhes das mesmas. Após o cumprimento desta etapa, os dados coletados foram transcritos e analisados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com a transcrição e análise das entrevistas, foi possível ter uma visão do conhecimento que as famílias têm sobre política pública de inclusão e como é a participação delas no processo de permanência da criança com deficiência na escola. Para iniciar esta análise, segue o quadro de apresentação:

Quadro 1 – Organização dos dados coletados

Nome das crianças	Diagnóstico	Responsáveis	Escola	Ano
Aluna A	Paralisia Cerebral	Pais	Escola Estadual Cora Coralina	3º
Aluna B	Paralisia Cerebral	Pais	Escola Estadual Jose Madureira Horta	3º

Fonte: Material organizado pelas pesquisadoras, 2009.

Com relação ao perfil das famílias, constatou-se que as duas são de classe média e os pais têm nível de escolaridade superior completo. As crianças têm oito anos e frequentam o segundo ano do Ensino Fundamental.

A família da Aluna A não teve problema com relação a sua matrícula e permanência na Escola Estadual Cora Coralina, pois seus pais estavam cientes dos direitos atribuídos à mesma. Segundo a família, a política pública ainda está longe de ser acessível, pois sua filha não recebeu o tratamento adequado. Os professores não tinham mecanismos suficientes para estimular o desenvolvimento das suas habilidades motoras, dificultando assim a inserção da aluna de maneira adequada no ambiente escolar.

A família da Aluna B sentiu-se segura ao matriculá-la na Escola Estadual José Madureira Horta pois, assim como os pais da Aluna A, estão cientes dos direitos de sua filha. As vagas na rede pública são compulsórias, portanto a matrícula e permanência são obrigatórias. Com ajuda e insistência dos pais, a Aluna B, atualmente, conta com professores que buscaram informações sobre a adaptação aos seus limites e mecanismos voltados ao desenvolvimento de suas habilidades. A escola e a família se deparam com a realidade de buscar recursos de especialistas para auxiliarem

no processo de desenvolvimento. Os pais garantiram os direitos da Aluna B pelos conhecimentos que tinham de algumas leis.

Os pais da Aluna B, a cada ano letivo, são chamados para reuniões na escola, para tratar vários assuntos, inclusive de esclarecimento aos novos processos que a criança irá percorrer. Quando se trata de uma nova adaptação, além das reuniões promovidas pela própria escola, há as reuniões solicitadas pelos pais, quando não estão de acordo com alguma situação no processo de sua filha. Os professores garantem a permanência da aluna pela postura de envolver os pais nas decisões tomadas para o bem-estar da Aluna B. Já, a Aluna A, permanece com seu processo de escolarização, mas a família se queixa da falta de comprometimento da escola e dos professores, no que diz respeito ao seu aprendizado. Segundo a família, a escola e a professora deixam a desejar, uma vez que não buscam estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de sua filha. Percebe-se que as famílias acompanham de perto todo o processo educativo de suas respectivas filhas e que elas têm consciência de suas funções, enquanto responsáveis diretos.

Na entrevista, ficou claro que ambos, escola e a família precisam estar ligadas para garantirem o ganho de conhecimentos, a partir de experiên-

cias positivas e significativas para as crianças. Foi possível perceber ainda que as famílias se consideram prontas para auxiliarem em toda a trajetória escolar de suas filhas, pois elas têm clareza de que a inclusão não é apenas uma ação de socialização. Os pais participantes da pesquisa consideram que o ganho intelectual é um direito de todos os alunos matriculados nas escolas sejam elas particulares ou públicas.

Com relação ao desenvolvimento cognitivo dessas crianças, os pais percebem muitos ganhos nelas, mas constatou-se, ao se conhecer as crianças, que embora tenham a mesma idade, elas obtiveram um ganho cognitivo em graus bastante diferenciados, mesmo que na opinião dos pais o ganho observado esteja em nível satisfatório.

A Aluna B já está no processo de alfabetização e se encontra no mesmo nível que as demais crianças de sua turma. Ela socializa com as demais crianças e responde aos comandos das atividades propostas pela professora, além de fazer prova e possuir boletim com notas, ao invés de relatório.

A Aluna A está bem socializada, mas não acompanha a turma em algumas áreas do conhecimento, devido as suas limitações, conforme as descrições de seus pais e professores, mas na percepção dos pais e professores, o ganho cognitivo da Aluna A está dentro do esperado.

Observa-se que quando os pais conhecem seus direitos e as políticas públicas voltadas para a inclusão, eles além de matricular seus filhos na escola comum, ainda exigem que eles sejam tratados com respeito por seus professores nas escolas. Por esse motivo, acabam participando mais da vida escolar de seus filhos, auxiliando-os nos “para casa”, orientando os professores, no tocante aos progressos ou retrocessos da criança e estabelecendo um diálogo permanente com a

escola e com tudo que envolve a vida escolar de seus filhos. Em função disso, fica evidente que as crianças com necessidades especiais dão continuidade aos estudos e acabam permanecendo na escola e se beneficiando das políticas públicas destinadas à inclusão.

Comparando as duas famílias, percebe-se que pelo fato dos pais da Aluna B terem uma formação na área da Educação, ela recebe um bom tratamento escolar, pois seus pais conhecem seus direitos e exigem que a escola acompanhe o desenvolvimento de sua filha. Já os pais da Aluna A, embora tenham nível superior e acompanhem de perto o que está sendo proposto para sua filha, desconhecem se o que foi escolhido pela escola está adequado ou não, mesmo observando que há muitos progressos em seu desenvolvimento.

A diferença que se pode perceber por meio da entrevista é que os pais da Aluna B auxiliam a escola na escolha dos recursos utilizados para seu desenvolvimento. Já os pais da Aluna A, aceitam passivamente o que a escola propõe. Daí, embora estejam na mesma série e com a mesma idade, elas tenham desenvolvimento bastante diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa percorreu por um cenário pouco explorado na área da educação, mas de extrema importância para as práticas na docência. A inclusão é mais do que a permanência dos alunos na escola, pois implica uma série de aspectos pedagógicos que impactarão na vida social dos alunos com necessidades especiais.

Diante de tantas dificuldades que as pessoas com necessidades especiais enfrentam naturalmente, em função de suas limitações, espera-se

que os agentes educacionais sejam capazes de considerar suas demandas e de lidar com a diversidade, buscando práticas pedagógicas transformadoras para a sala de aula, que incluem conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, e que estejam atentos para a adaptação curricular e para a interação social entre diferentes estilos e aptidões de aprendizagens.

Foi possível notar a partir desta pesquisa que a participação da família é imprescindível na evolução cognitiva de seus filhos e para que eles possam alcançar as metas que possibilitam o seu desenvolvimento social e educacional, a escola precisa caminhar de mãos dadas com os familiares de seus alunos com necessidades especiais. Além dessa postura de parceria, as famílias precisam conhecer muito bem as políticas públicas inclusivas e os métodos que são utilizados na escola de seus filhos. É necessário também que tenham discernimento e clareza do ensino que seus filhos estão recebendo, pois junto com a escola, elas podem se beneficiar das políticas públicas de inclusão e auxiliar no desenvolvimento de novas práticas, objetivando a melhoria ao atendimento das necessidades já identificadas e não solucionadas das crianças com necessidades especiais.

As propostas de políticas inclusivas para pessoas com necessidades especiais têm de promover a criação de mecanismos para que esta inclusão não seja ilusória, apenas integrando o indivíduo de forma parcial e condicional, ao invés de incluí-lo de forma total e integral, garantindo-lhe o direito de ser cidadão. Logo, as políticas inclusivas para serem eficazes devem estabelecer uma modificação na sociedade, com transformações pequenas e grandes dos ambientes físicos e da postura de seus membros, inclusive do próprio deficiente e de seus familiares.

O resultado dessa pesquisa é positivo, mesmo considerando que o caminho para inclusão não é fácil, mas é possível quando há o envolvimento da família e das escolas na aplicação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL.MEC.CNE.CEB. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 03/07/2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]: Brasília, DF, 23 dez.

MANTOAN, MTE. **Uma escola de todos para todos e com todos: o mote da inclusão**. Educação: [Porto Alegre], Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 127-135, mar. 2003.

_____. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec-Abrasco, 1992.

ONU. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca:** e enquadramento da ação na área das necessidades especiais. Salamanca: Espanha, 1994.

ORTEGA, LMR; TOREZANI, W. **Políticas públicas de inclusão:** entre o real e o ideal. Relatório de pesquisa a ser apresentado à COPINC, Centro Universitário Newton Paiva, 2007.

ORTEGA, LMR; MIRANDA, LT; TOREZANI, W. **Políticas de inclusão nas escolas da rede municipal de Belo Horizonte.** Relatório de pesquisa a ser apresentado à COPINC, Centro Universitário Newton Paiva, 2008.

RIBAS, JBC. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

SANTOS, MP. Revisitando a inclusão sob a ótica da globalização: duas leituras e várias consequências. *In:* SILVA, LH (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 440-452.

SASSAKI, R. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Tradução de Magda F. Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

NOTAS

1 Discente do curso de Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Disponível no site: www.mec.gov.br

4 Disponível no site: www.mec.gov.br

5 Relatório Final de Pesquisa (2006-2007) (Centro Universitário Newton Paiva/FUNADESP).

6 Relatório Parcial de Pesquisa (2007-2008) (Centro Universitário Newton Paiva/FUNADESP).

ESCOLA INTEGRADA E FORMAÇÃO INTEGRAL: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO¹

Flaviane da Costa Oliveira²

João Henrique Amaral Fontenelle de Araújo²

Natália Pereira Nunes³

Verena Resende de Paula³

Carla de Almeida Soares⁴

Eliane Maria de Freitas Monken⁵

Rúbia Mara Pimenta de Carvalho⁵

Resumo: O Programa Escola Integrada constitui-se de uma proposta pedagógica destinada ao desenvolvimento de ações educativas complementares, cujo principal objetivo é dar oportunidade para que crianças e adolescentes matriculados em escolas da Rede Municipal de Educação desenvolvam o seu potencial por meio de uma formação integral, com o aprimoramento de competências individuais, sociais, produtivas e cognitivas. Nesse sentido, buscou-se através de um estudo de caso, analisar a percepção dos sujeitos envolvidos no programa no âmbito de uma escola municipal de Belo Horizonte, bem como, os impactos de uma educação integral na formação social de seus alunos. A coleta de dados envolveu a utilização de questionários junto a familiares de alunos e a monitores do Programa, e também, a utilização de entrevistas semiestruturadas junto a alunos, professores da escola e a coordenadora do programa. As informações foram estudadas através de análise de conteúdo e os resultados revelaram que, no âmbito dessa escola, o Programa Escola Integrada parece contribuir para a formação integral dos alunos, uma vez que possibilita ganhos sociais e cognitivos. No entanto, em alguns casos, o Programa revelou dificuldades, tais como: pouca articulação entre os conteúdos tratados pelo programa e pelo currículo oficial, ausência de capacitação dos monitores, poucos recursos para o desenvolvimento das atividades e resistência dos professores da escola. Esperamos que este trabalho possa contribuir por meio das sugestões de estratégias, para a evolução do Programa e para a melhoria da qualidade de vida dos alunos e da comunidade em geral.

Palavras-chave: Programa Escola Integrada. Formação integral discente. Inserção social. Cidadania.

Abstract: The Integrated School Program consists of an educational proposal for the development of complementary educational activities whose primary goal is to provide opportunities for children and adolescents enrolled in schools of the City's Public Education System to develop their potential through a comprehensive training, with the improvement of individual, social, cognitive and productive skills. Therefore, in this case study, we sought to examine the perceptions of individuals involved in such program in a school of Belo Horizonte, as well as the impacts of a comprehensive education in the social formation of its students. Data collection involved the application of questionnaires to the students' families and to the program monitors, and also the use of semi-structured interviews with students, school teachers and program coordinators. Data were analyzed using content analysis and the results revealed that within that school, the Integrated School Program seemed to contribute to the students' education, thus allowing cognitive and social gains. However, in some cases, the program revealed problems such as poor articulation between the content handled by the program and the official curriculum, lack of training of the monitors, few resources for developing the proposed activities, and resistance from school teachers. We expect this work can contribute, through the suggested strategies, to the evolution of the program and to the improvement of the students' and the whole community's quality of life.

Keywords: Integrated school program. Comprehensive training for teachers. Social insert. Citizenship.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, um novo paradigma se estabelece para a educação: atrelar o conhecimento veiculado na escola à sua prática social. A experiência da escola em tempo integral já é uma prática adotada em vários países, a qual tem trazido grandes contribuições na e para a formação dos sujeitos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, UNESCO, reuniu alguns dos maiores pensadores do mundo na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Delors, que produziu o relatório: “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS *et al.*, 1996). Esses autores destacaram quatro pilares que são as bases da educação ao longo de toda a vida, são eles: **aprender a conhecer** (adquirir os instrumentos da compreensão); **aprender a fazer** (agir sobre o meio envolvente); **aprender a viver junto a outras pessoas** (participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas); e finalmente, **aprender a Ser**. (DELORS *et al.*, 1999).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9.394 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs (1996) e o Projeto de Lei nº 3.675/04 (2006) que aprova o Ensino Fundamental de nove anos, apontam diretrizes que reforçam e possibilitam para a construção de programas capazes de contribuir para o aumento da qualidade dos trabalhos nas escolas.

Em Belo Horizonte, esse modelo de Educação se traduz com o Programa Escola Integrada - PEI, implantado em 2006, e que firmou suas bases sob a perspectiva da Escola Plural. Segundo informações apresentadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (2008)⁶, esse programa está im-

plantado em 88 escolas da rede, em que são atendidas mais de 15.000 crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, de 6 a 14 anos. Os alunos são atendidos em horário integral, ou seja, pela manhã e à tarde, incluindo horário de almoço. Em média os alunos passam a ficar sob a responsabilidade da escola durante cerca de nove horas. As atividades são realizadas tanto dentro, quanto fora da escola, em diversos lugares da comunidade. Para as atividades fora da escola, são organizados grupos de 25 alunos, acompanhados de um monitor, sob coordenação de um professor comunitário.

As atividades propostas pelo programa têm a intenção de ser inter⁷, multi⁸, trans⁹, e polidisciplinares¹⁰, por meio da integração dos diferentes programas públicos e sociais, tendo como base a intersetorialidade e o compartilhamento de ações entre as Secretarias Municipais de Educação, Políticas Sociais, Esportes, Regulação Urbana, Saúde e a Fundação Municipal de Cultura, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação¹¹, sendo privilegiadas tanto as competências voltadas para os aspectos intelectuais, quanto às competências voltadas para a música, artes e esportes em geral.

Diante do exposto, foi fundamental assegurar aos futuros pedagogos e psicólogos conhecimentos teóricos e práticos pautados nessa perspectiva de inclusão social, assegurando-os condições de buscarem conhecer por meio das concepções contemporâneas da educação, como podemos desenvolver um trabalho pedagógico, capaz de propiciar o desenvolvimento integral dos sujeitos em todos os aspectos éticos, políticos, científicos e humanos, nos espaços educativos.

Sabe-se que esse programa prevê essa premissa, tendo em vista que em sua missão, em sua

proposta primeira, busca a garantia de acesso às crianças e aos adolescentes a um espaço de qualidade que vise o desenvolvimento integral dos sujeitos nele inserido.

Nesse sentido, essa pesquisa foi pensada a fim de buscar indagar e entender de que forma o Programa da Escola Integrada-PEI tem produzido ganhos individuais, sociais, produtivos e cognitivos de crianças e adolescentes, por meio de sua proposta de formação integral, e se assim, tem promovido a melhoria na qualidade de vida dos alunos e da comunidade em geral.

Para isso, elencou-se como objetivo geral conhecer as atividades desenvolvidas no PEI e analisar a sua influência na formação integral dos alunos a partir da percepção de sujeitos envolvidos nesse Programa em uma Escola Municipal de Belo Horizonte.

Buscou-se como objetivos específicos: verificar se as atividades propostas pelos monitores são executadas e se há suporte da escola para tal; identificar e analisar a relação existente entre a formação dos monitores e dos professores com as atividades/oficinas desenvolvidas; e apresentar sugestões de melhoria para a execução do programa.

Como hipótese dessa pesquisa afirmou-se que o Programa Escola Integrada influencia na formação integral dos alunos, sendo entendido como uma formação capaz de conscientizar e instrumentalizar o sujeito aluno, para uma tomada de posição mais crítica em relação à vida, habilitando a participação ativa em sociedade.

Nessa perspectiva, notou-se que essa finalidade apresentada no programa vai ao encontro das perspectivas sociais, educacionais e políticas, pois por meio das ações exercidas com qualidade, ele promoverá a inserção desses sujeitos na sociedade, contribuindo para a formação da cidadania.

A fim de esclarecer a premissa apontada e de que forma os sujeitos pensam a respeito dela, a seguir serão apresentados os métodos e técnicas utilizados para a confirmação da hipótese dessa investigação.

DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Neste trabalho, optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso, pois esse método configurou-se adequado para desenvolver uma pesquisa social, empírica, em que foi estudado um fenômeno baseado na experiência dos sujeitos e analisado sob vários prismas (YIN, 2001). Para aplicação desse método, privilegiaram-se as técnicas de observações de campo e história de vida, entrevistas semiestruturadas e questionários (BOGDAN e BIKLEN, 1994; MINAYO, 2000 e MONTEIRO, 1998).

Enquanto um estudo de caso da atuação do programa em uma escola municipal da cidade de Belo Horizonte, os resultados obtidos são representativos apenas da realidade estudada, não sendo sugeridas generalizações mais abrangentes a partir destes. O trabalho enquadra-se no nível exploratório de análise (GIL, 2002; YIN, 2001), sendo capaz de fornecer apontamentos iniciais sobre o programa e seu impacto na população envolvida nas atividades.

Na primeira etapa da pesquisa, ocorreu levantamento bibliográfico, a fim de capacitar teoricamente toda a equipe de trabalho levando a um entendimento aprofundado do assunto a ser investigado.

Na segunda etapa, foi realizada a seleção da amostra. Esta se constituiu de: 29 alunos dos 5º e 6º anos do Ensino Fundamental; 9 professo-

res regulares de alunos participantes do PEI; 24 familiares de alunos; 4 monitores responsáveis por oficinas do programa; e a coordenadora das oficinas do programa para a escola. Nessa etapa, ocorreu, ainda, a coleta de informações. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e com a coordenadora do programa. Já familiares e monitores foram submetidos à aplicação de questionários.

Na terceira etapa da pesquisa, as informações coletadas foram analisadas e receberam o tratamento adequado. No caso das transcrições de entrevistas, houve análise de conteúdo e formação de categorias de estudo com base nos temas geradores levantados pelos sujeitos entrevistados.

ANÁLISES E RESULTADOS

Os diversos instrumentos conceberam indicadores das perspectivas dos diversos atores envolvidos no PEI na escola em questão. A partir das impressões coletadas junto a pais, monitores e coordenação local, conclui-se que o programa tem influenciado a trajetória dos alunos positivamente, agregando ganhos cognitivos e sociais, além de evitar o contato com a violência cotidiana das comunidades. Entretanto, há uma visão negativa do programa por parte de alguns professores, que acusam certo descaso por parte da Prefeitura em relação ao Programa, bem como, uma falta de organização das atividades em seus respectivos locais de execução. Nesse caso, especificamente, sugere-se que haja um trabalho de aproximação entre professores, monitores e coordenação do programa, a fim de promover uma atuação de parceria entre esses atores. Verificou-se que o trabalho dos monitores carece de um

olhar mais próximo de coordenadores no sentido de dar o suporte prático, e em alguns casos teórico, para a atuação dos profissionais. Finalmente, parece haver a necessidade de um trabalho junto a pais e/ou familiares responsáveis pelos estudantes, a fim de ampliar a compreensão destes da proposta do programa, potencializando a atuação dos mesmos junto aos alunos. A seguir serão apresentadas as análises detalhadas de cada perspectiva envolvida no estudo de caso.

Visão dos alunos sobre o programa

Acredita-se que o PEI vem ocupando lugar importante na vida dos alunos e dos demais sujeitos envolvidos, visto que ao fazer parte da história de cada um favorece a construção de uma nova história de vida e de trajetória escolar. Nesse sentido, o PEI exerce grande influência nas vidas dos sujeitos, através da formação integral do aluno, com o aprimoramento de competências individuais, sociais, produtivas e cognitivas.

As entrevistas semiestruturadas demonstraram que os alunos gostam do PEI e das atividades que o constituem, revelando preferências por atividades físicas, de arte e informática, como ilustrado na fala de uma aluna: *“Gosto muito de participar da escola integrada, gosto da capoeira porque a aula é boa e o professor também. Com a escola integrada aprendi a jogar futebol”* (ALUNA 1). Além disso, na opinião dos alunos, o programa tem impacto muito forte, retirando-os da rua ao estarem em atividades na escola: *“Acho a escola integrada boa, pois me ajuda a não ficar na rua. O que eu mais gosto na escola integrada é da capoeira...”* (ALUNA 1).

Percebe-se também que a percepção da maioria dos alunos em relação aos monitores das

atividades assemelha-se a percepção do aluno regular em relação aos professores, tendo em vista, que os participantes da pesquisa declararam que gostam muito das atividades, mas nem tanto dos monitores, pois estes ficam “freando” sua autonomia.

Visão dos familiares sobre o programa

A partir da utilização de um questionário semiestruturado e de observações livres, foi possível perceber que os familiares de estudantes atendidos pelo programa, em sua maioria, apontam a importância do mesmo para os alunos e para a comunidade como um todo. Dois pontos parecem ganhar destaque na visão de familiares sobre a iniciativa do programa: o espaço promovido pela Escola Integrada ocupa o tempo dos participantes e evita o contato dos mesmos com as ruas e com a violência; além disso, afirmam que o programa promove mudanças comportamentais e sociais nos estudantes.

Esses apontamentos indicam que a concepção dos familiares sobre o programa, ainda está muito próxima da ideia de “escola de tempo integral”. Ideia que reserva algumas diferenças da proposta do PEI (PBH, 2006/2007, p. 8). A transição entre estas duas concepções, parte do princípio de que: além de conceber a ampliação da carga horária diária de permanência na escola (característica da escola de tempo integral), a Escola Integral ou Programa Escola Integrada entende que o processo de aprendizagem dos alunos ocorre de forma dinâmica e ampliada não sendo mais possível sua manutenção apenas nas quatro horas tradicionais de aulas regulares. Esta é a diferença que provoca a escola a agregar novos espaços promotores de conhecimento, não

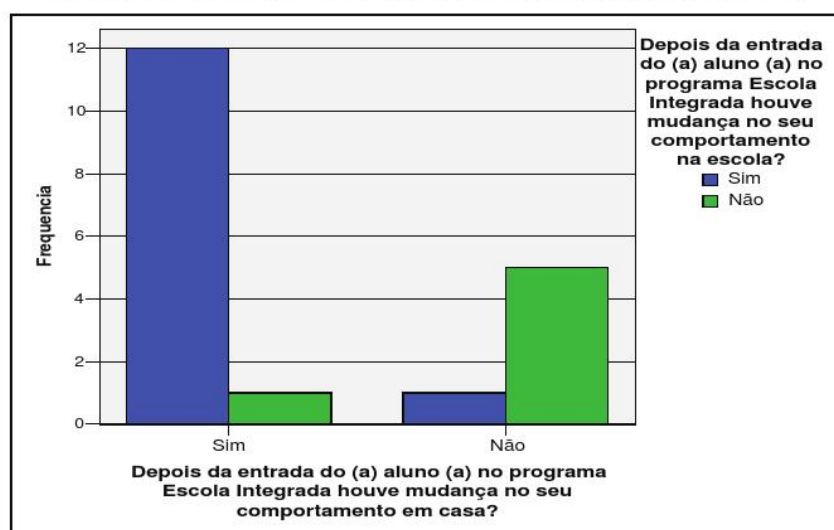
sendo mais necessária a elaboração de propostas de atividades extracurriculares, pois todas as atividades ganham o mesmo valor frente à formação integral do aluno (PBH, 2006/2007, p. 8). Os familiares parecem, ainda, dar maior valor ao programa apenas pela oportunidade de manter os estudantes por mais tempo em um espaço seguro, longe das ruas.

[...] o aumento do tempo de efetivo trabalho escolar não está colocado simplesmente como aumento de tempo na escola, não está colocado como espaço de atividades extracurriculares assistencialistas, complementares e prazerosas, mas como condição precípua para que se possa organizar um currículo que busque integrar as diversas dimensões formadoras da criança, do pré-adolescente, do adolescente, do jovem e do adulto (PBH, 2006/2007, p. 8).

Um aspecto importante da investigação deste trabalho foi o das mudanças comportamentais provocadas pela atuação do programa. O questionário aplicado analisou a existência de mudanças nos âmbitos *casa e escola*. Em uma das questões (N=20), vemos que 70% dos respondentes afirmam que os alunos apresentaram mudanças de comportamento em casa. Dez familiares justificaram suas respostas: duas justificativas indicam mudanças negativas de comportamento, indicando que os alunos ficam mais agressivos e reclamam do mau tratamento dos monitores; as outras oito respostas indicam pontos positivos do programa, como aumento da responsabilidade, tranquilidade, interesse e aumento do hábito de ler por parte dos alunos.

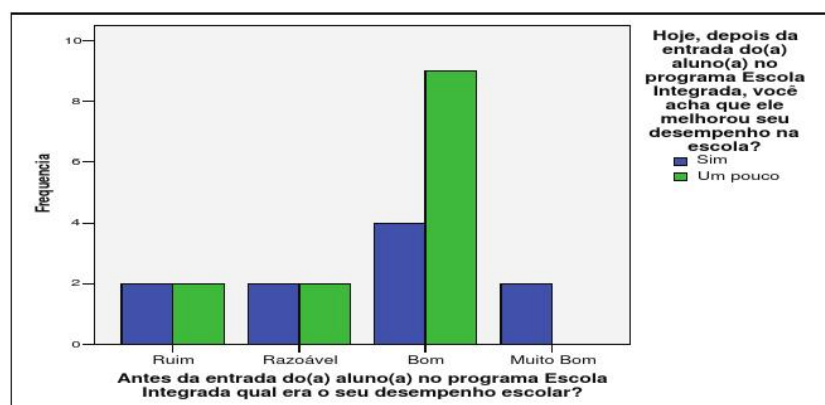
A maioria dos respondentes também observa mudanças na escola. As oito justificativas apresentadas pelos respondentes apontaram ganho de responsabilidade pelos estudos e pela

GRÁFICO 1: Correlação entre mudanças observadas na escola e em casa.



Fonte: Dados coletados ao longo da pesquisa

GRÁFICO 2: Desempenho dos alunos antes da entrada no programa.



Fonte: Dados coletados ao longo da pesquisa

própria conduta e a diminuição de reclamações.

Além disso, vê-se que as famílias que observaram mudanças dos estudantes na escola, são as mesmas que viram mudanças em casa. Das famílias que forneceram respostas para as duas questões, apenas em dois casos foram observa-

das mudanças exclusivas na escola ou em casa. O gráfico 1 ilustra a correlação entre as respostas.

Duas questões do questionário (N=23) analisavam a relação entre o desempenho acadêmico dos alunos e a entrada dos mesmos no PEI. Vemos que em todos os casos foram observadas



Fonte: Dados coletados ao longo da pesquisa

pelos familiares melhoras de desempenho dos estudantes participantes da Escola Integrada.

O gráfico 2 correlaciona as informações referentes às questões citadas. Vemos que apenas dois alunos que já apresentavam desempenho “Muito bom”, não foram influenciados, segundo os familiares, pela participação no programa. Nos demais grupos, há alunos sendo influenciados pela participação no programa.

Visão dos monitores sobre o programa

Para compreender a visão dos monitores sobre o programa foram utilizados questionários, observações livres e conversas informais. O perfil demográfico dos participantes foi o seguinte: idades entre 21 e 30 anos, três participantes do sexo feminino e um do masculino, todos com Ensino Médio ou Superior de escolaridade.

Um dos objetivos específicos do estudo era analisar a relação das atividades desenvolvidas pelo programa e com os princípios do mesmo. Durante a coleta de dados junto a familiares dos alunos estes indicaram que os estudantes participavam das seguintes atividades

Sabendo que o programa está baseado na compreensão de que:

O próprio ambiente social é uma escola e assim deve ser considerado pelos sujeitos que se enxergam como aprendizes permanentes da vida. A comunidade que vive no entorno da escola também aprende a se envolver com esse processo e reconhecer como espaço formativo cada espaço disponível: uma praça, uma rua, um parque, uma sala, um clube, um muro, um caminho. (PBH, 2006/2007, p. 9)

De forma geral, foi constatado que em menor ou maior grau, as oficinas respeitam este princípio de ampliação do espaço de aprendizagem dos alunos, a partir do conceito de formação integral. As oficinas parecem buscar a aproximação com outros espaços da comunidade enquanto espaços de aprendizagem e, portanto, almejando a formação integral de seus participantes. Ainda assim, acredita-se que os conteúdos trabalhados pelas oficinas representam um importante assunto a ser investigado em novas iniciativas de pesquisa. Em alguns casos, estes conteúdos pareceram existir de maneira compactada e sem relação com os conteúdos curriculares, o que po-

deria estar desviando a atuação do programa de seus objetivos.

Sobre a intenção das atividades em integrar a escola e os alunos, os monitores afirmaram que sempre ou quase sempre as oficinas visam essa integração. Alguns afirmaram que o programa abrange os alunos por inteiro (nos âmbitos da família, escola, sociedade etc.), sendo respaldado por uma avaliação. Outros disseram que a oficina ainda não estava adequada, cumprindo apenas parcialmente este objetivo graças ao esforço pessoal do monitor. As últimas justificativas apontam, possivelmente, para uma necessidade de ampliação da supervisão e suporte fornecida aos monitores, que em alguns casos, parecem se sentir pouco respaldados na realização das atividades.

Os monitores participantes da pesquisa foram unânimes em afirmar a importância da organização da escola para a realização das atividades do programa, estando esta refletida no comportamento dos alunos. Para os monitores se estes não puderem contar com a organização da escola não há como o PEI acontecer. Os monitores também foram unânimes em afirmar que a escola em questão apoia muito as iniciativas do programa.

Segundo os monitores, as escolas podem contribuir para o programa nos seguintes aspectos: preocupação e organização (incluindo projeto pedagógico) por parte da escola; monitoramento das atividades; fornecimento de materiais; conscientização das crianças sobre a importância do programa e respeito entre colegas e professores.

Os participantes afirmaram, ainda, que o desempenho dos estudantes nos aspectos cognitivo, moral e afetivo tem melhorado, a partir das atividades do programa. No aspecto moral, os mo-

nitores afirmam que observam uma mudança de atitude e de comportamento, fato que se revela em falas como “Alguns alunos eram agressivos e ultimamente têm sido mais dóceis” (Monitor 4).

Visão dos professores sobre o programa

A percepção do corpo docente, sobre o PEI, demonstra uma variação de opiniões em relação à percepção dos alunos. A maioria apresenta uma avaliação negativa no que diz respeito ao programa, muitas vezes se utilizando de expressões como “Proposta paternalista” e “Restaurante popular” para referir-se ao programa. Algumas das professoras entrevistadas acreditam que as atividades proporcionadas pelo PEI contribuem para a formação social do aluno, porém, grande parte das docentes relatou não haver acréscimo algum no que se refere à atitude desses alunos dentro da sala de aula. As professoras se queixam de problemas de aprendizagem e um completo descaso, por parte dos alunos, pelas atividades lecionadas por elas.

Nesse sentido, cabe questionar até que ponto os conteúdos lecionados dentro da sala de aula são familiares para os alunos. Freire (2000), afirma que a criança, ao chegar à escola se depara com conteúdos distintos de seu contexto social, talvez isso seja o que a leve a ter dificuldades de aprendizagem. O autor nos mostra que a concepção bancária de ensino ainda esta firmemente presente em nossas escolas, uma vez que encaram a educação como um ato de depositar e de transferir valores. Dessa forma,

Não pode haver conhecimento, pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador. Não realizam nenhum ato

cognoscitivo, uma vez que o objeto que deveria ser posto como incidência de seu ato cognoscente é posse do educador e não mediatizador da reflexão crítica de ambos. (FREIRE, 1987, p. 69).

Morin (2009) aponta que o fracasso do nosso ensino é decorrente de uma hiperdisciplinarição dos currículos, a escola veicula um saber compartimentado muito aquém das necessidades de nossa época. O autor propõe uma reforma em nosso pensamento, onde se possam articular as inúmeras disciplinas e oferecer ao educando conteúdos com mais “vitalidade e fecundidade”.

A missão deste método não é fornecer fórmulas programáticas de um pensamento ‘são’, mas convidar a pensar a si mesmo na complexidade. Não é fornecer a receita que fecharia o real num compartimento, mas fortalecer-nos na luta contra a doença do intelecto – o idealismo – que crê que o real pode reduzir-se à ideia, e que acaba por identificar o mapa com o território (MORIN, 2009, p. 57-58).

A proposta do PEI parece romper com esta fragmentação, promovendo uma aprendizagem em sintonia com os valores sociais e os conceitos de cidadania. A educação tradicional precisa

pensar e recriar os processos de internalização e seus veículos sociais ou mais precisamente, a metodologia de ensino, as normas disciplinares, os processos de sedução e coação, etc., veiculados por todos os integrantes da escola, principalmente pela figura do professor (LANE, 1988, p. 134).

Deve-se ampliar o olhar na sala de aula e trazer para dentro desta, as vivências do sujeito. Faz-se necessário pensar numa educação que não se reduza apenas ao escolar, pensar as teorias pedagógicas para além dos conteúdos didáticos, e articular a experiência dos alunos com o conhecimento escolar tradicional.

Visão da coordenação do programa

Na visão da professora comunitária entrevistada que tem o papel de organizar as oficinas, a coordenadora das atividades, o programa contribui de forma positiva para os alunos modificando o desempenho dos mesmos nos aspectos moral, cognitivo e afetivo e tornando os alunos mais comunicativos e autônomos. A coordenação atua fornecendo orientações para os oficinairos (monitores), para a comunidade, pais e alunos.

O programa Escola Integrada promove a formação cidadã, tem algo muito mais especial do que apenas fazer a articulação com universidades, contato com comunidades. O fato de contribuir para a formação de um cidadão nos faz crer que esse programa vai surtir resultados positivos ao longo do tempo. É um investimento que está sendo feito no aluno enquanto ser humano e cidadão (Professor comunitário, coordenador das oficinas).

Enfim, pode-se verificar que o Programa da Escola Integrada revelou sucessos, entraves e possibilidades. A partir da análise acima, acredita-se que ele atende as demandas contemporâneas da educação, gozando de meio privilegiado de transformação da realidade, enquanto veículo de uma política social. Entretanto, várias considerações foram possíveis de elencar a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos resultados pode-se concluir que o PEI parece atingir seus objetivos no sentido de possibilitar ganhos sociais e cognitivos aos alunos atendidos. No entanto, em alguns pontos vê-se a possibilidade de melhorias capazes de potencializar sua ação. Nesse sentido,

esta seção dedica-se a afirmação de sugestões de estratégias pensadas pelos pesquisadores para a melhoria na execução do programa.

Articulação entre monitores e professores

As entrevistas realizadas com professores e monitores possibilitaram perceber que há uma dificuldade de articulação entre ambos, por motivos como distinção de horários, ausência de encontros promovidos pelo programa e ausência de relatórios elaborados pelos monitores. Nesse sentido, a equipe sugere a ampliação dos espaços de reflexão e discussão para que esses atores possam atuar de forma parceira em prol da educação integral.

Articulação do Programa Escola Integrada com a Comunidade

É fundamental uma articulação entre a escola integrada e a comunidade local, para que possam desenvolver uma tarefa de fato integral. Pensar em uma Educação Integral consiste obrigatoriamente em ampliar os saberes veiculados na escola para a comunidade a sua volta. Educar é um ato político, e é imprescindível a presença de políticas públicas nesse processo. É preciso pensar estratégias de alcance das comunidades a fim de que programas como a Escola Integrada deixem de ser vistos como propostas assistencialistas.

Freire (1982) nos mostra que seu método não é apenas uma técnica pedagógica, mas um modelo de trabalho de aproximação às classes populares, abrindo os olhos do sistema educacional para a dominação e alienação que alguns

indivíduos sofrem de sua própria cultura. Nesse sentido, para fazer um trabalho social, é necessário escutar e trabalhar as demandas dos sujeitos uma a uma, trabalhando com eles a interseção de sua história com a história de sua sociedade (LANE, 1988). Essa tarefa compete à Escola Integrada, uma vez que sua proposta é unificar, desenvolver atividades que vão ao encontro da demanda dos sujeitos da comunidade local.

Formação dos monitores e planejamento das oficinas

De uma maneira geral, viu-se que as atividades desenvolvidas pelo PEI na escola estudada, ainda carecem de uma melhor articulação com os conteúdos curriculares trabalhados pelos professores junto aos alunos. Em termos de capacitação dos monitores, os participantes da pesquisa não fizeram referência à existência de cursos promovidos pela coordenação do programa.

A formação pessoal dos monitores (cursos de capacitação, graduações etc.) parece influenciar a forma como estes atuam no programa, mas não foi encontrado um esforço sistematizado por parte da coordenação do programa, no sentido de valorizar e/ou integrar estes diferentes saberes na construção de planos de atuação das oficinas.

Sugere-se, portanto, a construção de espaços de discussão e reflexão de monitores, equipe de coordenação do programa e representantes da escola, a fim de garantir uma prática comprometida com a realidade e condizente com a proposta da Escola Integrada. É preciso intensificar o diálogo entre o plano político-pedagógico da escola, os currículos do alunado e o PEI, fomentando uma intervenção que possibilite a exploração de conteúdos de forma conjunta e amplificada.

Necessidades do Programa

O programa desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte é um projeto piloto para melhorias e avanços na educação, um “ponta-pé inicial”, alavanca para o desenvolvimento do aluno como sujeito. Ainda assim, se faz necessário o maior apoio por parte de seus financiadores na formação continuada dos profissionais, na infraestrutura dos locais, na elaboração das oficinas para que os objetivos sejam atingidos em seu potencial máximo.

Influência das atividades na formação cognitiva, social e subjetiva do aluno

Os resultados da pesquisa demonstraram que o PEI produz mudanças e/ou favorece ganhos sociais e cognitivos para os alunos atendidos. Porém, acreditamos que a equipe responsável deve sempre estar atenta aos seguintes aspectos: é preciso pensar a escola como um espaço sócio-cultural, uma instituição engajada em um processo de construção social que enfatize, sobretudo, um aprimoramento da vida social de seus alunos (DAYREL, 1996); a escola tem tendência de considerar toda sua clientela como um público homogêneo para justificar a homogeneidade de sua ação, excluindo a diversidade elaborada por seus alunos.

Por fim, a Escola Integrada nos mostra que é possível veicular o conhecimento para além dos conteúdos didáticos. Na perspectiva de programas como a Escola Integrada, a escola deixa de ser pensada de forma isolada e auto-suficiente e passa a ensinar de forma contextualizada e integrada com a comunidade. Criando uma escola capaz de

[...]alinhar o currículo na direção da autorrealização do aluno, o que supõe uma nova perspectiva escolar dentro de cujo projeto deverão estar várias e complementares formas de educação do corpo e da inteligência, dos sentimentos e das emoções, e também, do conhecimento ocasional, vivencial e do saber sistematizado. (CARNEIRO, 2002, p. 12)

O PEI encara a educação como um processo linear, e não cíclico, propondo ao aluno uma interação entre os conteúdos lecionados e suas experiências de vida. Enquanto iniciativa inovadora, seus resultados são um importante indicador da necessidade de manutenção, ampliação e criação de novas propostas na área.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, RC; BIKLEN, SK. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. de Maria J. Alvarez, et al. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção ciências da educação, n. 12).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394. Diário Oficial da União. Brasília (DF), n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1996.

_____. **Projeto de Lei nº 3.675/04 que aprova o Ensino Fundamental de nove anos**. Brasília: MEC, 2006.

CARNEIRO, MA. **Os projetos Juvenis na Escola de Ensino**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDIOLLI, M. O Currículo e as relações de inter, multi, trans, pluri e polidisciplinaridade na escola: notas para debate conceitual. In: **____ Livro das Jornadas**. Paraná: Futuro, Congressos e Eventos. 2002.

DAYRELL, JT. **Múltiplos Olhares Sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DELORS *et al.*, **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Tradução: José Carlos Eufrazio. UNESCO. 1999. Disponível em: <www.brasilia.unesco.org> Acesso em: 28/10/2009.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANE, ST; CODO, W (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 220 p.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2000.

MONTEIRO, RA. **Fazendo e aprendendo: pesquisa qualitativa em educação**. Juiz de Fora: Feme, 1998.

MORIN, E; ALMEIDA, MC; CARVALHO, A (Org.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios** São Paulo: Cortez: 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE - PBH. **Projeto Escola Integral**. 2007/2008. Disponível em: <www.pbh.gov.br>. Acesso em: 28/04/2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. **Programa Escola Integrada**. Disponível em: <www.pbh.gov.br>. Acesso em: 28/04/2008.

YIN, RK. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: "O programa escola integrada e sua influência na formação integral dos alunos: uma análise das atividades desenvolvidas em uma escola municipal de Belo Horizonte".

2 Discentes do curso de Psicologia, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discentes do curso de Pedagogia, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora Orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professoras colaboradoras da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.

6 Disponível em www.pbh.gov.br.

7 Corresponde ao processo de relações entre saberes, a partir de uma temática, no nosso caso específico as oficinas, sem as limitações de domínios ou objetos impostos pela especialização das ciências. (CARDIOLLI, 2002)

8 A multidisciplinaridade pode ser considerada a reunião de especialistas (oficineiros, monitores, coordenador do programa, de várias áreas discutindo um mesmo viés de forma contextualizada. (CARDIOLLI, 2002, p. 310)

9 Estabelece canais de comunicação tendo em vista que um especialista (monitores) de uma área utiliza saberes de outras áreas, promovendo diferentes conexões. (CARDIOLLI, 2002, p. 310)

10 Trata de diferentes formas como as disciplinas se posicionam diante de situações pedagógicas, como a elaboração de planejamentos, socialização de saberes etc. (CARDIOLLI, 2002, p. 310)

11 Disponível em: www.pbh.gov.br.

UMA NOVA FERRAMENTA VIRTUAL ÚTIL PARA O ENSINO DE GEOMETRIA MOLECULAR E MOMENTO DIPOLAR¹

Amanda Silva Martins²

Raquel Cardoso Lemos³

Junio Vieira de Rezende⁴

Anderson Hollerbach Klier⁵

Clarice Tolentino Barbosa de Oliveira⁶

Renato Júdice de Andrade⁶

Resumo: Alguns aspectos do ensino químico são fundamentais para o entendimento de algumas áreas da revolução científica atual. Entretanto o ensino desses, muitas vezes, assume um nível de dificuldade desmotivador para inúmeros alunos. Na tentativa de minimizar tais dificuldades, o desenvolvimento de ferramentas computacionais que facilitem a interação do aluno com aspectos tridimensionais e de visão espacial permite uma elucidação facilitada para tais aspectos, principalmente os que envolvem visualização tridimensional.

Palavras-chave: Química. Ensino. Jogos 3D. Aprendizagem. Avaliação.

Abstract: Some aspects of chemistry education are fundamental to the understanding of some areas of the current scientific revolution. However, the teaching of these aspects often assumes a demotivating difficulty level for many students. In an attempt to minimize these difficulties, the development of computational tools that facilitate interaction of students with three-dimensional and spatial vision aspects allows an easy elucidation to such aspects, especially those involving three-dimensional visualization.

Keywords: Chemistry. Teaching. 3D games. Learning. Evaluation.

INTRODUÇÃO

Desde a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação está passando por um processo de renovação quanto as novas tecnologias utilizadas para o ensino, graças ao Programa Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia (Zanon, 2004). Na tentativa de incorporar maior número de possibilidades tecnológicas nesta renovação, as ferramentas virtuais tem se mostrado cada vez mais presentes juntamente com os jogos em três dimensões, uma vez que possibilitam uma grande interação entre um conteúdo a ser abordado e o estudante. Considerando os conteúdos científicos, a química tem se mostrado adequada para implementação de ferramentas virtuais, pelo grande número de aspectos abstratos abordados associados a necessidade de imagens tridimensionais. Dentre estes aspectos podemos citar a geometria molecular que abrange intrinsecamente visão espacial, que associada a decomposição vetorial, permite prever a polaridade molecular.

FERRAMENTAS VIRTUAIS COMO RECURSOS DE APRENDIZAGEM

Conforme Oliveira *et al.* (2001), jogos educacionais “podem apresentar situações que contenham simulações, tutoriais ou sistemas inteligentes, mas o que evidencia esse tipo de *software* é seu caráter de divertimento, de prazer”.

Em contrapartida, segundo os mesmos autores, a simulação “é aquela em que o professor disponibiliza para os alunos o material necessário ao desenvolvimento de experimentos que levem à compreensão do fenômeno (...)”, num processo em que o aluno, “além de construir uma visão

teórica que explique o movimento observado, estará vivenciando uma interação *real* com o objeto do conhecimento na perspectiva do aprender fazendo”. Tais considerações dos autores são feitas enquanto introdução às possibilidades do desenvolvimento de *software* educativo baseado em simulações. O termo em destaque (*real*), entretanto, é emblemático daquilo que a utilização de ferramentas virtuais pode representar, pois, em suma, a intenção de uma simulação, seja uma experimentação controlada em laboratório, seja o controle de variáveis num ambiente virtual de um *software* educativo, é oferecer ao aluno uma experiência alternativa à experiência real sem, no entanto, que haja perda das propriedades essenciais da experiência que se quer disponibilizar. A simulação, portanto, antes de significar uma redução imperfeita da realidade, constitui uma preciosa ferramenta para oferecer ao aluno uma parcela do mundo real que seja livre das interferências que tornam seus fenômenos de difícil apreensão em condições não controladas.

Oliveira *et al.* (2001) realizaram uma sistematização das várias formas possíveis de aplicação das novas tecnologias em informática, incluindo as multimídias, no contexto educacional, denominando-as genericamente como *Softwares* Educativos (SE). Os autores dividiram esse tipo de ferramenta em três categorias. São elas, em termos resumidos: *SE cuja ênfase está na lógica do conteúdo*, *SE de interação progressiva com o aluno* e *SE de perspectiva construtivista*. Segundo os mesmos autores, os SEs de perspectiva construtivista são aqueles do tipo tutorial, simulação e jogo, sendo, portanto, a perspectiva subjacente ao trabalho em desenvolvimento nesta pesquisa.

Em relação ao ensino de Química, Silva e Rogado (2008) apontaram que o uso de simulações torna-se, com a maior difusão das mídias

computacionais, uma abordagem viável e acessível a escolas, professores e alunos.

Para Lévy (1993, p.124), “a simulação, que podemos considerar como uma imaginação auxiliada por computador é, portanto, ao mesmo tempo uma ferramenta de ajuda ao raciocínio muito mais potente que a velha lógica formal que se baseava no alfabeto”.

A simulação por computador, nas diversas áreas do conhecimento, permite ao estudante e aos pesquisadores a “exploração de modelos mais complexos e em maior número do que se estivesse reduzido aos recursos de sua imagística mental e de sua memória de curto prazo” (LÉVY, 1993). Pode-se afirmar que, em certas situações, a simulação por computador pode atingir efeitos cognitivos superiores aos obtidos nas experiências práticas reais.

Para Valente (1997), é importante questionar qual a finalidade do uso do computador na educação. O autor aponta que o uso inteligente do computador na educação está além da programação do material de ensino. Tecnologias de ensino inteligentes (capazes de criar atividades de acordo com as necessidades dos alunos, avaliar a aprendizagem, fornecer *feedback* adequado e personalizado) são uma realidade. O que não ocorre, ainda segundo o autor, é o uso dessas tecnologias de forma a tirar proveito otimizado das possibilidades que elas apresentam.

A utilização de jogos computadorizados na educação proporciona ao aluno motivação, desenvolvendo também hábitos de persistência no desenvolvimento de desafios e tarefas. Os jogos de simulação proporcionam a melhora da flexibilidade cognitiva, pois funcionam como uma ginástica mental, aumentando a rede de conexões neurais e alterando o fluxo sanguíneo no cérebro quando em estado de concentração.

Os jogos educacionais se baseiam numa abordagem autodirigida, isto é, aquela em que o sujeito aprende por si só, através da descoberta de relações e da interação com o software.

Nesse cenário, o professor tem o papel de moderador, mediador do processo, dando orientações e selecionando softwares adequados e condizentes com sua prática pedagógica. Ele vai além do simples coletor de informações, ele precisa pesquisar, selecionar, elaborar e confrontar visões, metodologias e os resultados esperados. Existe hoje no mercado uma gama de jogos para ensinar conceitos difíceis de serem assimilados pelo fato de não existirem aplicações práticas mais imediatas, como o conceito de eletrização, conservação de energia, trigonometria, grandes navegações, entre outros.

Entretanto, o nosso grande desafio é apoiar o aluno para que sua atenção não seja desviada somente para a competição, deixando de lado os conceitos a serem desenvolvidos. Por isso, a reflexão do aluno e a observação do professor são fatores essenciais quando utilizamos jogos educacionais em sala de aula com fins pedagógicos.

Segundo Tarouco *et al.* (2004), a importância do uso dos computadores e das novas tecnologias na educação deve-se hoje não somente ao impacto dessa ferramenta na nossa sociedade e às novas exigências sociais e culturais que se impõe, mas também ao surgimento da Tecnologia Educativa.

O jogo em 3D, como ferramenta no ensino de química, tem sua construção dependente de vários fatores para que se efetive a sua intenção pedagógica. O jogo pode ter sua proposta eficientemente elaborada, ser divertido, atraente e não cumprir com a proposta pedagógica.

Eichler *et al.* (2005) apresentaram experiências diversas de criação de jogos para o ensino de Química. A partir de uma visão crítica acerca do

alcance pedagógico dos jogos, os autores apontaram sistematicamente erros conceituais em um deles (o jogo de aventura *Urânio 235*) (EICHLER *et al.*, 2005, p. 3).

Além do *Urânio 235* (EICHLER *et al.*, 2005), outros jogos para o ensino de Química foram analisados via estudo bibliográfico (EICHLER *et al.*, 2005; EICHLER e DEL PINO, 2000) e experiência direta dos alunos bolsistas utilizando os jogos. Além da existência de erros conceituais apontadas por Eichler *et al.* (2005), as várias possibilidades de formato para os jogos educacionais colocam-se como uma questão que merece cuidado. Jogos como *Cidade do Átomo* (EICHLER *et al.*, 2005), por serem baseados no formato tutorial, os quais “ênfatisam a apresentação das lições ou a explicitação da informação” (VALENTE, 1997), podem não representar uma forma otimizada de utilização das potencialidades do software educativo uma vez que baseiam-se grandemente na apresentação de textos, tendo como diferencial o visual pretensamente atrativo e não uma forma mais útil de promover a aprendizagem. Para Valente (1997), as exigências por capacidades crítica e criativa colocariam em cheque a utilidade de certos modelos de *software* educativo, visto que tais capacidades não seriam passíveis de serem transmitidas, mas devendo ser construídas ao longo do processo. Um formato de *software* educativo que promova a construção do conhecimento, proporcionando experiências lúdicas de exploração e contato com simulações da realidade parece ser preferível.

Tarouco *et al.* (2004), ao citar Barbosa (1998), afirma que os jogos educacionais podem ser um elemento catalisador, capaz de contribuir para o “processo de resgate do interesse do aprendiz, na tentativa de melhorar sua vinculação afetiva com as situações de aprendizagem”.

ASPECTOS QUÍMICOS PERTINENTES: GEOMETRIA MOLECULAR E MOMENTO DIPOLAR

A escolha do foco do trabalho em um simulador como ferramenta de ensino, abordou aspectos inerentes ao aprendizado de química, sendo escolhido para abordarmos na ferramenta a geometria molecular associada à polaridade molecular. Tal escolha foi justificada pelas dificuldades inerentes aos alunos ingressantes no primeiro período da disciplina de Química Geral. Quando se comenta sobre geometria e polaridade molecular, temos que primeiramente definir o momento dipolar, que significa o produto resultante entre a carga e a distância de dois átomos ligados covalentemente (SOLOMONS, 1996; CLAYDEN, 2001; BRUICE, 2006). Do ponto de vista da ferramenta física para entendimento de polaridade, o mesmo pode ser interpretado como um vetor direcionado sempre a favor do átomo mais eletronegativo, como pode ser exemplificado na figura 1.

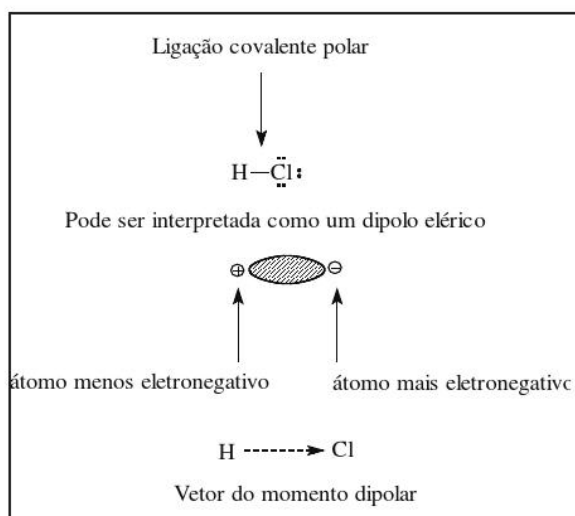


FIGURA 01 – Modelo de interpretação do momento dipolar para a molécula do ácido clorídrico

Em moléculas diatômicas como ácido clorídrico, (HCl), relatada na figura 1, a percepção de momento dipolar se torna simplificada e de fácil aplicabilidade, pois só temos uma ligação química, o que configura geometria linear (dois átomos que são interpretados como dois pontos que uma vez unidos configuram uma reta) (RUSSEL, 1986; ATKINS 1997; BARROS, 1993, BARROS, 1995). Entretanto, quando partimos para o universo das moléculas poliatômicas, a questão da geometria molecular vai se complexando e interferindo diretamente na interpretação da polaridade. A complexidade geométrica advém do fato de que alguns elementos químicos possuem elétrons não ligantes, e esses podem em alguns casos expandir

o número de elétrons ligantes do átomo, é o que chamamos de expansão da camada de valência. Tal fenômeno acontece especialmente quando há subníveis com orbitais (entenda-se orbital como uma região espacial na configuração do átomo de maior probabilidade de se encontrar o elétron) vazios no mesmo nível eletrônico de um orbital de subnível totalmente preenchido, e isto é mais comum a partir do terceiro período da tabela periódica. Este fenômeno é chamado de transição eletrônica, e a partir de seu entendimento, podemos incluir agora a hibridação de orbitais, que seria basicamente a fusão de orbitais atômicos originando orbitais moleculares (RUSSEL, 1986; ATKINS 1997), que pode ser exemplificado na figura 2.

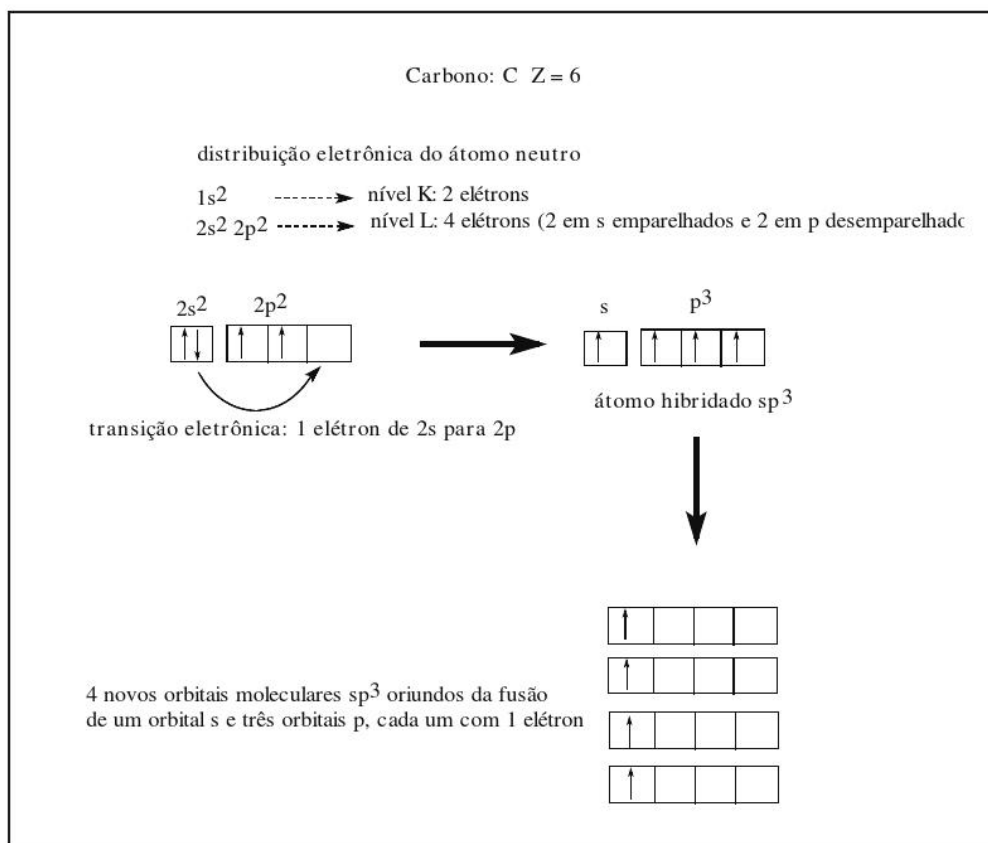


FIGURA 02 – Modelo de transição eletrônica e hibridação de orbitais para o Átomo de carbono

A partir da contextualização da polaridade associada à geometria molecular, surgiu a ideia da ferramenta virtual capaz de demonstrar a decomposição vetorial que possibilitasse estimar a polaridade na molécula real. Para tanto, foi escolhida como molécula inicial o hexafluoreto de enxofre, SF₆, cujo átomo central é o enxofre. O enxofre em questão possui hibridação do

tipo sp³d² e permite uma decomposição vetorial bastante elucidativa, pois a geometria octaédrica torna explícita a existência de três resultantes vetoriais nulas, conforme figura 3, e esclarece bem o objetivo central da ferramenta. Com este objetivo em mente, passamos às tentativas de simulação utilizando o software *Blender* (Blender, 2009).

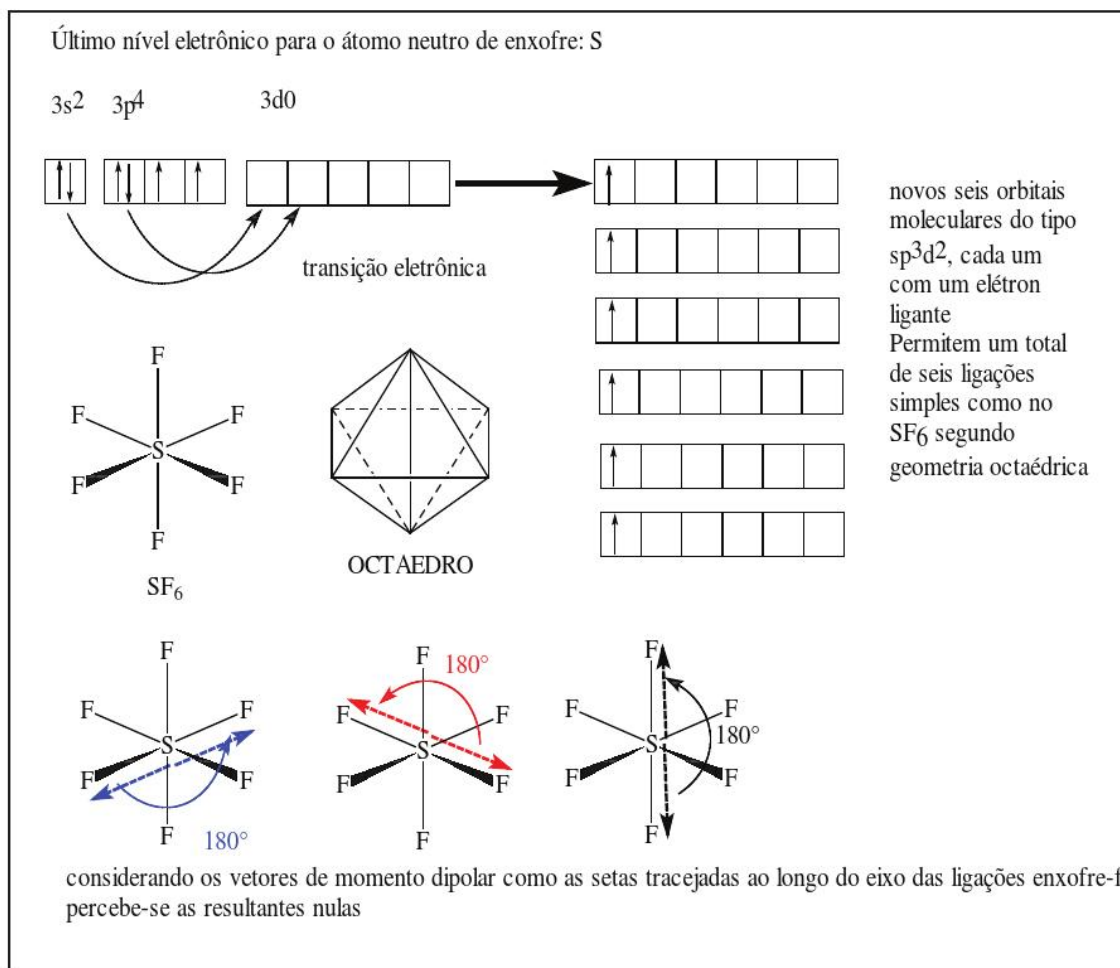


FIGURA 03 – Geometria molecular e polaridade para o SF₆

Em um primeiro momento, o foco principal foi a concepção dos átomos de flúor e enxofre, para que se pudesse produzir uma molécula SF₆ no *Blender*. Para modelar os átomos foi utilizada a forma esfera, disponível no software, contendo quatro subdivisões e raio igual a 1.00. Tanto o átomo de enxofre como o de flúor foi modelado utilizando o mesmo procedimento, com tamanhos e cores diferenciados. Para o átomo apresentar uma aparência mais lisa, foi utilizado o modificador Subsurf.

Após a modelagem dos átomos, o trabalho passou para o estágio de representar a ligação entre eles, para demonstrar a formação de uma molécula SF₆. O elemento de ligação foi modelado utilizando o cilindro com 32 vértices, raio igual a 1.00 e espessura igual a 8. Para conseguir o tamanho real do elemento de ligação foi utilizada a técnica de “extrude” da região do cilindro. Com os átomos e os elementos de ligação modelados

em um tamanho apropriado, foi possível representar a molécula SF₆ no *Blender*.

DESCRIÇÃO DE COMANDOS ESPECÍFICOS E RESULTADOS OBTIDOS COM O SOFTWARE – *BLENDER*

Todas as concepções de software estão apresentadas na forma de visualização de tela, descritas a seguir. Figuras relativas às telas do software *Blender* utilizado na otimização molecular. A figura 4 apresenta a tela inicial do software onde se observa a visão espacial superior, ou seja, vista aérea por cima, do objeto a ser inserido (duas setas centrais a um quadrado) no ambiente virtual e o ponto de vista da “câmera”, que representaria o ângulo de visão de quem observa o objeto (ponto negro central à circunferência).

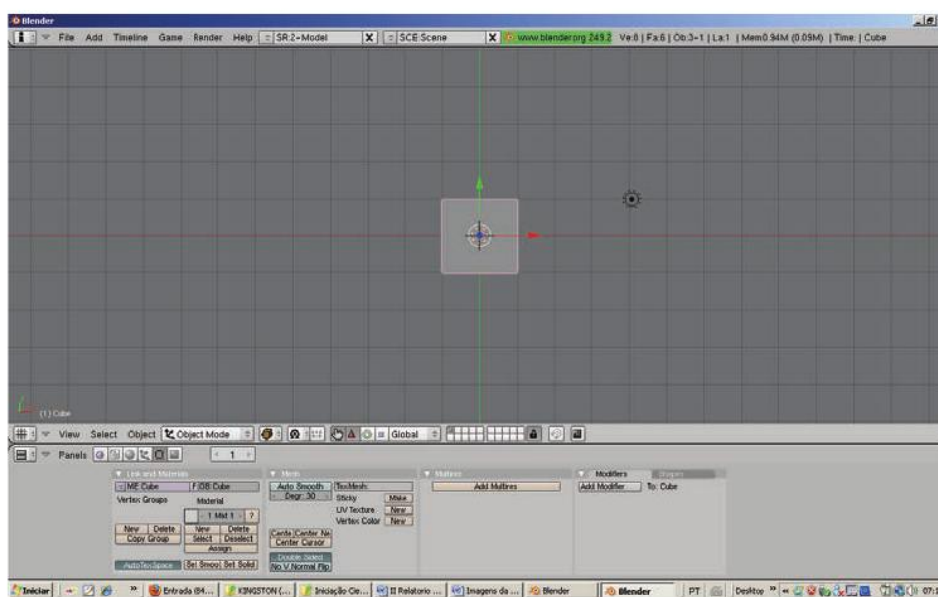


FIGURA 04 - Tela inicial da ferramenta Blender

As figuras 5, 6, 7, 8 e 9, possibilitam a visualização da inserção de esferas e cilindros tridimensionais, que estruturam a molécula SF₆

como um octaedro ou bipirâmide quadrada, observada com suas oito faces equivalentes na Figura 10.

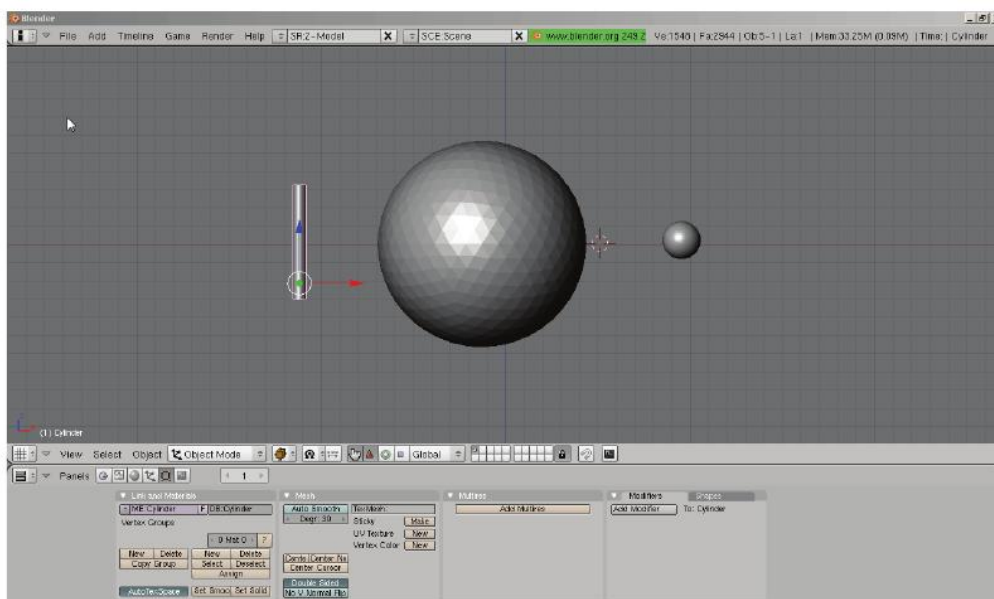


FIGURA 05 – Forma inicial dos objetos modelados para a construção da molécula.

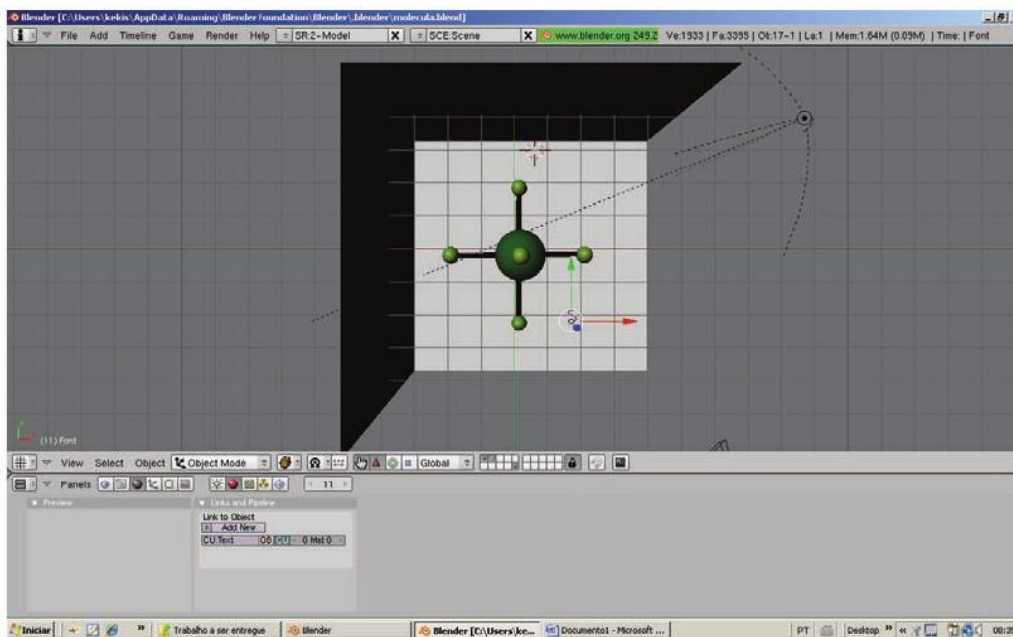


FIGURA 06 – Visão do topo da modelagem de uma molécula SF₆

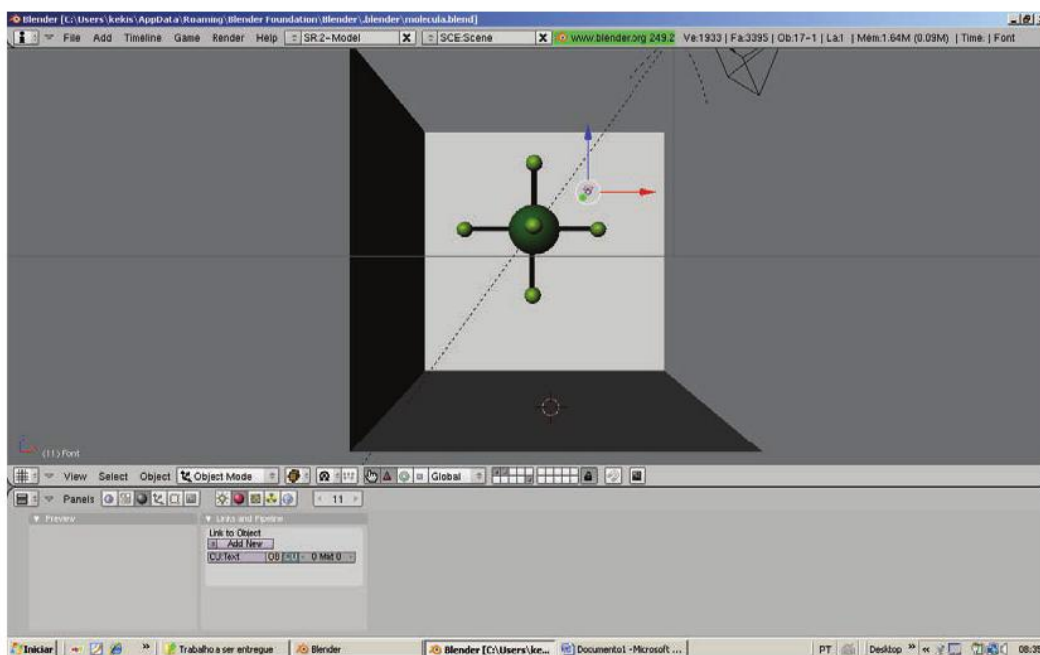


FIGURA 07 – Visão frontal da modelagem de uma molécula SF₆

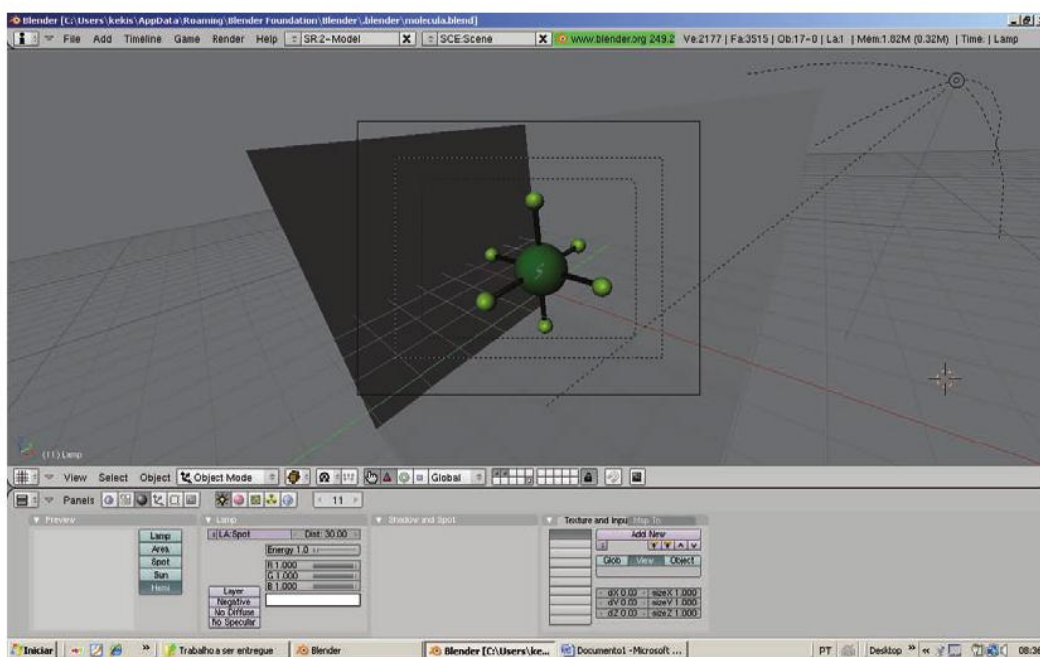


FIGURA 08 – Visão da câmera da modelagem da molécula SF₆, em um estado mais avançado

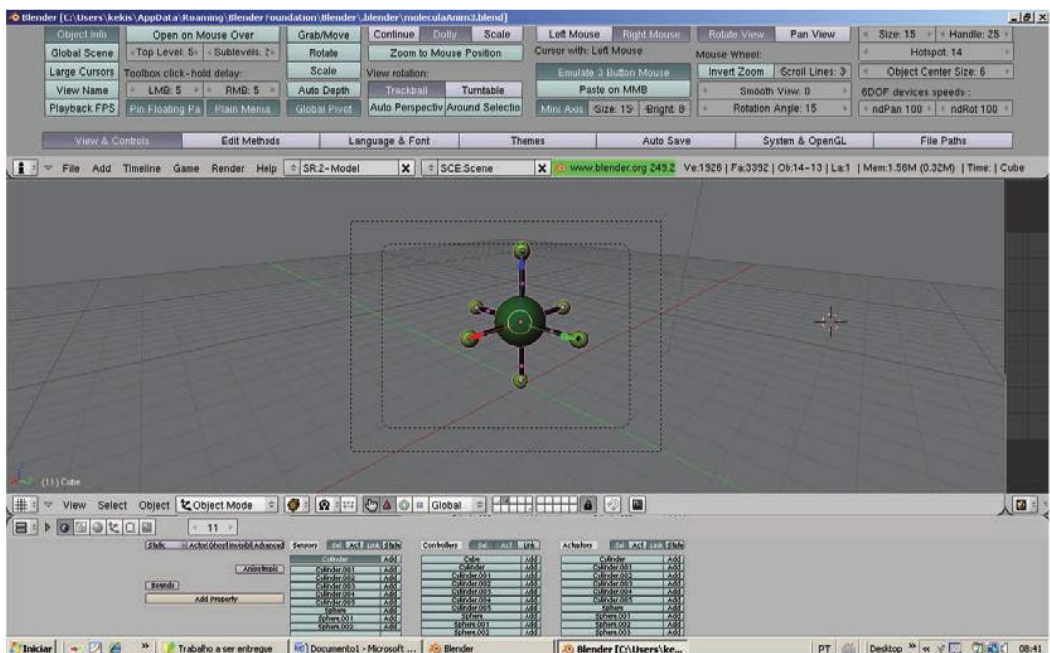


FIGURA 09 – Tela das propriedades físicas da molécula SF₆.

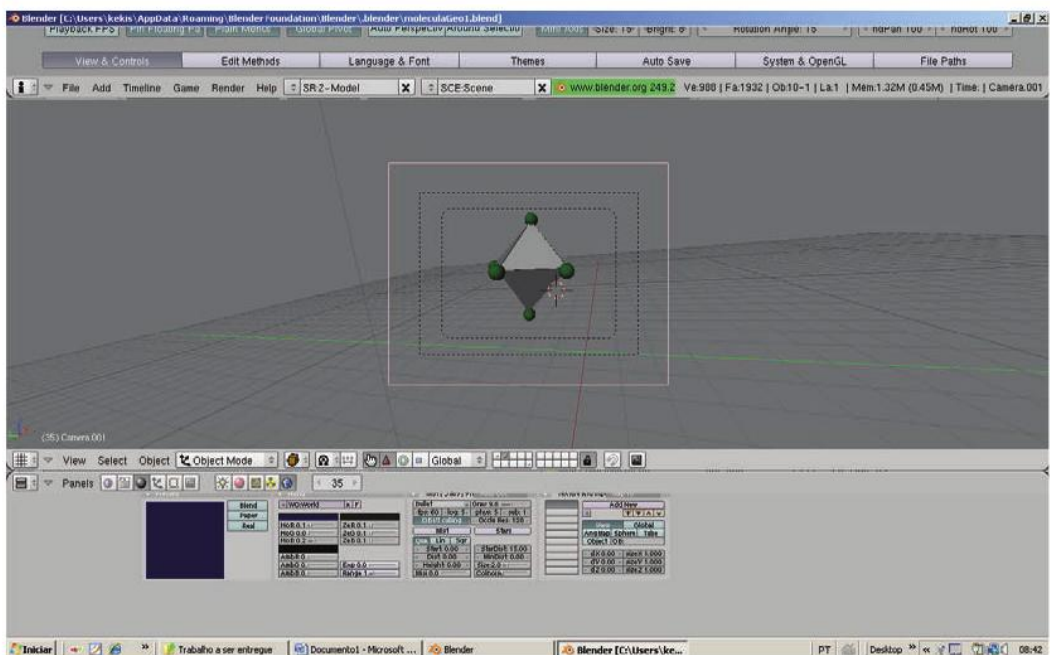


FIGURA 10 – Representação geométrica da molécula SF₆.

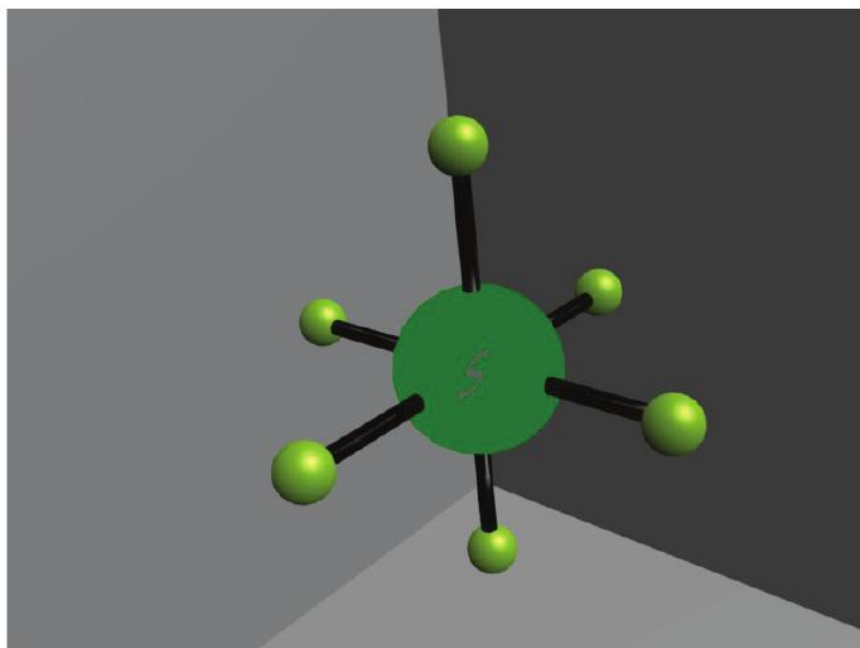


FIGURA 11 – Conclusão do primeiro estágio da modelagem da molécula SF₆.

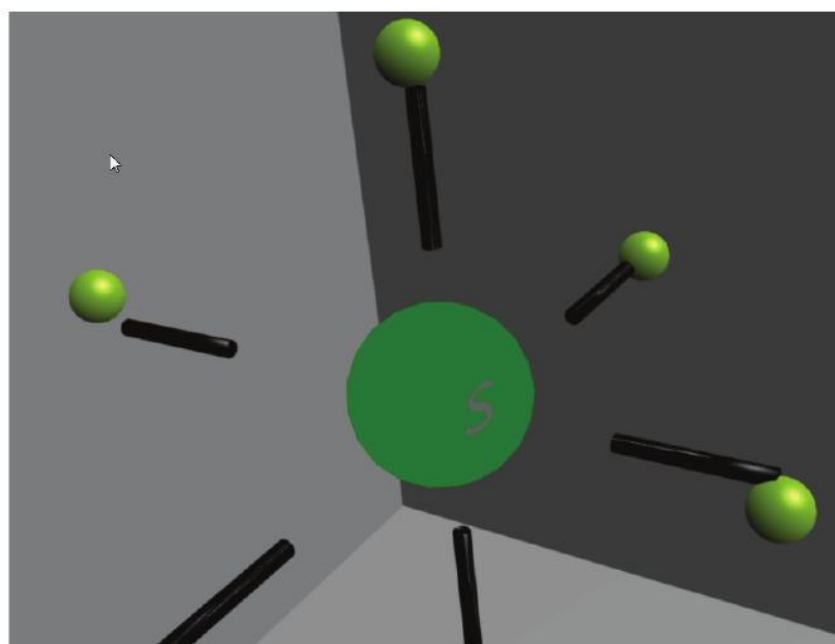


FIGURA 12 – Ligação dos átomos de flúor ao átomo de enxofre no primeiro estágio.

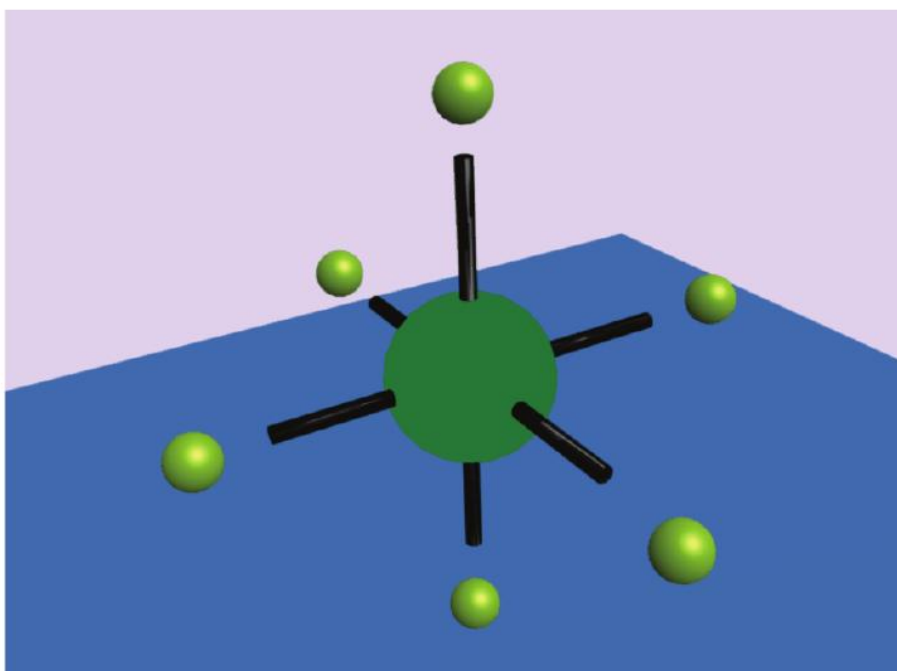


FIGURA 13 – Ligação dos átomos de flúor ao átomo de enxofre, para formar a molécula SF_6

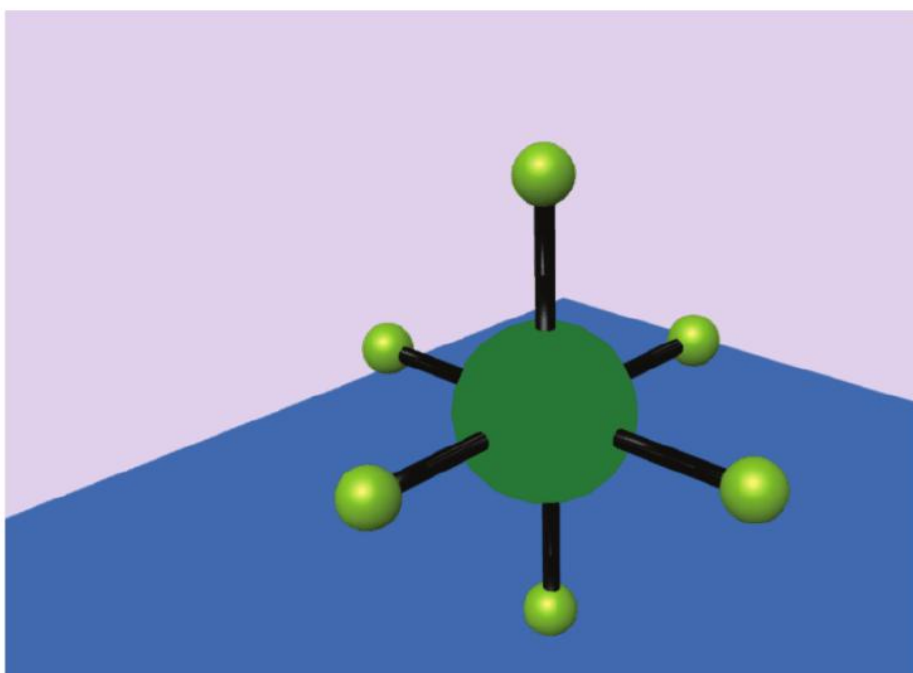


FIGURA 14 – Representação da molécula SF_6 .

As figuras 11, 12, 13 e 14 demonstram a representação final da visualização tridimensional de uma molécula octaédrica, com átomos central e periféricos apresentados como esferas de raios distintos. Mesmo sendo um *Software* de animação computacional e criação de ambientes virtuais, o mesmo se mostrou totalmente compatível com a criação e visualização molecular.

REFERÊNCIAS

- ATKINS, P; JONES, L. **Chemistry** – Molecules, Matter and Change. New York: W.H. Freeman and Company, 1997. 886 p.
- BARROS, HLC. **Química Geral** – FISS – Forças Intermoleculares Sólidos Soluções. Belo Horizonte, 1993. 144 p.
- BARROS, HLC. **Química Inorgânica** – Uma Introdução. Belo Horizonte: Segrac, 1995. 509p.
- BLENDER, 2009. Disponível em: <http://www.blender.org/download/get-blender/> Acesso em: 19/10/2009 às 18h45min.
- BRUCE, PY. **Química Orgânica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, Vol.1, 2006. 590p.
- CLAYDEN, J; GREEVES, N; WARREN, S; WOTHERS, P. **Organic Chemistry**. Oxford: Oxford University Press, 2001. 1512 p.
- EICHLER, M; DEL PINO, JC. **Carbópolis**: um software para educação química. Química Nova na Escola. N. 11, mai. 2000, p. 10-12.
- EICHLER, ML; JUNGES, F; DEL PINO, JC. **O papel do jogo no ensino de radioatividade**: os softwares Urânio-235 e Cidade do Átomo. Novas Tecnologias na Educação. V. 3, n.1, mai. 2005.
- Jogos educacionais, 2004. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo3/af/30-jogoseducacionais.pdf/> Acesso em: 23/01/2010.
- OLIVEIRA, CC; COSTA, JW; MOREIRA, M. **Ambientes informatizados de aprendizagem**: produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papirus, 2001. 144 p.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. O Futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1.993.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1.996, 157 p.
- RUSSEL, JB. **Química Geral**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. 897 p.
- SOLOMONS, TWG. **Organic Chemistry**. New York: John Wiley & Sons, 1996. 1218 p.
- OLIVEIRA, CC; COSTA, JW; MOREIRA, M. **Ambientes informatizados de aprendizagem**: produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papirus, 2001. 144 p.
- VALENTE, JA. **O uso inteligente do computador na educação**. Pátio - revista pedagógica. Editora Artes Médicas Sul, ano 1, n. 1, p. 19-21, jul. 1997.

ZANON, DA; GUERREIRO, MAS; OLIVEIRA, RC. **Jogo Didático** – Ludo químico para o ensino de nomenclatura dos compostos orgânicos: projeto, produção, aplicação e avaliação. *Ciência & Cognição*, v. 13, 72-81, 2008.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Utilização de jogos 3D como ferramenta para o ensino de química”.

2 Discente do curso de Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Sistema da Informação, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Discente do curso de Psicologia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

6 Professores colaboradores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.

O PROUNI E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Emmanuelle Afonso Ferreira¹
Letícia Serra Maciel de Campos¹
Adail Ribeiro Motta²

Resumo: Este estudo possui como objetivo analisar a compatibilidade das políticas de ação afirmativa com o ordenamento jurídico brasileiro, com especial enfoque nas políticas do ProUni. Inicialmente o princípio da igualdade foi marcado pela neutralidade estatal, não sendo suficiente para tornar os indivíduos verdadeiramente iguais, já que determinados grupos sociais não conseguiram atingir padrões sociais relevantes. Desta forma, as ações afirmativas surgiram a partir do momento em que se observou que não bastava apenas ao Estado combater a discriminação, mas atuar positivamente no sentido da redução das desigualdades sociais, realizando uma transformação no comportamento da sociedade. Concluiu-se que as ações afirmativas encontram abrigo no ordenamento constitucional brasileiro, sendo que na implementação de suas políticas deverão ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sob pena de qualquer excesso configurar violação à ordem constitucional.

Palavras-chave: Princípio da Igualdade. Desigualdade Social. Política do ProUni.

Abstract: This study aims to analyze the compatibility between policies with affirmative action and the Brazilian legal system, specially focusing on the ProUni policies. Initially, the principle of equality was marked by the state neutrality, which turned it not enough to make individuals truly equal, since certain social groups did not achieve important social standards. Therefore, the affirmative actions arose when it was observed that the State could not only fight discrimination, but it also had to act positively, focusing in reducing social inequalities, to make a transformation in the behavior of the society. Thus, we conclude that the affirmative actions are constitutional and, to implement those policies, the principles of reasonableness and proportionality should be observed, otherwise any excess would configure violation of the constitutional order.

Keywords: Principle of Equality. Social Inequality. ProUni Policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como enfoque as políticas de ação afirmativa, que são iniciativas que visam favorecer grupos ou segmentos socialmente inferiorizados, mediante a adoção de planos e programas que ofereçam oportunidades de acesso a empregos, cargos e espaços sociais, políticos e econômicos.

Primeiramente, serão analisadas as concepções formal e material do princípio da igualdade, em meio aos fatos e acontecimentos que o consagrara como referencial constitucional de todos os países de índole democrática. Em seguida, passa-se ao estudo das situações que marcaram o surgimento das ações afirmativas no direito norte-americano, além de conceituá-las e apresentar os seus objetivos principais. Neste sentido, cuidou-se também, da verificação de existência de compatibilidade entre as ações afirmativas e o ordenamento constitucional brasileiro, sobretudo a partir da análise dos princípios e objetivos que informam a República Federativa do Brasil.

Avaliou-se, ainda, a espécie de ação afirmativa: a política do ProUni. Apresentam-se os argumentos favoráveis e contrários à adoção de política do ProUni. Por fim, ressalta-se a importância e a expectativa quanto à manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, especialmente nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 3197/RJ e 3330/DF, que questionam a adoção de cotas raciais em universidades públicas.

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

A igualdade, como princípio jurídico-filosófico, tornou-se um dos pilares da democracia, sendo encontrado na imensa maioria dos docu-

mentos constitucionais promulgados após as revoluções do final do século XVII.

A abstração e a universalidade das leis eram vistas como emanção da racionalidade humana. Traziam consigo a certeza e a segurança jurídica. Permitiam a liberdade dos homens e garantiam um tratamento (formalmente) igualitário. As particularizações da vontade da lei pelo Executivo ou pelo Judiciário só poderiam ser taxadas como arbitrárias.

Qualquer norma que não adviesse ou não fosse pelo menos admitida por lei, não poderia ser considerada como legítima. Neste primeiro momento, o princípio da igualdade possuía apenas a concepção formal. Para os teóricos do liberalismo, bastaria a inclusão da igualdade no rol dos direitos fundamentais para que estivesse efetivamente assegurado, conjuntamente a esse fato, postulado da neutralidade estatal, contribuiu de forma efetiva para que o princípio da igualdade perante a lei fosse tido como garantia da concretização da liberdade. A igualdade decorria da generalidade da lei e da proibição de tratamento diferenciado em virtude do nascimento ou de algum direito hereditário.

Não obstante o princípio da igualdade esteja formalizado na imensa maioria dos sistemas constitucionais positivados em vigor, elevado à categoria de direito fundamental, não se verifica medidas de promoção efetiva da igualdade de oportunidades.

Com o passar do tempo a concepção de uma igualdade puramente formal, assentada no princípio geral da igualdade perante a lei, começou a ser questionada, chegando-se a conclusão que a igualdade de direitos não era, suficiente para tornar acessíveis as oportunidades dos socialmente favorecidos aos socialmente desfavorecidos.

A concepção clássica de igualdade entra

em desacordo com o emergente Estado Social, marcado pelo avanço dos movimentos a favor da diminuição das injustiças sociais e combate às desigualdades. A ideia de que a igualdade, relativa a vedação de privilégios, tornou-se frágil e insuficiente para a realização da igualdade em toda sua potencialidade.

Neste contexto, surge a noção de que, é defeso ao Estado discriminar arbitrariamente, e o dever de promover a igualdade material de oportunidades, mediante a adoção de políticas públicas tendentes a diminuir as desigualdades, as quais devem ser devidamente pesadas e avaliadas no caso concreto. Assim segundo Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (2007, p.06),

[...] é necessário reconhecer que existem situações nas quais as pessoas não partem de um mesmo ponto, e portanto, não há situação anterior que possa ser restituída. Nestas situações uma nova ordem jurídica terá que ser construída, quer no campo do reconhecimento quer no campo da redistribuição de direitos par que haja igualdade os chamados pontos de partida.

Nesse sentido, o princípio da igualdade sob o ponto de vista jurídico-constitucional assume relevo enquanto princípio de igualdade de oportunidades (Equality of opportunity) e de condições reais de vida.

A aplicação da igualdade na sua acepção material reclama uma especial atenção do Estado na elaboração de políticas públicas, uma vez que devem ser consideradas as especificidades individuais de grupos e comunidades, com o objetivo de evitar que o conceito formal de igualdade impeça ou dificulte a proteção e defesa das pessoas socialmente fragilizadas. Desta forma, entende José Tarcísio de Almeida Melo (2008, p. 321)

“A noção de igualdade, (...) tem relevância no Direito Político, ou seja, no igual direito de participação nas práticas estatais instituídas. Este é o sentido de valorização dos economicamente menos dotados (hipossuficientes), das minorias éticas e sociais, no discurso da justificação da norma (elaboração legislativa e de sua aplicação (exercício da função judicial e administrativa). Eis aí a inclusão política, com a finalidade de que o maior número possível de cidadão possa participar da criação da política públicas do Estado e da sociedade”.

Após a transição da noção de igualdade formal para igualdade substancial surge a ideia de igualdade de oportunidades, ou seja a igualdade de oportunidades, de acordo com as condições pessoais. Não haverá discriminação entre pessoas iguais e o Estado deve favorecer para que o patamar desejável seja obtido pelo maior número de pessoas.

Visando promover a igualdade de oportunidades, diversas políticas governamentais e experimentos constitucionais são implementados, perseguindo o ideário de extinção ou a mitigação das desigualdades econômicas, sociais e a promoção da justiça social.

A igualdade requerida, no mundo atual, é a que oferece a maior oportunidade possível a todos de crescerem e usufruírem os bens da vida. No Estado contemporâneo, a igualdade, é de ordem aritmética, ou seja, a todos deverá dar-se a oportunidade de participação nos discursos de justificação e de aplicação das normas.

Após essas considerações acerca das acepções material e formal do princípio da igualdade, necessárias à discussão do tema em comento, passa-se discutir a política de ação afirmativa no direito brasileiro.

ACÇÕES AFIRMATIVAS

Delineamento histórico

As políticas de ação afirmativa surgiram nos Estados Unidos a partir da década de 1960, constituindo uma forma de resultado da luta pelos direitos civis, especialmente destinados a promover a igualdade racial na sociedade norte-americana.

A mobilização de grande parte da população americana, ocorrida durante as décadas de 1950 a 1970, mudou a postura do Estado e da população americana. Essa mudança possui como origem as alterações na legislação americana, que se anotam a partir da década de 1960. Em 1964, foi aprovado o *Civil Rights Act*³, suas posteriores alterações, somada ao desenvolvimento hermenêutico/argumentativo promovido pela Suprema Corte americana são elementos principais desse processo de transformação.

A Corte Americana sustentou, entre os anos de 1896 a 1954, a legalidade da segregação racial sob inúmeros aspectos da vida social. Vigorou nesse período a doutrina dos “iguais, mais separados”, que implementava e justificava o racismo, mediante a separação legal de negros e brancos. Superado tal entendimento, a Suprema Corte definiu que a segregação racial seria admitida na prestação de serviços ou como critério genérico de tratamento, desde que os aludidos tratamentos ou serviços fossem ofertados, dentro de um mesmo padrão, para todos as raças. O que não se admitia é que a segregação servisse de pretexto para se excluir uma ou mais raças de algum serviço ou direito assegurado às demais.

O termo ação afirmativa foi utilizado pela primeira vez em 1961, pelo Presidente John F. Kennedy, ao expedir a *Executive Order n°*

10.925. Esse ato normativo obrigava os empregadores a adotar ação afirmativa para assegurar que os empregados fossem contratados sem consideração de raça, credo, cor ou nacionalidade.

Outro marco essencial no surgimento da ação afirmativa ocorreu em 4 de junho de 1965, na Howard University, quando o Presidente Lyndon B. Johnson indagou se todos que lá se encontravam eram livres para competir com os demais membros da sociedade em igualdade de condições. Efetivamente, tal ato, partindo da autoridade máxima norte-americana, teve condão de inflamar o movimento em prol das ações afirmativas.

Após a concessão e ponderação de valores pela Suprema Corte em apoiar as iniciativas públicas e privadas, no sentido de minorar a questão das discriminações ilícitas, permitiu o estabelecimento de preferências e privilégios entre as minorias. Neste sentido, a Corte deflagrou e executou, por meio do Judiciário federal, programas de ação afirmativa. Desta forma, as organizações e instituições, públicas e privadas, tiveram que adotar uma prática compromissada com as discriminações positivas.

A expressão da ação afirmativa passou a ser considerada como mecanismo de inclusão social de algumas minorias socialmente inferiorizadas, por preconceitos arraigados culturalmente, que necessitavam ser superados para que se atingisse a efetivação dos princípios constitucionais da dignidade humana, do pluralismo e da concepção procedimental da igualdade. Originárias dos Estados Unidos, as ações afirmativas passaram a ser objeto de discussões em diversos países. A Índia, país socialmente estruturado em um sistema de castas, já promovia políticas compensatórias para as minorias raciais e também dos deficientes físicos. Também na África do Sul, com o término

do *apartheid*⁴, surgiu uma intensa mobilização por parte de organizações civis, com o objetivo de estabelecer políticas de discriminação positiva para a população negra, estando previsto no ordenamento jurídico daquele país que poderiam ser tomadas medidas para promover a obtenção da igualdade, visando proteger ou favorecer pessoas prejudicadas por discriminação injusta.

Conceito e objetivos das ações afirmativas

As ações afirmativas surgem em um ambiente em que o princípio da igualdade passa a ser visto sob uma nova ótica, a igualdade meramente formal tornou-se insuficiente, não capacitando a imensa maioria dos desapossados, assim, a edição de normas que desigualem os cidadãos torna-se necessária, para que se promova a igualdade de oportunidades. Constata-se a ascensão da igualdade material ou substancial em detrimento da igualdade meramente formal.

Na busca da efetividade da justiça social, surgem em diversos ordenamentos jurídicos, inclusive no Direito Internacional, a previsão de políticas sociais de apoio e de promoção de determinados grupos socialmente fragilizados como negros, índios, mulheres, homossexuais dentre outros. Tais políticas sociais receberam a denominação de “ação afirmativa”, “discriminação positiva” ou “ação positiva”.

Nessa linha de raciocínio, Álvaro Ricardo Souza Cruz (2005, p.203), apresenta a seguinte conceituação para as ações afirmativas: As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e/ou privadas, coercitivas ou voluntárias, implementadas na promoção/integração de indivíduos e grupos éticos/

sociais tradicionalmente discriminados por uma sociedade.

Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. Não se pode olvidar que as ações afirmativas não devem estar voltadas apenas para o presente, devendo-se indagar sobre as condições as quais foram submetidas às pessoas destinadas a tais políticas. As ações afirmativas, também serviriam para criar as personalidades emblemáticas, isto é, representantes de grupos minoritários que obtiveram sucesso e poder no mercado de trabalho e nas universidades, serviriam de inspiração para os mais jovens para que atingissem seus objetivos e sonhos, superando os obstáculos advindos de sua condição.

Segundo o entendimento de José Tarcísio de Almeida Melo, em sua obra *Direito Constitucional do Brasil, no Estado Democrático*, a preocupação está na realização do projeto de vida da maioria.

“Faz parte da democracia a convivência com os contrários. Logo, podem existir projetos alternativos que venham a se tornar projetos da maioria. Como projetos alternativos, podem ser praticados sem a exclusão de projetos da maioria. A tolerância para com a minoria justifica tratamentos desiguais, como as ações afirmativas, afim de que sejam suprimidas as deficiências encontrada a igualdade. Essa tolerância de convivência, desde que tais projetos não sejam extremamente agressivos e sofram graves reações, faz com que o direito se movimente por princípios até que chegue estes a formar normas.”

Nesse sentido, as ações afirmativas são indispensáveis à efetivação dos princípios consti-

tucionais da dignidade humana, do pluralismo e da igualdade em um Estado Democrático de Direito. Logo, estabelecem uma necessidade temporária de correção na sociedade, reestruturando a forma de pensar, impedindo que as relações sociais, culturais e econômicas se deterioresem devido a discriminação.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Através de uma análise reducionista do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, pode-se chegar à conclusão errônea que seria proibido a adoção das políticas de ações afirmativas. Contudo, não há que se olvidar que diversos dispositivos do texto Constitucional possibilitam a adoção de tais medidas tanto pelo Estado como pelos particulares.

Nesse sentido, foram incorporados princípios à Carta Magna que possibilitam uma interpretação ampla do princípio da igualdade jurídica, afastando o entendimento de mera igualdade formal perante a lei. Como por exemplo, o princípio da razoabilidade que podemos compreender através da obra de Celso Antonio Bandeira de Mello, “Direito Administrativo”:

[...] O princípio da razoabilidade tem por escopo aferir a compatibilidade entre os meios empregados e os fins visados na prática de um ato administrativo, de modo a evitar restrições aos administrados inadequadas, desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública. A Administração, ao atuar no exercício de discricionariedade, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não

serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto, juridicamente inválidas –, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricionariedade manejadas [...].

Assim, as políticas de ação afirmativa encontram respaldo constitucional no princípio da dignidade humana, inserido no art. 1º, III e também art. 3º da Constituição Federal, que define como objetivos meramente fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos, de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação formal. Nesse sentido, preceitua o Min. Carlos Britto em seu voto como relator na Adin,

[...] onde houver uma tradição de concórdia, entendimento harmonia, horizontalidade, enfim, como forma usual de se entretecer relações sociais, a coletividade passa ao largo do desequilíbrio com estilo de vida e não tem por que lançar mão do seu poder legiferante de índole reparadora ou compensatória. Ao contrário, onde houver um estado de coisas que se tipifique por uma prolongada discórdia, um duradouro desentendimento, uma renitente desarmonia, uma submissão de segmentos humanos a iníquas ou humilhantes relações de autoridade ou de crasso preconceito, aí os desequilíbrios societários se aguçam e o saque da lei como instrumento de correção de rumo se faz imperioso. E como os fatores de desequilíbrio social têm mencionada situações de desigualdade um tradicional componente, fica evidente que a fórmula pela qual a lei tem que operar é a diferenciação entre partes.

A necessidade do reconhecimento de uma sociedade plural e democrática exige a par-

ticipação formal, material e procedimentalmente igualitária em relação ao tratamento estatal e sua divisão de oportunidades. De acordo com Álvaro Ricardo Souza Cruz (2005 p.141)

“ as ações afirmativas são, pois, discriminações lícitas que podem amparar/resgatar fatia considerável da sociedade que se vê tolhida no direito fundamental de participação na vida pública e privada. Permitir o acesso a cargos e empregos públicos e privados, mandatos políticos; garantindo acesso à saúde, à educação, à liberdade religiosa e de expressão compõem um substrato essencial de democracia atual.”

As ações afirmativas possuem fundamentação democrática, não podendo ser entendidas como meras concessões paternalistas por parte do Estado às minorias. Nesse quadro, está presente o programa do governo federal Universidades para Todos – ProUni, que possibilita aos estudantes de escolas públicas o ingresso em universidades, através do seu desempenho no ENEM. O programa ProUni se estabelece como ação afirmativa apta a concretizar o princípio da igualdade, já que possibilita o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. O programa ProUni faz desigualações para combatê-las, tentando impor uma desigualação compensatória para estabelecer o equilíbrio social, como por exemplo, as vagas determinadas para os deficientes físicos em concursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este debate, acredita-se que a constitucionalidade das ações afirmativas e, especialmente, da Lei de criação do ProUni, deve ser também compreendida dentro da temática do princípio constitucional e administrativo da

razoabilidade. Em vários casos, o princípio da razoabilidade tem sido empregado como critério de interpretação de outros princípios constitucionais.

Portanto, devemos enxergar a constitucionalidade de ações afirmativas, da qual o ProUni foi nosso objeto de estudo, à luz, também, do princípio constitucional da razoabilidade, pois esse princípio serve como um forte critério de interpretação da igualdade.

Desta forma, situações que em um primeiro momento poderiam ser vislumbradas como contrárias ao princípio da igualdade, da forma como o ProUni pode ser visto em um primeiro momento por ser destinado apenas a uma parcela da população, incorrendo em uma discriminação entre cidadãos, devem ser vistas como formas legítimas de observância a outro princípio constitucional, o princípio da razoabilidade, tratando os diferentes na medida de suas diferenças, como tem feito o Supremo Tribunal Federal, quando considera legítimas certas restrições impostas em concursos públicos, como por exemplo limite de idade ou graduação específica para participar do certame.

REFERÊNCIAS

ARANTES, PLJ. **Igualdade Substancial na Teoria**. Ed. Renovar, 2006.

ASTELARRA, J. **Vinte anos de Políticas de Igualdade**. Ed. Catedra, 2005.

ATCHABAHIAN, S. **Princípio da Igualdade e Ações Afirmativas**. Ed. RCS.

BERGMANN, BR. *In: Defense of Affirmative Action*. Ed. Harper Usa.

BONAVIDES, P. **A Constituição Aberta: Temas Políticos e Constitucionais da Atualidade, com Ênfase no Federalismo das Regiões**. Ed. Malheiros, 1996.

Constituição da República Federativa do BRASIL. Brasília, 1988.

CRUZ, ÁRS. **Juridição Constitucional Democrática**. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade**. Ed. RT.

FRISCHEINSEN, LCF. **A Construção da Igualdade e o Sistema de Justiça**. Ed. Lumen Juris, 2007.

MELLO, CAB. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELO, JTA. **Direito Constitucional do Brasil**. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

PAULO, V. **Controle de Constitucionalidade**. Ed. Método.

SALGADO, RHC. **Hermenêutica Filosófica e Aplicação do Direito**. Ed. Belo Horizonte: Del Rey.

SAMPAIO, JAL. **Direitos Fundamentais**. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SILVA, DP. **Vocabulário Jurídico**. Ed. Forense.

NOTAS

1 Discentes do curso de Direito, bolsistas da Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Adail Mota professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 O Civil Rights Act, traduzindo Movimento dos Direitos Cívicos, é historicamente um período de tempo compreendido entre 1954 e 1980, ocorrido de maneiras diversas e marcado por rebeliões populares e convulsões na sociedade civil em países de todos os constituintes. Nos Estados Unidos, considerado o Movimento dos Direitos Cívicos para os Negros Norte-Americanos, no qual consistia em conseguir reformas nos Estados Unidos visando a abolir a discriminação e a segregação racial no país.

4 Na década de 40 surgiu o conceito de apartheid, que resumindo significa um "racismo legalizado". Ou seja, foi uma discriminação entre brancos e negros institucionalizada e oficializada por leis. Pela cor eram determinados os direitos, nos quais os negros eram os mais prejudicados, os brancos tinham amplos direitos, enquanto os mestiços e indianos ficavam entre esses dois. Nos anos 80 houve grandes conquistas por parte dos movimentos anti-apartheid. Uma das mais importantes foi a abolição a proibição de partidos políticos multirraciais, que resultou na legalização do Congresso Nacional Africano (CNA), liderado por Nelson Mandela. Ao final das várias conquistas nesse período foi decretado o fim do apartheid.

AValiação DA EFicácia DA ASSociação DA PAROMOMICINA TÓPICA COM A MILTEFOSINA ORAL NO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE CUTÂNEA EXPERIMENTAL

Aline Márcia Machado Pereira¹
Marta Marques Gontijo de Aguiar²
Lucas Antônio Miranda Ferreira³

Resumo: A leishmaniose é considerada uma das dez endemias mundiais prioritárias da Organização Mundial de Saúde e constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, sendo a Leishmaniose Tegumentar diagnosticada em todos os estados brasileiros. Os compostos antimoniais pentavalentes, desenvolvidos há mais de 60 anos, foram e continuam sendo utilizados como os fármacos de primeira escolha no tratamento da Leishmaniose Cutânea (LC), porém esse tratamento é longo, requerendo doses repetidas e apresentando alta toxicidade, principalmente sobre o aparelho cardiovascular. A associação entre o tratamento tópico e um sistêmico poderia ser uma alternativa interessante no tratamento da LC em regiões nas quais as diferentes espécies de leishmânias causam infecções disseminadas. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é avaliar a eficácia da paromomicina (PA) tópica (gel) em associação com a miltefosina oral para tratamento da leishmaniose cutânea em animais experimentalmente infectados com *L. (L.) amazonensis*. Os resultados obtidos mostram que a miltefosina oral apresenta eficácia no tratamento de animais experimentalmente infectados com *L. (L.) amazonensis* e que a associação deste fármaco com a PA apresentou um aumento da atividade. Assim, a associação da miltefosina oral com o gel PA tópico pode ser uma alternativa interessante para o tratamento da LC, já que promoveu uma eficácia maior que a apresentada pelos tratamentos isolados destes fármacos.

Palavras-chave: Leishmaniose Cutânea. Miltefosina. Paromomicina.

Abstract: Leishmaniasis is considered one of the ten priority global endemic diseases of the World Health Organization and it is a serious public health problem in Brazil, since leishmaniasis is present in all Brazilian states. The pentavalent antimony compounds, which were developed more than 60 years ago, have been and continue to be used as the first choice drugs for the treatment of cutaneous leishmaniasis (CL), but such treatment is long, requiring the administration of repeated doses, and it has a high toxicity, mainly to the cardiovascular system. Thus, the association between topical and systemic therapies might be an interesting alternative to the treatment of CL in regions where different leishmania species cause disseminated infections. Therefore, the aim of this study was to evaluate the efficacy of topical paromomycin (PA) in association with oral miltefosine in the treatment of CL animals experimentally infected with

L. (L.) amazonensis. The results show that oral miltefosine presents efficacy in the treatment of animals experimentally infected with L. (L.) amazonensis and that the association of such drug with PA induced an increase on its activity. Thus, the association of oral miltefosine with topic PA can be an interesting alternative for the treatment of CL, since it promoted a greater effectiveness than the isolated treatment regimens with the same drugs.

Keywords: Cutaneous leishmaniasis. Miltefosine. Paromomycin.

INTRODUÇÃO

A leishmaniose é uma infecção causada por várias espécies do protozoário *Leishmania* e é dividida em duas formas principais: a leishmaniose tegumentar (LT) e a leishmaniose visceral ou calazar (LV) (BAILEY *et al.*, 2007). É considerada uma das dez endemias mundiais prioritárias da Organização Mundial de Saúde e constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, sendo a LT diagnosticada em praticamente todos os estados brasileiros. Nos últimos 20 anos, o número de casos notificados dessa forma clínica vem aumentando progressivamente, com média anual de 28.000 casos nos últimos 10 anos (DESJEUX, 2004; MANUAL DE VIGILÂNCIA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007). A LT nas Américas é causada principalmente pelas espécies *Leishmania (Viannia) braziliensis*, *Leishmania (Leishmania) amazonensis* e *Leishmania (Viannia) guyanensis* que produzem a forma clínica mais frequente – a leishmaniose cutânea (LC), a qual é caracterizada pela formação de úlceras únicas ou múltiplas confinadas na derme, com a epiderme ulcerada (NEVES, 1998).

Os compostos antimoniais pentavalentes, desenvolvidos há mais de 50 anos, foram

e continuam sendo utilizados como os fármacos de primeira escolha no tratamento da LC (CROFT & COOMBS, 2003; AMATO *et al.*, 2008). A terapia padrão para LC é a administração parenteral de antimoniais pentavalentes na dose de 20 mg de Sb/Kg/dia durante 20 a 30 dias (CROFT & COOMBS, 2003; BERMAN, 2005). O tratamento com os antimoniais é longo, requerendo doses repetidas e apresentando alta toxicidade, principalmente sobre o aparelho cardiovascular. As dificuldades relacionadas à aplicação de injetáveis em seguimentos populacionais de baixo nível sócio-econômico e o acesso restrito aos serviços de saúde constituem as principais causas de não adesão ao tratamento (TRACY & WEBSTER, 2003).

Com base no alto custo e toxicidade associados ao antimônio administrado por via parenteral, o programa de pesquisa de doenças tropicais (TDR) da Organização Mundial de Saúde (OMS) tem recomendado o desenvolvimento de tratamentos alternativos aos antimoniais (ASILIAN *et al.*, 1995; GREVELINK & LERNER, 1996; ARMIJOS, 2004). Assim sendo, vários estudos foram realizados, na tentativa de encontrar um tratamento tóxico, seguro e eficaz para a LC (WEINRAUCH *et al.*, 1993). Até o momento, a paromomicina

é um dos fármacos mais investigados para o tratamento tópico da LC. A paromomicina (PA), um antibiótico aminoglicosídeo, sendo inicialmente avaliada por EL-ON & GREENBLATT (1983). No caso das leishmanioses do Novo Mundo, estudos mostraram a eficácia de uma nova formulação (gel) tópica contendo PA em camundongos BALB/c infectados com *L. (L.) amazonensis* e em infectados com *L. (V.) braziliensis* (GONÇALVES *et al.*, 2005; MUSSI *et al.*, 2007)

No entanto, as potencialidades do regime de tratamento tópico isolado, no caso das leishmanioses do Novo Mundo, são discutíveis devido à disseminação dos parasitas. A associação entre o tratamento tópico e um sistêmico poderia ser uma alternativa interessante no tratamento da LC em regiões nas quais as diferentes espécies de leishmânias causam infecções disseminadas.

No que se refere ao tratamento oral, tem aumentado nos últimos anos o interesse por um novo agente leishmanicida, a miltefosina, um análogo sintético de lípidos da membrana celular. O uso da miltefosina oral no tratamento da leishmaniose cutânea no Novo Mundo foi descrito em diversos estudos (SOTO *et al.*, 2001; SOTO *et al.*, 2004; SOTO & BERMAN, 2006; SOTO *et al.*, 2008). No primeiro estudo (fase I/II), duas doses foram avaliadas e 94% dos pacientes que receberam uma dose de 2,5 mg/kg/dia foram curados (SOTO *et al.*, 2001).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é avaliar a eficácia da paromomicina (PA) tópica (gel) em associação com a miltefosina oral para tratamento da leishmaniose cutânea em animais experimentalmente infectados com *L. (L.) amazonensis*.

DESENVOLVIMENTO

Materiais

Parasitas: *L. (L.) amazonensis* pH 8,0

Animais: Camundongos fêmeas da linhagem BALB/c de cinco semanas provenientes do Centro de Bioterismo do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Meios de Cultura: meio Schneider (Sigma Chemical Co., St Louis, MO, USA), Soro fetal bovino (Gibco, Alemanha), solução contendo 100 UI penicilina potássica e 10 µg/mL de sulfato de estreptomicina (Merck, Alemanha)

Fármacos: Sulfato de Paromomicina 757 µg/mg (Antibióticos, Itália), Miltefosina (Zentaris, Alemanha).

Reagentes: hidroxietilcelulose, propilenoglicol, metilparabeno, bissulfito de sódio.

Métodos

Infecção dos animais

Camundongos fêmeas BALB/c (idade: 5 semanas) foram tricotomizados e inoculados com um volume de 0,02 mL, via subcutânea, na base da cauda (seringa BD ultra-fine 0,3 mL, agulha curta 30G), com 1×10^6 amastigotas de *L. (L.) amazonensis*. O desenvolvimento das lesões foi monitorado por meio de medidas do diâmetro médio, através do paquímetro digital.

Preparo das formulações

Para o preparo das soluções, a Miltefosina foi pesada em balão volumétrico dissolvida em água destilada e o volume foi então completado com o mesmo solvente de maneira a obter soluções nas concentrações de 0,5; 1,0 e 2,5 mg/mL.

Para o preparo do gel, o metilparabeno foi solubilizado em propilenoglicol e em seguida esta

solução foi adicionada à água destilada. A mistura foi aquecida a 70°C e, em seguida, o bissulfito de sódio e a hidroxietilcelulose foram adicionados. A mistura foi mantida sob agitação constante até formação do gel e completa dispersão do polímero. A PA, previamente solubilizada em parte da água, foi adicionada após o resfriamento do gel, aos poucos e sob agitação constante, até obtenção de uma preparação límpida.

Tabela 1: composição do gel hidrofílico de PA

Componentes	% p/p
Hidroxietilcelulose	1,5
Metilparabeno	0,2
Propilenoglicol	10,0
Bissulfito de sódio	0,1
Sulfato de PA	10,0
Água destilada	qsp 100 g

ESTUDO DA RELAÇÃO DOSE-RESPOSTA DA MILTEFOSINA ADMINISTRADA *PER OS*

Após o desenvolvimento de lesões (diâmetro médio em torno de 9 mm) os camundongos foram divididos em quatro grupos de cinco animais cada: Grupo 1 (controle; água destilada), Grupo 2 (Milttefosina oral 5 mg/Kg/dia), Grupo 3 (Milttefosina oral 10mg/Kg/dia) e Grupo 4 (Milttefosina oral 25 mg/Kg/dia). Todos os animais receberam 200 µL de solução de Milttefosina (0,5; 1,0 e 2,5 mg/mL para as doses de 5 mg/Kg/dia, 10 mg/Kg/dia e 25 mg/Kg/dia, respectivamente) via *per os* através de gavagem, durante 10 dias. Os animais foram mantidos em restrição alimentar 3 horas antes e 1 hora depois da administração. As doses foram administradas em 05 dias consecutivos durante a semana, sendo que

os animais não foram tratados no final de semana. Para avaliação da eficácia das diferentes doses de Milttefosina, os animais foram sacrificados e a carga parasitária (ou parasitismo) no sítio de infecção (lesão) foi investigada.

ESTUDO DA MILTEFOSINA ADMINISTRADA *PER OS* E DA PAROMOMICINA TÓPICA

Após o desenvolvimento das lesões (diâmetro médio em torno de 9 mm) os camundongos foram divididos em quatro grupos de cinco animais cada: Grupo 1 (controle; água destilada), Grupo 2 (Milttefosina oral 5 mg/kg/dia + gel PA 10%), Grupo 3 (Milttefosina oral 10 mg/kg/dia + gel PA 10%), Grupo 4 (Milttefosina oral 25 mg/kg/dia + gel PA 10%). Todos os animais re-

ceberam 200 µL de solução de Miltefosina (0,5; 1,0 e 2,5 mg/mL para as doses de 5 mg/kg/dia, 10 mg/kg/dia e 25 mg/kg/dia, respectivamente) via *per os* através de gavagem, em dias alternados e 50 µL de gel PA 10% via tópica através de pipeta Eppendorff duas vezes ao dia. Os animais foram tratados durante 20 dias e mantidos em restrição alimentar 3 horas antes e 1 hora após a administração da Miltefosina oral. Para avaliação da eficácia da associação da PA tópica (gel) com a Miltefosina oral foram realizadas: a determinação da carga parasitária local (lesão) e o acompanhamento do diâmetro médio das lesões.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DOS TRATAMENTOS

Para avaliação da eficácia dos tratamentos um dos parâmetros a ser avaliado foi a carga parasitária (ou parasitismo) no sítio de infecção (lesão). Os animais foram sacrificados 03 dias após o término do tratamento (em câmara de CO₂) e, em seguida, a lesão foi removida. A carga parasitária da lesão foi investigada pelo método da diluição limitante. A lesão foi removida e os fragmentos de tecido foram pesados, triturados (Ultra-turrax, IKA,) em meio de Schneider contendo 20% de soro fetal bovino e 10µL/ mL de solução, contendo 100UI penicilina potássica e 10µg/ mL de sulfato de estreptomicina. Em seguida, o tecido foi centrifugado a 50g por dois minutos para sedimentação (Hitachi, Himac). O sobrenadante foi separado e novamente centrifugado a 1700g por 15 minutos (Expresse, Jouan). O pellet formado foi ressuspendido em 1mL de meio de Schneider contendo 20% de soro fetal bovino e 10µL/ mL de solução contendo 100U penicilina potássica

e 10µg/ mL de sulfato de estreptomicina. Em duplicata, foram realizadas diluições sucessivas em placa de cultivo de 96 orifícios estéreis (TPP,Suíça), que foram incubadas (BOD-Fanem, Brasil) a 23°C por 7 dias. A carga parasitária foi determinada a partir da mais alta diluição na qual foi observado crescimento (TITUS *et al.*, 1995; AFONSO & SCOTT, 1995).

O acompanhamento do diâmetro médio das lesões foi realizado por meio de medidas semanais com paquímetro (Mitutoyo, Brasil). O diâmetro médio foi calculado através da média entre a maior linha que pode ser traçada unindo duas bordas da lesão e a linha que corta esta com um ângulo de 90° (GOLENSER *et al.*, 1999).

O segundo estudo foi conduzido para avaliação do diâmetro médio das lesões.

Análise estatística

A avaliação da eficácia, através da comparação da carga parasitária local (lesão cutânea) e da medida do diâmetro médio das lesões foi realizado por análise de variância (ANOVA) com delineamento inteiramente casualizado. Em caso de diferença estatística, os resultados foram avaliados pelo teste de Tukey. As diferenças observadas serão consideradas significativas quando o valor de p for menor que 0,05.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção das doses de Miltefosina foi realizada a partir de dados obtidos previamente descritos com camundongos BABL/c infectados com outras espécies. Estudo comparativo

entre o tratamento convencional - Pentostam (administração subcutânea, 120mg Sb⁺/Kg/dia, 4 semanas) e a Miltefosina oral (10 e 20 mg/kg/dia, 4 semanas) em camundongos BALB/c infectados com *L donovani*, mostrou que a Miltefosina nas doses de 10 e 20 mg/kg apresentou uma eficácia similar e maior do que aquela do tratamento convencional, respectivamente (KULENCORD *et al.*, 1997).

Escobar *et al.*, (2001) determinaram a ED 50 e a ED 90 da Miltefosina em camundongos BALB/c infectados com *L donovani*, após 05 dias de tratamento, sendo respectivamente: 3,98 e 27,13 mg/kg/dia. Entretanto, é necessário levar em consideração que cada espécie de leishmânia apresenta características bioquímicas e moleculares específicas e, portanto, as sensibilidades aos fármacos são também diferentes. Os resultados obtidos para a avaliação da carga parasitária local (lesão), para seleção da dose oral de Miltefosina, são mostrados na Figura 1. A quantidade média de parasitas na lesão no grupo controle ($1,4 \times 10^6$) foi maior do que aquela observada nos grupos tratados com 5mg/kg/dia ($6,4 \times 10^5$), 10mg/kg/dia ($2,5 \times 10^5$) e 25 mg/kg/dia ($3,3 \times 10^2$). A análise estatística destes resultados mostra que não houve redução significativa ($p > 0,05$) dos grupos tratados com as doses de 5 e 10mg/kg/dia em relação ao grupo controle. Quando avaliada a carga parasitária local dos animais que receberam a dose de 25mg/kg/dia em comparação ao grupo controle, no entanto, a diferença foi estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Quando comparada à média de parasitas entre as doses de Miltefosina avaliadas foi constatado que houve redução significativa de parasitas ($p > 0,05$) para maior dose em relação às outras duas.

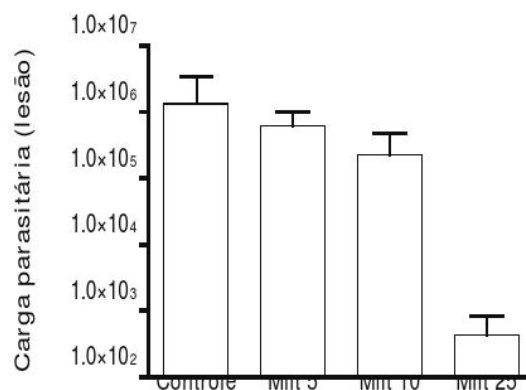


Figura 1: Avaliação da carga parasitária local (lesão) em camundongos BALB/c infectados com *L. (L.) amazonensis* tratados com diferentes doses de Miltefosina *per os* durante 10 dias ($n = 5,0$). * $p < 0,05$ quando comparado com o grupo controle e com os outros grupos.

Alternativas terapêuticas para o tratamento tópico ou oral das leishmanioses têm sido investigadas para oferecer vantagens em relação ao tratamento convencional. A associação de fármacos também é uma alternativa interessante, pois pode promover: aumento da atividade, prevenção do aparecimento de resistência e administração de doses menores, com conseqüente diminuição da toxicidade e dos custos (SEIFERT & CROFT, 2006). Esse último fator é relevante no tratamento da leishmaniose cutânea, já que um dos fármacos pode ser administrado diretamente sobre a lesão, minimizando as reações adversas sistêmicas. A PA (gel) é um dos fármacos que vem sendo amplamente pesquisado no tratamento da leishmaniose cutânea e sua eficácia foi maior do que o antimônio em camundongos infectados com *L. (L.) amazonensis* (GONÇALVES *et al.*, 2005, MUSSI *et al.*, 2007). Além disso, a asso-

ciação miltefosina *per os* e paromomicina tópica já se mostrou eficiente contra outra espécie causadora da Leishmaniose cutânea – *Leishmania (leishmania) major* (AGUIAR *et al.*, 2009).

Foi conduzido um segundo estudo com o objetivo de avaliar uma possível ação sinérgica entre os dois fármacos (Miltefosina e PA). As doses de Miltefosina testadas na curva dose-resposta (5; 10 e 25 mg/kg/dia) foram associadas ao gel de PA 10%. Os resultados obtidos para

associação da Miltefosina com a PA mostraram que a média da carga parasitária local (lesão) das doses de Miltefosina 10mg/kg/dia e 25mg/kg/dia levaram a uma redução significativa no número de parasitas em relação ao grupo controle ($p < 0,05$). Já a associação de dose mais baixa de Miltefosina (5mg/kg/dia) com o gel de PA não levou a redução significativa da carga parasitária na lesão ($p > 0,05$) (Figura 2).

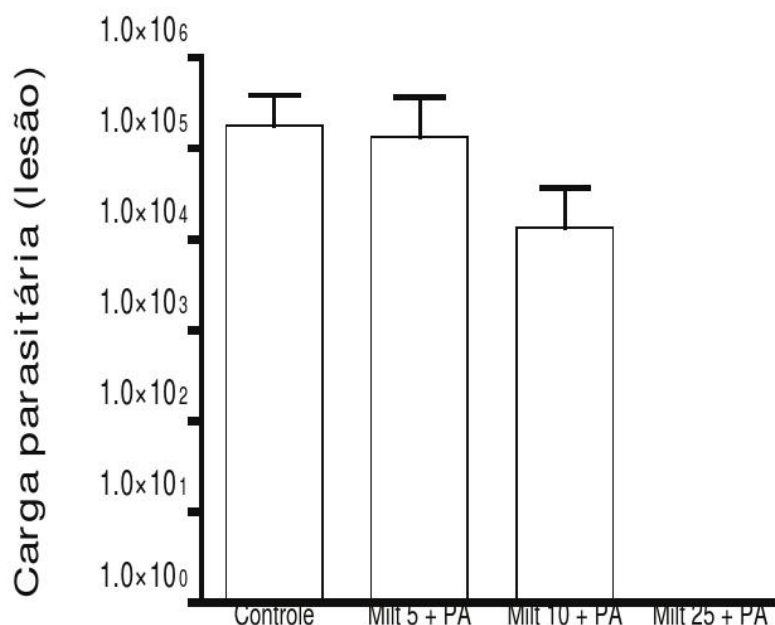


Figura 2: Avaliação da carga parasitária na lesão em camundongos BALB/c infectados com *L. (L.) amazonensis*. Os animais (n=5) foram grupo controle e grupos tratados com a associação *per os* Miltefosina (5, 10 e 25 mg/kg/dia) mais gel PA 10% tópico por 20 dias. * $p < 0,05$ quando comparado com o grupo controle.

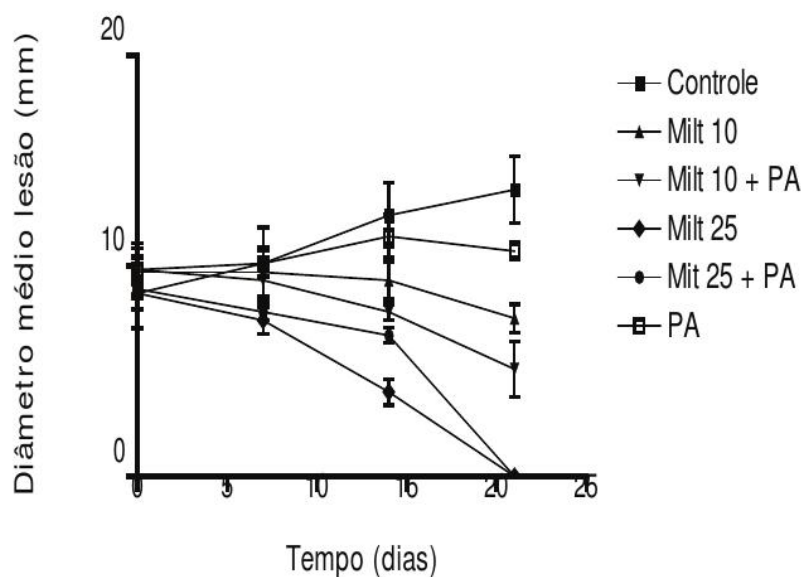


Figura 3: Avaliação do diâmetro médio das lesões em camundongos BALB/c infectados com *L. (L.) amazonensis*. Os animais foram divididos em 6 grupos: gel PA 10% (PA), solução Miltefosina (10 mg/kg/dia) (Milt 10), solução Miltefosina (25 mg/kg/dia) (Milt 25), associação gel PA 10% com solução Miltefosina (10 mg/kg/dia) (Milt 10 + PA), associação gel PA 10% solução Miltefosina (25 mg/kg/dia) (Milt 25 + PA) e grupo controle (água destilada) e foram tratados por 20 dias.

* $p < 0,05$ quando comparado com o grupo controle.

A Figura 3 mostra a evolução do diâmetro médio das lesões em função do tempo (dias) após o início do tratamento. Não houve diferença estatística significativa entre o diâmetro médio das lesões dos diferentes grupos no início do tratamento ($p > 0,05$). O diâmetro médio das lesões foi o dos grupos tratados com a Miltefosina 10 mg/kg/dia, Miltefosina 10 mg/kg/dia + gel PA 10%, Miltefosina 25 mg/kg/dia, Miltefosina 25 mg/kg/dia + gel PA 10% que foram reduzindo gradualmente durante o período avaliado. A partir do 14º dia, após o início do tratamento, as

lesões apresentadas por estes grupos foram significativamente menores que as apresentadas pelo grupo controle ($p < 0,05$). No 21º dia, todos os animais dos grupos tratados com Miltefosina 25mg/kg/dia e com a associação Miltefosina 25 mg/kg/dia + gel PA 10% apresentaram cicatrização completa das lesões. No grupo tratado com gel de PA 10%, os animais apresentaram uma redução no diâmetro médio das lesões, no entanto, essa redução não foi significativa ($p > 0,05$) em relação ao grupo controle por todo tempo avaliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leishmaniose tegumentar, em sua forma clínica mais frequente: a leishmaniose cutânea (LC), constitui um grave problema de saúde pública, especialmente no Brasil, onde sua incidência vem aumentando nos últimos anos. O tratamento padrão para essa doença possui muitas reações adversas e seu esquema de administração parenteral de múltiplas doses não favorece sua adesão. A pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos para o tratamento da LC, em especial a associação de fármacos, torna-se essencial, pois pode proporcionar diminuição das doses e prevenção do aparecimento de resistência.

O conjunto dos resultados apresentados mostra que a miltefosina *per os* apresenta eficácia no tratamento de animais experimentalmente infectados com *L. (L.) amazonensis* na dose de 25mg/kg/dia (tratados por 10 dias). A associação deste fármaco com a PA apresentou um aumento da atividade, as doses de Miltefosina de 10 e 25mg/kg/dia apresentaram eficácia quando avaliada a carga parasitária local (na lesão). O acompanhamento do diâmetro médio da lesão mostrou também os resultados positivos para o tratamento com a Miltefosina e com a associação Miltefosina + Paromomicina.

Os resultados obtidos mostram que a associação da Miltefosina oral com o gel PA tópico pode ser uma alternativa interessante para o tratamento da LC, já que promoveu uma eficácia maior que a apresentada pelos tratamentos isolados destes fármacos.

Este estudo buscou um tratamento alternativo para uma espécie de Leishmânia que é a segunda maior causadora de Leishmania Tegumentar no Brasil. Este foi o primeiro passo para o desenvolvimento de um tratamento alternativo utilizando uma associação de fármacos que pode apresentar, várias vantagens como: a diminuição de resistência dos parasitas (os fármacos associados agem por mecanismos de ação diferentes) e fácil administração (oral e tópico) o que melhora a adesão dos pacientes ao tratamento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, LCC; SCOTT P. Immune responses associated with susceptibility of C57BL/10 mice to *Leishmania amazonensis*. **Infection and Immunity**, v. 61, p. 2952-2959, 1995.

AGUIAR, MG; SILVA, DL; NUNA, FA; NUNAN EA; FERNANDES, AP; FERREIRA, LAM. Combined topical paromomycin and oral miltefosine treatment of mice experimentally infected with *Leishmania (Leishmania) major* leads to readuction in both lesion size and systemic parasite burdens. **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**, v. 64, p. 1234-40, 2009.

AMATO, VS; TUON, FF; BACHA, HA; NICODERMO AC. Mucosal leishmaniasis: current scenario and prospects for treatment. **Acta Tropica**, v. 105, p. 1-9, 2008.

ARANA, BA; MENDOZA, CE; RIZZO, NR; KROEGER, A. Randomized, controlled, double-blind trial of topical treatment of cutaneous Leishmaniasis with paromomycin plus methylbenzethonium chloride ointment in Guatemala. **The American Journal Tropical Medicine Hygiene**, v. 65, p. 466-470, 2001.

ARMIJOS, RX; WEIGEL, MM; CALVOPI-NA, M; MANCHENO, M; RODRIGUEZ, R. Comparison of the effectiveness of two topical paromomycin treatment versus meglumine antimoniate for new world cutaneous leishmaniasis. **Acta Tropica**, v. 91, p. 153-160, 2004.

ASILIAN, A; JALAYER, T; WHITWORTH, JAG; GHASEMI, RL; OLLIARO, P. A randomized placebo-controlled trial of a two-week regimen of aminosidine (paromomycin) ointment

- for treatment of cutaneous Leishmaniasis in Iran. **American Journal of Tropical Medicine Hygiene**, v. 53, p. 648-651, 1995.
- BAILEY MS; LOOCKWOOD, DN; Cutaneous leishmaniasis. **Clinics in Dermatology**, v. 25, p. 203-211, 2007.
- BERMAN, J. Clinical status of agents being developed for leishmaniasis. **Expert Opinion on Investigational Drugs**, v. 14, p. 1337-1346, 2005.
- CROFT, SL; COOMBS, GH. Leishmaniasis – current chemotherapy and recent advances in the search for novel drugs. **Trends in Parasitology**, v. 19, p. 502-508, 2003.
- CROFT, SL; ENGEL, J. Miltefosine – discovery of the antileishmanial activity of phospholipid derivatives. **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, 100, Suppl 1, S 1-4, 2006.
- DESJEUX, P. Leishmaniasis: current situation and new perspectives. **Comparative Immunology Microbiology & Infectious Diseases**, v. 27, p. 305-318, 2004.
- EL-ON, J; GREENBLATT, CL. An *in vitro* model for testing the effect of anti-leishmanial drugs of possible use in topical treatment. **Current Therapeutic Research**, v. 33, p. 660-669, 1983.
- ESCOBAR, P; YARDLEY, V; CROFT, SL. Activities of hexadecylphosphocholine (Miltefosine), AmBisome, and Sodium Stibogluconate (Pentostam) against *Leishmania donovani* in immunodeficient *scid* mice. **Antimicrobial Agents and Chemotherapy**, v. 45, p. 1872-1875, 2001.
- ESCOBAR, P; MATU, S; MARQUES, C; CROFT, SL. Sensitivities of *Leishmania* species to hexadecylphosphocholine (miltefosine), ET-18-OCH₃ (edelfosine) and amphotericin B. **Acta Tropica**, v. 81, p. 151-157, 2002.
- GONÇALVES, GS; FERNANDES, AP; SOUZA, RCC; CARDOSO, JE; OLIVEIRA-SILVA, F; MACIEL, FC; RABELLO, A; FERREIRA, LAM. Activity of a paromomycin hydrophilic formulation for tropical treatment of infections by *Leishmania (Leishmania) amazonensis* and *Leishmania (Vianna) braziliensis*, **Acta Tropica**, v. 93, p. 161-167, 2005.
- GOLENSER, J; FRANKENBURG, S; EHRENFREUND, T; DOOMB, AJ. Efficacious treatment of experimental leishmaniasis with Amphotericin B-Arabinogalactan water-soluble derivatives. **Antimicrobial Agents and Chemotherapy**, v. 43, p. 2209-2214, 1999.
- GREVELINK, SA; LENER, EA. Leishmaniasis. **Journal of the American Academic Dermatology**, v. 34, p. 257-272, 1996.
- KUHLENCORD, A; MANIERA, T; EIBL, H; UNGER, C. Hexadecylphosphocholine: oral treatment of visceral leishmaniasis in mice. **Antimicrobial Agents and Chemotherapy**, v. 38, p. 1630-1634, 1992.
- MANUAL DE VIGILÂNCIA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR, MINISTÉRIO DA SAÚDE Organização: Gerência Técnica de Doenças Transmítidas por Vetores e Antropozoonoses – Coordenação de Vigilância Epidemiológica – Centro Nacional de Epidemiologia. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. Brasília, 2007.
- MUSSI, SV; FERNANDES, AP; FERREIRA, LAM. Comparative study of the efficacy of formulations containing fluconazole or paromomycin for topical treatment of infections by

Leishmania (leishmania) major and *Leishmania (leishmania) amazonensis*. **Parasitology Research**, v. 100, p. 1221-1226, 2007.

GOMES, AD; NEVES, VL. Strategy and perspectives for the control of cutaneous leishmaniasis in the state of São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 31, p. 553-8, 1998.

SANTA-RITA, R; HENRIQUES-PONS, A; BARBOSA, H; CASTRO, S. Effect of the lysophospholipid analogues edelfosine, ilmofosine and miltefosine against *Leishmania amazonensis*, **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**, v. 54, p. 704-710, 2004.

SEIFERT, K; CROFT, SL. In vitro and in vivo interactions between miltefosine and others antileishmanial drugs. **Antimicrobial Agents and Chemotherapy**, v. 50, p. 73-79, 2006.

SOTO, J; TOLEDO, J; GUTIERREZ, P; NICHOLLS, RS; PADILLA, J; ENGEL, J; FISHER, C; VOSS, A; BERMAN, J. Treatment of American cutaneous leishmaniasis with miltefosine, an oral agent. **Clinical Infectious Diseases**, v. 33 (7), E 57-61, 2001.

SOTO, J; ARANA, BA; TOLEDO J; RIZZO, N; DIAZ, A; LUZ, M; GUTIERREZ, P; ARBOLEDA, M; BERMAN, JD; JUNGE, K; ENGEL, J; SINDERMAM, H. Miltefosine for new cutaneous leishmaniasis. **Clinical Infection Diseases**, v. 38, p. 1266-72, 2004.

SOTO, J; BERMAN, J. Treatment of new world cutaneous leishmaniasis with miltefosine. **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, Suppl 1: S34-40, 2006.

SOTO, J; REA, J; BALDERRAMA, M; TOLEDO, J; SOTO, P; VALDA, L; BERMAN, JD. Efficacy of miltefosine for Bolivian cutaneous leishmaniasis. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 78, p. 210-211, 2008.

TITUS, RG; MARCHAND, M; BOON, T; LOUIS, JA. A limiting dilution assay for quantifying *Leishmania major* in tissues of infected mice. **Parasite Immunology**, v. 7, p. 545-555, 1985.

TRACY, JW, WEBSTER, JLT. Fármacos usados na quimioterapia das infecções por protozoários: amebíases, giardíases, trichomoníases, trypanosomíases, leishmaníases e outras infecções causadas por protozoários. *In*: Hanrdman JG, Gilman AG, Limbird LE, eds. **Goodeman & Gilman's. As bases farmacológicas da terapêutica**. 10. ed. McGraw-Hill, 2003. p. 823-840.

YARDLEY, V; CROFT, S; DONCKER, S; DUJARDIN, J-C, KOIRALA, S; RIJAL, S; MIRANDA, C; LLANOS-CUENTAS, A; CHAPPUIS, F. The sensitivity of clinical isolates of leishmania from Peru and Nepal to miltefosine. **The American Journal of Tropical Medicine Hygiene**, v. 73(2), p. 272-275, 2005.

WEINRAUCH, L; CAWICH, F; CRAIG, PC; SOSA, JX; EL-ON, J. Topical treatment of new world cutaneous leishmaniasis in Belize: a clinical study. **Journal of the America Academy of Dermatology**, v. 29, p. 443-446, 1993.

NOTAS

1 Discente do curso de Farmácia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professor colaborador da pesquisa, docente da Universidade Federal de Minas Gerais.

DETERMINAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE PELO MÉTODO DPPH E DOSEAMENTO DE FLAVONÓIDES TOTAIS EM EXTRATOS DE FOLHAS DA BAUHINIA VARIEGATA L.¹

Luiz Fernando Oliveira Lage²

Cláudio Rodrigues Dayrell Camargos²

Juliana Coelho Amaral²

Lucas Martins Costa²

Juliana Couto Nascimento³

Franciella Queiroz Oliveira⁴

Adriana Nascimento de Sousa⁵

Resumo: Diferentes espécies vegetais vêm sendo amplamente pesquisadas. Estudos têm relacionado o gênero *Bauhinia* como fonte de compostos fenólicos, o qual apresenta propriedades antioxidantes. O presente trabalho teve como objetivo realizar o doseamento de flavonóides totais e a determinação da atividade antioxidante pelo método DPPH em extratos de folhas de *Bauhinia variegata* L. em diferentes épocas do ano. Os resultados mostraram a presença de flavonóides tanto no teste fitoquímico quanto no doseamento, e foi possível notar pelo método de DPPH que há atividade antioxidante nos extratos folhas de diferentes amostras testadas.

Palavras-chave: Folhas de *Bauhinia variegata* L. Atividade antioxidante. Flavonóides. Doseamento.

Abstract: Different vegetal species have been widely investigated. Some studies have linked the genus *Bauhinia* as a source of phenolic compounds which have antioxidant properties. This study aimed to determine the total flavonoids dosage and the antioxidant activity, using the DPPH method, in leaf extracts obtained from *Bauhinia variegata* L. at different periods of the year. The results showed the presence of flavonoids in both phytochemical and dosage tests, and it was also possible to notice, using the DPPH method, that the leaf extracts of different samples presented an antioxidant activity.

Keywords: *Bauhinia variegata* L. leaves. Antioxidant. Flavonoids. Assay.

INTRODUÇÃO

Os radicais livres e outros oxidantes vêm sendo considerados nos últimos anos como grandes causadores de várias doenças como câncer, doenças cardiovasculares, catarata, declínio do sistema imune, disfunções cerebrais e diabetes mellitus tipo I (SOUSA *et al.*, 2007).

A produção de radicais livres ocorre naturalmente durante ações catalíticas de enzimas, no metabolismo celular ou pela exposição a fatores exógenos (BARREIROS *et al.*, 2006; BIANCHI *et al.*, 1999). No entanto, quando em excesso, podem gerar o estresse oxidativo (EO), que pode ser definido como as circunstâncias nas quais os radicais livres causam danos teciduais.

Um organismo encontra-se sob EO quando ocorre um desequilíbrio entre sistemas pró-oxidantes e antioxidantes, de maneira que os primeiros sejam predominantes. (BIANCHI *et al.*, 1999; SCHNEIDER *et al.*, 2004). O excesso desses radicais pode ser combatido por antioxidantes produzidos pelo corpo ou adquiridos de forma exógena. De acordo com Sousa *et al.*, 2007, denominam-se antioxidantes as substâncias que presentes em concentrações baixas, comparadas ao substrato oxidável, retardam significativamente ou inibem a oxidação do substrato (BARREIROS *et al.*, 2006).

Assim, pesquisas têm-se voltado para o desenvolvimento de produtos naturais com atividade antioxidante. É possível que os flavonóides presentes em extratos de folhas de *Bauhinia variegata* possam ser uma importante fonte para redução do EO.

MATERIAL E MÉTODOS

Coleta do material vegetal

As folhas da espécie *Bauhinia variegata* foram coletadas no município de Belo Horizonte, no bairro Nova Granada nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro, utilizando-se sempre a mesma fonte de coleta.

Preparo de materiais, soluções e reagentes (Prospecção Fitoquímica)

Todos os reagentes foram preparados de acordo com as técnicas convencionais em Fitoquímica (MATOS, 1988; COSTA, 2001; WAGNER & BLADT, 1996).

Preparo do material vegetal

Após triagem, as folhas da espécie foram submetidas a processo de secagem em estufa com temperatura controlada. Estas foram trituradas em moinho de facas e posteriormente acondicionadas em frascos hermeticamente fechados, ao abrigo da luz e umidade.

Prospecção Fitoquímica

Testes convencionais em análise fitoquímica foram realizados, visando à caracterização de metabólitos secundários em diferentes épocas do ano (MATOS, 1988; WAGNER & BLADT, 1996; COSTA, 2001; SIMÕES *et al.*, 2004).

Determinação quantitativa de flavonóides totais por espectroscopia na região do UV-vis

Foi empregada a técnica descrita por Costa (1982) com algumas modificações. Extratos metanólicos foram obtidos através de duas extrações sucessivas sob refluxo. Em seguida, foram eliminados os pigmentos pouco polares por centrifugação após adição de diclorometano e água, pipetando-se a parte superior hidrometanólica.

Reação de coloração

À solução hidrometanólica, obtida anteriormente, acrescentou-se ácido acético glacial, solução piridina: água (2:8) e solução a 12% de cloreto de alumínio (aq), de metanol e água.

Leitura das absorvâncias

Mediu-se a absorvância da amostra a 420nm em espectrofotômetro UV-vis. Os procedimentos foram feitos em triplicata.

Um branco foi constituído da solução hidrometanólica, ácido acético glacial, solução de piridina-água (2:8) e água como diluente. Nos casos em que se observou turbidez, a solução foi centrifugada, empregando-se o sobrenadante para fazer a leitura da absorvância.

Curva padrão para flavonóides

Foi utilizada uma solução de rutina em metanol como marcador químico para flavonóides, em diferentes concentrações, às quais foram adi-

cionados metanol, ácido acético glacial, solução piridina-água (2:8), solução a 12% de cloreto de alumínio em água e água como diluente. A absorvância da solução foi medida a 420nm, frente à água como branco. A partir das concentrações finais obtidas (5, 10, 20, 40, 50, 60 $\mu\text{g/mL}$) e das respectivas leituras de absorvância, foi construída a curva padrão e obteve-se a equação da reta pelo método dos mínimos quadrados.

Determinação da Atividade Antioxidante Total pela Captura do Radical Livre DPPH

A técnica foi adaptada de Rufino *et al.* (2007) e Sousa *et al.* (2007). O método baseia-se na transferência de elétrons onde, por ação de um antioxidante (AH) ou uma espécie radicalar, o DPPH que possui cor púrpura é reduzido formando difenil-picril-hidrazina, de coloração amarela, com conseqüente desaparecimento da absorção, podendo a mesma ser monitorada pelo decréscimo da absorvância. A partir dos resultados obtidos determinou-se a porcentagem de atividade antioxidante ou sequestradora de radicais livres.

A partir de extrato etanólico preparado como no doseamento para flavonóides, foram preparadas as soluções das amostras nas seguintes concentrações: 280, 140, 70, 35, 14,7 e 1,4 $\mu\text{g/mL}$, que correspondem à concentração final no ensaio de 200, 100, 50, 25, 10, 5 e 1 $\mu\text{g/mL}$.

Um controle negativo foi feito pela adição de etanol e DPPH e o controle positivo foi feito pela adição de solução de um padrão (rutina) e DPPH.

Adicionou-se a cada concentração de extrato etanólico uma solução de DPPH 300 μM ,

exceto nos brancos, onde foi adicionado o solvente. Após a adição do DPPH, esperou-se 40 minutos e procedeu-se à leitura no espectrofotômetro a 515nm. A capacidade de eliminar o radical DPPH (% de atividade antioxidante) foi calculada, utilizando-se a seguinte equação:

Atividade Antioxidante (%) =

$$\frac{A_{\text{controle (-)}} - A_{\text{amostra}}}{A_{\text{controle (-)}}} \times 100$$

Em que:

$A_{\text{controle (-)}}$ = absorvância da solução de DPPH sem a amostra;

A_{amostra} = absorvância da amostra com o DPPH.

Curva padrão para o DPPH

Preparou-se uma solução etanólica de DPPH a 300 μ Mol (120 μ g/mL). Em seguida, foram preparadas diluições dessa solução para obtenção de diferentes concentrações 100, 80, 60, 40, 20, 10, 5 e 1 μ g/mL. Foram feitas as leituras das absorvâncias das soluções, em triplicata, utilizando-se etanol como branco. Foi construída a curva padrão de DPPH plotando-se o valor médio das absorvâncias obtidas x concentração da solução.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ensaio fitoquímico

A qualidade das plantas medicinais depende de vários fatores, incluindo variações de espécies,

clima, coleta, armazenamento e processamento. Consequentemente, a padronização e o controle de qualidade dessas plantas medicinais são importantes para garantir sua eficácia e o uso seguro das mesmas (SOUZA *et al.*, 2009).

Foi observada a presença de Flavonóides, sendo esta substância a de principal interesse para a possível atividade antioxidante da *Bauhinia variegata* L. Estudos semelhantes comprovam a presença deste metabólito secundário. Pizzolatti *et al.* (2003) encontraram flavonóides em *Bauhinia forficata*, enquanto Salatino *et al.* (1999) encontraram flavonóides em *B. variegata*.

Para o método de detecção de flavonóides houve uma maior fluorescência nos meses de abril, agosto e outubro, o que pode significar uma maior concentração desses compostos nesses meses. Vale ressaltar que as amostras de Agosto (0,869%) e Outubro (0,6611%) foram as que apresentaram maior percentual de flavonóides no doseamento. Somente foram verificados resultados positivos para os flavonóides e saponinas.

Determinação do teor de flavonóides

No gráfico (Figura 1), é possível observar a curva padrão utilizada no doseamento de Flavonóides totais. Para esta curva, foi realizado tratamento estatístico para verificação da linearidade e resíduos. Os dados foram tratados por Regressão Linear Simples, através do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQO), com verificação prévia de *outliers* e das premissas de normalidade, independência, homocedasticidade dos resíduos e ajuste ao modelo. Para isso, realizou-se: inspeção visual dos dados e dos gráficos; tratamento de *outliers* pelo método de re-

síduos padronizados de “Jacknife”; normalidade pelo Teste de Ryan-Joiner (R_{eq}); independência pelo Teste de Durbin-Watson (d); homocedasticidade pelo Teste de Brown-Forsythe e ajuste ao Modelo pelo ANOVA.

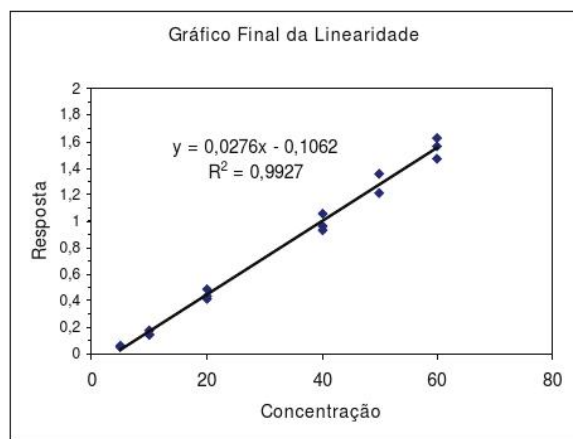


Figura 1 - Curva padrão para flavonóides.

Foi realizado doseamento de flavonóides totais para amostras coletadas em fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro ao longo do ano de 2009. Cada amostra foi identificada como BV Fev, BV Abr, BV Jun, BV Ago, BV Out e BV Dez, respectivamente.

Pela curva padrão, foi possível notar que as absorvâncias das soluções de referência encontravam-se dentro do esperado, em proporcionalidade com as concentrações.

No gráfico a seguir (Figura 2), é possível observar o teor de flavonóides totais nas diferentes épocas do ano. Foi observada uma variação no teor de acordo com a época de coleta, isso pode ser devido a variantes causadas pela sazonalidade, umidade, luminosidade, temperatura, entre outros. (SOBRINHO *et al.*, 2009). Os meses em que foram registra-

dos os teores de flavonóides mais baixos podem indicar que a planta produz menos dessa substância coincidindo com as épocas onde a temperatura e a umidade se encontram extremas. Assim, em Junho, temos o mês que possui menores temperaturas e umidade, e dezembro, o mês com as maiores temperaturas e umidade. Desse modo, podemos explicar os teores apresentados com as amostras de Junho e Dezembro, que apresentaram os menores teores de flavonóides.

A amostra que apresentou maior teor de flavonóide foi a de agosto e a de menor foi a de dezembro (Variância 0,033415), $p < 0,05$. Foi também possível notar teor significativo para as amostras de Fevereiro, abril e outubro, quando comparadas com a de dezembro.

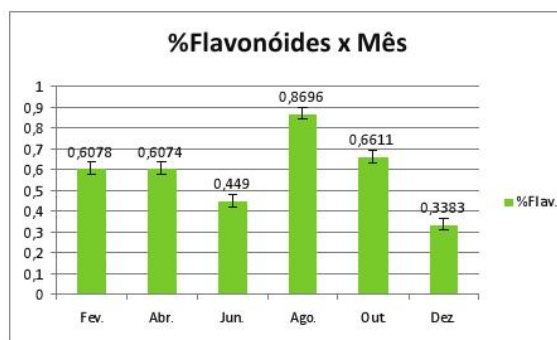


Figura 2 - Teor de flavonóides *Baubinha variegata* L. em diferentes épocas do ano.

Determinação da Atividade Antioxidante Total pela Captura do Radical Livre DPPH

O gráfico (Figura 3) refere-se à curva de calibração empregada para o experimento de DPPH. Esta curva também foi avaliada quanto à linearidade.

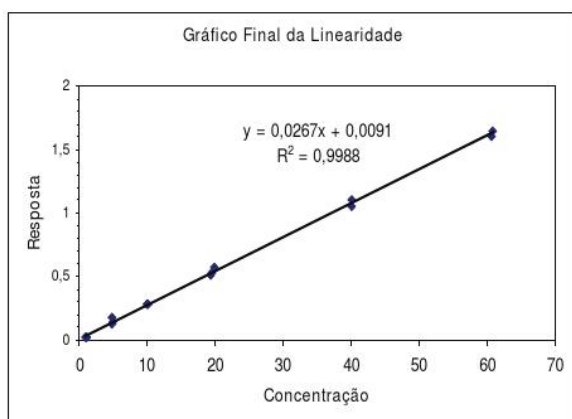


Figura 3 – Curva padrão empregada no experimento de DPPH.

Com a finalidade de avaliar a capacidade dos constituintes do extrato etanólico de *Bauhinia Variegata* em capturar radicais livres (DPPH), foi feita análise de soluções deste ex-

trato com DPPH. Os resultados foram expressos em porcentagem de inibição de oxidação, ou seja, a porcentagem de atividade antioxidante é correspondente à quantidade de DPPH consumida pelo antioxidante (Figura 5). É importante destacar que para o cálculo dessa atividade antioxidante é necessária a utilização das leituras das absorvâncias dos controles negativos encontrados para cada mês analisado (Figura 4).

Quanto maior o consumo de DPPH pela amostra, maior é sua atividade antioxidante (AA) (ALVES *et al.*, 2007). Sendo assim, quanto maior a concentração da amostra e menor a absorvância, maior o consumo de DPPH. Constatou-se que a amostra do mês de Abril obteve 98,32% de atividade antioxidante na concentração de 200 µg/mL, sendo este o mês em que se obteve a maior AA. Foi observado que até a concentração de 100 µg/mL (em todos os casos, exceto Abril),

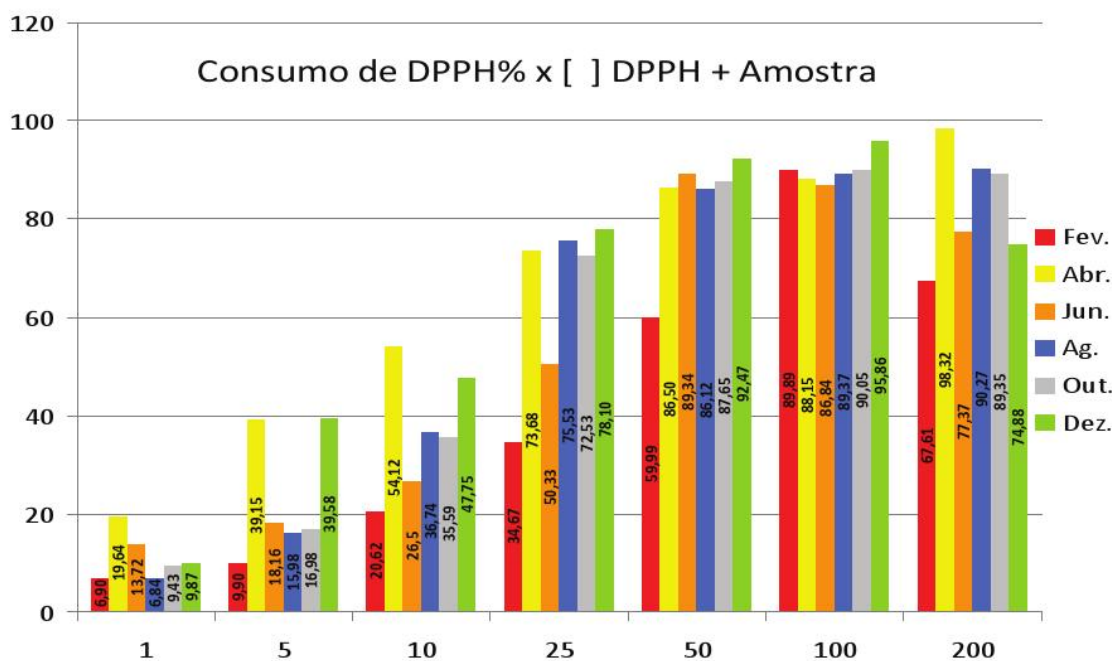


Figura 4 – Percentual de Atividade Antioxidante de *Bauhinia variegata* L. em diferentes épocas do ano.

o consumo de DPPH foi diretamente proporcional à concentração da amostra, ou seja, com absorvâncias menores e que a partir da concentração de 200 µg/mL isso não ocorreu, visto que a absorvância aumentou. É possível que tal fato, tenha ocorrido pelo fato de na concentração de 200 µg/mL todo o radical livre já ter sido consumido pelo possível antioxidante, mais provavelmente os flavonóides presentes na planta, não ocorrendo assim a reação com o DPPH. Todas as amostras apresentaram capacidade de consumo de DPPH, visto que as absorvâncias após reação de DPPH com as diferentes concentrações das amostras testadas foram significativamente menores em se comparando com as absorvâncias obtidas para o controle negativo (DPPH + solvente), o que pode demonstrar preliminarmente a atividade antioxidante para o extrato testado. A menor AA foi evidenciada para a amostra de agosto, na concentração de 1 µg/mL, porém foi observado significativo percentual para esta mesma amostra nas outras concentrações.

Diferentes autores vêm empregando o mesmo método para avaliação da capacidade antioxidante de espécies vegetais, tendo-se observado resultados semelhantes e significativos (LIMA *et al.*, 2006; SOUSA *et al.*, 2007; ROESLER *et al.*, 2007; IHA *et al.*, 2008; NUNES *et al.*, 2008; AYRES; CHAVES, 2010).

CONCLUSÃO

Foram detectados Flavonóides e Saponinas nos extratos de folhas de *B. variegata* em todos os meses analisados. Porém, nos meses Abril, Agosto e Outubro, quando comparados com os outros meses, observou-se uma maior intensidade da fluorescência na análise fitoquímica de flavo-

nóides, o que foi corroborado com os resultados obtidos no doseamento.

A *B. variegata* possui atividade antioxidante, o que foi comprovado pelo ensaio de DPPH. Porém, não foi possível inferir que a amostra com maior concentração de flavonóides esteja diretamente relacionada ao potencial antioxidante da planta, já que os meses que apresentaram maior capacidade dessa atividade, não foram os mesmos que possuem maior teor deste componente.

É possível que esse fato possa ser justificado devido às variações sazonais que podem interferir na produção de outras substâncias químicas, com capacidade redutora, presentes na planta.

A linearidade das curvas padrão de doseamento de flavonóides e DPPH foi confirmada através de métodos de tratamentos estatísticos (Método dos mínimos quadrados ordinários).

REFERÊNCIAS

ALVES CQ. *et al.* Avaliação da atividade antioxidante de flavonóides. **Diálogos e Ciência – Revista da Rede Ensino FTC**. Ano V, n. 12, dez. 2007.

AYRES, MC; CHAVES, MH. Constituintes químicos e atividade antioxidante de extratos as folhas de *Terminalia fagifolia* Mart. et Zucc. **Química Nova**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 141-145, 2010.

BARREIROS, ALBS; DAVIS, JM; DAVIS, JP. Estresse oxidativo: relação entre geração de espécies reativas e defesa dos organismos. **Química Nova**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./fev. 2006.

BIANCHI, MLP; ANTUNES, LMG. Radicais Livres e os principais antioxidantes da dieta. **Revista de Nutrição**, 1999.

- COSTA, AF. **Farmacognosia**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. v. III.
- _____. **Farmacognosia**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- IHA *et al.* Estudo fitoquímico de goiaba (*Psidium guajava* L.) com potencial antioxidante para o desenvolvimento de formulação fitocosmética. **Revista Brasileira Farmacognosia**. [online], v. 18, n. 3, 2008, p. 387-393. ISSN 0102-695X. doi: 10.1590/S0102-695X2008000300013.
- LIMA *et al.* *In vitro* evaluation of the antioxidant activity of the hydroalcoholic extract of leaves of bardana. **Revista Brasileira Farmacognosia**. João Pessoa, v. 16, n. 4, oct./dec. 2006.
- MATOS, FJA. **Introdução à fitoquímica experimental**. Fortaleza/CE: Edições UFC, 1988.
- NUNES *et al.* Constituintes químicos, avaliação das atividades citotóxica e antioxidante de *Mimosa paraibana* Barneby (Mimosaceae). **Revista Brasileira Farmacognosia**. João Pessoa, v. 18, suppl. 0, dez. 2008.
- PIZZOLATTI, MG *et al.* Flavonóides glicosilados das folhas e flores de *Bauhinia forficata* (Leguminosae). **Química Nova**, v. 26, n. 4, p. 466-469, 2003.
- ROESLER *et al.* Atividade antioxidante de frutas do cerrado. **Ciência Tecnol. Aliment.** Campinas, v. 27, n. 1, p. 53-60, jan./mar. 2007.
- RUFINO, M.S.M *et al.* **Determinação da atividade antioxidante total em frutas pela captura do radical livre DPPH**. Comunicado Técnico 127. Embrapa, 2007.
- SALATINO, A. *et al.* Foliar flavonoids of nine species of *Bauhinia*. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 22, n.1, p.1720, 1999.
- SCHNEIDER, CD; OLIVEIRA, AR. Radicais Livres de Oxigênio e exercício: Mecanismos de Formação e Adaptação ao Treinamento Físico. **Revista Brasileira de Medicina e Esporte**, v. 10, n. 4, 2004.
- SIMÕES, CM. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 5. ed. revista e ampliada. Florianópolis: UFSC, Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SOBRINHO TJSP *et al.* Análise da pluviosidade e do efeito de borda sobre os teores de flavonóides em *Bauhinia cheilantha* (Bong.) Steud., Fabaceae. **Revista Brasileira Farmacognosia**. João Pessoa, v. 19, n. 3. jul/sept. 2009.
- SOUSA, CMM *et al.* Fenóis totais e atividade antioxidante de cinco plantas medicinais. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 30, n. 2, mar./apr. 2007.
- SOUZA CRE. *et al.* Antioxidant activity and physical-chemical properties of spray and spouted bed dried extracts of *Bauhinia forficata*. **Braz. J. Pharm. Sci.** São Paulo, v.45, n. 2, apr./jun. 2009.
- WAGNER, H; BLADT, S. **Plant Drug Analysis**. Berlin: Springer-Verlag, 1996.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Estudo do efeito antioxidante de extratos de folha de *Bauhinia variegata* L. em granulócitos de Diabéticos Tipo 1”.

2 Discentes do curso de Farmácia, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Farmácia, aluno voluntário de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora orientadora da pesquisa, docente de Centro Universitário Newton Paiva,

5 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DO EXTRATO DE FOLHAS DE BAUHINIA VARIEGATA L. EM GRANULÓCITOS DE DIABÉTICOS TIPO I PELO MÉTODO MTT ¹

Luiz Fernando Oliveira Lage²

Cláudio Rodrigues Dayrell Camargos²

Juliana Coelho Amaral²

Lucas Martins Costa²

Juliana Couto Nascimento³

Franciella Queiroz Oliveira⁴

Adriana Nascimento de Sousa⁵

Resumo: Diferentes espécies vegetais vêm sendo amplamente pesquisadas. Estudos têm relacionado o gênero *Bauhinia* como fonte de compostos fenólicos, o qual apresenta propriedades antioxidantes. O presente trabalho teve como objetivo realizar o doseamento de flavonóides totais e a determinação da atividade antioxidante pelo método DPPH em extratos de folhas de *Bauhinia variegata* L. em diferentes épocas do ano. Os resultados mostraram a presença de flavonóides tanto no teste fitoquímico quanto no doseamento, e foi possível notar pelo método de DPPH que há atividade antioxidante nos extratos folhas de diferentes amostras testadas.

Palavras-chave: Folhas de *Bauhinia variegata* L. Atividade antioxidante. Flavonóides. Doseamento.

Abstract: Different vegetal species have been widely investigated. Some studies have linked the genus *Bauhinia* as a source of phenolic compounds which have antioxidant properties. This study aimed to determine the total flavonoids dosage and the antioxidant activity, using the DPPH method, in leaf extracts obtained from *Bauhinia variegata* L. at different periods of the year. The results showed the presence of flavonoids in both phytochemical and dosage tests, and it was also possible to notice, using the DPPH method, that the leaf extracts of different samples presented an antioxidant activity.

Keywords: *Bauhinia variegata* L. leaves. Antioxidant. Flavonoids. Assay.

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) do tipo 1 é o distúrbio endócrino-metabólico crônico representado pela hiperglicemia, aumento da glicose no sangue (SILVEIRA *et al.*, 2001). A síndrome é causada por produção de secreção de insulina ausente ou deficiente e/ou por uma ação reduzida da mesma nos tecidos periféricos (DAVIS; GRANNER, 1996; OLIO; DORIZZI, 2000; SCHMID *et al.*, 2003; OMS, 2007; BATTU *et al.*, 2007; CAVALLI *et al.*, 2007).

Estudos comprovam que um dos causadores da DM é o fenômeno do estresse oxidativo (EO), circunstâncias nas quais os radicais livres causam danos teciduais. Um organismo encontra-se sob EO quando ocorre um desequilíbrio entre sistemas pró-oxidantes e antioxidantes, de maneira que os primeiros sejam predominantes. Sabe-se que este fenômeno leva as células do organismo a consequências graves e que é responsável por grande parte das complicações relacionadas ao DM (BIANCHI *et al.* 1999; SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Durante a hiperglicemia persistente da DM, ocorre um aumento da oxidação da glicose gerando radicais livres que exercem seus efeitos citotóxicos nos fosfolípidos de membrana e podem atacar as células β do pâncreas, responsáveis pela produção de insulina, levando à degeneração e morte definitiva das mesmas. Conseqüentemente não haverá produção de insulina, aumentando a glicose livre no plasma, agravando a hiperglicemia (MAZZANTI *et al.*, 2003; OKOSHI *et al.*, 2007). As substâncias antioxidantes retardam a velocidade da oxidação, através de um ou mais mecanismos, tais como inibição de radicais livres

e complexação de metais (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Antioxidantes são compostos que atuam inibindo e/ou diminuindo os efeitos desencadeados pelos radicais livres e compostos oxidantes. Diferentes métodos têm sido desenvolvidos para obter a diferenciação, seja qualitativa ou quantitativa, da capacidade antioxidante de compostos, tanto através de testes sem a utilização de células (testes químicos) ou utilizando culturas celulares (testes biológicos) (SOARES *et al.*, 2005).

As plantas medicinais podem representar uma fonte potencial de antioxidantes naturais. Assim, diferentes extratos de plantas usadas na medicina tradicional para diabetes vêm sendo testados quanto à atividade antioxidante (KHALIL *et al.*, 2008).

A atividade antioxidante de compostos fenólicos, como os flavonóides, deve-se principalmente às suas propriedades redutoras. Estas características desempenham um papel importante na neutralização ou sequestro de radicais livres e quelação de metais de transição, agindo tanto na etapa de iniciação como na propagação do processo oxidativo (SOUSA *et al.*, 2007).

MATERIAL E MÉTODOS

Coleta do material vegetal

As folhas da espécie *Bauhinia variegata* foram coletadas no município de Belo Horizonte, no bairro Nova Granada nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro, utilizando-se sempre a mesma fonte de coleta.

Preparo do material vegetal

Após triagem, as folhas da espécie foram submetidas ao processo de secagem em estufa com temperatura controlada. Estas foram trituradas em moinho de facas e posteriormente acondicionadas em frascos hermeticamente fechados, ao abrigo da luz e umidade.

Ensaio de MTT (3-(4,5-dimethylthiazol-2-yl)- 2,5diphenyl-tetrazolium bromide)

O teste MTT baseia-se na redução do sal tetrazolato pela enzima hidrogenase succínica presente na mitocôndria da célula. O MTT em contato com as células é reduzido em uma reação mitocondrial formando um produto *formazan*. O produto se acumula na célula, já que não consegue atravessar a membrana plasmática. Na solubilização das células o *formazan* é liberado, produzindo alteração na coloração (MOSMANN, 1983; RODRIGUEZ BLANCO; RODRIGUEZ SANCHEZ, 2006; REIS *et al.*, 2008). Essa coloração pode ser analisada e detectada por método colorimétrico simples por leitor ELISA.

Obtenção das amostras

Extratos etanólicos foram obtidos para as 6 amostras por percolação, a frio, com Etanol 95 P.A, até exaustão. Os extratos foram evaporados e ressuspensos em Tween 40 5% aquoso, tendo todas as amostras uma concentração final de 10 mg/mL.

Para o experimento de MTT os extratos foram diluídos a 6 concentrações diferentes, utilizando-se o extrato puro + PBS. As con-

centrações finais testadas foram 10mg, equivalente no experimento a 1,5mg/mL, 5mg/mL = 0,8mg/mL, 2,5mg/mL = 0,4 mg/mL, 0,5 mg/mL = 0,08 mg/mL e 0,05 mg/mL = 0,008 mg/mL.

Viabilidade celular

Foi preparada uma suspensão celular obtida após separação de Anel de granulócitos, provenientes da centrifugação de sangue venoso de diabéticos tipo 1 em uma solução de PBS (Tampão Fosfato). Foram transferidos 0,5 ml da solução 0,4% de Azul de *Trypan* para um *ependorf*. Adicionou-se 0,3 ml de PBS e 0,2 ml da suspensão celular (fator de diluição = 5) e misturou-se completamente. Deixou-se em repouso por 5 a 15 minutos. Pipetou-se em câmara de *Neubauer*. Foi feita uma contagem separada para células viáveis e não viáveis. As células não viáveis ficam coradas de azul. Células por ml = total de contadas X fator de diluição X 10⁴. Viabilidade celular (%) = total de células viáveis (não coradas) total de células (coradas e não coradas) X 100. Foi admitido um valor de viabilidade acima de 98.

Preparação da placa

Em placa escavada para cada pocinho foram colocados 100µL de granulócitos (5x10⁵) + 20µL do extrato e um basal (20µL de PBS + 100µL de células) com meio RPMI. Foram feitos brancos com cada concentração do extrato (20µL de extrato + 100µL de meio RPMI), mas sem as células. Após 30 minutos de incubação, adicionou-se 10µL de MTT. Após mais 30 minutos de incubação, adicionou-se 80µL de DMSO. A placa foi revelada em leitor de Elisa a 570nm contra cada branco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Determinação de atividade antioxidante em granulócitos de diabéticos do tipo 1 (MOSMANN, 1983; REIS *et al.*, 2008)

As figuras abaixo (Figuras 1 a 6) estão relacionadas aos resultados obtidos para as amostras

de Fevereiro a dezembro. Todos os dados foram analisados pelo teste de Mann-Whitney, considerando significativo $p < 0.05$.

Para a amostra BV Fev a concentração de 0,5mg/mL foi a única com resultados significativos em relação ao basal. Obteve 43% de ativação, ou seja, melhora significativa no poder redutor dos granulócitos de pacientes diabéticos tipo 1 (Figura 1).

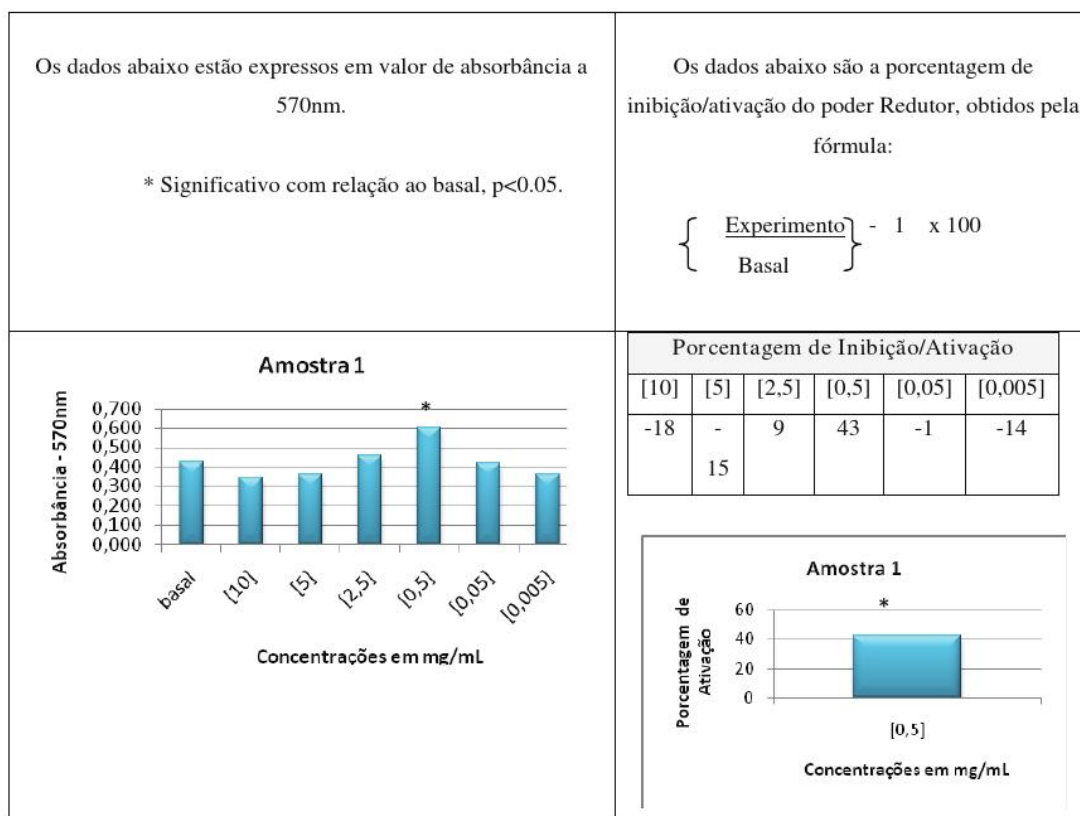


Figura 1 – Resultados da análise da atividade antioxidante do extrato BV Fev.

Para a amostra BV Abr nenhuma das concentrações estudadas aumentou o poder redutor

dos granulócitos de diabéticos tipo 1 de maneira significativa (Figura 2).

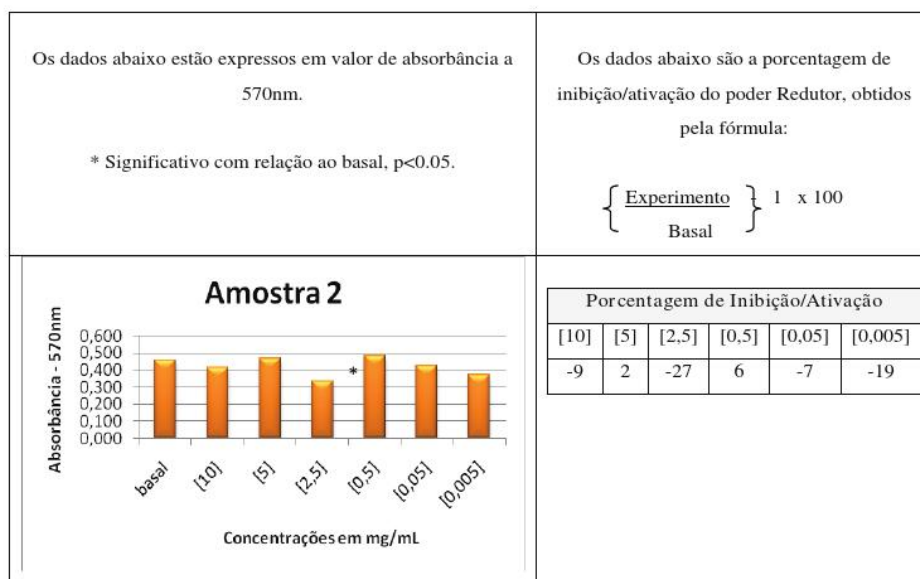


Figura 2 – Resultados da análise da atividade antioxidante do extrato BV Abr.

Para BV Jun, nenhuma das concentrações estudadas aumentou o poder redutor dos granulócitos de diabéticos tipo 1 de maneira significativa.

Porém, houve uma tendência das concentrações 5 e 2,5 mg/mL em aumentarem o poder redutor, mas não foram significativas. (Figura 3).

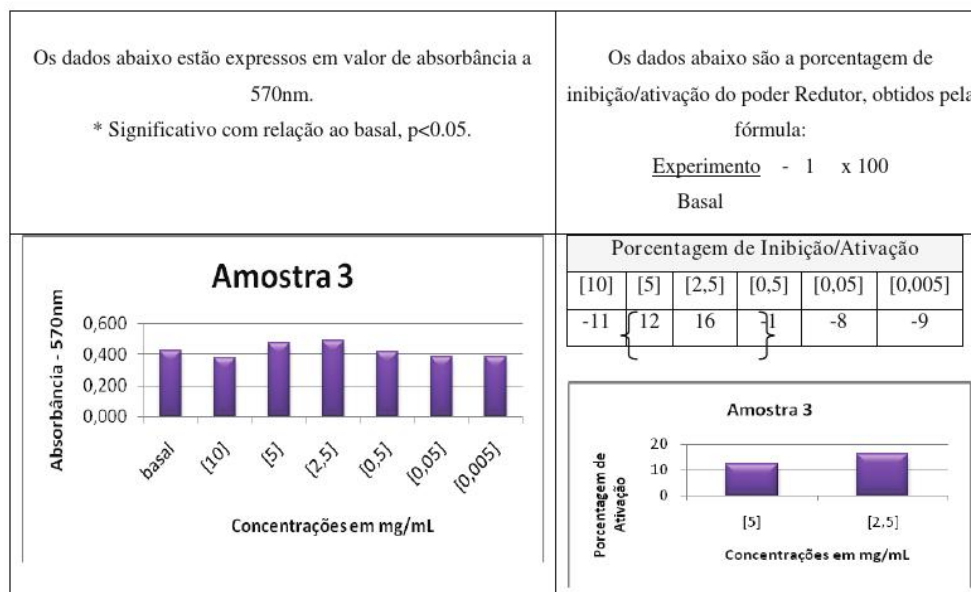


Figura 3 – Resultados da análise da atividade antioxidante do extrato BV Jun.

Para BV Ago, nenhuma das concentrações estudadas aumentou o poder redutor dos granulócitos de diabéticos tipo 1 de maneira significativa (Figura 4).

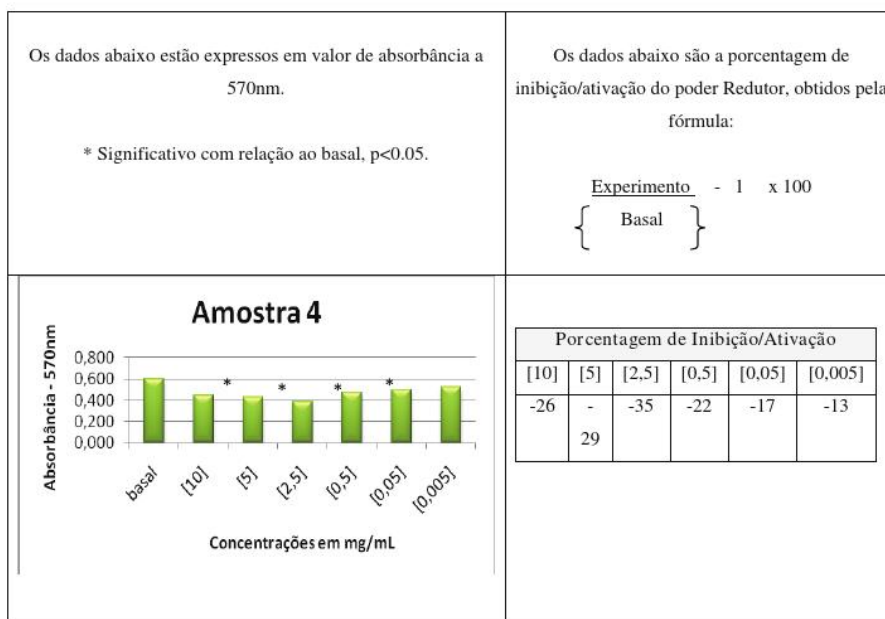


Figura 4– Resultados da análise da atividade antioxidante do extrato BV Ago.

Para BV Out nenhuma das concentrações estudadas aumentou o poder redutor dos granulócitos de diabéticos tipo 1 de maneira significativa (Figura 5).

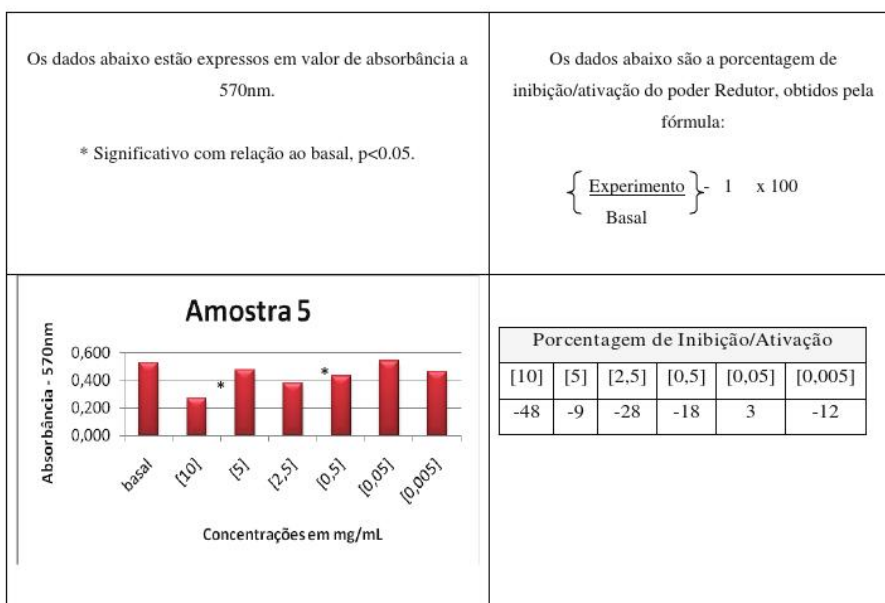


Figura 5 – Resultados da análise da atividade antioxidante do extrato BV Out.

Para BV Dez, Nenhuma das concentrações estudadas aumentou o poder redutor dos granulócitos de diabéticos tipo 1 de maneira significativa

(Figura 6).

O teste de Avaliação da Capacidade Redutora em Granulócitos de Diabéticos Tipo 1 pro-

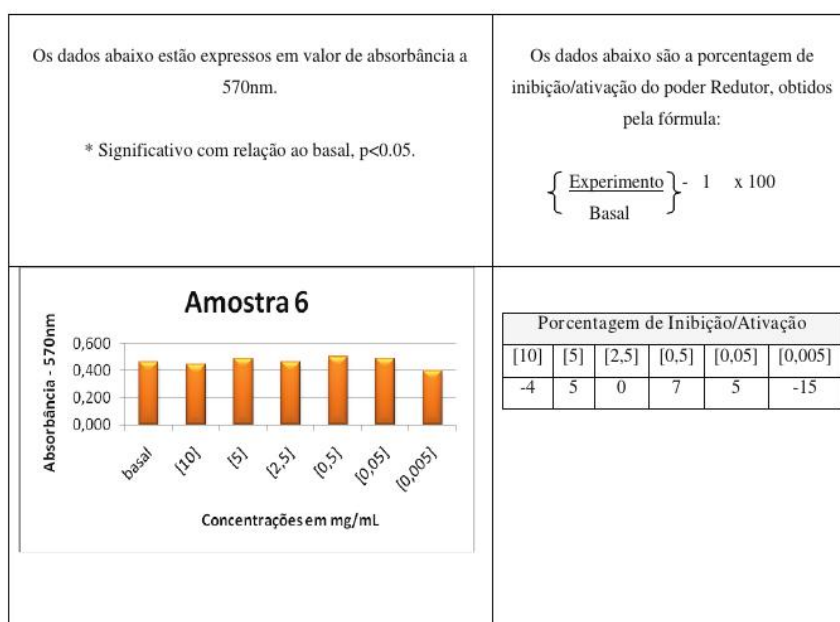


Figura 6 – Resultados da análise da atividade antioxidante de extrato BV Dez.

porciona avaliar o poder redutor de granulócitos de pacientes diabéticos tipo 1 através do ensaio colorimétrico de MTT.

O diabetes e suas complicações apresentam origem multifatorial. Mecanismos bioquímicos e patológicos estão associados com hiperglicemia crônica no diabetes e o aumento do estresse oxidativo tem sido postulado com

papel central nessas desordens. Evidências sugerem que a lesão celular oxidativa causada pelos radicais livres contribuem para o desenvolvimento das complicações no diabetes tipo 1 (DM1) e a diminuição das defesas antioxidantes (enzimáticas e não-enzimáticas) parecem correlacionar-se com a gravidade das alterações patológicas no DM 1 (REIS *et al.*, 2008).

Estudos vêm sendo realizados no sentido de verificar a atividade de modulação da produção de espécies reativas de oxigênio (ROS) em granulócitos no Diabetes Tipo 2 (MEDINA, 2006), bem como diabetes tipo 1 (REIS, 2006), também empregando-se o método de MTT, o qual é citado em diferentes pesquisas de atividade antitumoral com verificação do efeito de produtos naturais em diferentes linhagens de células, antioxidante, viabilidade monocitária de pacientes com esquistossomose mansônica, entre outras (CASTRO *et al.*, 2004; BRANDT *et al.*, 2006; NEVES *et al.*, 2009; ZILBERS-TEIN *et al.*, 2009).

CONCLUSÃO

O extrato de folhas de *B. variegata* apresenta atividade antioxidante, o que pode contribuir para a prevenção ou redução do desenvolvimento de patologias associadas ao estresse oxidativo. Para que os dados do presente trabalho sejam confirmados é importante que sejam realizados outros estudos, uma vez que pode ser comprovado pelo ensaio de MTT o aumento do poder redutor dos granulócitos na amostra BV Fev apenas na concentração de 0,5mg/mL.

Já que a concentração 0,5mg/mL da amostra 1 foi a mais eficaz em estimular o poder redutor de granulócitos de diabéticos tipo 1, é provável que esta seja a mais recomendada para se prosseguir os estudos no que tange à utilização do Extrato de *Bauhinia variegata* L. como um promissor agente antioxidante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JMD *et al.* Avaliação da atividade antioxidante utilizando sistema β -caroteno/Ácido Linoléico e método de sequestro de radicais DPPH. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas 26(2): 446-452, abr-jun. 2006.

BATTU, GR *et al.* Hypoglycemic and Anti-hyperglycemic Effect of Alcoholic Extract of *Benincasa hispida* in Normal and in Alloxan Induced Diabetic Rats. **Pharmacognosy Magazine**, v. 3, n. 10, 2007.

BIANCHI, MLP; ANTUNES, LMG. Radicais Livres e os principais antioxidantes da dieta. **Rev. Nutr.**, 1999.

BRANDT *et al.* Fagocitose e viabilidade monocitária de pacientes com esquistossomose mansônica na forma hepatoesplênica submetidos à esplenectomia e ao autoimplante esplênico. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.** v. 39, n. 5, Uberaba Sept./Oct., 2006.

CASTRO *et al.* citotoxicidade de biopolímero de cana-de-açúcar. **An. Fac. Med. Univ. Fed. Pernamb.**, Recife, v. 49, n. 2, 2004.

CAVALLI, VLL. O *et al.* Avaliação *in vivo* do efeito hipoglicemiante de extratos obtidos da raiz e folha de bardana *Arctium minus* (Hill.) Bernh. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 17, n. 1, 2007.

DAVIS, SN & GRANNER, DK. Insulin, oral hypoglycemic agents and the pharmacology of the endocrine pancreas. *In: Goodman & Gilman's the Pharmacological Basis of Therapeutics*, p. 1487-1517, New York: McGraw-Hill, 1996.

KHALIL NM; PEPATO MT; BRUNETTI IL. Free Radical Scavenging Profile and Myeloperoxidase Inhibition of Extracts from Antidiabetic Plants: *Bauhinia forficata* and *Cissus sicyoides*. **Biol. Res.** v. 41 n. 2, Santiago, 2008.

MAZZANTI, CM *et al.* M. Extrato da casca de *Syzygium cumini* no controle da glicemia e estresse oxidativo de ratos normais e diabéticos. **Ciência Rural**, v. 33, n. 06, 2003.

MEDINA, LO. **Diabetes Tipo 2:** Modulação da Produção de Espécies Reativas de Oxigênio (ROS) em Granulócitos por plasma Autólogo. Dissertação apresentada ao Programa

- de Pós-Graduação e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://santacasabh.org.br/posgraduacao/downloads> – Acesso em: março de 2010.
- MOSMANN, T. Rapid colorimetric assay for cellular growth and survival. Application to proliferation and cytotoxicity assays. **Journal of Immunological Methods**. v. 6, n. 5, p. 55-63, 1983.
- NEVES *et al.* Atividade antioxidante e avaliação in vitro da citotoxicidade de extratos aquosos de folhas de *Mentha x piperita*. **Revista da Faculdade de Ciências da Saúde**. Porto. v. 6, p. 344-354, 2009. ISSN 1646-0480.
- OKOSHI, K. *et al.* Miocardiopatia Diabética. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**. v. 51, n. 2, São Paulo, 2007.
- OLIO, DG; DORIZZI, RM. Diagnosis of diabetes mellitus at the Hospital of Venice. **Clinica Chimica Acta**, v. 297, n. 1, p. 17-27(11), 2000.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Diabetes**. Disponível em: http://www.who.int/topics/diabetes_mellitus/en/, 2007, consultado em DEZEMBRO de 2007.
- REIS, Janice Sepúlveda. **Diabetes tipo 1**: estudo da associação entre o balanço oxidante/antioxidante com parâmetros clínicos e bioquímicos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://santacasabh.org.br/posgraduacao/downloads> – Acesso em: Março de 2010.
- REIS, JS. *et al.* Estresse Oxidativo: Revisão da Sinalização Metabólica no Diabetes Tipo 1. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo**. v. 52, n. 7, 2008.
- RODRÍGUEZ BLANCO, J; RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, C. Oxidative stress and cell cycle in the ethiology of neuronal cell death in Parkinson disease. Antioxidant effects. **Mapfre Medicina**, v. 17, p. 47-61, 2006.
- SCHNEIDER, CD; OLIVEIRA, AR. Radicais Livres de Oxigênio e exercício: Mecanismos de Formação e Adaptação ao Treinamento Físico. **Revista Brasileira de Medicina e Esporte**, v. 10, n. 4, 2004.
- SCHMID, H; NEUMANN, C; BRUGNARA, L. O diabetes melitus e a deservação dos membros inferiores: a visão do diabetólogo. **J. Vasc. BR**, v. 2, n. 1, 2003.
- SILVEIRA, VMF *et al.* Uma Amostra de Pacientes com Diabetes Tipo 1 no Sul do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**. v. 45, n. 5, São Paulo, Oct. 2001.
- SOARES, DG; ANDREAZZA, C; SALVADOR, M. Avaliação de compostos com atividade antioxidante em células da levedura *Saccharomyces cerevisiae*. **Revista Brasileira de Ciência Farmacognosia**. v. 41, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2005.
- SOUSA *et al.* Fenóis totais e atividade antioxidante de cinco plantas medicinais. **Química Nova**, v. 30 n. 2, São Paulo, mar./apr. 2007.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Estudo do efeito antioxidante de extratos de folha de *Bauhinia variegata* L. em granulócitos de Diabéticos Tipo 1”.

2 Discentes do curso de Farmácia, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Farmácia, aluno voluntário de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

CONTROLE DA DOR AGUDA NO HOSPITAL JOÃO XXIII

Suellen Santos Pegnolato¹
Yone Almeida Nascimento²
Daniela Pereira Mendes³

Resumo: A dor é uma sensação desagradável que perturba o estado emocional, as atividades diárias e a qualidade de vida do paciente. Esse estudo teve como finalidade descrever a sensação dolorosa relatada pelos pacientes após cirurgia abdominal e em uso de analgésicos no Hospital de Pronto Socorro João XXIII. Os dados sobre os medicamentos foram coletados da prescrição médica e para descrição da sensação dolorosa utilizou-se a escala analógica-visual. Determinou-se então, para cada paciente o índice da dor, que em conjunto com a potência analgésica, resultou no Índice de Manejo da Dor (IMD). O estudo demonstrou que 61,5% (n=8) dos pacientes apresentaram escore negativo para o IMD, o que indica a inadequação da analgesia. Demonstrou ainda que 100% dos medicamentos opióides foram prescritos sob demanda, para onze dos treze pacientes avaliados. Entretanto, somente para seis pacientes (54,4%), eles foram efetivamente administrados. Dos pacientes pesquisados que demonstraram falha no controle da dor, quatro (50%) não receberam nenhuma dose do opióide prescrito, três pacientes receberam apenas uma dose e um paciente recebeu duas doses de nalbufina. Conclui-se que o controle da dor pós-operatória entre os pacientes pesquisados não se mostrou adequada, e que a forma como os medicamentos foram prescritos e administrados contribuiu para esse resultado. Além disso, o uso de um instrumento objetivo para a avaliação da sensação dolorosa também pode ter contribuído para o reconhecimento e a mensuração adequada da dor. Dessa forma, avaliar e manejar adequadamente a efetividade analgésica são requisitos indispensáveis para o sucesso no controle da dor.

Palavras-chave: Dor. Dor aguda. Dor pós-operatória. Analgesia. Tratamento da dor.

Abstract: Pain is an unpleasant feeling that alters the emotional state, the daily activities and the quality of life of patients. The aim of this study was to describe the painful feelings reported by patients who have undergone abdominal surgery and have taken analgesic drugs at the Emergency Hospital João XXIII. The data about the medication were assembled from prescriptions and, to describe the soreness, a visual-analog scale was used. Therefore, the pain index of each patient was determined and, together with the analgesic effectiveness, it resulted in the Pain Managing Index (PMI). This study showed that 61.5% (n=8) of the patients presented a negative score to the PMI, which

shows an inadequacy of the analgesia. It also showed that 100% of the opiates were prescribed under request to eleven out of thirteen evaluated patients. However, only six patients (54.4%) have effectively received the opiate therapy. From all the examined patients who presented problems related to pain control, four (50%) have not received any dose the prescribed opiate, three received only one dosage and one patient received two doses of nalbuphine. We conclude that the postoperative pain control among the examined patients has not been satisfactory, and the way the medication was prescribed and given to patients has contributed to these results. Moreover, the use of an objective instrument for evaluating the painful sensation also may have contributed to the recognition and adequate measurement of the pain. Therefore, the adequate evaluation and manage of the analgesic therapy effectiveness is an extremely important requirement to obtain a well-succeeded pain control.

Keywords: Pain. Acute pain. Postoperative pain. Analgesia. Pain treatment.

INTRODUÇÃO

A Associação internacional para o estudo da dor (IASP) a define como: “*uma experiência sensorial e emocional desagradável em resposta a uma lesão tecidual real ou potencial, ou descrita em tais termos*” (KODA-KIMBLE, 2005).

Trata-se de uma sensação desagradável que perturba o conforto, o pensamento, o sono, o estado emocional, as atividades diárias e a qualidade de vida do paciente. Assim, a dor é uma sensação complexa e multidimensional não só caracterizada por seus aspectos associados à lesão tecidual e as alterações físicas e químicas resultantes, mas também por aspectos culturais, psicossociais do indivíduo e as circunstâncias envolvidas no momento em que ocorre tal fenômeno (KODA-KIMBLE, 2005).

No ambiente hospitalar, a cirurgia é uma das maiores causas de dor aguda, decorrente da ativação dos nociceptores por estímulos químicos, mecânicos ou térmicos nócicos. Assim, a dor pós-operatória é representativa para o estudo

da dor aguda que se diferencia das outras dores, crônica e maligna, por trazer consigo a expectativa de alívio e resolução num espaço de tempo. Cabe ressaltar que a dor aguda é um sintoma comum nas doenças cirúrgicas, tanto no momento do diagnóstico como no pós-operatório (QUEIROZ, 2007; BASSANEZI, 2006).

A dor não é apenas um incômodo, é um dos fatores com influência no prognóstico no período crítico de 48 horas do pós-operatório. Sabe-se que, quando intensa, a dor pode influenciar de forma negativa a evolução do paciente, retardando sua recuperação (BASSANEZI, 2006; GOMES, 2003; DAUDT, 1998).

A dor envolve complexas reações fisiológicas, com manifestações autonômicas e psicológicas, leva a imunossupressão e a uma série de alterações fisiológicas que culminam no aumento do catabolismo e alteração do balanço nitrogenado. Além disso, a não mobilização do paciente, decorrente da dor, aumenta o risco de complicações respiratórias como atelectasias, pneumonia e hipóxia, complicações gastrintestinais, aquelas

ocasionadas pela imobilização, como a trombose venosa e a supressão do sistema imune, havendo relação direta desses eventos com o aumento da morbi-mortalidade do paciente cirúrgico (QUEIROZ, 2007; BASSANEZI, 2006).

O tratamento eficaz da dor pós-operatória contribui para a obtenção de uma mobilização mais precoce, para a realização de fisioterapia, para um menor período de hospitalização e diminuição de custos, além de diminuir o estresse físico e psicológico dos pacientes e proporcionar-lhes maior conforto e satisfação (BASSANEZI, 2006; GOMES, 2003).

Entretanto, em 1992, nos Estados Unidos da América, 75% ou mais dos pacientes submetidos a cirurgias experimentaram dor pós-operatória sem alívio adequado devido à submedicação. Em um estudo realizado no Hospital das Clínicas de São Paulo, verificou-se que somente 20% dos pacientes apresentavam controle adequado da dor nas primeiras 24 horas de pós-operatório e 50% deles apresentavam intensa dor nas 48 horas iniciais. Em estudo realizado nos Estados Unidos com 500 pacientes operados, 77% deles apresentavam dor pós-operatória, sendo que em 80% dos casos a dor era classificada como moderada a intensa (BASSANEZI, 2006; GOMES, 2003; DAUDT, 1998).

Dessa forma, o controle da dor pós-operatória é essencial para a assistência integral ao paciente cirúrgico e a qualidade do tratamento da dor instituído nesse período é uma variável que a equipe de saúde deve controlar visando uma recuperação mais tranquila do paciente e a diminuição da morbi-mortalidade (BASSANEZI, 2006; CHAVES, 2003).

A incidência e intensidade da dor dependem de características individuais, do tipo de cirurgia e da qualidade do tratamento instituído.

Com relação às características individuais, as influências culturais, sociológicas e de personalidade exercem um papel importante. Com relação ao tipo de cirurgia, a intensidade da dor no pós-operatório está mais na dependência do local operado do que da gravidade do procedimento, obedecendo à seguinte ordem decrescente: cirurgia torácica, abdominal superior, abdominal inferior, ortopédica e as cirurgias periféricas (BASSANEZI, 2006).

Já, em relação à qualidade do tratamento, existe uma grande quantidade de técnicas e medicamentos analgésicos, reforçando a ideia de que não existe uma maneira única de se lidar com o tratamento da dor pós-operatória. Para o seu controle é indicada a abordagem multimodal ou balanceada, que inclui a associação de dois ou mais medicamentos ou de técnicas analgésicas de classes diferentes, em doses menores, incluindo aí os analgésicos de ação periférica e central, e também os anestésicos para uso em bloqueios peridurais e periféricos, além das técnicas não-farmacológicas. Dentre essas, as principais são as terapias físicas (aplicação de calor e frio, massagem, estimulação elétrica transcutânea e acupuntura), que estimulam o sistema supressor de dor por meio da ativação do sistema sensitivo-discriminativo, e técnicas cognitivo-comportamentais (relaxamento, técnicas de distração, imaginação dirigida, hipnose e biofeedback) que, possivelmente, promovem relaxamento muscular, distração da atenção e sugestão, o que interfere na apreciação do estímulo doloroso pós-operatório (BASSANEZI, 2006; CHAVES, 2003).

O objetivo é melhorar a qualidade, bloqueando a geração, transmissão, percepção e apreciação dos estímulos nociceptivos, além de diminuir a incidência de efeitos adversos. De qualquer maneira, deve atender as necessidades

individuais de cada paciente, devendo haver familiaridade com a técnica e os medicamentos escolhidos, especialmente por parte da equipe médica e de enfermagem que cuida do paciente (BASSANEZI, 2006; CHAVES, 2003).

O alívio da dor sempre é parte essencial do cuidado, mas clinicamente, ela é um sintoma mal manejado em todo o mundo, o que pode ser explicado por vários fatores, como as por questões ligadas aos profissionais de saúde e pela qualidade do tratamento instituído (QUEIROZ, 2007; BASSANEZI, 2006).

Em relação aos fatores relacionados aos profissionais que afetam o manejo adequado da dor, vários são citados na literatura. Uma questão importante diz respeito à dificuldade em reconhecê-la e mensurá-la, devido ao seu caráter subjetivo e a falta de treinamento da equipe médica para avaliação do quadro algico. Da mesma maneira, o conceito de que a dor pós-operatória é normal e esperada, associado à falta de conhecimento da fisiologia da dor e da farmacologia dos analgésicos, faz com que a atenção da equipe esteja voltada às complicações pós-operatórias mais comuns (fístulas, infecções, sangramentos, etc.) do que ao sintoma que mais incomoda o paciente, nesse caso a dor (QUEIROZ, 2007; BASSANEZI, 2006).

Além disso, experiências profissionais e pessoais, crenças e atitudes desses são alguns fatores que se relacionam à submedicação e ao subtratamento da dor, principalmente com opióides. A prescrição deficiente de opióides, tanto em casos de neoplasias como em situações mais agudas, parece se relacionar com as deficiências no ensino médico acerca do uso desses medicamentos; o medo, por parte do médico, do desenvolvimento de dependência física e psíquica do paciente; e as dificuldades legais para se prescrever tais fármacos

encontradas em alguns países (QUEIROZ, 2007; DAUDT, 1998).

Entretanto, cabe salientar que a ansiedade dos médicos em usar os opióides parece ser muito maior do que a preocupação com o uso de outros fármacos com potência equivalente e com efeitos colaterais igualmente perigosos. Tal ansiedade é extensível a todos da equipe médica, uma vez que enfermeiros e auxiliares, temendo as complicações, por vezes não seguem estritamente a prescrição do médico, fazendo parcialmente o recomendado (QUEIROZ, 2007; DAUDT, 1998).

Além da subprescrição dos opióides, outro fator importante em relação à qualidade do tratamento diz respeito à forma como são prescritos os analgésicos, que devem ser regulares, com a associação do esquema “*se necessário*” para propiciar constância do nível plasmático e oferta para episódios de picos de dor (CHAVES, 2003; DAUDT, 1998).

Dessa forma, esse estudo tem como finalidade descrever a sensação dolorosa relatada pelos pacientes após cirurgia abdominal e em uso de analgésicos no Hospital de Pronto Socorro João XXIII, bem como verificar a forma como são prescritos e administrados esses medicamentos, se na forma de doses fixas ou sob demanda (se necessário), o que permitirá, caso necessário, o redirecionamento das técnicas atualmente utilizadas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, longitudinal e prospectivo, realizado no Hospital João XXIII em pacientes submetidos à cirurgia abdominal. Para minimizar as diferenças em relação à

intensidade da dor no pós-operatório, optou-se por restringir a avaliação aos pacientes submetidos apenas a um tipo de cirurgia, pois conforme Bassanezi (2006) existem diferenças na intensidade da dor relatada pelos pacientes de acordo com o local da cirurgia; além disso, a intensidade da dor no pós-operatório está mais na dependência do local operado do que da gravidade do procedimento.

Foram incluídos no estudo todos os pacientes: 1) submetidos à cirurgia abdominal; 2) que estavam no primeiro e segundo dia de pós-operatório (PO), que corresponde ao período após a 24^a hora até a 72^a hora após a cirurgia; 3) internados no período de 09 de dezembro de 2009 a 31 de janeiro de 2010 na unidade de internação da cirurgia geral; 4) em uso de analgésicos opióides e não-opióides em qualquer forma farmacêutica ou via de administração

Para avaliar a intensidade da dor e o consumo de analgésico regular (doses fixas) e complementar (doses administradas sob demanda ou se necessário) foram excluídas as primeiras 23 horas, pois, nesse período, os pacientes podem apresentar alterações cognitivas, que dificultam o relato verbal; apresentar náuseas, vômitos e retenção urinária, complicações que podem estar relacionadas com a anestesia, e ainda estar sob o efeito de anestésicos, o que pode ser fator de confusão na avaliação da efetividade da analgesia (CHAVES, 2003).

Foram adotados os seguintes critérios de exclusão de pacientes: 1) que não puderam responder aos instrumentos para avaliação da dor utilizados nesse estudo; 2) que não concordaram em participar; 3) que estavam sob a guarda do Estado; 4) admitidos na unidade de estudo após o período especificado; 5) que possuíam apenas prescrição de analgésicos sob demanda (se neces-

sário); 6) utilizavam opióides com fins não analgésicos (edema agudo de pulmão, sedativo em gestantes, uso em anestesia e pré-medicação para anfotericina B).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais), a qual o Hospital João XXIII faz parte e foi aprovado em 24/08/2009 (Parecer nº 115/2009). Durante a coleta de dados, os pacientes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após terem sido orientados de forma verbal sobre a pesquisa e seu objetivo.

Para a coleta dos dados referentes à prescrição de analgésicos, a fonte de informação foi a prescrição médica. Os parâmetros avaliados em cada prescrição foram dose, padrão de uso (se necessário, fixo, infusão contínua e dose única), via de administração (oral, subcutânea, intramuscular e intravenosa) e intervalo entre as doses (DAUDI, 1998).

Para descrever a sensação dolorosa utilizou-se a escala analógica-visual, que consiste de uma faixa limitada de 10 cm de comprimento, a qual representa o contínuo da experiência dolorosa e tem em suas extremidades palavras-âncora como: *sem dor e pior dor possível* (PEREIRA, 2008).

Os participantes foram instruídos a assinalar a intensidade da sensação dolorosa em um ponto dessa reta, sendo que os escores variam de 0 (zero) a 10 (dez) e são obtidos medindo-se, em milímetros, a distância entre a extremidade ancorada pelas palavras *sem dor* e o ponto assinalado pelo participante. A intensidade da dor (ID) foi classificada em: sem dor; dor leve (1 – 4); dor moderada (5 – 7) e dor intensa (8 – 10) (CALIL & PIMENTA, 2005).

A intensidade da dor foi avaliada entre uma a duas horas após a administração do analgésico,

como segurança para o início e tempo médio de ação do medicamento (CALIL & PIMENTA, 2005).

Para avaliar a adequação da analgesia foi utilizado o Índice de Manejo da Dor (IMD) que analisa a potência analgésica frente à intensidade da dor referida pelo indivíduo, conforme descrito por Calil & Pimenta (2005). O IMD foi obtido subtraindo-se a potência do analgésico (PA) da intensidade da dor (ID), isto é, $IMD = PA - ID$. O IMD varia de -3 a +3 e os escores negativos indicam inadequação analgésica e os escores positivos ou zero, a adequação da mesma.

Os analgésicos foram classificados segundo sua potência (PA) em: 0 – ausência de medicamento analgésico; 1 – analgésico anti-inflamatório não hormonal (AINH); 2 – opióide fraco (codeína, tramadol); 3 – opióide forte (morfina, meperidina, nalbufina).

RESULTADOS

No período de coleta de dados, 09 de dezembro de 2009 a 31 de janeiro de 2010, setenta e dois pacientes realizaram algum tipo de cirurgia abdominal no Hospital João XXIII. Porém, destes, cinquenta e nove não puderam participar do estudo, pois se enquadravam em algum dos critérios de exclusão da pesquisa, conforme descrito a seguir.

Devido à gravidade do quadro, 31 pacientes foram transferidos, após a cirurgia, para o CTI (Centro de Terapia Intensiva) do hospital, o que resultou na admissão desses pacientes na unidade de estudo após 72 horas do pós-operatório; 13 pacientes foram a óbito após a cirurgia; 5 pacientes não se adequaram ao estudo por não serem capazes de responder aos instrumentos para avaliação da dor devido a problemas neurológi-

cos, idade avançada ou dificuldades de comunicação;

2 pacientes não possuíam prescrição de analgésicos sob a forma fixa, somente sob demanda; 2 pacientes receberam alta hospitalar antes de completar 24h do pós-operatório; e por fim, 6 pacientes foram excluídos por terem sido transferidos para locais distintos do especificado na pesquisa, a unidade de internação da cirurgia geral. Esse critério de exclusão foi importante para permitir a avaliação da dor, pelos pesquisadores, no período especificado, ou seja, uma a duas horas após a administração do analgésico. Portanto, somente 13 pacientes se mostraram aptos a participar da pesquisa.

Em relação aos pacientes avaliados, 61,5% (n=8) possuíam de 16 a 30 anos e 38,5% (n=5) tinham acima de 30 anos de idade. O sexo masculino prevaleceu, sendo que, apenas uma paciente era do sexo feminino.

Todos os pacientes avaliados apresentavam trauma abdominal originados por diversas causas, como arma de fogo, arma branca e acidentes automobilísticos. Doze realizaram laparotomia exploratória e um laparotomia terapêutica.

No que tange aos medicamentos utilizados, três esquemas analgésicos predominaram, a saber: 61,5% (n=8) dos pacientes apresentaram o esquema dipirona, cetoprofeno e morfina; 23,1% (n=3) dipirona, cetoprofeno e nalbufina; e 15,4% (n=2) esquema

contendo somente os não-opióides dipirona e cetoprofeno.

Dessa forma, todos os pacientes estudados utilizaram dipirona, 500 mg/mL, ampola com 2 mL, na posologia de 1 ampola intravenosa (IV), a cada 6 horas no regime “fixo”; bem como, cetoprofeno 100 mg, na posologia de 1 frasco ampola (IV) de 12/12 horas no regime de prescrição supra citado.

Para todos os pacientes que tiveram em sua prescrição o medicamento morfina, 10 mg/mL, ampola com 2 mL (n=8; 61,5%), esse estava prescrito no regime sob demanda (se necessário). Destes, quatro (50,0%) receberam uma dose nas 24 horas que antecederam à coleta dos dados; três (37,5%) não receberam nenhuma dose; e apenas um paciente (12,5%) recebeu quatro doses do opióide (Quadro 1).

O mesmo ocorreu com os três pacientes (23,0%) que apresentaram prescrição médica de

nalbufina, 10 mg/mL, ampola com 1mL, (IV), ou seja, a prescrição desse medicamento foi feita sob demanda. Dentre eles, dois (66,7%) tiveram uma ou duas doses do medicamento administradas nas últimas 24 horas.

Ressalta-se que, 100% dos medicamentos analgésicos não opióides foram prescritos de forma “fixa”, ao passo que, também a totalidade dos analgésicos opióides prescritos foram feitos sob demanda.

Também foram avaliadas a sensações dolo-

QUADRO 1 – Relação entre o IMD e o número de doses de analgésicos opióides administradas para os pacientes submetidos à cirurgia abdominal no Hospital João XXII, de 09 de dezembro de 2009 a 31 de janeiro de 2010.

Paciente	Analgésicos opióides prescritos ⁽¹⁾	Número de doses de opióide administradas ⁽²⁾	ID ⁽³⁾	IMD ⁽⁴⁾
1	Nalbufina (3)	2	2	-1
2	Morfina (3)	1	1	0
3	Morfina (3)	1	2	-1
4		0	2	-1
5	Morfina (3)	1	1	0
6	Morfina (3)	0	2	-1
7	Morfina (3)	0	1	0
8	Nalbufina (3)	1	2	-1
9		0	2	-1
10	Morfina (3)	1	2	-1
11	Morfina (3)	0	0	1
12	Morfina (3)	4	1	0
13	Nalbufina (3)	0	2	-1

⁽¹⁾Entre parênteses a potência do analgésico; considerar que todos usaram dipirona e cetoprofeno, ambos com potência 2.

⁽²⁾Número de doses administradas nas 24h que antecederam a coleta dos dados.

⁽³⁾ID – Índice da Dor.

⁽⁴⁾IMD – Índice de Manejo da Dor.

rosas vivenciadas pelos pacientes no pós-operatório, e 61,5% (n=8) deles relataram dor moderada (valores de 5 a 7 na escala analógica visual). Um percentual de 30,8% (n=4) descreveu sua dor como sendo leve (1-4 na escala analógica visual), e apenas 7,7% (n=1) dos pacientes declarou não sentir dor alguma.

Com base na intensidade da dor (ID) e na potência do analgésico (PA) utilizado, calculou-se o índice de manejo da dor (IMD) como forma de avaliar a adequação da analgesia. Oito pacientes (61,5%) apresentaram escore negativo para o IMD, demonstrando a inadequação analgésica; e os cinco pacientes restantes (38,5%) apresen-

taram escore positivo ou zero, o que demonstra correto manejo da dor nessa parcela dos pacientes.

Dentre os pacientes que apresentaram IMD positivo, três (60,0%) receberam pelo menos uma dose do analgésico opióide prescrito sob a forma “se necessário” e apenas um recebeu quatro doses de morfina, o que corresponde a uma ampola a cada seis horas, ou seja, a posologia adequada.

Em contrapartida, dos oito pacientes que demonstraram IMD negativo, 50% (n=4) não receberam nenhuma dose do opióide prescrito. Três pacientes receberam apenas uma dose do opióide e um paciente recebeu duas doses de nalbufina.

Ainda, dentre os seis pacientes (46,1%), que não receberam dose alguma do analgésico opióide, 66,7% (n=4) apresentaram IMD negativo.

DISCUSSÃO

O controle da dor pós-operatória é essencial para a assistência integral ao paciente cirúrgico, visto que estímulos dolorosos prolongados parecem predispor ao maior sofrimento e complicações no pós-operatório (CHAVES, 2003).

Nesse estudo, 61,5% (n=8) dos pacientes apresentaram escore negativo para o IMD, demonstrando a inadequação analgésica, o que está de acordo com os dados encontrados por Pimenta *et al.* (2001), em estudo desenvolvido em um hospital escola com 55 doentes que foram submetidos à procedimento cirúrgico, dos quais 44,6% apresentaram IMD negativo, isto é, a potência do analgésico prescrito foi insuficiente para a intensidade da dor vivenciada.

Da mesma maneira, Gomes (2003) e Bassanezi (2006) verificaram a inadequação analgésica

entre 75 a 80% dos pacientes em pós-operatório avaliados, respectivamente.

O presente estudo demonstrou que uma parcela de 61,8% (n=8) dos pacientes queixou-se de dor moderada, e nenhum deles apresentou dor intensa. Já em estudo realizado nos Estados Unidos com 500 pacientes operados, 77% deles apresentavam dor pós-operatória, sendo que em 80% dos casos a dor era classificada como moderada a intensa. Ainda, segundo estudo realizado em unidades de internação de um hospital geral que avaliou a dor e a satisfação com a analgesia de 110 doentes no 1º e 2º dias de pós-operatório, 23% dos doentes avaliaram a dor como intensa e 38,5% como moderada (BASSANEZI, 2006; GOMES, 2003; PIMENTA *et al.* 2001).

Nesse estudo, 100% dos medicamentos analgésicos opióides prescritos foram feitos sob demanda, o que demonstra afetar diretamente a qualidade da analgesia, como referido por Queiroz (2007) e Daudt (1998).

O uso do padrão “se necessário” de forma isolada produz flutuações nas concentrações plasmáticas do fármaco, permitindo alternância entre dor forte e analgesia, o que faz com que sejam necessários incrementos na dose desses. Em um estudo realizado com 1.107 prescrições do serviço de oncologia do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, foi constatado predomínio absoluto do padrão “se necessário”, responsável por 83% das prescrições pós-cirúrgicas (CHAVES, 2003; DAUDT, 1998).

Demonstrou-se com este estudo que somente 46,1% (n=6) dos analgésicos opióides prescritos na forma “se necessário” foram efetivamente administrados, o que pode estar relacionado à alta frequência de pacientes que apresentaram manejo da dor inadequado. Segundo Fuchs *et al.* (2004) o receio da dependência e de de-

pressão respiratória, que podem ser provocados pelos opióides, faz com que a equipe médica se recuse a aumentar doses ou diminuir intervalos entre administrações em pacientes com dor. Os riscos são superestimados e as necessidades dos pacientes esquecidas.

Dos pacientes pesquisados que demonstraram falha no controle da dor, 50% (n=4) deles não receberam nenhuma dose do opióide prescrito sob demanda, e dentre os 6 pacientes (46,1%), que não receberam dose alguma do analgésico opióide, 66,7% (n=4) apresentaram IMD negativo.

Nesse aspecto, também é importante salientar que para a maioria dos pacientes que receberam opióides e apresentaram IMD negativo, o número de doses administradas não foi a prescrita. Dessa forma, a prescrição do medicamento sob demanda não foi capaz de resolver a intensidade de dor sentida por esses pacientes.

Nesse contexto, a prescrição no esquema “*se necessário*” delega à equipe de enfermagem a responsabilidade do manejo da dor do paciente, o que significa que os analgésicos são administrados de acordo com a conveniência e visão da enfermagem. Esta, por vezes, interpreta essa prescrição como “*administrar o menos possível*”, sem levar em consideração a real necessidade do paciente. Na sua maioria, os pacientes com dor intensa estão debilitados e incapacitados para solicitar a medicação, e os demais apresentam certo temor de desenvolver dependência ou mesmo negam sua doença e o tratamento, sentindo, provavelmente, maior dor (DAUDT, 1998).

De qualquer forma fica patente que somente o envolvimento da equipe, o conhecimento, o treino e a familiaridade com os medicamentos e com as técnicas empregadas podem garantir a melhoria da qualidade dos cuidados pós-ope-

tórios. Atualmente, aponta-se que 50% do conhecimento técnico em qualquer campo tem se tornado obsoleto em um prazo de cinco anos. Isso implica em uma invasão crescente de novas tecnologias no cotidiano. Há necessidade de aperfeiçoar a formação dos profissionais de saúde para diminuir a distância entre os conhecimentos existentes a respeito do manejo da dor e a prática clínica. Ainda, é necessário que se estabeleçam protocolos de analgesia de acordo com as características de cada serviço, onde a resposta à terapia analgésica seja regularmente avaliada e documentada já que as condições dos pacientes são dinâmicas e a necessidade de analgésicos pode variar frequentemente. Para otimizar o manejo da dor aguda pós-operatória, os mecanismos básicos da dor pós-operatória devem ser explorados e novos tratamentos devem ser desenvolvidos. A adequada avaliação da efetividade analgésica e de seus efeitos colaterais são requisitos indispensáveis para o sucesso no controle da dor (BASSANEZI, 2006; PRESTES, 2005; FILHO, 2004; YUE, 2007).

CONCLUSÃO

Por meio desse estudo, foi possível verificar a dificuldade da equipe de saúde em manejar de forma adequada a dor pós-operatória nos pacientes pesquisados. Seja por deficiência de conhecimento ou dificuldades culturais e de atitudes, o alívio da dor nesses pacientes não se mostrou eficaz, sendo a prescrição dos opióides sob demanda e a administração desses em doses menores que as prescritas os fatores responsáveis por esse manejo inadequado.

No entanto, o estudo apresenta limitações. Trata-se de um estudo em que o número

de pacientes pesquisados foi consideravelmente pequeno e apenas um tipo de cirurgia foi abordado, não permitindo, portanto, a extrapolação desses resultados para outros grupos de pacientes. Recomenda-se a realização de outros estudos a fim de legitimar os resultados obtidos na presente pesquisa.

Outra limitação do estudo diz respeito à exclusão de pacientes que apresentaram analgésicos prescritos apenas sob demanda. Entende-se que tal posição cria um viés de seleção no estudo, já que o objetivo do estudo é avaliar a adequação da analgesia, principalmente nessas condições. Porém, definiu-se que seriam avaliados apenas os pacientes que fizeram uso de pelo menos um analgésico de forma fixa.

Por fim, o uso da escala analógica visual, como forma de avaliar a sensação dolorosa, pode ter contribuído para os resultados obtidos, uma vez que torna mais objetiva a avaliação de um sintoma que é de caráter subjetivo. Dessa forma, o uso desses instrumentos pode ser importante na tomada de decisões, uma vez que permite ao profissional de saúde reconhecer e mensurar a dor adequadamente.

REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, BSB; FILHO, AGO. Analgesia pós-operatória. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 33, n. 2, 2006.
- CALIL, AM & PIMENTA, CAM. Intensidade da dor e adequação de analgesia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 5, 2005, p. 692-9.
- CHAVES, LD; PIMENTA, CAM. Controle da dor pós-operatória: comparação entre métodos analgésicos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 2, 2003, 9 p.
- DAUDT, A *et. al.* Opióides no manejo da dor: uso correto ou subestimado? Dados de um hospital universitário. **Revista da Associação Médica do Brasil**, v. 44, n. 2, 1998, p. 106-10.
- FILHO, PCPT; CASSIANI, SHB. Administração de medicamentos: aquisição de conhecimentos e habilidades requeridas por um grupo de enfermeiros. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, 2004, p. 533-40.
- FUCHS, FD; WANNMACHER, L; FERREIRA, MBC. **Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional**. 3. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004, 1074 p.
- GOMES, MEW; EVANGELISTA, PE; MENDES, FF. Influência da Criação de um Serviço de Tratamento da Dor Aguda nos Custos e no Consumo de Drogas Analgésicas na Sala de Recuperação Pós-Anestésica. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 53, n. 6, 2003, p. 808-813.
- KODA-KIMBLE, MA & YOUNG, LY. **Applied Therapeutics: The Clinical Use of Drugs**. 8. ed., Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins. 2005.
- PEREIRA, LV; SOUSA, FAEF. **Mensuração e avaliação da dor pós-operatória: uma breve revisão**. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo, 2008

PRESTES, AC *et al.* Frequência do emprego de analgésicos em unidades de terapia intensiva neonatal universitárias. **J. Pediatr. (Rio J.)**, v. 81, 2005, p. 405-10.

PIMENTA, CAM *et al.* Controle da dor no pós-operatório. **Revista da Escola de Enfermagem – USP**, v. 35, n. 2, p. 180-3, jun. 2001.

QUEIROZ, FC. *et al.* Manejo da dor pós-operatória na Enfermagem Pediátrica: em busca de subsídios para aprimorar o cuidado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 60, n. 1, 2007, 10 p.

YUE Y. Mechanisms of postoperative pain. **Chinese Medical Journal**, 2007, v. 120, n. 22, 1949-1950p.

NOTAS

1 Discente do curso de Farmácia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Colaboradora da pesquisa, pesquisadora do hospital João XXIII.

DESENVOLVIMENTO DE NANOPARTÍCULAS LIPÍDICAS SÓLIDAS CONTENDO METOXALENO PARA O TRATAMENTO TÓPICO DO VITILIGO

Grazziela Mendes Morais Gandra¹

Lucia Helena de Angelis²

Lucas Antônio Miranda Ferreira³

Resumo: O vitiligo é uma doença caracterizada por uma despigmentação da epiderme resultante da destruição dos melanócitos. Diferentes modalidades terapêuticas são adotadas para restabelecer a integridade funcional dos melanócitos. A terapia tópica com um psolareno (metoxaleno) e radiação ultravioleta A (UVA), conhecida como PUVA, ocupa um lugar proeminente para as formas localizada e disseminada desta doença. A respeito das vantagens oferecidas por esta modalidade, ela ainda apresenta alguns inconvenientes, tais como fototoxicidade local frequente e resposta lenta. As nanopartículas lipídicas sólidas (NLS) apresentam diversas vantagens quando comparadas aos demais sistemas particulados e são indicadas para o encapsulamento de fármacos lipofílicos tais como o metoxaleno. Os resultados mostraram que misturas de lípidos sólidos e líquidos são capazes de encapsular o metoxaleno em concentrações consideradas relevantes para o uso tópico.

Palavras-chave: Vitiligo. Metoxaleno. Tratamento tópico. PUVA. Nanopartículas lipídicas sólidas.

Abstract: Vitiligo is a disease characterized by depigmentation of the skin resulting from the destruction of melanocytes. Different therapeutic treatments are adopted to restore the functional integrity of melanocytes. Topical therapy with a psolareno (metoxaleno) and ultraviolet A (UVA), known as PUVA, is one of the main therapies for the localized and disseminated forms of this disease. Despite the advantages offered by this therapeutic strategy, it still presents some disadvantages, such as frequent local phototoxicity and slow response. The solid lipid nanoparticles (SLN) have several advantages when compared to other particulate systems and are suitable for the encapsulation of lipophilic drugs such as metoxaleno. The results of this work showed that solid and liquid lipid mixtures are able to encapsulate metoxaleno in concentrations considered relevant to its topical use.

Keywords: Vitiligo. Metoxaleno. Topical treatment. PUVA. Solid lipid nanoparticles.

INTRODUÇÃO

O vitiligo é uma doença caracterizada por uma despigmentação da epiderme. Esta despigmentação resulta da destruição dos melanócitos, células especializadas na síntese de melanina. O vitiligo afeta 0,5 a 2% da população e as áreas afetadas aparecem de forma simétrica, predominantemente na face, causando forte impacto emocional ao paciente. A causa do vitiligo não é completamente conhecida, mas sabe-se que nas áreas afetadas existe uma carência de melanócitos funcionais (Crimes, 2005; Forschner *et al.*, 2007).

Diferentes modalidades terapêuticas são adotadas para restabelecer a integridade funcional dos melanócitos da epiderme, seja reativando aqueles remanescentes, os quais estão localizados, principalmente, na raiz do folículo piloso, ou estimulando aqueles da pele vizinha a migrarem para a área afetada. Essas diferentes modalidades incluem o uso da fotoquimioterapia com UVA, da fototerapia com UVB e corticoesteróides tópicos (Schafer & Bologna, 2003).

A fotoquimioterapia com um psolareno, usualmente o metoxaleno, e radiação ultravioleta do tipo A (UVA), conhecida como PUVA, é considerada como tratamento de primeira escolha para o vitiligo localizado e de segunda escolha para o disseminado. O psolareno é um fotosensibilizador que estimula os melanócitos, bem como a síntese de interleucina-1 (IL-1). O psolareno é administrado por via oral ou tópica. A administração tópica, na forma de gel, creme ou solução, tem a vantagem de evitar as reações adversas e problemas de variabilidade na biodisponibilidade entre os indivíduos, os quais são comumente observados após sua administração oral. Entretanto, a resposta lenta ao tratamen-

to, requerendo várias aplicações durante meses a anos, bem como a fototoxicidade local, manifestada por eritema cutâneo, permanecem como os principais inconvenientes dessa modalidade (Forschner *et al.*, 2007; Herane, 2003). Infelizmente, a fototoxicidade é um fenômeno dose-dependente e a diminuição da concentração do psolareno tende a diminuir tais reações em detrimento da eficácia. A incorporação do metoxaleno em formas farmacêuticas capazes de promover liberação controlada e penetração folicular (local onde se encontra os melanócitos remanescentes) pode ser uma alternativa interessante.

Formas farmacêuticas conhecidas como sistemas particulados são capazes de promover liberação controlada e penetração folicular, o que não se observa com as formulações convencionais. Os fármacos podem ser encapsulados nesses sistemas permitindo modificar a sua biodistribuição após administração no organismo. Atualmente, vários sistemas particulados têm sido desenvolvidos e avaliados: lipossomas, microesferas, nanopartículas e nanopartículas lipídicas sólidas.

As nanopartículas lipídicas sólidas (NLS), originalmente desenvolvidas para administração parenteral, são partículas feitas de lipídeos sólidos com um diâmetro médio de 50 a 1000 nm. As NLS são derivadas das emulsões para nutrição parenteral simplesmente substituindo o lipídeo líquido por um sólido. As NLS apresentam diversas vantagens quando comparadas aos demais sistemas particulados tais como facilidade de produção em larga escala sem o uso de solventes orgânicos, o que normalmente é requerido para os outros (Muller *et al.*, 2000). As NLS são indicadas para o encapsulamento de fármacos lipofílicos, tais como o metoxaleno.

Quando aplicadas sobre a pele, as NLS têm demonstrado potencial para favorecer penetra-

ção dérmica (local) em detrimento da absorção transdérmica, o que diminui a absorção sistêmica e eventuais reações adversas decorrentes desse fenômeno (Stecová *et al.*, 2007). Por outro lado, alguns trabalhos sugerem que as NLS favorecem a penetração folicular (Müster *et al.*, 2005).

Este trabalho teve como objetivo desenvolver nanopartículas lipídicas sólidas (NLS) contendo metoxaleno, bem como sua caracterização quanto ao tamanho de suas partículas, e rendimento de encapsulação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Preparação das nanopartículas lipídicas sólidas contendo metoxaleno

As nanopartículas lipídicas sólidas (NLS) contendo metoxaleno foram preparadas pelo método da homogeneização a quente, utilizando um agitador do tipo rotor/estator [Ultra Turrax® T-25 (Ika® Labortechnik, Alemanha)] e um equipamento de ultrassom com sonda de alta potência (Ultra-cell® 750 Watts; Sonics Materials Inc., EUA). A fase oleosa (FO) foi composta pelo behrenato de glicerila [mistura de mono, di e triglicerídeos do ácido behrenico (C₂₂) - Compritol 888 ATO®], metoxaleno, tensoativo não iônico etoxilado, colesterol, e uma série de lipídeos líquidos. A fase aquosa (FA) foi composta pelo propilenoglicol, conservante e água.

Caracterização das nanopartículas lipídicas sólidas

As NLS foram caracterizadas quanto ao diâmetro médio das partículas por espectroscopia de fóton correlação utilizando um aparelho

Zetasizer® 3000HSA (Malvern Instruments, Reino Unido) a um ângulo fixo de 90° e temperatura de 25°C. As dispersões de NLS foram diluídas em água destilada, filtradas em filtro de 0,45 µm e a contagem de KCP de 50 a 300

Determinação da concentração do metoxaleno

A determinação da concentração do metoxaleno nas NLS foi realizada por espectrofotometria no ultravioleta (UV). Uma alíquota das NLS foi diluída em mistura de clorofórmio/etanol e diluições subseqüentes foram preparadas em metanol. A absorvância destas soluções foi determinada utilizando-se cubeta de quartzo (1 cm) e comprimento de onda de 300 nm. Uma curva de calibração foi preparada em metanol.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A curva de calibração do metoxaleno foi preparada utilizando soluções nas concentrações de 2, 5, 10, 20 e 30 µg/mL, partindo-se de uma solução padrão de trabalho de 100 µg/mL. Foram preparadas três soluções que foram analisadas em dias diferentes. O comprimento de onda usado para leitura no espectrofotômetro foi de 300nm, sendo este o valor ótimo de absorção do metoxaleno. A massa do fármaco usada para análise foi de 50 mg. A curva demonstrou que os resultados são lineares, ou seja, com o aumento da concentração do metoxaleno houve aumento nos valores de absorbância, aspecto que é observado na figura 1. O coeficiente de correlação encontrado foi satisfatório ($r^2 = 1,00$).

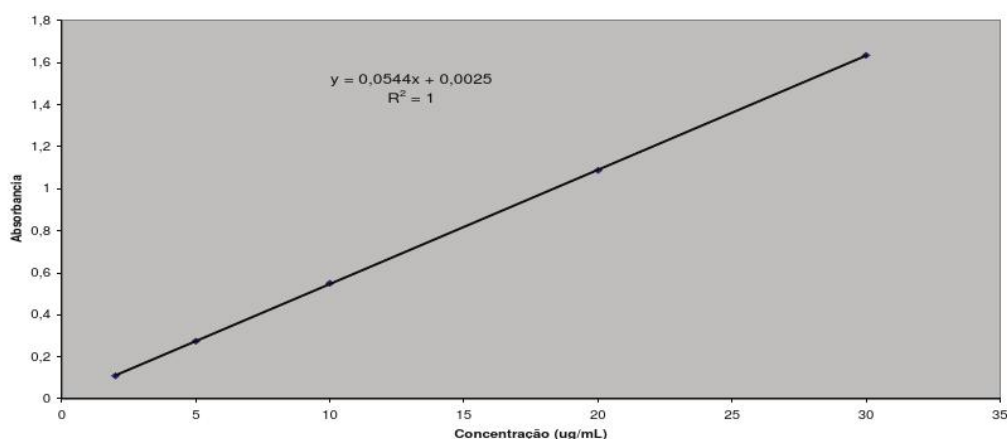


Figura 1. Curva de calibração do metoxaleno

Para testar a técnica de preparo de obtenção das NLS contendo o lipídio sólido (Compritol 888 ATO®), bem como avaliar se o tamanho de partícula gerado a partir da sua adição era satisfatório, ou seja, abaixo de 200 nm, uma série de preparações variando tempo de homogeneização no Ultra-turrax a 8.000

rpm e no Ultrassom a 20% de amplitude foi realizado. Observou-se que quando o tempo de homogeneização no Ultra-turrax e no Ultrassom foi de 2 e 10 minutos, respectivamente, obteve-se um tamanho de partícula e índice de polidispersão menores. Os resultados encontram-se no quadro 1.

Quadro 1: Variação nos tempos de homogeneização das NLS, seus respectivos tamanhos de partículas e índice de polidispersão.

Formulação	Tempo (min)		Tamanho de partícula (nm)	Índice de polidispersabilidade (IP)
	Ultra-turrax	Ultrassom		
1 (lote 20 mL)	5	5	193,6	0,551
2 (lote 20 mL)	2	5	113,6	0,465
3 (lote 20 mL)	2	10	111,0	0,311

A espectrofotometria das NLS branco foi realizada em mistura de clorofórmio/etanol na proporção de 5% e 95% respectivamente, desta forma se obteve uma solubilização do Compritol 888 ATO®.

O metoxaleno foi incorporado na nano-emulsão na concentração de 0,1% e após 24hs observou-se que houve precipitação do mesmo. A determinação da taxa de encapsulamento demonstrou que o rendimento de encapsulação

foi em torno de 20%. Este resultado confirma, portanto, um baixo nível de encapsulamento, o que já era esperado devido à precipitação do metoxaleno.

Novos testes foram realizados utilizando-se associações de diferentes lipídeos líquidos em concentrações distintas, com o objetivo de se avaliar a interferência na eficiência da encapsulação. Foram testadas misturas de lipídeos líquidos com o Compritol 888 ATO® de modo que a concentração final de lipídeos na formulação fosse de 5%.

Utilizou-se inicialmente uma mistura contendo 0,5% e 1,0% de triglicerídeo de cadeia média (TCM) e o Compritol 888 ATO®. Observou-se que a adição de 0,5% ou de 1,0% de TCM não se mostrou relevante na taxa de encapsulação do metoxaleno.

Iniciou-se uma nova etapa adicionando 1,0% de miristato de isopropila, palmitato de isopropila, e palmitato de octila em diferentes

formulações. Os resultados demonstraram taxas de encapsulamento com médias de 20,6%, 23,0% e 26,3%, respectivamente, evidenciando, dessa forma, um melhor rendimento para o palmitato de octila. A partir desses dados optou-se por adicionar 2% de palmitato de octila na formulação, os resultados mostraram uma melhora na taxa de encapsulamento com média de 35,0%.

Novas formulações contendo 10% de lipídeos totais foram preparadas, as mesmas continham 4,0% de palmitato de octila e 6,0% de Compritol 888 ATO® ou 6,0% de palmitato de octila e 4,0% de Compritol 888 ATO®, as taxas de encapsulação para as duas formulas testadas apresentaram médias de 39% e 48%, respectivamente.

As NLS obtidas foram caracterizadas quanto ao diâmetro médio das partículas por espectroscopia a correlação de fóton e os resultados estão descritos na tabela 1.

Tabela 1: Medida de tamanho de partícula e índice de polidispersibilidade

Lote	tamanho de partícula (nm)	Índice de polidispersibilidade (IP)
1	224,7	0,247
2	218,3	0,228

Lote 1: 4,0% de palmitato de octila e 6,0% de compritol 888

Lote 2: 6,0 % de palmitato de octila e 4,0% de compritol 888

Os resultados foram considerados satisfatórios, uma vez que o tamanho médio das partículas foi menor que 250 nm e o IP menor que 0,5.

CONCLUSÃO

O método analítico por espectrofotometria proposto para o doseamento do metoxaleno em

300 nm demonstrou uma alternativa eficaz, de baixo custo e de fácil execução na determinação da taxa de encapsulação nas nanopartículas sólidas.

A incorporação de metoxaleno em nanopartículas lipídicas sólidas se mostrou viável, no entanto as taxas de encapsulação foram baixas. A incorporação de lipídeos líquidos aos sólidos nas NLS aumentou consideravelmente a encapsula-

ção do metoxaleno nestes sistemas. As NLS preparadas com misturas de lípidos líquidos constituem, portanto, uma alternativa atraente como forma farmacêutica de uso tópico para veicular o metoxaleno.

REFERÊNCIAS

FORSCHNER T, BUCHHOLTZ S, STOCKFLETH E. Current state of vitiligo therapy--evidence-based analysis of the literature. **Journal of the German Society of Dermatology**, v. 5, p. 467-475, 2007.

GRIMES PE. New insights and new therapies in vitiligo. **Journal of the American Medical Association**, v. 293, p. 730-735, 2005.

HERANE MI. Vitiligo and leukoderma in children. **Clinics in Dermatology**, v. 21, p. 283-295, 2003.

MÜLLER RH; KARSTEN M; GOHLA S. Solid lipid nanoparticles (SLN) for controlled drug delivery – a review of the state of the art. **European Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics**, v. 50, p. 161-177, 2000.

MÜSTER U, NAKAMURA C, HABERLAND A, *et al.* RU 58841-myristate-prodrug development for topical treatment of acne and androgenetic alopecia. **Pharmazie**, v. 60, p. 8-12, 2005.

SCHAFFER JV, BOLOGNIA JL. The treatment of hypopigmentation in children. **Clinics in Dermatology**, v. 21, p. 296-310, 2003.

STECOVÁ J, MEHNERT W, BLASCHKE T, *et al.* Cyproterone acetate loading to lipid nanoparticles for topical acne treatment: particle characterization and skin uptake. **Pharmaceutical Research**, v. 24, p. 991-1000, 2007.

NOTAS

- 1 Discente do curso de Farmácia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Professor colaborador da pesquisa, docente da Universidade Federal de Minas Gerais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A REINserÇÃO PSICOSSOCIAL NA ÓTICA DE APENADOS QUE COMETERAM CRIMES CONTRA A VIDA

Alice Aparecida da Silva Ribeiro¹
Isabela Leroy Rodrigues de Oliveira¹
Stephanie de Andrade Guimarães¹
Welber de Barros Pinheiro¹
Mauro Giffoni de Carvalho²
Fabrício Júnio Rocha Ribeiro³
Renata Dumont Flecha³

Resumo: O presente artigo visou investigar a construção das Representações Sociais sobre a reinserção psicossocial de apenados, autores de crimes contra a vida. Pretende-se realizar articulações/desarticulações existentes entre as Representações Sociais, em um primeiro momento, construídas pela Penitenciária (Universo Reificado), sobre a reinserção psicossocial e sua operacionalização por meio de seus programas e projetos. Em um segundo momento, os processos de ancoragem e objetivação, bem como ações realizadas pelos apenados autores de crimes contra a vida (Universo Consensual).

Palavras chave: Crimes contra a vida. Instituição Total. Representações Sociais. Penitenciária. Reinserção Psicossocial.

Abstract: The present study aimed to investigate the construction of Social Representations about the psychosocial reinsertion of prisoners, convicted of crimes against life. Firstly, this work intends to make the existing links/unlinks between Social Representations, constructed by the penitentiary (Refeid Universe), about psychosocial reinsertion and its operationalization through its programs and projects. Secondly, it addresses the anchorage and objectification processes, as well as prisoners' actions, convicted of crimes against life (Consensus Universe).

Keywords: crimes against life. Total Institution. Social Representation. Penitentiary. Psychosocial Reinsertion.

INTRODUÇÃO

O atual sistema penitenciário brasileiro e sua eficácia em oferecer aos infratores que nele estão inseridos, possibilidades de reinserção na sociedade, têm sido temas de discussão e questionamento para autoridades e comunidade como um todo. É sabido que tal sistema foi estabelecido ao longo da história, sendo possível através do seu percurso, compreender melhor sua atual constituição. O próprio termo penitenciária tem suas explicações já na Idade Média, em que teve suas origens. Passou a ser empregado pela Igreja Católica, que recolhia em determinados espaços os pecadores arrependidos a fim de que estes refletissem e pagassem por suas penitências (OTTOBONI, 2001).

Atualmente, o termo vem sendo empregado para referir-se “Ao estabelecimento penal da propriedade do Estado, onde, por ordem judicial, ficam presas pessoas de ambos os sexos que cometeram delitos” (OTTOBONI, 2001, p.109).

Entretanto, sabe-se que o pagamento de pena por aquele tido como infrator ocorria antes mesmo da criação desses locais: “A prisão, no seu valor intrínseco, tem menos idade do que a pena [...]. Inúmeras medidas probatórias iam desde a pena de morte e outros métodos atrozes” (OTTOBONI, 2001, p. 15). No caso brasileiro, a história das penitenciárias foi marcada por práticas repressoras, de acordo com o período e transformações sociais ocorridas em cada época. A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República no final do séc. XIX são exemplos de algumas dessas transformações. A primeira prisão brasileira, criada em 1769, surge nesse contexto, com a finalidade unicamente repressora.

Desde então, a noção de pena vem sendo modificada, deixando de ser exclusivamente punidora, passando a ter caráter também recuperativo, uma vez que visava não só a reparação pelo dano e/ou ato causado pelo infrator, mas também a reflexão e resignificação do seu papel junto à sociedade. O então Dr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais José Maria Alckmin, no ato de inauguração da Penitenciária de Neves em 1938, ressaltava que:

O objetivo dos estabelecimentos penais não pode repousar no exclusivo critério de punição. Eles devem basear-se, para preencherem os seus fins, em medidas especialmente preventivas da criminalidade. A prisão unicamente como castigo e punição tem revelado muitas vezes a sua precariedade. O emprego de métodos educacionais severos e compreensivos assinala, quanto a este particular, uma conquista de que não se pode retroceder sem o sacrifício de próprio ideal de cultura e civilização.

Para que o cumprimento das penas atingisse seu fim último, algumas inovações foram criadas, como a progressão de regime fechado, semi-aberto e aberto, criação de estabelecimentos tipo industrial ou agrícola – onde os detentos poderiam trabalhar, livramento condicional para penas menores que dois anos, execução individualizada das penas, dentre outros. As diferentes fases do regime progressivo em que cada preso se encontra irão determinar, dessa forma, o estabelecimento penal ao qual ele estará ligado. No que se refere às inovações citadas, Pedroso afirma que:

[...] A assimilação da nova modalidade penal se fez pela constituição de 1824 que estipulou as prisões adaptadas ao trabalho e separação dos réus, pelo Código Criminal de 1830 que regularizou a pena de trabalho e da prisão simples, e pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, de importância fundamental, que deu às Assembléias Legislativas provinciais o di-

reito sobre a construção de casas de prisão, trabalho, correção e seus respectivos regimes. (PEDROSO, 2004, p.1)

Apesar da legislação buscar aplicar sanções de forma a possibilitar a reinserção social, o que encontramos, na atualidade, é um aumento progressivo tanto da criminalidade, quanto das instituições destinadas ao cumprimento das penas. Os dados do IBGE⁴ não revelam apenas o crescimento das taxas de encarceramento, mas estima-se também que a média de reincidência em atos fora da lei seja por volta de 75%. As instituições prisionais, da forma que se organizam atualmente, não possibilitam o que nomeamos neste projeto de reinserção psicossocial. Diante desse quadro, faz-se necessário ampliar os estudos e constituir novas estratégias para o combate à criminalidade.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada numa penitenciária⁵ da região metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2009, onde buscou-se investigar a construção das Representações Sociais sobre a reinserção psicossocial de apenados, autores de crimes contra a vida. A instituição escolhida para a pesquisa apresenta em sua estrutura institucional os avanços descritos anteriormente. Teve, desde sua inauguração, o objetivo de se fazer não “uma prisão como tantas prisões, mas uma casa de educação e de trabalho” (ALCKMIN, 1938, p.10). Dessa forma, a penitenciária, desde a sua criação, tem buscado ser um

[...] meio eficaz para a reeducação dos detentos, colocando-se em nível idêntico à instrução intelectual e moral. Eles poderão exercitar-se no trabalho industrial, segundo suas diferentes aptidões, nas diversas oficinas instaladas no estabelecimento, mas, para a agricultura [...] será sempre recrutada a atividade do maior número, para não impor ao recluso uma solu-

ção deformadora da continuidade profissional. (ALCKMIN, 1938, p. 16)

Apesar disso, mesmo com os trabalhos oferecidos nas oficinas, bem como as atividades agrícolas proporcionadas pela Penitenciária, os dados da pesquisa apontam na direção de que as representações sociais sobre a reinserção dos apenados não difere significativamente das outras instituições do sistema prisional.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Apresentaremos o conceito de ‘Instituições totais’ e ‘Representação Social’ dentro de penitenciárias destinadas a adultos. Para embasar esse trabalho será feita uma leitura de Erving Goffman; Michel Foucault; Augusto Thompson; Serge Moscovici; Fátima Oliveira; Graziela Werba; Karine Fonseca e Ângela Arruda.

Goffman (1992, p. 11) afirma que uma instituição total é ‘um local de residência e trabalho em que um grande número de pessoas com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada’. Aponta que o aspecto central das instituições totais na sociedade moderna pode ser descrito com a ruptura da barreira que separa as três esferas da nossa vida: dormir, brincar e trabalhar. Na sociedade moderna, essas três esferas acontecem em lugares diferentes; já na instituição total, todos as três passam a ocorrer dentro do mesmo espaço e sob uma autoridade comum. Outra característica que marca a instituição total é a realização dessas atividades diárias sempre com os participantes inseridos em um grande grupo de pessoas, todas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer a mesma coi-

sa e sempre em conjunto. Além disso, todas as atividades têm horário previamente estabelecido e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas. Ponto relevante também é o objetivo da movimentação das pessoas em conjunto nas instituições totais, as pessoas reunidas em um grupo facilita a vigilância e garante que todas façam o que foi exigido, “sob as condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros” (GOFFMAN, 1992, p. 18).

Foucault (2007, p. 126) apresenta a seguinte definição sobre a organização nas instituições totais:

As disciplinas, organizando as 'celas', os 'lugares' e as 'fileiras' criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operárias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. [...] A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de 'quadros vivos' que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidade organizada.

De acordo com Goffman (1992, p. 19-20), nas instituições totais existem normalmente dois grupos distintos, um grande grupo controlado que pode ser denominado de grupo de internados e um grupo pequeno de supervisores ou dirigentes. Cada agrupamento tende a receber o outro com estereótipos normalmente hostis e limitados. Os internados são vistos pelos dirigentes como reservados e não merecedores de confiança, e os dirigentes são tidos pelos internados como arbitrários e mesquinhos. Os par-

ticipantes de cada um desses grupos tendem a ter uma imagem de si mesmos, os dirigentes se vêem como superiores e corretos e os internados em alguns aspectos se sentem inferiores, fracos e culpados. É bem notável a restrição de comunicação entre os dois grupos, a fronteira existente entre eles não permite uma comunicação eficaz, as informações e as relações são restritas. Presumidamente, essas restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos.

Nesse ponto, temos um exemplo do que é a representação social. Entende-se por Representações Sociais “teorias” sobre os saberes denominados populares ou do senso comum, que são elaborados, partilhados e difundidos de forma coletiva. Seu objetivo precípua é a construção e interpretação da realidade e trabalha com o pensamento social. Têm caráter dinâmico e por isso, promovem ações e inter-relações dos sujeitos com os contextos nos quais se inserem, inter-relações estas que, por sua vez, promovem modificações em ambas as partes (sujeito/contexto).

Assim, podemos pensar, como Thompson (1980), que no espaço das penitenciárias, este saber elaborado e partilhado pelos apenados se constitui como uma certa aculturação ou ainda no termo “prisionização”, que se explicita nos códigos e ações que permitem a convivência no interior desse espaço. Esses códigos e ações proporcionam que os apenados criem formas de transformar aquilo que é considerado não familiar/desconhecido em familiar/conhecido, segundo a teoria das Representações Sociais. Esse movimento, visa a manutenção de um bem-estar e o evitamento da experiência de caos, que, se muito prolongada, pode tornar-se insuportável. Para operar a transformação do não familiar para o familiar, dois processos fundamentais são necessários: a Ancoragem e a Objetivação. Antes

porém, torna-se necessária a definição de dois outros termos com os quais estes dois processos se articulam que são: os Universos Reificados (da ciência) e os Universos Consensuais (do senso comum), dois tipos de universos de pensamento, que não são necessariamente hierarquizados entre si, mas diferentes, pois têm propósitos diversos. Os Universos Reificados caracterizam-se por serem mundos restritos, nos quais circulam as ciências ou as teorizações abstratas. Neles, a sociedade é vista como um sistema de diferentes classes e papéis, sendo que seus membros possuem posições desiguais. Já, os Universos Consensuais constituem-se pelas teorias do senso comum, com práticas interativas cotidianas, se constituem na conversação informal e é local de produção de Representações Sociais.

A instituição total cria e mantém um tipo peculiar de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e usam essa tensão constante como uma força estratégica no controle de homens. A cultura do indivíduo lhe permite construir uma concepção de si mesmo e ao entrar na instituição total é despido do apoio dado por tal dispositivo. Começa nesse local, uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações ao indivíduo. Inicia o que Goffman (1992) denomina de “mortificação do eu”. O indivíduo começa a passar por mudanças radicais em sua carreira moral, uma progressiva mudança na concepção das crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros significativos a eles. (Ibid., p. 24).

Segundo Goffman (1992), os processos de mortificação são relativamente padronizados nas instituições totais. A primeira mutilação do eu é percebida na barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo. Outra característica é a restrição por parte da

instituição total que inicialmente proíbe as visitas, ou limita o número de visitantes vindos de fora e proíbe as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e a perda de papel do indivíduo. Ao entrar na instituição total o indivíduo, segundo Goffman (1992, p.28), é despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais se mantém, o que provoca a desfiguração pessoal e nutre o caráter de uniformidade institucional. Goffman (1992, p. 27) afirma que talvez a mais significativa perda nesse processo, seja a do nome, “qualquer que seja a maneira de ser chamado, a perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu”. Outra forma de mortificação proposta por Goffman (1992, p.40), são os regulamentos estabelecidos pela direção, ou seja, a vida do internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima.

Paralelo ao processo de mortificação, o internado começa a receber informações formais e informais sobre o sistema de privilégios. Será esse sistema que proporcionará um esquema de reorganização ao internado, após o processo de despojamento que sofreu. Goffman (1992, p. 50) divide o sistema de privilégios em três elementos: o primeiro é o esquema da instituição que apresenta as ‘regras da casa’, um conjunto relativamente explícito e formal que expõe como deve ser a conduta do preso, a sua rotina; o segundo elemento, em contraste com o ambiente rígido apresentado, configura-se um pequeno número de privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência à equipe dirigente. Para quem está no mundo externo, são coisas simples e indiscutíveis, como escolher como quer o café, quando falaria ou não, o que na instituição são fatores problemáticos.

Essas possibilidades de reconquistas apresentadas ao internado parecem ter efeito reintegrador, pois restabelecem as relações com o mundo perdido, o que possibilita suavizar os sintomas de afastamento; o terceiro elemento está ligado aos castigos que são definidos em consequência à desobediência às regras. Goffman (1992, p. 51) afirma que a construção de um mundo em torno do sistema de privilégios secundários é talvez o aspecto mais importante da cultura do internado.

Nesse panorama, a geração do não familiar se dá dentro dos Universos Reificados e precisam ser transferidos para o cotidiano dos Universos Consensuais, cabendo tal tarefa a inúmeros canais. No caso da penitenciária, essa divulgação é feita pela equipe dirigente. A eficácia dessa divulgação será possibilitada pelo processo de Ancoragem que se define como aquele através do qual o sujeito busca classificar, encaixar de alguma forma em seus referenciais o não familiar, para que este não tome um caráter excessivamente ameaçador. A Ancoragem implica, assim, em um juízo de valor pois se classifica “uma pessoa, ideia ou objeto, com isso, já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta essa dimensão valorativa”. (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 109).

METODOLOGIA

Considerando que o enfoque centrado no conceito de Representações Sociais, que informou teórica e metodologicamente a pesquisa, induziu, assim, à adoção de uma abordagem metodológica qualitativa, numa perspectiva que permitiu compreender o presidiário como um

agente que interpreta o mundo à sua volta, com uma atitude que contém intenções e, portanto, projetos de ação. Nesse sentido, a dimensão qualitativa da pesquisa privilegiou a profundidade das informações, em detrimento da sua extensão.

Para esta investigação, foi importante que as Representações Sociais dos apenados estivessem formadas por um processo de aculturação ao sistema penitenciário, ou, no dizer de Thompson (1980), a prisionização. Por isso, optou-se pela amostra de apenados autores de crimes contra a vida⁶, que estavam cumprindo sentença na Penitenciária, há pelo menos cinco anos.

A condição inicial fundamental para que o preso fosse escolhido para ser entrevistado consistiu em sua disponibilidade e disposição para a concessão da entrevista. Foi adotado, em todos os casos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente autorizado por meio de assinatura.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas aplicadas a uma amostra, que obedeceu ao princípio de saturação das respostas, de acordo com a metodologia de pesquisas qualitativas. Para garantir que dados essenciais de interesse da pesquisa fossem tratados na entrevista semiestruturada, foram selecionados alguns tópicos, tais como: perfil sócio-demográfico; definições sobre as funções da pena; relação com a família antes e depois do encarceramento; vida antes do encarceramento; o cotidiano na penitenciária; visão dos projetos de reintegração social propostos pela Penitenciária (Universo Reificado); visão de reinserção psicossocial e projeto particular após cumprimento da pena (Universo Consensual). Essa etapa envolveu o pré-teste necessário para os ajustes da entrevista semiestruturada, a fim de que os tópi-

cos, acima citados, se tornassem de fácil entendimento e melhor adaptados à realidade cultural dos apenados.

Além disso, foram coletados dados sobre a estrutura e funcionamento da Penitenciária, bem como examinados os projetos e programas de reinserção social propostos por ela, com vistas à contextualização dos dados resultantes das entrevistas semiestruturadas e para articulações/desarticulações existentes entre as Representações Sociais dos apenados.

ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à descrição geral, o universo pesquisado compreende-se num total de 15 apenados, homens com idade em sua maioria entre 30 a 44 anos (79,8%), solteiros (66,6%), mas com uma média de 1 a 3 filhos, em sua grande maioria moradores de Belo Horizonte e região metropolitana. Quarenta por cento dos entrevistados estudaram até a quarta série e 20% nunca frequentaram a escola.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, foram definidas algumas categorias de análise, inseridas nas articulações/desarticulações existentes entre as Representações Sociais dos apenados e sua Reinserção Psicossocial. Nessa perspectiva, optou-se pela adoção das seguintes categorias: trabalho na penitenciária, participação em projetos, relação com a família, convívio social, fatores que facilitam e dificultam a reinserção social.

Quanto ao trabalho e participação em projetos na penitenciária, 83% dos entrevistados afirmaram que não participam de projetos de reinserção social, tais como: a participação na escola, trabalhos na padaria, marcenaria etc. Outros

relataram “desconhecer” o que seriam tais projetos. J., um dos entrevistados, comentou que “*não há reintegração social dentro da penitenciária*”. De acordo com o conceito de instituições totais de Goffman apresentado anteriormente, percebe-se que a não-reintegração social dos presos pode ser relacionada com o fato de que as penitenciárias foram criadas para proteger a sociedade do “mal” que habita aqueles que romperam com o laço social por meio do crime. Dessa forma, percebe-se que não há uma preocupação com a reintegração social do infrator, tanto por parte da instituição, quanto por parte da sociedade, o que pode ser ilustrado pela fala de M.:

“você que estão lá fora (...), você deveriam trazer mais pessoas para conhecer aqui dentro, para não ter má impressão do preso. (...) O preso errou? Errou! Muita gente julga, mas aqui dentro a gente paga pelo que fez”.

Sobre a relação com a família após a prisão, 46,6% afirmaram que o relacionamento é bom, contudo apontaram também que a revista realizada pelos agentes nos visitantes é constrangedora, como foi identificado na fala de M.: “*minha família é sistemática e quem quer passar por uma revista como essa aqui?*” J., outro entrevistado, continua seu relato dizendo sobre as dificuldades encontradas na manutenção do laço familiar: “*as pessoas não ressocializam por falta de apoio da família*”. Observa-se aqui um dos processos de mutação do eu, no qual é percebida uma barreira entre o internado e o mundo externo, estando entre eles a proibição ou o limite do número de visitantes vindos de fora, além da proibição das saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e a perda de papel do indivíduo.

Quando perguntamos o que deveria ter

na Penitenciária que favorecesse o retorno ao convívio social, 54,1% dos entrevistados apontaram que o trabalho e a realização de cursos profissionalizantes são pontos de fundamental importância. O que fica claro na fala de G. “*a Penitenciária não dá oportunidade de progressão, uma vez que não capacita o detento com cursos profissionalizantes e emprego.*” Como é característico dessas instituições não possibilitar aos presos a construção de novos laços sociais que apontem para o encontro com a cidade, é de se esperar que não haja oportunidades reais de exercício de cidadania que favoreçam a reinserção social. O trabalho é apontado pelos entrevistados como principal facilitador para o reconvívio com a sociedade, pois é uma dificuldade encontrada por eles, no momento de sua libertação, encontrar novas oportunidades de emprego sem uma formação profissional adequada.

Sobre as dificuldades encontradas dentro da Penitenciária, 27% dos entrevistados apontam o tratamento dos agentes que por vezes se torna agressivo e humilhante. V., afirma que o “*trânsito dos apenados dentro da Penitenciária*” é incômodo pois ficam de algemas. Segundo ele, há também um “*excesso por parte de alguns agentes no quesito autoridade.*” Em uma outra fala de JS., “*para punir não é necessário bater nem xingar.*” Tais falas remetem ao conceito apresentado por Goffman de mortificação, sendo esse o processo contínuo na permanência da rotina na instituição total. Sendo assim, o preso perde a sua identidade enquanto sujeito e passa a ser assujeitado às regras e condições, por vezes excessivas, impostas pela instituição e por aqueles que dela fazem parte; o preso tem o seu eu, a sua particularidade violada, invadida.

Uma das falas, em especial, nos chama a atenção. B, ao dizer sobre o convívio social, afir-

ma que “*as pessoas que tomam conta de mim, eles me vêem como uma pessoa ruim, (...), não aparece ninguém que acredita na gente para dar uma oportunidade.*” Há aqui um exemplo da representação social que os agentes penitenciários têm dos presos, ao verem-nos como não merecedores de confiança. O preso é aquele que encarna o mal e deve ser retirado do convívio social e mesmo cumprindo sua pena, não se livra dessa marca.

CONCLUSÃO

A penitenciária considera que seus programas de ressocialização, como o trabalho, a escola, oficinas e atendimentos psicossociais contribuem para a reinserção do apenado à sociedade. Porém, o que encontramos na fala dos presos, ou seja, a forma como eles representam esses programas que a instituição oferece é bem diferente.

O trabalho, em sua maioria, é visto na ótica dos apenados como uma oportunidade de “*passar o tempo fora da cela*” e de conseguir também o benefício da remissão da pena. O trabalho dentro do presídio está muito distante da “*profissionalização*”, termo muito encontrado na fala de vários detentos como sendo algo importante para a reinserção social deste. O trabalho realizado dentro do presídio está longe de representar um processo de ressocialização, pois este não possui o caráter de profissionalização.

A escola quando comparada ao trabalho é muito menos procurada, pois o preso deve escolher apenas uma forma de remissão da pena, e a remissão concedida pelas horas estudadas é muito menor do que as horas trabalhadas por dia. Por esse motivo, a grande maioria dos detentos preferem o trabalho à escola, e muito raramente os dois, uma vez que só podem escolher

uma remissão. Tal constatação corrobora com os resultados encontrados em nossa pesquisa de que a grande maioria dos presos não continua estudando dentro do presídio ou, simplesmente, não veem a escola como uma possibilidade de ressocialização.

No que diz respeito às oficinas, somente alguns presos mais antigos, dentro do sistema penitenciário, disseram conhecer ou já ter participado de alguma. Mesmo assim, não souberam precisar quando foi e o que fizeram, e dizem apenas que foi há muito tempo. A grande maioria não sabe ou nunca ouviu falar disso dentro da instituição.

Os atendimentos psicológicos e sociais, que são oferecidos pelo setor de Psicossocial da Instituição, representam para os presos uma forma de aliviar sua angústia no que diz respeito à sua situação jurídica. Muito demandados e almejados, os atendimentos são, em sua grande maioria, uma forma de saber o tempo que ainda lhe resta de pena ou ainda, que benefícios têm direito e como requerê-los.

Os dados obtidos pela pesquisa, apontaram um abismo existente entre o que a Penitenciária nomeia de reinserção psicossocial e a forma como os detentos as vivenciam e as representam. O caráter contensivo sobrepõe-se à ressocialização, deixando de lado o sujeito apenado, fazendo-se entender melhor porque possuímos uma taxa de reincidência criminal tão elevada.

REFERÊNCIAS

ALCKMIN, JM. **Discurso:** proferido no ato de inauguração da Penitenciária de Neves em 18/VII/38. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1938. 31 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 126-209.

GOFFMAN, E. **As características das instituições totais.** Manicômios, prisões e conventos. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 312 p. 11-69.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Século XX. Disponível em: www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml acesso em 20/04/ 2008.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, FO; WERBA, GRAZIELA C. Representações Sociais. In: STREY, MN *at al.* **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1998.

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário.** 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Cidade Nova, 2001. 158 p. ISBN8571120889 (broch.).

PEDROSO, RC. Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>>. Acesso em: 10/03/2010.

THOMPSON, AFG. **A questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 1980.

NOTAS

1 Discentes do curso de Psicologia, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professores colaboradores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Estatísticas do século XX – IBGE www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm. Acesso em: 20/04/2008.

5 O nome da penitenciária não será mencionado, a fim de garantir o caráter sigiloso das informações nela coletadas.

6 De acordo com o Código Penal Brasileiro, o crime contra a pessoa é todo aquele cuja compreensão se estende ao crime contra a vida; de lesão corporal; de periclitamento da vida e da saúde; de rixa; contra a honra; e contra a liberdade individual, com pena de reclusão que varia de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. Disponível em: http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp121a128.htm Acesso em: 20/04/2008.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE EM JOVENS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM JOVENS DE DIVERSAS CLASSES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO OESTE DE BELO HORIZONTE– MG¹

Márcia de Fátima Souza Reis Alves²
Carlos Denis de Campos Pereira³

Resumo: Pesquisar como é construída a representação social da sexualidade dos jovens de diversas classes socioeconômicas na região oeste do município de Belo Horizonte. A metodologia proposta para o desenvolvimento da pesquisa baseia-se na Teoria das Representações Sociais. Serão analisados dados oriundos de um inquérito estatístico realizado com jovens entre 15 e 17 anos de duas escolas na região: uma escola pública e uma escola particular. A pesquisa produziu informações para o desenvolvimento de políticas públicas com jovens nas áreas da saúde, educação e assistência social e irá contribuir com os programas de estágios curriculares desenvolvidos nesta região pelos cursos de graduação do Centro Universitário Newton Paiva.

Palavras-chave: Psicologia. Psicologia Social. Representação Social. Sexualidade. Adolescência.

Abstract: The aim of this study was to investigate how the social representation of young sexuality of several economic classes in the west region of Belo Horizonte is built. The research proposed methodology is based on the Social Representation Theory. Data from a statistic inquiry made with teenagers between 15 and 17 years old, from two schools of the west region, a public school and a private school, were analyzed. This research produced information to the development of public policies for the young population in health, education and social assistance areas. It will also contribute to the curricular internship programs developed in this region by graduation courses of the Centro Universitário Newton Paiva.

Keywords: Psychology. Social Psychology. Social Representation. Sexuality. Adolescence.

INTRODUÇÃO

Os fenômenos da existência humana se manifestam e se afirmam numa diversidade complexa de realidades. As realidades humanas são simultaneamente biológicas, sociais e psicológicas. Assim é com a sexualidade. Não podemos estudar a sexualidade apenas no domínio de uma realidade biológica. Trata-se de um fenômeno complexo que entrelaça diversas realidades simultaneamente.

Assim, o fenômeno da sexualidade, torna-se uma representação complexa de diversos níveis de realidades. É uma realidade própria ao corpo humano, ou seja, uma realidade biológica. É, simultaneamente ao biológico, uma realidade sócio-cultural e uma realidade psicológica, determinando o comportamento sexual dos seres humanos ao longo de sua existência.

Nossa pesquisa estudou as representações sociais da sexualidade de jovens na região oeste do município de Belo Horizonte - MG. Procurou-se diversificar as classes socioeconômicas dos jovens pesquisados, através de uma amostragem intencional, delimitada por uma escola pública e uma escola privada, ambas localizadas na região oeste de Belo Horizonte.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE

A sexualidade humana é um fenômeno biológico, psíquico e social. Diz Freud a respeito da “pulsão sexual”:

Sem uma discussão minuciosa de minhas concepções do recalçamento, eu não poderia esclarecer melhor essa parte da teoria. Basta remeter aqui a meus Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905d), onde

tentei lançar alguma luz, por parca que seja, nos processos somáticos em que se deve buscar a natureza da sexualidade. Ali expus o fato de que a disposição sexual constitucional da criança é incomparavelmente mais variada do que se poderia esperar, que merece ser chamada de “perversa polimorfa”, e que o chamado comportamento normal da função sexual brota dessa disposição mediante o recalçamento de certos componentes. Através da referência aos caracteres infantis da sexualidade pude estabelecer um vínculo simples entre a saúde, a perversão e a neurose. A normalidade mostrou ser fruto do recalçamento de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições infantis, bem como da subordinação dos demais à primazia das zonas genitais a serviço da função reprodutora; as perversões correspondem a perturbações dessa síntese através do desenvolvimento preponderante e compulsivo de algumas das pulsões parciais, e a neurose remonta a um recalçamento excessivo das aspirações libidinais. Visto que quase todas as pulsões perversas da disposição infantil são comprováveis como forças formadoras de sintomas na neurose, embora se encontrem nela em estado de recalçamento, pude descrever a neurose como o “negativo” da perversão. (FREUD, 1989, p. 260, grifos nossos)

Orientando-nos pela teoria freudiana, ao pronunciarmos sobre a sexualidade humana, estamos pronunciando sobre os processos de recalçamento das pulsões sexuais. Esses processos de recalçamento são históricos e sociais, transmitidos diretamente pela família para os seres humanos recém nascidos no interior da mesma. Aos poucos eles vão se adentrando neste processo -natural-, -normal- de recalçamento, através da linguagem, dos códigos morais e religiosos, enfim, de todo um processo cultural que cria o entorno da existência humana. A história seria a base material dessa cultura.

Concordando com Freud, o filósofo e historiador francês, Michel Foucault (1926 – 1984) afirma-nos que a história da sexualidade pode ser estudada a partir de “mecanismos de repressão”

(FOUCAULT, 1988, p.109). É a hipótese repressiva da sexualidade que teve o seu ciclo entre os séculos XVII e XX. Uma história que apresenta duas rupturas.

A primeira ruptura ocorre no decorrer do século XVII, que foi um marco das grandes proibições em torno da sexualidade. A família nuclear moderna era responsável pela reprodução e pelas regras morais. O único local onde a sexualidade podia ser vivenciada seria no quarto do casal. Quem desobedecia esta regra de silêncio em torno da sexualidade e do não questionamento sobre a mesma, lhe era dado o *status* de *anormal* e teria que pagar sanções para a sociedade:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não tem sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FREUD, 1989, p. 10).

A segunda ruptura foi no final do século XIX e início do século XX. Ocorre uma mudança de estrutura da instituição familiar por influência direta dos médicos, psiquiatras, pedagogos, psicólogos e outros profissionais, fazendo surgir questionamentos e estudos acerca do assunto:

Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Nova, também, porque desenvolvia ao longo dos eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. (FREUD, 1989, p. 110).

A sociedade passa a buscar o “conhecimento” sobre o corpo humano que favorecesse uma sexualidade sadia para seus membros. Nesse sentido, a sexualidade humana passa a ser controlada e moldada por dispositivos de saber aliados às estratégias de controle e poder. Assim, podemos continuar nesse argumento, reforçado por Parker (1991), de que a experiência sexual não é determinada exclusivamente pela ordem natural. Ela é também determinada por um conjunto dos processos sociais, onde as expressões simbólicas moldam as experiências humanas na vida sexual.

Para poder entender como o brasileiro construiu o significado da sexualidade, Parker (1991) remete primeiramente a questão de gênero construída na ordem social patriarcal. O homem podia ter sua iniciação sexual precoce, como forma de virilidade e sinônimo de masculinidade. A mulher tinha que ser pura, inocente e preservada pela castidade de seu corpo, esperando até depois do casamento para se entregar ao marido, simplesmente para a procriação. A mulher não podia sentir nenhum tipo de prazer sexual e, se ocorresse alguma transgressão, ela era considerada impura e uma pecadora.

Oposição de gênero que permanece até os dias de hoje na vida cotidiana dos brasileiros. Mesmo com as mudanças nos valores sexuais, conquistadas pelo movimento feminista e pelo movimento LGBTTTTS, que é o acrônimo de *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros* (o ‘S’ se refere aos *Simpatizantes*), as mudanças na estrutura familiar e no declínio da autoridade religiosa e paterna, a desigualdade de gênero continua a existir. Essa desigualdade estrutura diversas expressões sexuais e de gênero, como expressões simbólicas que nomeiam a superioridade masculina, como nos indica a Pes-

quisa GRAVAD (Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil)⁴, realizada nos anos de 1999 - 2002, com jovens das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: “Os dados evidenciam que o gênero tende a prevalecer, em geral, sobre a gestão da sexualidade.” (HEILBORN, 2006, p. 396). Uma realidade dos jovens brasileiros.

Uma das consequências diretas dessa realidade é verificada nos indicadores sobre a gravidez na adolescência. Apesar da diminuição, nos últimos anos, de adolescentes grávidas (entre 15 e 19 anos) ainda é muito alto o índice de gravidez na adolescência no Brasil. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de partos em mães adolescentes no Brasil representou 20,5% do total de nascimentos no país em 2006⁵. De acordo com o IBGE, a realidade entre as regiões brasileiras é desigual e o percentual de partos em mulheres com menos de 20 anos chega a quase dobrar entre as diferentes unidades federativas. A consequência direta, para a saúde pública, é a necessidade de maiores investimentos em equipamentos e dispositivos específicos para o acompanhamento e assistência dessas adolescentes.

Entretanto, a Pesquisa GRAVAD (Ibid.) verificou que a reprodução juvenil é um fenômeno heterogêneo e complexo:

[...] a maternidade adolescente (mas também a paternidade) deriva de um quadro complexo de determinantes sociais e biográficos nos quais a dissociação entre sexualidade e reprodução não está completa, sobretudo nos segmentos mais desfavorecidos, fazendo com que, ao lado da valorização da família, ela se apresente como um projeto possível de reconhecimento social, em detrimento da manutenção da carreira escolar. (HEILBORN, 2006, p. 359).

Assim, as políticas públicas de assistência

social, saúde pública e educação devem focar o problema da sexualidade, da orientação sexual, de forma diferenciada de processos normativos encontrados nas escolas, nas comunidades e nas famílias. Justifica-se pelo fato da sexualidade ser representada na sociedade, pelos mais variados tabus e preconceitos. Processos normativos reforçariam os tabus e os preconceitos existentes, não fazendo a devida reflexão diante de uma situação complexa.

A METODOLOGIA UTILIZADA E AS SUAS LIMITAÇÕES

A metodologia proposta para o desenvolvimento da pesquisa teve duas direções: a pesquisa teórica, de cunho bibliográfico e a pesquisa de campo.

A base epistemológica utilizada foi a Teoria das Representações Sociais (TRS) desenvolvida a partir da pesquisa de Serge Moscovici realizada em 1966⁶ e das correntes etnográfica e sociológica da mesma teoria desenvolvida por D. Jodelet e W. Doise (SÁ, 1996)⁷. Para Moscovici (1978, p. 26), a representação social é “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Ou seja, a representação social é o estudo, particularizado, de comportamentos psicossociais.

A pesquisa de campo é baseada em uma amostra não-probabilística, ou seja, uma amostragem intencional ou uma amostragem por julgamento (BABBIE, 2001, p. 153). Foram escolhidas duas escolas parceiras: uma escola pública e uma escola particular desta região. A mensalidade da escola particular foi superior a um salário mínimo.

O questionário foi composto por vinte e três questões derivadas da Pesquisa GRAVAD (*Ibid.*), acrescidas por duas questões, onde cada entrevistado, por meio da técnica de *associação livre*, escreve cinco *palavras* e depois, cinco *estilos musicais*, que lhe vêm à consciência sobre a maneira como vê e sente a sua sexualidade. As palavras e as músicas foram categorizadas segundo a frequência e a ordem média de evocação, que compôs as categorias de análise, em conjunto com os outros dados derivados do levantamento.

De acordo com a professora de psicologia na Universidade de Paris V, Laurence Bardin (1977, p. 53), um teste de associação de palavras aplicado a uma amostra de indivíduos, serve para o estudo dos estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo social.

Um estereótipo é a “idéia que temos de...”, a imagem que surge espontaneamente, logo que se trate de... É a representação de um objeto (coisas, pessoas, idéias) mais ou menos desligada da sua realidade objetiva, partilhada pelos membros de um grupo social com alguma estabilidade. Corresponde a uma medida de economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica pré-existente, geralmente muito concreta e imagética, organizada em torno de alguns elementos simbólicos simples, substitui ou orienta imediatamente a informação objetiva ou a percepção real. Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas como as comunicações de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha as suas raízes no afetivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou criado. (BARDIN, 1997, p.53).

Na pesquisa sobre as representações sociais, a associação ou evocação livre, é considerada por Abric (1994, p. 66, citado por SÁ, 1996, p. 115) como “uma técnica maior para coletar os elementos constitutivos de conteúdo de uma

representação”. Consiste em se pedir aos sujeitos da pesquisa que digam, a partir de um termo indutor apresentado pela pesquisa, as palavras ou expressões que lhe venham imediatamente à lembrança.

Na escola pública, foram distribuídos 225 questionários com o respectivo *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* — TCLE, seguindo os princípios da ética na pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos pela Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde⁸. Obtivemos uma devolução de 21 questionários com os TCLEs, ou seja, 9,3% do total distribuído. Na época da pesquisa, existiam 369 estudantes, entre 15 a 17 anos de idade matriculados na escola. O alcance inicial da pesquisa foi de 61%. Na escola particular, foram distribuídos 90 questionários, com os TCLEs e tivemos uma devolução de 10 questionários com os TCLEs (11,1%). Na época da pesquisa, existiam 90 estudantes, entre 15 a 17 anos de idade matriculados na escola. O alcance inicial da pesquisa foi de 100%. Em média, o índice de devolução, ficou em torno de 10,2% em relação às duas escolas. De acordo com Earl Babbie, em seu livro *Métodos de Pesquisa em Survey*, a taxa aceitável de resposta é a seguinte:

Uma taxa de resposta de pelo menos 50% é geralmente considerada adequada para análise e relatório. Uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada boa, e uma taxa de 70% ou mais é muito boa. Mas estas são regras rudimentares, sem base estatística, e uma falta de viés de resposta é muito mais importante do que uma alta taxa de resposta. (BABBIE, 2001, p. 253, grifos do autor).

Uma taxa de devolução muito baixa nos chamou atenção e marcou a pesquisa no aspecto do tabu em torno da participação dos jovens na

pesquisa. A desconfiança em participar da mesma era grande. A não autorização dos pais foi bastante enfática e significativa. Contra a orientação dos pesquisadores, um diretor das escolas envolvidas, condicionou a participação numa avaliação escolar de sua disciplina, somente dos alunos que trouxessem o questionário respondido. Alguns pais protestaram por escrito no TCLE. Todo questionário que nos foi entregue nessas condições foi desconsiderado por uma razão ética, ou seja, o mais importante era a liberdade do jovem em participar da pesquisa com a devida autorização de seus pais ou de seus responsáveis. Podemos considerar que os participantes que responderam os questionários enfrentaram todas as desconfianças e tabus, historicamente construídos em torno da sexualidade.

Verificamos um clima de “muito barulho” e “novidade” em nossas “Atividades Complementares”, que foram as “Oficinas sobre Sexualidade”, desenvolvidas na escola pública, no sentido de criarmos uma aproximação com a comunidade escolar. Os alunos riram muito, falaram abertamente, em um clima descontraído que ao olhar de uma perspectiva disciplinar, tudo parecia uma desordem generalizada. Pelas perguntas levantadas verificou-se muito preconceito, tabus e falta de conhecimento e informações básicas em torno da sexualidade. Observamos também que o clima positivo e participativo criado em torno dessas atividades complementares (Oficinas de Sexualidade), desenvolvidas ao longo de duas semanas na escola pública, concomitante ao desenvolvimento da pesquisa, nos ajudaram muito a conseguir um retorno de 9,3%, número que poderia ser bem mais baixo, caso não fossem desenvolvidas as atividades complementares.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Das vinte e cinco questões elaboradas no questionário aplicado, agrupamos as respostas referentes às dezenove questões, pois algumas estavam repetitivas e foram abordadas nas outras questões. As respostas às perguntas foram as seguintes:

1. Sobre as idades e os gêneros dos participantes da pesquisa, nós tivemos as seguintes ocorrências. Na escola particular, 60% dos participantes tinham 15 anos de idade e 40% tinham 16 anos de idade. Dos participantes na escola pública, 43% tinham 15 anos de idade, 24% tinham 16 anos de idade, 24% tinham 17 anos de idade e 9% não responderam. Com relação ao gênero dos participantes, verificou-se na escola particular uma participação de 80% do gênero feminino e 20% do gênero masculino. Na escola pública verificou-se uma participação de 86% do gênero feminino e 14% do gênero masculino.
2. Sobre a escolaridade dos participantes, verificou-se que na escola particular, 70% estavam cursando o 1º ano do segundo grau e 30% estavam cursando o 2º ano do segundo grau. Na escola pública, 52% cursavam o 1º ano do segundo grau; 29% cursavam o 2º ano do segundo grau; 10% cursavam o 3º ano do segundo grau; 4,5% responderam que cursavam o ensino médio; 4,5% não responderam à pergunta.
3. Sobre a raça e a cor dos participantes, na escola particular 100% informaram ser da raça branca. Na escola pública,

foram informadas as seguintes características: raça parda (47,5%); raça preta (28,5%); raça branca (19%); não responderam à pergunta (5%).

4. Sobre as classes de rendimento mensal domiciliar (de todos que moram na mesma casa) com base no salário mínimo, na escola particular, temos os seguintes resultados: entre 5 a 10 salários mínimos (30%); mais de 10 salários mínimos (30%); entre 3 a 5 salários mínimos (20%); mais de 20 salários mínimos (10%); não responderam à questão (10%). Na escola pública, temos os seguintes resultados: entre 1 a 2 salários mínimos (52%); até 1 salário mínimo (33%), mais de 2 salários mínimos (15%).
5. Sobre o padrão de consumo da família, na escola particular, temos os seguintes resultados: famílias com casa própria (100%); casa própria com três quartos (90%), com quatro quartos (10%); famílias que possuem três outros imóveis (50%), um imóvel (40%) e não possuem outros imóveis (10%); dois carros (50%); um carro (40%) e três carros (10%). Na escola pública, temos os seguintes resultados: famílias com casa própria (95%); casa própria com um quarto (66%), com dois quartos (22%), com três quartos (6%), casa própria com quatro quartos (6%); famílias que não possuem outro imóvel (95%), que possuem outro imóvel (5%); não possuem carros (81%), possuem um carro (14%).
6. Sobre o tipo de família, na escola particular, apareceram os seguintes dados:
família nuclear com mãe, pai e filhos (80%); família monoparental feminina simples, ou seja, com a mãe e filhos (20%). Na escola pública, apareceram os seguintes dados: família nuclear com mãe, pai e filhos (43%); família monoparental feminina simples com mãe e filhos (38%); família monoparental feminina extensa com mãe, filhos e agregados (5%); outro tipo de família (14%).
7. Quando indagados sobre o namoro, na escola particular, as respostas foram as seguintes: têm namorado ou já namoraram (70%); não têm namorado (20%); não responderam à pergunta (10%). Na escola pública, a resposta foi a seguinte: têm namorado ou já namoraram (100%).
8. Sobre a idade do primeiro namoro, as respostas foram às seguintes: na escola particular, de 12 a 14 anos de idade (60%); até 12 anos (10%); não responderam à questão (30%). Na escola pública, de 12 a 14 anos de idade, 16 anos ou mais (24%); até 12 anos de idade (24%) e outras respostas (5%).
9. Sobre relações sexuais, as respostas foram às seguintes: na escola particular, tiveram relação sexual (50%); não tiveram relação sexual (40%); não responderam à pergunta (10%). Na escola pública, tiveram relação sexual (86%); não tiveram relação sexual (14%).
10. Sobre a idade da primeira relação sexual. Na escola particular, não responderam à pergunta (60%); com 15 anos (20%); com 13 anos (10%); com 11 anos de idade (10%). Na escola pública: com 15

- anos (43%); com 14 anos (19%); com 16 anos (14%); com 13 anos (10%); não responderam à pergunta (14%).
11. Sobre se houve uma conversa sobre contracepção e uso de proteção na primeira relação sexual. Na escola particular, não responderam à pergunta (50%); houve conversa (40%); não houve conversa (10%). Na escola pública, houve conversa (62%); não houve conversa (24%); não responderam à pergunta (14%).
 12. Sobre as práticas sexuais nas relações sexuais. Na escola particular, não responderam à pergunta (40%); sexo oral (30%); sexo anal (10%); outras práticas (10%). Na escola pública, outras respostas (34%); sexo oral (24%); não respondeu à pergunta (21%); sexo anal (17%); relações homossexuais eventuais (4%).
 13. Sobre relações sexuais realizadas com parceiros do mesmo sexo, nós tivemos as seguintes respostas. Na escola particular, as pessoas devem transar com quem desejam (90%); não responderam à pergunta (10%). Na escola pública, as pessoas devem transar com quem desejam (83%); não responderam à pergunta (10%); outra resposta (9%); diz não aprovar relações sexuais com parceiros do mesmo sexo (4%); não responderam à pergunta (4%).
 14. Sobre informações a respeito de sexualidade, as respostas sobre “com quem” ou “como” obtêm essas informações, as respostas foram as seguintes. Na escola particular, com amigos (18%); na escola (18%); com a mãe (18%); em livros e revistas (13%); pela televisão (11%); com o pai (7%); pela internet (7%); com outros familiares (4%); com irmãos (2%); outras respostas (2%). Na escola pública, com amigos (21%); na escola (16%); em livros e revistas (16%); pela televisão (13%); com outros familiares (9%); com a mãe (9%); pela internet (8%); com o pai (4%); com irmãos (3%); outra resposta (1%).
 15. As respostas para a questão: “Você se sente feliz com a sua sexualidade?” Na escola particular, foram as seguintes: se sentem feliz com sua sexualidade (90%); não responderam à pergunta (10%); Na escola pública, foram as seguintes: se sentem feliz com a própria sexualidade (90%); não se sentem feliz com a sexualidade (5%); não responderam à pergunta (5%).
 16. Sobre a questão: “Você recorre ao seu próprio corpo para obter satisfação sexual?” Na escola particular, não recorre ao próprio corpo para obter satisfação (60%); recorre sim ao próprio corpo (30%); outra resposta (10%). Na escola pública, não recorre ao próprio corpo para obter satisfação (85%); não responderam à pergunta (10%); recorre sim ao próprio corpo (5%).
 17. Sobre a questão: “Há liberdade sexual na sua família?”. Na escola particular, existe liberdade na família (60%); não existe liberdade (20%); outras respostas (10%); não responderam à pergunta (10%). Na escola pública, não existe liberdade sexual em sua família (66%); existe sim liberdade sexual na sua família (29%); não responderam à pergunta (5%).

18. Na questão: “Escreva, de forma livre e sem censura, cinco palavras que representem os seus sentimentos em relação a sua sexualidade”, apresentaram-se os seguintes resultados. Na escola particular: amor (20%); sem resposta (20%); respeito (10%); desejo (10%); bem resolvida (10%); confiança (10%); religião (10%); homens (10%). Na escola pública: amor (42%); sem resposta (23%); prazer (10%); respeito (10%); proteção (5%); normal (5%); felicidade (5%).
19. Na questão: “Escreva, de forma livre e sem censura, cinco estilos musicais que representem a sua sexualidade, apresentaram-se as seguintes respostas. Na escola particular: pagode (40%); axé (20%); rock (10%); música romântica (10%); funk (10%); não responderam (10%). Na escola pública: pagode (24%); estilo romântico (23%); funk (14%); sem resposta (14%); samba (5%); Lody Gob Poker Face (5%); internacionais (5%); sertanejo (5%).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A faixa etária dos participantes da pesquisa variou dos 15 aos 17 anos, com predominância de alunos com 15 anos de idade, cursando o primeiro ano do segundo grau. Em termos de gênero, predominou a participação feminina na pesquisa. Podemos considerar a hipótese de que o interesse pelo tema “sexualidade” é feminino e não masculino, que responderam por 17% de participação em média. A raça branca foi 100% predominante na escola particular, enquanto na

escola pública predominou a diversidade racial: em primeiro lugar a raça parda, em segundo lugar, a raça negra e depois a raça branca. Lembramos que esses dados são “informados” pelos participantes. Sobre as classes de rendimentos, a pesquisa alcançou o resultado da diversidade, tendo na escola particular, a maioria dos alunos com renda familiar superior a cinco salários mínimos; na escola pública, a maioria (100%), com dois salários mínimos.

O padrão de consumo dos participantes tem aspectos comuns e diferentes ao mesmo tempo. Os alunos das duas escolas informaram, na maioria absoluta, possuírem casa própria, sendo que, na escola particular, a maioria das casas possui três quartos; na escola pública, a maioria das casas, possui um quarto. Na escola particular, a maioria das famílias possui até três outros imóveis e na escola pública, a maioria, não possui outro imóvel. Na escola particular, a hegemonia total de até três carros e na escola particular, a maioria (81%) das famílias não possui carros.

O tipo familiar, na escola particular, foi na maioria nuclear, mas destaca-se o aparecimento de 20% da família monoparental simples. Na escola pública, a família tradicional nuclear ficou com 43% e a família monoparental feminina apareceu em duas categorias: simples (38%) e extensa (5%). Outros arranjos familiares apareceram na escola pública com 14%.

Com relação às indagações sobre o namoro, ou seja, se tem namorado ou se já namoraram, o “sim” aparece em 70% dos participantes na escola particular e 100% na escola pública. Verificou-se que o início do namoro acontece mais cedo nas escolas particulares, na faixa de 12 a 14 anos de idade (60%); na escola pública foi de 47% nesta mesma faixa. Sobre relações sexuais, na escola particular, tiveram relação sexual (50%); não

tiveram relação sexual (40%); não responderam à pergunta (10%). Na escola pública, tiveram relação sexual (86%); não tiveram relação sexual (14%). Apesar do namoro iniciar mais cedo entre os alunos da escola particular, a maioria dos que tiveram relações sexuais prevalece entre os alunos da escola pública. Sobre a idade da primeira relação sexual, a maioria (60%) dos alunos da escola particular não respondeu seguida por outros resultados: com 15 anos (20%); com 13 anos (10%); com 11 anos de idade (10%). Na escola pública, a maioria respondeu da seguinte forma: com 15 anos (43%); com 14 anos (19%); com 16 anos (14%); com 13 anos (10%); não responderam à pergunta (14%).

Com relação às indagações sobre se já tiveram relações sexuais, na escola pública a maioria informa já ter tido, enquanto na escola particular há um equilíbrio entre as duas posições pendendo à prática da relação sexual. Aqui, já temos um indicativo de uma mudança no comportamento sexual em relação à tradição histórica de nossa sociedade. A maioria dos alunos da escola particular não respondeu a idade da primeira relação sexual; na escola pública, a incidência maior foi aos 15 anos de idade. Sobre as práticas sexuais nas relações sexuais, a maioria dos alunos da escola particular não respondeu, seguida pelo sexo oral (30%); sexo anal (10%); outras práticas (10%). Na escola pública, outras respostas (34%); sexo oral (24%); não respondeu à pergunta (21%); sexo anal (17%); relações homossexuais eventuais (4%). Tanto na escola particular quanto na escola pública houve uma informação favorável às relações homoeróticas, com uma incidência pequena de não respondentes e de opiniões contrárias, nesse caso, na escola pública.

A busca de informações e o aprendizado sobre a sexualidade, entre os alunos pesquisados

da escola particular, mostram um equilíbrio preponderante entre “amigos”, “escola” e “família”. Na escola pública, a predominância é com os “amigos” seguidos pela “escola” e pela “família”. A internet já desponta em ambos os cenários. Esses dados mostram-nos a importância da escola no desenvolvimento e na educação sexual dos jovens na atualidade.

A grande maioria (90%) dos jovens, de ambas as escolas, informaram que se sentem felizes com a sua sexualidade. Esse dado é muito significativo para o desenvolvimento de políticas públicas e projetos educacionais com o tema da sexualidade. Geralmente, nós adultos, pertencemos a uma realidade histórica mais repressiva e existe uma tendência de tratar a sexualidade com muito tabu, culpa e repressão. A pesquisa indica-nos que a sexualidade está ligada ao sentimento de felicidade do ser humano. Apenas 30% dos jovens da escola particular e 5% da escola pública informaram que recorrem ao próprio corpo para obter prazer. Como a maioria dos participantes é do sexo feminino, levantamos uma hipótese de que este é um cenário feminino. Aliás, os dados desta pesquisa apontam-nos para um cenário feminino da sexualidade em jovens.

Uma diferença em destaque, com relação às respostas dos jovens da escola particular e da escola pública, foi no que diz respeito à liberdade sexual na família. Para a maioria dos alunos da escola particular, há liberdade na família para tratar da sexualidade, ao contrário das respostas dos alunos da escola pública, em que não há liberdade na família para tratar da sexualidade.

Nas repostas de associações livres de palavras e estilos musicais, na escola particular e na escola pública a palavra AMOR predominou em primeiro lugar, sendo que na escola pública sua incidência foi o dobro. Nas duas escolas, o estilo

musical predominante foi o PAGODE, sendo que na escola particular esse estilo apareceu com o dobro de incidência em relação à escola pública. AMOR e PAGODE são as representações de palavras da sexualidade destes jovens.

O amor, segundo Morin (2008, p. 15), é a essência da vida, uma experiência da linguagem, ou seja, através da palavra, é um sentimento que se insere em nosso ser. A cultura seria um dos agentes que instaura o amor.

Dauster (1987, p. 525) denomina o amor e a sexualidade como sendo socialmente construídos e que a discussão, sobre esses dois temas, passa por “um sistema de valores diferenciais no que tange à conduta da mulher ou do homem”. Sistema que cobriria, de forma universal, as diversas classes socioeconômicas.

O pagode faz alusão ao parceiro, ao reboliço, ao agarradinho de cinturas juntas. Segundo Sobrinho (1998, p. 1), o pagode acontece em locais chamados de “terreiros”, nos fundos de quintais. Esse aspecto faz do pagode um patrimônio cultural compreendido como um resgate de uma memória coletiva, remanescente das danças e batuques trazidos pelos escravos. Portanto, o pagode é herança da tradição cultural negra no Brasil, que teve ascensão na década de 1970.

Lima (2003), além de nos apontar as origens na tradição negro-africana do pagode no Brasil, faz uma reflexão sobre cultura juvenil, suas relações raciais, suas relações de gênero e sexualidade:

Ensaio de pagode são, por definição, territórios de performance da raça, do gênero e da sexualidade negra. A atitude performativa de “meninas” e rapazes se caracteriza por uma aparente informalidade no palco e na platéia, ao mesmo tempo em que demarca territórios. (LIMA, 2003).

Para os jovens pesquisados, na maioria “meninas”, a sexualidade demarca o território do amor. A dança seria uma estratégia de comportamento. A sexualidade que emerge no mundo desses jovens, não está silenciada como outrora. A sexualidade emerge não somente no campo da repressão, mas também no campo da sublimação, no sentido da liberdade de escolha de parceiros para um projeto de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sexo com amor! Essa poderia ser a representação plausível da sexualidade dos jovens pesquisados. Observa-se um entrelaçamento entre a sexualidade e sua vertente de idealização. Apesar das diferenças entre as classes socioeconômicas, essa seria uma vertente comum entre os jovens pesquisados, um padrão cultural universal entre eles. Entretanto, os jovens pesquisados, nas duas escolas, são na maioria do sexo feminino, o que requer novas pesquisas no universo masculino.

Com relação à metodologia utilizada, é indicativo de não se utilizar esse método. O mais indicado, seria uma pesquisa de cunho mais qualitativo, utilizando-se da metodologia de grupos focais ou de oficinas em dinâmica de grupo em torno do tema da sexualidade. Os pais ou responsáveis autorizariam a participação dos jovens nas oficinas e se buscaria um equilíbrio entre os gêneros dos participantes.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. **Méthodologie de recueil des représentations sociales.** In: ____ Pratiques sociales et représentations. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 59 – 82.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 196 de 10 de outubro de 1996**. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>>. Acesso em: 11/03/2010.

DAUSTER, T. **A Invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas**. In: III Encontro da Associação Brasileiro de Estudo Populacionais (ABEP), Águas de São Pedro, SP, Outubro, 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Um em cada cinco partos no Brasil é de mãe adolescente, diz IBGE**. Folha Online, São Paulo, 06 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u352286.shtml>>. Acesso em: 30/06/2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

FREUD, S. **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v. 7.

HEILBORN, ML *et al.* **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. Pesquisa GRAVAD.

LIMA, A. **Racialização e masculinidade negra no pagode baiano**. Disponível em: <[\[jetonutopia.org/wp-content/uploads/2009/11/Artigo-Rev-Mascul-CEAB.pdf\]\(http://jetonutopia.org/wp-content/uploads/2009/11/Artigo-Rev-Mascul-CEAB.pdf\)>. Acesso em: 09/03/2010.](http://pro-</p></div><div data-bbox=)

MORIN, E. **Amor, poesia, sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

PARKER, RG. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1991.

SÁ, CP. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOBRINHO, JBC. **O Pagode no terreiro: Um Estudo de uma Manifestação Cultural do Médio-Parnaíba Piauiense**. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_1999/ANPPOM%2099/PAINEIS/SOBRINHO.PDF>. Acesso em: 09/03/2010.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Estudo comparativo sobre a representação social da sexualidade em jovens de diversas classes sócio-econômicas da região oeste do Município de Belo Horizonte”.

2 Discente do curso de Psicologia, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professor Orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

4 HEILBORN, Maria Luiza. *et al.* O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. Pesquisa GRAVAD.

5 FOLHA DE SÃO PAULO. Um em cada cinco partos no Brasil é de mãe adolescente, diz IBGE. Folha Online, São Paulo, 06 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u352286.shtml>>.

folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u352286.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2009.

6 MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

7 SÁ, Celso Pereira de. Núcleo central das representações sociais, Petrópolis: Vozes, 1996.

8 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: < <http://www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>>. Acesso em: 11mar 2010.

UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE DIREITO E LITERATURA NO *LOCUS* IDEAL DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Talita Vargas Lembrança¹
Glenda Rose Gonçalves Chaves²

Resumo: O trabalho objetiva analisar a manifestação do Pluralismo Jurídico, em um contexto de Estado Democrático de Direito, de forma a estabelecer um debate Jurídico-Literário, a fim de que seja possível criar um novo mapeamento do universo jurídico contemporâneo por meio do estudo da obra *Grande Sertão: Veredas*. Busca-se, assim, comprovar que manifestações jurídicas paralelas são meios legítimos de juridicidade e fontes geradoras de emancipação social. Para alcançar os resultados pretendidos, a técnica de pesquisa utilizada foi análise de conteúdo literário, vez que foram analisados os discursos jurídicos e literários para inseri-los em um novo contexto, qual seja: o Direito na Literatura, de modo a encontrar o *locus* ideal de *Grande Sertão: Veredas*.

Palavras-Chave: Direito. Literatura. Pluralismo Jurídico. Estado Democrático de Direito. *Grande Sertão: Veredas*.

Abstract: This study aims to analyze the manifestation of Legal Pluralism in the context of a Democratic State, in order to establish a Legal and Literary discussion to create a new mapping of the contemporary legal world through the study of the literary work *Grande Sertão: Veredas*. In this way, it intends to prove that parallel legal demonstrations are legitimate jurisdiction means and are sources of social emancipation. To achieve the desired results, the analysis of literary content was used as the research technique, since legal and literary discourses were analyzed to be inserted into a new context, namely, the law in literature, in order to find the ideal locus of *Grande Sertão: Veredas*.

Keywords: Law. Literature. Legal Pluralism. Democratic State of law. *Grande Sertão: Veredas*.

INTRODUÇÃO

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.”
(GS: V)

A propositora de um diálogo entre Direito e Literatura pode nos oferecer um sem número de analogias e de lugares em comum entre os dois campos das ciências humanas. Isso porque tanto a Ciência Jurídica quanto a Arte Literária são criações humanas que representam a sociedade. Nesse sentido, esclareceu Carlos Maria Cárcova:

Desse ponto de vista, digamos superficial, é certo que tudo se relaciona com tudo, mas o direito funciona, especialmente, nas sociedades modernas, como uma regra básica e constitutiva da ordem. Regula o poder constituinte e ao mesmo tempo circula pelo espaço de uma multiplicidade de relações entre os seres humanos: parentais, laborais, políticas, morais e comunicacionais. (Traduziu-se). (TRINDADE, 2008, p. 11)

Além disso, não se pode olvidar que a aproximação da Arte Literária e da Ciência Jurídica favorece a compreensão das relações jurídicas contemporâneas, uma vez que a juridicidade encontra-se dominada pelo discurso científico expresso pela dogmática. (TRINDADE, 2008, p. 15)

Com efeito, ainda que a literatura não seja a realidade, trata-se de representação idônea da sociedade, porquanto, as obras literárias cuidem de trazer à tona o quadro social e os seus elementos intrínsecos, como suas figuras, gêneros e movimentos sociais, sendo que, tudo isso, apresenta a marca da sociedade. (SODRÉ, 1967)

Com se vê, a pretensa interlocução tem grande vulto para a academia jurídica, ou até

mesmo, para a construção do Estado Democrático de Direito, já que oferece objeto de estudo de fenômenos sociais apresentados à sociedade por meio de obras literárias e por muito abandonados pelo formalismo jurídico.

O estudo jurídico da obra literária *Grande Sertão: Veredas, per si*, representa eminentemente a imprescindibilidade da aproximação da Ciência Jurídica e da Arte Literária, pois João Guimarães Rosa apresenta à sociedade um sertão que está para além do Direito estatal.

Contudo, a análise da obra será tratada posteriormente, pois, diante da relevância do tema, faz-se necessária uma breve análise dos estudos alinhavados acerca do diálogo pretendido. Com efeito, o debate entre Direito e Literatura tem sido conformado pela doutrina nacional e estrangeira em diversas perspectivas. Nesse sentido, Godoy (2008) destaca quatro vertentes do diálogo proposto: Direito na literatura, a Literatura no Direito, Direito como literatura e Direito da Literatura.

A primeira vertente, isto é, o Direito na Literatura, é caracterizada pela presença de influxos jurídicos nos textos literários, representada comumente pelas referências às noções de justiça e ética nos manuscritos em prosa ou verso. É dizer: os escritores representam, em seu universo literário, questões intrínsecas à vida jurídica, segundo Godoy (2008), é o caso de *O Estrangeiro* de Camus e de *O Processo* de Kafka, pois, para o autor a primeira obra traça reflexões em torno do Direito Internacional e a segunda afigura-se como crítica a superlativização da racionalidade burocrática.

No que diz respeito ao debate jurídico literário em âmbito nacional, o referido autor traça como precursor Gregório de Matos, que cuidou de criticar a justiça colonial em suas obras, ainda

no século XXVII. Contudo, a caminhada do debate jurídico literário persistiu ao longo dos anos em *terra brasilis*, sendo que esteve representada por Manuel Antônio de Almeida em *Memórias de um Sargento de Milícias*, Martins Pena em *Juiz de Paz na Roça*, Machado de Assis em *Esau e Jacó* etc.

Ocorre que os influxos do Direito na Literatura não podem ser entendidos nos limites de referências ao direito ou à justiça nas obras literárias, uma vez que:

não se pode esquecer a Aula de Barthes, segundo a qual o poder se inscreve, desde sempre na linguagem, à qual o homem não escapa pois nela está inscrito. E, assim sendo, a língua-entendida como desempenho de toda a linguagem é fascista, na medida em que, quando não impede de dizer obriga a fazê-lo. (TRINDADE, 2008, p.14-15)

Percebe-se, então, que o direito na literatura é pressuposto na atividade jurídica, marcada pela imprescindibilidade da retórica. Nesse sentido, é a lição de Arnaldo Godoy:

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheria, na literatura, manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultura, demãos de generalidade sistêmica (...).

É o caso do advogado do júri, prenhe de exemplos tomados da literatura, que busca efeito retórico, pedagógico, e que simula cultura que impressiona que seduz, e que comprova trajetória humanista, mas nem sempre humanizante (...). (GODOY, 2008, p. 19 e 24)

Não se pode olvidar que o viés do debate jurídico literário que encontra o maior número de representações seja o do Direito na Literatura, contudo, também é de grande pertinência a

perspectiva da Literatura do Direito.

Isso porque, os afiliados a essa corrente, cujo expoente é o norte americano Benjamin Nathan Cardozo, acreditam que a atividade jurídica tem natureza eminentemente discursiva, o que possibilita o estudo do Direito por meio de técnicas literárias, de maneira em que a compreensão da ciência jurídica seria realizada por meio de estudos das petições, acórdãos e doutrinas jurídicas.

Com efeito, Cardozo (1938) percebeu a semelhança entre Direito e Literatura, à medida que a atividade jurídica exigiria tanto do legislador, quanto do magistrado a capacidade criativa. É dizer: para fazer valer a sobreposição de interesses das partes, é necessário que os juízes e legisladores voltem-se aos seus estudos, experiências e reflexões, ainda que o espaço criativo dos magistrados fosse mais restrito, que os dos legisladores, porquanto limitados pelas lacunas legais.

Quanto à criatividade dos legisladores, pode-se dizer que é apenas um dos postulados de Cardozo para afirmação de que Direito é literatura, pois, neste aspecto, Godoy (2008) chega a mencionar a tentativa do expoente do *Law and Literature Movement* em enumerar as modalidades de narrativa jurídica, que seriam então marcadas estilisticamente por: 1) Profissional Imperativo; 2) Lacônico ou sentencioso; 3) Conversador ou familiar; 4) Refinado ou artificial; 5) Demonstrativo ou persuasivo; 6) Aglutinativo.

Contudo, não há, hodiernamente, na Ciência Jurídica uma linha de pesquisa em Direito e Literatura que encontre maior receptividade na academia do que a que entende o Direito como Literatura.

A literatura como possibilidade de expressão do direito, tem como maior expoente o jurista norte-americano Ronald Dworkin. Para ele,

a atividade jurídica seria uma perene interpretação, de forma em que a interpretação, ou a melhor interpretação, favorece a compreensão do fenômeno jurídico. (GODOY, 2003)

Além disso, o sucessor de Hebert Hart elaborou um modelo de interpretação do Direito, que denominou de romance em cadeia. Segundo esse modelo, os juristas seriam roteiristas que teriam o dever de elaborar um mesmo roteiro, mas o resultado a ser alcançado deveria ser íntegro, de forma em que prevalecesse a ideia conjunta.

Para tanto, haveria de ser observados dois níveis de exigência, quais sejam: a integração do autor à obra e a escolha da interpretação que mais favoreça a intenção do texto.

Por derradeiro, cumpre ressaltar a existência do Direito da Literatura, ou seja: o direito à propriedade intelectual. Ainda que seja disciplina que fuja dos fins desse trabalho, não se pode abandonar essa especialização do direito, que tem se ocupado de estabelecer marcos regulatórios para o mercado literário.

Contudo, o estudo da manifestação jurídica em *Grande Sertão: Veredas* será desenvolvido pela perspectiva do Direito na Literatura, não só porque a narrativa roseana faz menções a noções de Justiça, mas, também, porque as relações jurídicas estabelecidas nesse universo literário oferece objeto consistente para a compreensão do Pluralismo Jurídico. Porquanto, a nação, isto é, o sertão, apresentado por Guimarães Rosa retrata uma sociedade construída para além do poder legiferante. Na dicção de Heloísa Starling, trata-se de um universo:

distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção,

entre desigualdade e democracia, entre primeiro e quarto mundo. (STARLING, 2008, p.133)

Percebe-se que o projeto político sertanejo não está circunscrito à esfera do Estado de Direito, razão pela qual torna imprescindível a investigação da manifestação paralela de juridicidade ali insurgente, para que seja possível delinear um modelo de Democracia consoante às exigências contemporâneas.

POR UM MODELO JURÍDICO PLURAL

Os últimos anos da história mundial têm sido marcados pelo fenômeno que comumente é denominado de globalização. A esse processo credita-se a integração econômica, social, cultural e política dos países do mundo desde o final do século XX.

A sociedade desde então tem sido submetida a novas formas de exploração, dependência e exclusão trazidas por esse fenômeno associado ao neoliberalismo. (WOLKMER, 2008, p.186)

Esse cenário contemporâneo resultou em um fenômeno que Santos (2007) intitulou de “Crise da consciência especular”. Segundo o sociólogo português, a ciência, o direito, a informação, a educação, a tradição e a religião são espelhos sociais que permitem o estabelecimento de correspondências e subordinações entre diversas áreas da prática social e, assim, como os espelhos utilizados no cotidiano, o conjunto dessas instituições, normatividades e ideologias orientariam as reiterações de comportamentos até o momento em que essas se tornam identidades.

Quanto à crise especular, pode-se dizer que Santos (2007) credita o fenômeno à natureza au-

tônoma desses processos sociais. Segundo o referido doutrinador, o uso contínuo desses espelhos lhes daria vida própria de forma em que deixam de refletir aquilo que os mira e, pelo contrário, passam a pretender que a sociedade o reflita.

Essa crise encontra-se vivenciada, especialmente, pelo Direito. Isso porque o Direito Estatal transformou-se em um paradigma inalcançável para a sociedade contemporânea, uma vez que a realidade ditada pela legislação ou pelos tribunais não se encontra, muitas vezes, em consonância com a realidade político-social.

Almeja-se, por isso, analisar a manifestação jurídica paralela em *Grande Sertão: Veredas*, a fim de que seja possível estabelecer alternativas à crise de legitimidade operada pelo Direito.

Para tanto, é imperioso destacar que, desde os primórdios da história da humanidade várias ordens jurídicas conviveram em um mesmo Estado, já que desde a Europa feudal coexistiam em um mesmo território os costumes e foros locais, estatutos das corporações de ofícios, ditames reais, Direito Canônico e Direito Romano. (WOLKMER, 2008, p.187)

Contudo, segundo Wolkmer:

foi com a queda do Império Romano do Ocidente e com a fixação política da Europa dos povos nórdicos que se solidificou a ideia de que a cada indivíduo seria aplicado o Direito de seu povo e de sua comunidade local. Com a chamada "personalidade das leis" estabeleceu-se que a representação das diferentes ordens sociais corresponderia a uma natural pluralidade jurídica. (WOLKMER, 2008, p.187)

No que diz respeito à estatização do Direito, Wolkmer (2008) credita o fenômeno ao processo de racionalização europeia desenvolvida ao longo dos séculos XVII e XVIII, em que se deu a construção do Estado-Nação e, conseqüentemente, a uniformização burocrática, que possibili-

litou a unificação legal e judiciária. Foi, efetivamente, com o advento do Código de Napoleão que se deu à assunção do monismo jurídico, já que o referido código passou a estabelecer uma mesma "lei" para toda a sociedade.

Percebe-se, então, que o pluralismo jurídico é intrínseco as organizações sociais, de maneira consoante à máxima *Ubi societas, ibi jus*³. Todavia, a juridicidade manifesta-se de maneira distinta em cada organização social. É dizer: o meio social cria, conforma e organiza seu Direito de acordo com seus valores e necessidades.

Ocorre que "independentemente da pluralidade de ordens normativas que circulam na sociedade, cada uma destas consideradas em separado, aspira a ser exclusiva, a deter o monopólio da regulação e o controle da ação social em seu território jurídico." (SANTOS, 2007, p.199)

Nesse sentido, Santos (2007) exemplifica que as leis trabalhistas, para que possam ser aplicadas não só não prescindem da negação dos regulamentos das fábricas e do direito da produção, como também de toda a legislação estatal trabalhista anterior de forma em que possa operar adequadamente.

O resultado da negação das distintas manifestações jurídicas, por sua vez, constitui uma distorção da realidade, porquanto, o "Direito, isto é, as leis, as normas, os costumes, as instituições jurídicas, é um conjunto de representações sociais (...)" (SANTOS, 2007, p.198). Não há, pois, como olvidar que há outras ordens jurídicas eficazes naquele território, assim como, há resquícios de relações jurídicas estabelecidas por leis revogadas.

Para expressar essa relação de representação estabelecida entre o Direito e a Sociedade, Santos (2007) sintetizou o liame criado por meio da máxima de que a juridicidade é um mapa, e, portanto,

sua compreensão tem de ser realizada por meio de instrumentos como as escalas, projeções e simbolizações.

No que diz respeito às escalas, pode-se dizer que são “a relação entre a distância no mapa e a correspondente distância no terreno” (MONMOMNIER, apud SANTOS, 2007, p.201). Assim, são esses instrumentos que irão ditar o nível de detalhamento da área representada, de maneira em que é expressa a lógica dos mapas, que, naturalmente, priorizam o essencial àquela determinada representação, ou, ainda, de qual é a espécie de mapa em questão. As escalas podem ser pequenas ou grandes, o que ensejará o nível de detalhamento da realidade, ou melhor, a aproximação da representação à realidade.

Entre as formas de representação da realidade estabelecidas por Boventura, as projeções também merecem atenção. Pois, segundo o teórico, são as projeções que geram a possibilidade de manusear e armazenar os mapas. (SANTOS, 2007, p. 203) Ocorre que essa otimização dos mapas resulta em distorção da realidade, uma vez que não é possível se pensar em uma representação terrestre em um plano que não culmine em limitações à realidade, ainda que as referidas distorções sejam operadas de maneira sistêmica, isto é, notoriamente é sabido que determinados tipos de projeções distorcem mais ou menos determinadas áreas do globo.

Por derradeiro, Boventura enumerou como terceira forma de representação/ distorção da realidade a simbolização, que assim conceituou: “diz respeito aos símbolos gráficos usados para assinalar os elementos e as características da realidade espacial selecionados.” (SANTOS, 2007, p. 204)

Essa exposição acerca dos mapas não é em vão, pelo contrário, é o marco teórico de nosso trabalho, uma vez que, para Boventura, o Direito é uma dessas formas de representação/ distorção da

realidade, assim como as escalas, projeções e simbolizações.

Percebe-se, então, que as diversas manifestações jurídicas terão variado grau de distorção/representação da realidade, uma vez que serão parametrizadas pelos sujeitos que as regulam pelas espécies de conflitos que pretendem solucionar e, principalmente, pelos métodos de reprodução da legalidade. (SANTOS, 2007, p. 205)

Com efeito, o maior mito da sociedade pós-moderna é que a única escala utilizada pelo Direito seria a do Estado, de forma que se nega, consequentemente, direitos infraestatais, como o observado nas favelas, fábricas e zonas rurais. É dizer: nesses campos de ação social, as diretrizes regulamentadoras do comportamento são ditadas por manifestações jurídicas não-estatais.

Contudo, o que há de ser analisado é que a grande distinção entre essas ordens normativas é o grau de representação/ distorção da realidade por elas manejada. Isso porque têm origem em comunidades distintas, cujo grau de complexidade poderá oferecer maior ou menor campo para a representação ao utilizar-se de uma pequena ou grande escala.

Ocorre que o direito de pequena escala, como é o Estatal, tem um baixo grau de pormenorização, à medida que tem um vasto campo para representar e, assim, regulamenta genericamente a prática social e, além disso, “determina com rigor a relatividade das posições” *entre os seres*. (SANTOS, 2007, p. 210, grifo nosso) O Direito de grande escala, como é o apresentado em *Grande Sertão: Veredas*, em contrapartida, oferece aos sujeitos de seu campo de incidência uma representação adequada de sua realidade social, uma vez que tem menor grau de distorção da realidade.

É esse aspecto, ou seja, o nível de distorção da realidade alçado por uma ou outra escala e, princi-

palmente, sua adequação à realidade sócio-jurídica, enquanto meio de satisfação de pretensões sociais, que nos interessa.

É que o direito infraestatal, em suas diversas nuances, representa um meio mais eficaz de representação social que o Direito Estatal; ou melhor, em muitas situações, como é a descrita em *Grande Sertão: Veredas*, o direito paralelo faz frente ao Estatal, que não é reconhecido pelos sujeitos de direito daquele universo.

O LOCUS IDEAL DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS

A obra *Grande Sertão: Veredas* é, sem dúvida, um dos clássicos da literatura brasileira. O romance roseano é obra festejada pela literatura especializada em razão de se apresentar ao movimento modernista, com linguagem e universo característicos à vida Sertaneja.

Com efeito, a obra, que comumente é utilizada como paradigma de uma representação Regional versus Universal, foi utilizada, no trabalho, como uma das localidades do mapa jurídico contemporâneo. Isso porque *Grande Sertão: Veredas* apresenta uma manifestação jurídica peculiar àquela comunidade de jagunços. E, muito embora, hodiernamente, o mito do monismo jurídico seja imperativo, não é possível negar que as inúmeras comunidades intrínsecas às sociedades complexas criem e utilizem outros direitos.

O sertão *per se* é uma localidade plural, isto é, um espaço geográfico brasileiro que não é uno nem tampouco homogêneo. Como descrito por Riobaldo, em uma passagem inicial, em *Grande Sertão: Veredas*:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por campos-gerais a fora a

dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. (...) Os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões...O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2001, p. 23-24)

Trata-se de região extensa no território brasileiro, e que engloba, fisicamente, inclusive, vários estados, como Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Bahia. E, principalmente, diz respeito ao espaço em que coexistem inúmeras comunidades.

Nesse sentido, leciona Eduardo F. Coutinho:

O sertão é, na verdade, um aglomerado de diversas regiões menores que se unificaram através de um rótulo comum, e tal diversidade é indicada pelo fato de que o termo é frequentemente empregado em sua forma plural, e por vezes seguido do adjetivo com o fim de especificar o local. Assim, "Riobaldo fala de "as boiadas daqueles sertões" (p. 382) e de um personagem que é um "rastreador, de todos esses sertões dos Gerais sabente" (p. 301), e, quando despeja especificar certa área, diz "sertões da jaíba" (p. 175) ou "sertão jequitinhão" (p. 211). (COUTINHO, 1993)

Contudo, a escolha do Sertão de Guimarães Rosa deve-se, sobretudo, à possibilidade de se demonstrar a ausência de exequibilidade da ordem estatal naquele lugar. Porquanto, a obra voltou-se, especialmente, a duas batalhas. A primeira delas contra a os soldados do governo e a segunda contra os traidores que mataram Joca Ramiro. (COUTINHO, 1993, p. 19)

Ora, ao travar uma batalha contra os homens do governo, os jagunços estavam a negar o império de outra ordem que não fosse aquela ditada pelos seus bandos. Ademais, o estabelecimento de uma guerra aos traidores poderia *a priori* significar uma simples vingança, mas, ao longo da obra, nota-se a aspiração de realizar a Justiça.

Percebe-se, então, nas duas hipóteses que, tanto os métodos de solução de conflitos, como a noção do que é justo, são pautados de formas divergentes do Estado.

Nesse sentido, é paradigmático o episódio que culminou no julgamento de Zé Bebelo. Isso porque a personagem desejava levar a cidade ao Sertão, almejava extinguir os jagunços, para, então, poder instalar uma nova ordem.

Para tanto, Zé Bebelo desejava afiliar-se ao Estado, tornando-se deputado e, dessa maneira, instalar a civilização no Sertão por meio de construção de pontes, escolas e hospitais.

Com efeito, o julgamento de Zé Bebelo representa uma resistência sertaneja, assim representada no inquérito realizado por Joca Ramiro:

“Adianta querer saber de muita coisa? O senhor sabia, lá para cima - me disseram. Mas de repente, chegou neste sertão; viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. Sabença aprendida não adiantou para nada. Serviu algum?” (p. 246-47)(...) “O senhor não é do sertão” (...) “não é da terra. ...O senhor veio querendo desnorrear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei.” (COUTINHO, 1993, p. 21)

Como se vê, qualquer manifestação da ordem estatal é recebida pelos sertanejos como não lei e desordem. Ou seja, não há como se cogitar em eficácia do Estado nesse território, que criou sua juridicidade de forma consentânea às suas necessidades.

É que o Direito Estatal é operacionalizado em uma pequena escala, como já mencionado. Por isso, pressupõe que todos os sujeitos de direito possam ser representados pelas pretensões daqueles que vivem realmente inseridos no Estado, ou melhor, na civilização.

Por outro lado, apesar da existência de um Direito infraestatal, de grande escala, no âmbito do sertão, pode-se verificar que o julgamento de Zé Bebelo não pode ser interpretado unicamente como uma vitória do sertão sobre a cidade. (COUTINHO, 1993, p.21). Isso porque a ideia de pluralismo jurídico requer a coexistência de inúmeras ordens normativas, que não excluem a existência nem mesmo da ordem estatal; afinal, a cidade é também parâmetro para o sertão, comprovado inclusive na preservação da vida do traidor, que mais tarde ainda tornar-se-ia jagunço.

CONCLUSÃO

Há alguns séculos a noção de “Direito” tem sido concebida nos limites do Estado. É dizer: consideram-se como ordem jurídica os ditames estatais. Contudo, por mais que o Estado Absolutista, e mais tarde o Estado Moderno, tenha tentado estabelecer um monismo jurídico, nunca foi possível se pensar a sociedade regulamentada por uma única ordem jurídica.

Por isso, buscou-se demonstrar que o hermetismo jurídico é opressor, à medida que nega reconhecimento às ordens jurídicas paralelas, porquanto, manifestações legítimas e capazes de autoaceitação.

Isto é, em *Grande Sertão: Veredas*, os jagunços sentiam-se realmente representados e protegidos pela “lei sertaneja” e oprimidos pelo Estado, entidade que os enxergava como geradores de desordem.

Com o advento do Estado Democrático de Direito, o modelo jurídico deve ser parametrizado pela possibilidade de emancipação social. Ora, não há justiça sem autonomia.

O direito infraestatal, como é o sertanejo, é criado e conformado pelos sujeitos de direito a quem tutela. Essa é a maior contribuição que as ordens jurídicas paralelas podem oferecer ao Estado, pois, pressupõe o construir permanente de suas ordens a ensejar a emancipação social.

Não há como se pensar em emancipação social alijada de uma ordem normativa capaz de autor-reproduzir-se, já que é cediço que o Direito é uma das formas de representação social, que não é apenas um reflexo verossímil da realidade, mas também um *standart*, pelo qual a sociedade se orienta.

Dessa forma, a interlocução Direito e Literatura possibilita analisar como as manifestações sociais encontram-se representadas no imaginário social, de modo a conceber multiplicidades de um agir coletivo e compartilhado, e de buscar uma forma mais justa de convivência.

REFERÊNCIAS

CARDOZO, BN. Law and Literature. 48. *Yale Law Journal*, 1938, p. 489-507.

COUTINHO, EF. **Em busca da terceira margem:** ensaios sobre o *Grande Sertão: Veredas*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

FANTINI, M. **Guimarães Rosa:** fronteiras, margens, passagens. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FREIRE, M. **A Lei e a morte no Grande Sertão.** 2002. 197f. Dissertação. (Mestrado em le-

tras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2002.

GODOY, ASM. **Direito e literatura.** In: *CEJ*. v. 7 n. 22 jul. /set. 2003.

_____, ASM. **Direito e literatura:** ensaio e síntese teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

HESPANHA, AM. **O caleidoscópio do direito:** o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. Coimbra: Almedina, 2007.

ROSA, JG. **Grande sertão: veredas.** 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, BS. **A crítica da razão indolente:** Contra o desperdício da experiência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, BS. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, BS. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

STARLING, HMM. A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 82, 2008.

_____, HMM. **Lembranças do Brasil:** teoria, política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.

SODRÉ, NW. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 6.ed. Civilização Brasileira, 1976.

TRINDADE, AK (Org.). **Direito e literatura: ensaios críticos**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2008.

_____. AK (Org.). **Direito e literatura: reflexões e síntese teórica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

WOLKMER, AC. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 6. ed. ver. Atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

NOTAS

1 Discente do curso de Direito, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora orientadora da Pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Em Português: “onde há a sociedade, aí está o direito”.

A FIDELIDADE PARTIDÁRIA EM DEBATE: A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SUAS APORIAS TEORÉTICAS – ENSAIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA RADICAL NA CONDUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO

Guilherme Ferreira Silva¹
Sérgio Armanelli Gibson²

Resumo: O presente artigo visa discutir sobre vários aspectos envolvidos e resultantes da Resolução 22.610, editada pelo TSE, no ano de 2007. Visou-se além dos aspectos práticos sempre presentes na prática jurídica eleitoral, dentro do limite que um artigo possibilita, bem como as nuances do que a fidelidade partidária representa em um Estado Democrático de Direito. Pautados em argumentos procedimentalistas, o que se tentou na pesquisa aqui presente, foi buscar uma resposta adequada a toda problemática envolvida no assunto, como a soberania popular através do voto, a representação de uma sociedade plural, o papel dos partidos políticos e seus representantes, além do questionamento sobre a legitimação do ato normativo editado pelo judiciário eleitoral. Assim, espera-se transpassar toda a sistemática aos leitores que por aqui se aventurarem, bem como as conseqüências democráticas que o assunto produz, com consciência que o assunto não se esgota aqui e que, como proposto, uma resposta adequada só é possível com a participação dos envolvidos, com uma democracia radical.

Palavras-chave: Fidelidade partidária. Democracia radical. Partidos políticos. Pluralismo político.

Abstract: This study aims to discuss several issues involved in and resulting from the resolution 22 610, published by the TSE in 2007. We addressed more than the practical aspects that are always present in electoral practices, within the limits an article allows, as well as the nuances related to what party loyalty represents in a Democratic State. Based on the procedural argument, we tried to find an adequate answer to all problems related to this subject, such as the popular sovereignty by voting, the representation of a plural society, the role of political parties and their representatives, besides the questioning of the legitimacy of the normative act issued by judicial elections. Thus, we expect the reader to be able to come with the authors in order to understand the whole consequences of systematic and democratic changes, with knowledge that the debate does not end here and that, as proposed, an appropriate response is only possible with the participation of those that are involved, with a radical democracy.

Keywords: Party loyalty. Radical democracy. Political parties. Political pluralism.

INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que o Direito Eleitoral brasileiro atravessa momento de pujança intelectual e de intensa modificação, talvez o mais profícuo desde o advento da Constituição de 1988. Questões complexas tais como o regime jurídico das coligações eleitorais, a inelegibilidade por rejeição da prestação de contas de campanha, a (in) constitucionalidade da do terceiro mandato ao Chefe do Poder Executivo e o aumento do número de vereadores são incluídas na pauta dia de discussão dos juristas. Nesse talante, toma vulto e relevo o instituto da chamada *fidelidade partidária*, a quem volvemos atenção e vertemos considerações e objeções através do presente escólio. Na pretensiosa intenção de enriquecer o debate e trazer alegações até então negligenciadas, traz-se a lume o estado das discussões jurídicas, obtemperadas com o viés provocativo que deve orientar a pesquisa científica.

A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA COMO CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE E A COERÊNCIA IDEOLÓGICA DO DETENTOR DO MANDATO ELETIVO COM OS PROPÓSITOS INSTITUCIONAIS

Estabeleceu o Poder Constituinte Originário de 1988 como fundamentos do Estado Democrático Brasileiro a cidadania, o pluralismo político e a soberania popular³. Assim, o Direito contemporâneo brasileiro vê repousar a legitimidade⁴ de suas decisões no grau de participação e consenso popular, tendo como parâmetro de validade das normas jurídicas a participação direta dos cidadãos⁵.

Entrementes, quando a Constituição de 1988 esquadrinhou a estrutura formal de acessibilidade aos cargos políticos, estabeleceram-se no Artigo 14, §3º algumas das chamadas condições de elegibilidade⁶, dentre elas a da filiação partidária⁷. Diante de tal requisito, diz-se que há no Brasil o monopólio absoluto das candidaturas por parte das agremiações político-partidárias, não sendo admitidas as chamadas candidaturas avulsas⁸. Assim, se o cidadão almeja ocupar um cargo eletivo, deverá filiar-se a um partido político, mediante o atendimento das regras específicas estabelecidas em sede constitucional e legal^{9/10}. Dotou-se assim o partido político do papel de veículo indispensável na condução de um cidadão comum à ocupação de cargo eletivo, pois somente através de tais instituições é possível ascender a cargos eletivos.

É bem certo que qualquer estudo a ser promovido acerca dos partidos políticos deve levar em consideração os influxos da reabertura democrática brasileira pós-ditadura, donde os partidos políticos receberam destaque na estrutura política brasileira; ao desempenhar verdadeiro *munus publicum*, tais agremiações recebem verbas públicas do fundo partidário, possuem benesses de transmissão gratuita em veículos midiáticos, bem como são as vias obrigatórias para a ocupação de cargos públicos eletivos. Tal dispositivo constitucional faz com que a doutrina classifique o regime político brasileiro como uma democracia partidária¹¹, com o fortalecimento das referidas instituições no jogo político, bem como a inadmissibilidade da existência de um único partido ou mesmo bipartidário.

O mandato eletivo, como exercício da representação indireta dos eleitores na administração lato sensu da coisa pública, deve ser outorgado a nacionais vinculados às agremiações políticas, as quais são associações

de cidadãos, no gozo de seus direitos políticos, unidos por uma ideologia e por uma disposição legítima de alcançarem o poder. (...) Todo partido político tem um programa, idéias-forças que unem os seus associados em torno de objetivos políticos e às quais são eles vinculados sob pena de ferirem a fidelidade partidária". (COSTA, Adriano Soares. Instituições de Direito Eleitoral. 7ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, pg. 94.) Grifo nosso.

Por serem tais agremiações *vias obrigatórias* de acesso a cargos eletivos, exige-se dos partidos políticos o estabelecimento de ideologias e programas políticos sólidos, arrimados em claras convicções e objetivos bem definidos, o que oferece aos cidadãos a opção por uma ou outra diretriz de governança e administração, o que se auferir mediante o pleno conhecimento dos programas e orientações políticas dos partidos.

Com isso, se dá *segurança jurídica* não somente àqueles eleitores de determinada legenda ou coligação, como também se exige dos candidatos filiados ao partido uma postura de coerência e *fidelidade* aos objetivos institucionais da agremiação¹².

Assim, a teleologia da norma constitucional aponta para a necessária previsibilidade que o eleitor deve ter dos comportamentos, votos e condutas que seus representantes haverão de ter, ao dever consonância e compatibilidade com os propósitos e finalidades institucionais e estatutárias. Se o estatuto de um determinado partido político é sectário de uma ala de viés liberal, obviamente suas deliberações e tomadas de decisões hão de ter por referencial a cartilha de propósitos liberais. Lado outro, se o estatuto do partido político é tributário da defesa de um estado intervencionista e atuante no domínio econômico, o que se espera dos filiados e dos candidatos eleitor por aquele determinado partido é que eles tam-

bém sejam *fiéis* aos objetivos fixados nos respectivos estatutos e programas políticos.

Não se defenda aqui de um modelo unidimensional de comportamento advindo das agremiações partidárias, aonde um eventual atrelamento à ideologia partidária viesse a impedir avanços e inovações nas concepções partidárias. Por óbvio que as transformações sociais, as experiências advindas de outros cantos do globo podem indicar uma eventual releitura dos portfólios e programas partidários, com o redirecionamento de objetivos e ajustes de posturas políticas. Todavia, a desarrazoada fluidez e a elevada promiscuidade percebida em alianças políticas questionáveis coloca em xeque a necessária previsibilidade que deve balizar os eleitores quando da escolha de seus representantes.

A PRÁTICA ELEITORAL BRASILEIRA: A TRADIÇÃO DA MIGRAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA. OS RECLAMES DA NORMATIZAÇÃO DO TEMA E A INÉRCIA DO PODER LEGISLATIVO

Não obstante o esforço do Poder Constituinte em dotar de força e prestígio os partidos políticos, é da realidade do jogo eleitoral brasileiro que ocorra a intensa mudança dos quadros político-partidários tão logo sejam findos os certames eleitorais, com a evasão de candidatos eleitos de suas legendas de origem, buscando novas agremiações partidárias que lhe proporcionem novas possibilidades e estratégias políticas. As sociologias jurídica e política apontam um sem-número de variadas razões para tais trocas

partidárias, tais como o acesso a recursos do Poder Executivo, a busca por uma legenda menos concorrida para as próximas eleições, a maior visibilidade oferecida em outra legenda, dentre outras:

Os dados permitem dizer que as mudanças de partido serão tanto mais governistas quanto mais o governo disponibilizar recursos para os seus aliados. A migração no sentido dos partidos que compõem a base do governo será tanto mais atraente para o deputado preocupado em maximizar suas chances na carreira – ou diminuir seu grau de incerteza – quanto mais esses partidos de fato tiveram acesso às arenas decisórias, compartilhando responsabilidades governativas e usufruindo os recursos daí advindos¹³.

Tal cenário de promiscuidade política foi tradicionalmente um alvo de severas críticas, por criar situação de instabilidade e insegurança na composição dos quadros políticos dos mandatos eletivos, pois a estrutura orgânica dos parlamentos desenhada pelo voto popular das urnas acabava por ser subvertida no cotidiano da práxis política. Com o intenso intercâmbio entre cadeiras e partidos políticos, a propalada fidelidade partidária estabelecida em sede constitucional acabava por figurar como norma desprovida de efeitos jurídicos mínimos, secundarizando o papel dos partidos políticos ao oferecê-lo o papel de mero coadjuvante na arena decisória.

Ora, várias vezes o que se dizia era que o sistema proporcional de representatividade do Artigo 45 da Constituição faz com que um candidato nunca obtenha um cargo eletivo senão pelo alcance do *quociente eleitoral*¹⁴, o que torna o candidato seriamente dependente do partido político e de suas finalidades institucionais. Por mais votos que um candidato possa ter, se eventualmente o seu partido político ou a sua coligação não alcançarem o quociente eleitoral, ele não

ascenderá ao cargo eletivo. Sob o prisma desse argumento, o que se diz é que além de ser condição de elegibilidade, somente a filiação partidária torna possível ao pleiteante do cargo eletivo alcançar êxito em sua empreitada, o que exige maior respeito e lealdade aos seus quadros. A despeito de haver o registro de escassos exemplos de candidatos que tenham obtido o quociente eleitoral com a sua própria votação, não é o que ocorre cotidianamente. Vejamos:

(...) embora haja participação especial do candidato na obtenção de votos com o objetivo de posicionar-se na lista dos eleitos, tem que a eleição proporcional se realiza em razão da votação atribuída à legenda. Ademais, como se sabe, com raras exceções, a maioria dos eleitos nem sequer logra obter o quociente eleitoral, dependendo a sua eleição dos votos obtidos pela agremiação¹⁵.

Não obstante, outro argumento apostado era de que a frenética mudança das composições partidárias muitas vezes era impulsionada por interesses fisiologistas e/ou eleitoreiros dos detentores de mandatos eletivos, o que várias vezes impulsionou a formulação da pergunta: o mandato popular obtido através do sufrágio popular seria de titularidade do partido político ou do candidato eleito? Poderia o candidato, a seu livre alvedrio, simplesmente abandonar aquela legenda que lhe possibilitou a ocupação de um mandato eletivo? Ou estaria ele jungido a permanecer fiel ao seu partido? Embora a doutrina tenha divergido a respeito do tema, o amadurecimento do tema sempre esbarrou no empecilho de ausência de regulamentação legal.

Em que pese à perniciosidade do aludido fenômeno político de trocas de partidos durante o mandato eletivo – quanto mais sob a égide da Constituição de 1988, que almejava amadurecer

o regime democrático de direito - em nenhum momento houve a promulgação de texto legislativo que viesse coibir tais práticas migratórias, o que acabou por dar ensejo a variados conchavos espúrios e arranjos orquestrados entre partidos políticos e candidatos eleitos. Vozes insurgentes bradavam pela necessidade de normatização do tema, com vistas a inibir tantas idiosincrasias, mantendo a escolha popular exercida no voto direto. Ocorre que, ante a omissão do Poder Legislativo, o Poder Judiciário se arvorou a regulamentar o tema através de decisões e regulamentações do Tribunal Superior Eleitoral.

A COMPETÊNCIA NORMATIVA DA JUSTIÇA ELEITORAL E O ATIVISMO JUDICIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E A REGULAMENTAÇÃO DO TEMA DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO.

Ante a histórica resistência/ negligência do Poder Legislativo em disciplinar a troca de partidos políticos, o Tribunal Superior Eleitoral, provocado pela Consulta nº 1.398 realizada pelo Partido da Frente Liberal (atualmente a legenda designa-se Democratas), achou por exercitar o seu poder regulamentar¹⁶, expedindo as Resoluções nºs. 22.610/07 e 22.733/08.

Vale ressaltar a novidade trazida por tal posicionamento, pois a expedição das resoluções em comento por parte do TSE afrontou o histórico entendimento do Supremo Tribunal Federal de inadmitir causas de perda de mandato que não

estivessem claramente expressas (a redundância é proposital) no texto constitucional. Nesse talante, mesmo se houvesse situações de insubordinação e infidelidade partidária pelo candidato eleito, não haveria maiores repercussões, senão a sanção aplicada *interna corporis*. No magistério de Tavares:

Os atos de infidelidade ou indisciplina podem redundar até na exclusão do 'infrator' (...) as conseqüências só podem ser de âmbito interno (...) no caso de infidelidade ou indisciplina partidária de candidato já eleito, nunca se considerou, com a Constituição de 1988, que o parlamentar perderia o respectivo mandato. Aliás, para tanto, a hipótese deveria constar do rol indicado no art.15 da Constituição do Brasil, que trata da perda de direitos políticos e, mais especificamente, deveria estar relacionada no art.55, que elenca as hipóteses nas quais o parlamentar poderá perder o seu mandato. Nesse sentido foram os precedentes decididos pelo STF (MS 2.927 e MS 23.405)¹⁷. Grifo nosso.

Contudo, embora fosse da tradição do Poder Judiciário não decretar a perda do mandato em situações não expressas na Constituição, o que passou a constar das resoluções em referência é que haverá a perda do cargo eletivo daquele candidato que se desfilia da agremiação partidária pela qual obteve a sua eleição, desde que inexistente a *justa causa* que legitime tal conduta. Resta claro que o Poder Judiciário buscou fortalecer o papel dos partidos políticos no processo eleitoral, bem como objetivou inibir a prática deletéria de desfiliações imotivadas, ou justificadas por motivos espúrios ou escusos. Questiona-se, contudo o elemento pragmático que impulsionou aquele colendo sodalício, pois o respeito à reserva de matéria constitucional é postulado básico em qualquer país que se queira democrático. A despeito do nobre propósito de regulamentar o caso que padecia de crônica anomia, é de se

destacar a patente falta de legitimidade do Poder Judiciário em expedir atos normativos que seriam ínsitos tão somente ao tratamento pelo Poder Constituinte.

Tendo sido destacada a censura que se faz necessária ao afobado posicionamento do Poder Judiciário na expedição das aludidas Resoluções, verter-se-á a atenção ao que nos parece ainda mais polêmico: a quem se confere a titularidade do mandato eletivo e a respectiva legitimidade ativa para se requerer a perda do mandato eletivo? Será do primeiro colocado na coligação estabelecida para as eleições ou será do vinculado ao partido cuja legenda angariou a cadeira no parlamento?

Em termos vulgares, o que o TSE fixou foi o seguinte entendimento: o cargo eletivo é de titularidade do partido político, e não do candidato eleito (e nem tampouco da coligação estabelecida nas eleições), haja vista a necessidade de filiação partidária para a candidatura eletiva e o atendimento do quociente eleitoral para se alcançar um cargo eletivo¹⁸.

Como o impacto político e as conseqüências daí oriundas poderiam abalar de maneira insustentável os mandatos até então estabelecidos pelos parlamentos pelo Brasil afora, o TSE achou por bem não fazer incidir de maneira imediata a sua decisão. Assim, promovendo a modulação temporal dos efeitos da decisão, em eminente juízo político, o TSE deliberou que o início do lapso temporal apto a caracterizar a nova filiação como infidelidade partidária fora o dia 27 de março de 2007, quando se tratar de hipótese de vereadores, deputados estaduais, distritais e federais. Em se cuidando da desfiliação partidária de prefeitos, vices, senadores, suplentes, governadores, vices e o presidente e o vice-presidente, o início do prazo é o dia 16 de outubro de 2007.

Reputou-se com isso privilegiar os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, para que não fossem surpreendidos os agentes políticos que por ventura já tivessem abandonado a respectiva legenda.

DA CONTROVERSA CONSTITUCIONALIDADE DAS RESOLUÇÕES ELEITORAIS: USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR E DO PODER LEGISLATIVO COMPLEMENTAR.

Gênese de inúmeros debates e calorosas discussões, tais Resoluções ainda suscitam vigorosos argumentos e posicionamentos divergentes acerca do tema. De uma banda, situa-se a corrente majoritária, que saúda efusivamente a normatização do tema por meio das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, ante a inércia do legislador pátrio em estabelecer normas e critérios acerca do tema. Dentre os argumentos mais portentosos há a ideia de que o candidato deve obediência e subordinação à ideologia política do partido a qual ele se mantinha filiado, assim como o candidato não pode subverter a lógica e as escolhas populares que provieram das urnas. O aspecto moralizante e disciplinador das citadas resoluções foi a tônica dos festejos e aplausos da doutrina majoritária. Nesse sentido:

A medida é, inegavelmente, moralizadora, porque contém um inquestionável componente de aperfeiçoamento ético da atividade político-partidária, procurando coibir as trocas de partido inspiradas, como quase sempre ocorre, em motivação preponderantemente pessoal e distanciada dos compromissos

assumidos com o eleitor. O 'troca-troca' de partidos é prática antiga, mas nem por isso menos condenável; geralmente é servido com uma fátia de corrupção e está ligado à política do 'toma-lá-dá-cá'¹⁹.

Deveras, a excessiva leniência e flexibilização existentes no caótico quadro partidário brasileiro atingiu grau intolerável, apagando o mínimo de coerência e autenticidade que se espera da vida política de uma nação. Nesse sentido, merece encômios a iniciativa do TSE²⁰.

Todavia, uma sensata tomada de posicionamento a respeito de tais documentos normativos ainda padece de maior maturação e reclama discussão mais acurada a respeito do tema. De imediato, inúmeras objeções podem ser formuladas em relação à legitimidade de tais deliberações. Tais óbices perpassam do eventual desrespeito ao princípio da legalidade, bem como o ilegítimo ativismo judicial por parte daquele colendo sodalício, que criou uma hipótese de perda de mandato eletivo em situação não prevista em dispositivo constitucional. Ademais, se o propósito das resoluções foi elucidar e aclarar polêmicas do direito constitucional/eletoral, por certo não houve o resultado pretendido, haja vista terem surgido novos questionamentos que em cenário pretérito jamais se pensaria a respeito.

DA INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR. CRIAÇÃO DE HIPÓTESE DE PERDA DE MANDATO ELETIVO SEM PREVISÃO EXPRESSA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DA CRIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A ÓRGÃOS JUDICANTES ELEITORAIS SEM LEI COMPLEMENTAR.

Questiona-se acerca do ativismo judicial do Tribunal Superior Eleitoral, que estabeleceu em sede de resolução um caso de perda de mandato eletivo em situação não descrita no rol taxativo constitucional de hipóteses de perda de mandato²¹. Em nenhum momento se olvida que a Justiça Eleitoral detenha o poder de regulamentar o direito eleitoral, em seara específica de atuação, mas não se poderia com isso usurpar a competência atribuída ao Poder Constituinte Derivado de Reforma, pois se cuida de matéria classicamente entendida como reservada ao Constituinte. Por ser o princípio da supremacia das normas constitucionais um postulado normativo inarredável no paradigma democrático, não se poderá ter o Poder Judiciário como um *leviatã* apto a criar normas jurídicas de caráter *normativo-orgânico*²², de perfil tipicamente *constitucional*, sob pena de ferir de morte a tripartição de poderes e o sistema de freios e contrapesos. Assim, a crítica de Cerqueira e Cerqueira é elucidativa:

O TSE não pode ser legislador positivo, pois fere a CF/88, só podendo assim “legislar” se se tratar de matéria infraconstitucional reservada a lei ordinária – art. 105 da Lei 9.505 (...) jamais podendo legislar sobre LC (processo civil ou processo eleitoral) ou matéria constitucional, em face do art. 22, I da CF/88. (...)

As resoluções do TSE, quando atuam como legislador positivo, CRIAM um direito, mas com esta “CRIAÇÃO” o TSE só pode legislar se for relacionada à matéria infraconstitucional de lei ordinária, e não matéria constitucional elou de lei complementar²³.

Ademais, quando a Resolução TSE nº 22.610/07 apregea em seu artigo 1º que é dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) a competência para conhecer do pedido de perda de mandato eletivo dos mandatos estaduais e municipais, e do TSE a competência para julgar casos de mandatos federais, houve o patente desrespeito ao artigo 121 da Constituição, que exige a promulgação de lei complementar para cuidar de *organização e competência* dos tribunais e juízes eleitorais.

Em que pese vasta parcela da doutrina congratule o *ativismo judicial* dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal, é insofismável que não pode o Poder Judiciário exacerbar de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Poder Constituinte Originário, sob pena de afronta da tripartição e da independência e harmonia dos poderes. Tal postulado normativo é norma constitucional cara ao Poder Constituinte Originário, que inclusive elevou à categoria de cláusula pétrea a tripartição de poderes²⁴, não admitindo nem mesmo a deliberação de proposta de emenda *tendente a abolir* a aludida separação de poderes²⁵.

A CRISE NO SISTEMA REPRESENTATIVO: A OCORRÊNCIA DE DIVERGÊNCIAS ENTRE O AGENTE POLÍTICO E AS INSTÂNCIAS DE CÚPULA PARTIDÁRIA. A CONFIGURAÇÃO DA HIPÓTESE DE *JUSTA CAUSA* PARA A SAÍDA DA LEGENDA PARTIDÁRIA E A MIGRAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA.

Na regulamentação do tema da fidelidade partidária pelo Tribunal Superior Eleitoral se abriu a cizânia doutrinária e jurisprudencial acerca da possibilidade de dissonância entre as opiniões, os votos e o projeto político de um determinado agente político em relação ao seu partido e/ou bloco partidário. Nesse sentido, eventualmente poderá existir um entrevero entre as opções políticas do detentor do mandato eletivo em relação aos órgãos de cúpula e as diretrizes das instâncias deliberativas do partido político, o que em muitos casos trará a lume o surgimento de rugas e arestas entre o agente político e os dirigentes da legenda à qual ele está vinculado.

Reputamos tal possibilidade de divergência algo salutar – e inclusive *recomendável* – no paradigma do estado pluralista que se quer implementar. Não é raro acontecer que, em algumas situações a cúpula partidária acabe por frustrar os primevos objetivos e programas partidários, em nome de acordos e conchavos de questionáveis propósitos, muitas vezes motivadas por inspirações fisiologistas e patrimonialistas. Não

obstante, embora tenham sido os principais responsáveis por uma eventual afronta aos propósitos e partindo da inarredável premissa de que a soberania popular o fundamento do exercício do poder político, o que se espera do detentor do mandato eletivo é que ele consiga manter a coerência e o efetivo compromisso com suas bases eleitorais e sua respectiva plataforma de campanha.

Muito mais do que se manter atrelado e adstrito às deliberações dos órgãos máximos e instâncias diretivas dos partidos políticos, deve o agente político (como ator da expressão de soberania do estado) muitas vezes se manter firme em suas convicções e até mesmo não se curvar genuflexo à uma postura questionável e/ou digna de censura por parte de seus eleitores. Obviamente que tal postura de emancipação e maturidade do agente político pode lhe custar um alto desgaste dentro do cenário de sua legenda política, o que muitas vezes torna insuportável o convívio diário de seus correligionários, o que autorizaria o pedido de migração partidária por incompatibilidade em relação a alianças e projetos políticos.

Entretanto, não é esse o posicionamento da jurisprudência a respeito do tema. Exemplar é o entendimento sumulado do Egrégio Tribunal Regional de Minas Gerais, que, instado a decidir a respeito do tema, reputou não haver a necessária justa causa quando presente a dissidência entre os detentores do mandato eletivo e a cúpula dirigente e as lideranças dos partidos políticos. A saber:

Súmula 02 do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais: A discordância da orientação do partido ou a atitude deste contrária ao interesse do ocupante do mandato eletivo não constitui justa causa para a desfiliação partidária.

Patente o retrocesso havido no posicionamento da jurisprudência pátria. Ao dotar os órgãos de cúpula do partido político de plenos poderes para estabelecer solipsisticamente quais são as diretrizes e os rumos acerca de suas deliberações, o Poder Judiciário contribui para agravar o abismo existente entre os eleitores e as efetivas instâncias de poder; ao participar somente da escolha dos representantes eleitos, o povo se vê alijado da arena de tomada de decisões quotidianas. Em suma: o círculo deliberativo das instâncias de poder fica circunscrito a um privilegiado grupo de ocupantes de liderança e de diretórios partidários²⁶.

CONCLUSÃO

Sem a pretensão de ter esvaziado a discussão, trouxeram-se à baila alguns aspectos polêmicos e menoscabos pela maioria da doutrina e jurisprudência pátrias a respeito do instituto da fidelidade partidária. No evoluir do trabalho, em um primeiro momento se asseverou a respeito da usurpação de competências e da ilegitimidade do Poder Judiciário em regulamentar a matéria através de veículos normativos de caráter tão secundário e de cabimento tão restrito pelo Ordenamento Jurídico. Sem embargos de tal debilidade técnica, procurou-se alertar a respeito das variadas conseqüências nefastas oriundas de tal posicionamento, tais como a verticalização das deliberações políticas, que em última instância escamoteia a participação popular e afronta a soberania do povo como fundamento da República Federativa do Brasil. O debate segue em aberto, e negligenciá-lo é uma forma de sabotar a própria inspiração do projeto do constituinte democrático de 1988.²⁷

REFERÊNCIAS

- BONAVIDES, P. **A democracia participativa e a crise do sistema representativo no Brasil em 20 anos de Constituição Cidadã**. Zulmar Fachin, coordenador. São Paulo: Método. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei 9.096/1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inc. V, da Constituição Federal**: Promulgada em 19 de Setembro de 1995.
- BULOS, U. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva. 2008.
- CARVALHO, K. **Direito Constitucional Didático**. 8. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- CERQUEIRA, TTPLP; CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz de Pádua. **Fidelidade partidária e a perda de mandato no Brasil: temas complexos**. São Paulo: Premier Máxima, 2008.
- COSTA, AS. **Instituições de Direito Eleitoral**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lumen Júris.
- CRUZ, ÁRS. **Jurisdição Constitucional Democrática**. Belo Horizonte: Del Rey. 2004.
- GOMES, JJ. **Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Del Rey. 2009.
- LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MELO, CR. **Retirando as cadeiras de lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- MENDES, GF; COELHO, IM; BRANCO, PGG. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PIMENTA, FG. **Guia prático da fidelidade partidária à luz da resolução TSE 22.610/07**. São Paulo: JH Mizuno. 2008.
- RAMAYANA, M. **Direito Eleitoral**. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
- STRECK, LL. **Jurisdição Constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito**. 2. ed., Porto Alegre: Advogado, 2005.
- TAVARES, AR. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.
- ZÍLIO, R. **Direito Eleitoral: noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade, processo eleitoral (da convenção à prestação de contas), ações eleitorais**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

NOTAS

1 Discente do curso de Direito, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Professora Orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Vide Artigo 1º da Constituição da República.

4“O problema central do constitucionalismo atual certamente envolve a questão da legitimidade do exercício coativo do poder/direito. Passando pelos vários paradigmas constitucionais, é possível verificar-se que esta é a discussão central do direito constitucional contemporâneo, como elemento científico de exame da organização política e jurídica dos espaços da autonomia pública e privada da sociedade”. SOUZA CRUZ, Jurisdição Constitucional Democrática. Belo Horizonte: Del Rey. 2004. pg. 4.

5 A doutrina identifica a estrutura constitucional como típica de uma democracia semidireta ou participativa: “a democracia participativa ou semidireta assimilada pela CF/88 (...) caracteriza-se portanto, como a base para que se possa, na atualidade, na participação popular no poder por intermédio de um processo, no caso, o exercício da soberania que se instrumentaliza através do plebiscito, referendo, iniciativa popular, bem como pelo ajuizamento da ação popular”. (LENZA: 785). Ousamos apontar que tais mecanismos de consulta popular são meramente ilustrativos e muito pouco representativos da potencialidade que o Direito possui de viabilizar a participação popular na tomada de decisões. Reputamos que em qualquer processo judicial a população revela a sua aptidão para determinar seus próprios rumos e suas orientações.

6 “A correta aceção de elegibilidade importa na compreensão do procedimento eleitoral como um fenômeno único, embora complexo. (...) o candidato, visando alcançar ao mandato eletivo e obtendo, assim, a consagração nas urnas, deve, necessariamente, percorrer um procedimento determinado, que inicia com a escolha do nome em convenção partidária, a postulação do registro de candidatura (e seu conseqüente deferimento) e culmina - mantida a situação jurídica inalterada - na efetiva participação do processo eleitoral no dia das eleições”. ZÍLIO, Rodrigo. Direito Eleitoral. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. pg. 132.

7 A esse respeito, insta salientar que o próprio texto constitucional prevê que os partidos políticos estabeleçam

em seus estatutos as respectivas normas de fidelidade e disciplinas partidárias (art.17, §1º in fine).

8 Consulta. Prefeito. Pretensão. Reeleição. Candidatura avulsa. Impossibilidade. Partido Político, Indicação. Necessidade. Art. 87 do Código Eleitoral. Não existe, no sistema eleitoral brasileiro, a chamada candidatura avulsa, daí porque, somente os candidatos indicados por partidos ou coligações podem concorrer às eleições. Consulta a que se responde negativamente. (TSE – CONSULTA nº1425- Resolução nº 22.557 – DF – j.19.06.2007).

9 A Lei 9.096/1995 é o diploma legal que dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição da República, e tem em seu artigo 18 a exigência de filiação partidária há pelo menos um ano antes do certame eleitoral.

10 “No campo da representação, as funções dos partidos políticos são as de promover o revezamento de homens e idéias, com a estabilização do sistema político, e de legitimar o sistema político, ao permitir que os eleitores escolham, mesmo indiretamente, os legisladores e governantes, fixando o quadro e as grandes orientações da política que desejam ver realizadas. Os políticos são, portanto, essenciais à democracia representativa, sendo que toda crise dos partidos leva à crise da democracia, que nunca conseguiu ficar sem eles.” CARVALHO, Kildare. Direito Constitucional Didático. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. pg. 359.

11 “O modelo de democracia representativa adotado pela Constituição qualifica o mandato como eminentemente representativo da vontade popular (...) o art. 45 estabelece que a representação popular é obtida por meio do sistema eleitoral de caráter proporcional, concebendo uma verdadeira democracia partidária”. MENDES: 2009, pg. 821 (sem destaque no original).

12 Nesse aspecto é da própria Constituição de 1988, em seu Artigo 17, §1º, a previsão de regulamentação, através dos estatutos partidários, das regras sobre a fidelidade partidária. In verbis: “§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária”. (destacamos).

13 MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras de lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. pg. 88.

14 “A eleição de um candidato, pelo sistema proporcional, deve observar determinados cálculos aritméticos, realizados em sequência, que se desdobram no quociente eleitoral, quociente partidário e nas sobras. O quociente eleitoral é o número mínimo de votos que um partido ou coligação deve obter para ter direito à eleição de seus candidatos. A fórmula de cálculo do quociente eleitoral é dada pelo artigo 106 do Código Eleitoral, devendo ser procedida a divisão do total de votos válidos da circunscrição pelo número de vagas a preencher (número de cadeiras)”. ZÍLIO, pg. 58.

15 MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. pg. 822.

16 “Esse poder regulamentar exteriorizado pelo Egrégio Tribunal Superior Eleitoral é uma marcante característica da legislação eleitoral vigente. O poder regulamentar está disciplinado nos arts. 23, inciso IX, que trata da expedição de instruções convenientes à execução do Código Eleitoral bem como da legislação eleitoral lato sensu e art. 1º parágrafo, ambos do Código Eleitoral, e nas respectivas leis específicas que disciplinam as eleições, v.g art. 105 da Lei n. 9.504/97 (...) Formalmente, o poder regulamentar, em matéria eleitoral, processa-se através de resoluções e instruções sobre propaganda eleitoral, votação, apuração, registro de candidatos, calendários eleitorais e outras. Sobre essa matéria, impende observar que o poder regulamentar deve situar-se secundum e praeter legem, sob pena de invalidação e, em atendimento ao disposto no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, pois ‘ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei’ (sem destaque no original). RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral, 9ª ed.. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. pg. 83.

17 TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional, 7ª ed., São Paulo. Saraiva, 2009. pg. 791.

18 É essa inclusive a redação da Resolução 22.610 do TSE:

“Art. 1º- O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa”.

19 PIMENTA, Fernando Gurgel. Guia prático da fidelidade partidária à luz da resolução TSE 22.610/07. Ed: JH Mizuno, pg. 50.

20 GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey. 2009. pg. 78.

21 “Não se pode confundir, entretanto, a adequada / necessária intervenção da jurisdição constitucional com a possibilidade de decisionismos por parte de juizes e tribunais. Seria antidemocrático. Com efeito, defender um certo grau de dirigismo constitucional e um nível determinado de exigência de intervenção da justiça constitucional não pode significar que os tribunais se assenhem da Constituição”. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Forense, 2004. pg. 141.

22 Uadi Bulos identifica os elementos orgânicos como sendo elementos mínimo-irredutíveis de todas as estruturas das mais diversas constituições: “Os elementos mínimo-irredutíveis orgânicos ou dogmáticos organizam o Estado brasileiro e a estrutura do poder, fixando o sistema de competência dos órgãos, instituições e autoridades públicas: em Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. 2008. pg. 50.

23 CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz de Pádua. Fidelidade partidária e a perda de mandato no Brasil: temas complexos. São Paulo: Premier Máxima, 2008. pg. 284.

24 Vide art. 60, §4º, III da Constituição da República do Brasil.

25 Nesse sentido, estabelece a doutrina um postulado normativo de limitação das atribuições judiciais: o chamado princípio da justeza/ correição funcional. A saber: “Derivado, igualmente, do cânone hermenêutico da unidade da Constituição, que nele também se concretiza, o princípio da correição funcional tem por finalidade orientar os intérpretes da Constituição no sentido de que, instituindo a norma fundamental um sistema coerente e previamente ponderado de repartição de competências, não podem os seus aplicadores chegar a resultados que perturbem o esquema organizatório-funcional nela estabelecido, como é o caso da separação dos poderes, cuja observância é consubstancial à própria ideia de Estado de Direito”. MENDES, Gilmar. Curso de Direito Constitucional. Gilmar Mendes, Inocência Coelho e Paulo Branco. 4ª ed, São Paulo: Saraiva. pg. 138.

26 “Empenhados em pavimentar a estrada às ditaduras, os demolidores da ordem constitucional forcejam por passar para as esferas do arbítrio o feixe de competências

do Poder Central. (...) De tal sorte que por esse caminho se põe em marcha o préstito da tirania constitucional, com decreto que liquida liberdades, conculca direitos, dilata poderes até alcançar, numa convergência final e fatal, a dissolução da democracia e do sistema. E, desse modo, se aludem os fundamentos sobre os quais repousa a ordem constitucional, a boa fé de quem governa e a legitimidade de quem exerce o poder nos limites da lei e da Constituição”. BONAVIDES, Paulo. A democracia participativa e a crise do sistema representativo no Brasil. em 20 anos de Constituição Cidadã. Zulmar Fachin, coordenador. São Paulo: Método. 2008. pg. 212.

SABER E PODER NOS TRÓPICOS: PRAGMATISMO CIENTÍFICO E POLÍTICA DE ESTADO NAS MINAS GERAIS¹

Elaine Soares de Faria²
Elizabeth Lopes Ferreira³
Thábata Araújo de Alvarenga⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar a cultura científica vigente no império colonial português no final do século XVIII e início do século XIX, em sua relação com a política reformista do Estado. Foi investigada a produção científica do período, elaborada tanto no âmbito da Universidade de Coimbra quanto da Academia de Ciências de Lisboa, privilegiando aquela que particularizava o equacionamento dos problemas da capitania das Minas Gerais. Foram analisadas memórias produzidas por intelectuais luso-brasileiros e atestada sua conformidade com a política reformista engendrada pela Coroa portuguesa. Foi verificado que estes homens das luzes estavam interessados, em certa medida, em estreitar o pacto colonial, trabalhando a favor dos propósitos colonialistas do Estado.

Palavras-chave: Pragmatismo científico. Política de Estado. Minas Gerais. Universidade de Coimbra. Memórias.

Abstract: This study aims to discuss the scientific culture present in the Portuguese colonial empire in the late eighteenth and early nineteenth centuries in regard to its relationships with the State reformist politics. The scientific literature of the period, developed both at the University of Coimbra and at the Lisbon Academy of Sciences, was investigated focusing on the findings that dealt with the problems of the Minas Gerais captaincy. Memories produced by Luso-Brazilian intellectuals were analyzed and were certified for the compliance with reformist politics engendered by the Portuguese Crown. It was found that those men were interested, to some extent, in strengthening the colonial pact, working in favor of the purposes of the colonial State.

Keywords: Scientific pragmatism. State Politics. Minas Gerais. University of Coimbra. Memories.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto dos resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica que teve como objetivo principal analisar o projeto político reformista do império colonial português, no período compreendido entre a reforma da Universidade de Coimbra (1772) e a independência do Brasil (1822), a partir da produção científica de ilustrados luso-brasileiros.

Com o estudo da produção científica dos ilustrados, foram perpassadas questões importantes que dizem respeito ao Iluminismo em Portugal, enfatizando a sua singularidade em relação aos demais países europeus. Foi preciso, também, compreender a política reformista que o império português estabeleceu para a sua colônia americana e, mais especificamente, para a Capitania de Minas Gerais. Para tanto, tornou-se necessária uma análise das memórias escritas por ilustrados luso-brasileiros, vinculados à Universidade de Coimbra e à Academia de Ciências de Lisboa, confrontando-as com a bibliografia pertinente ao tema.

Outro fator que justificou a realização desta pesquisa foi a necessidade de expandir os estudos sobre o período colonial, tomando como ponto de partida a visão de intelectuais luso-brasileiros envolvidos no processo de colonização, vinculando a produção do saber às tramas do poder imperial.

Alguns temas precisaram receber certo destaque devido à complexidade em se tentar levar adiante uma pesquisa com um recorte historiográfico bastante rico. Entre tantos temas que serão tratados no decorrer deste artigo, podem-se destacar: a relação de privilégios entre intelectuais luso-brasileiros e o governo português, a vida social e familiar desses homens, a preocupação dos naturalistas em investigar as riquezas do Brasil e detectar os problemas que representavam um entrave ao seu desenvolvimento econômico, o universo socioeconômico de Minas

Gerais no auge da produção aurífera e também na sua decadência, entre outros.

A decadência do ouro no Brasil e, mais especificamente em Minas Gerais, levou a Coroa a tomar algumas medidas com o objetivo de suprir a demanda da economia portuguesa e acabar com os empecilhos gerados pela falta de mão de obra qualificada e o extravio mineral, aspectos que ela acreditava ser responsável pela diminuição da produção. Daí, chegamos até os protagonistas dessa pesquisa – os naturalistas – responsáveis por relatar à Coroa suas riquezas naturais. Os estudiosos de Coimbra e das Academias Científicas se empenharam em manter a cordialidade com a Coroa e, com isso, garantir as benesses provenientes do bom desempenho nas viagens patrocinadas pelo governo português.

A partir dessa pesquisa chega-se a algumas conclusões significativas que dizem respeito à história científica da América Portuguesa. Entre essas, a observação de que a formação universitária no período colonial, em Coimbra, organizava-se de acordo com as necessidades do governo imperial. O teor das produções memorialísticas reflete essa mentalidade colonialista da elite luso-brasileira. Em contraposição à política engendrada pelo governo português, que visava manter a opulência da Coroa, estava a real situação da população das Minas Gerais. A pobreza aumentava à medida que a cobrança pela produção de metais se efetivava. Com isso, os relatos dos naturalistas se tornaram os olhos do déspota.

ILUSTRAÇÃO ÀS AVESSAS

Alguns aspectos da Ilustração em Portugal serão apresentados para a compreensão das representações mentais produzidas pelos intelectuais luso-brasileiros, explicitadas em suas produções memorialísticas. Os estudos dos luso-brasileiros formados em Coim-

bra refletiam a realidade brasileira. Traziam inovações para o progresso de cunho científico muito peculiar ao meio e ao momento histórico em que viviam. Havia, no período, uma tendência pragmática nos estudos das ciências naturais devido a sua utilidade. Muitos estudos voltaram-se para a agricultura, em consonância com a política reformista do Estado português. O objetivo primordial era exatamente promover a agricultura para recompensar as oscilações dos rendimentos do quinto do ouro. A política de Estado portuguesa estimulou os estudos de ciências naturais no Brasil a fim de socorrer os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar devido à concorrência estrangeira.

Os ilustrados preocuparam-se com a aplicação do conhecimento científico no Brasil. Eles divulgaram suas pesquisas a fim de introduzir métodos ilustrados como: atualizações das técnicas, novas invenções mecânicas, transmissão dos progressos da revolução industrial, mecanização dos engenhos e das técnicas rurais e, também, incentivos à imigração europeia. Os mesmos estavam dispostos a não apenas divulgar as técnicas europeias, mas puseram-se a experimentá-las e adaptá-las ao contexto nacional. Os ilustrados se viam inteiramente identificados com a ideia de um grande império português. O fenômeno moderado da independência se deu em grande parte pela participação desses intelectuais que “imprimiram na história dos primeiros tempos, a marca de suas origens na aristocracia rural de sua formação no Antigo Regime e da sua participação no despotismo ilustrado do D. Rodrigo de Souza Coutinho” que “procurava impulsionar e estimular os estudos científicos de finalidade prática principalmente de mineralogia e história natural” (DIAS, 2005, p.102-103).

O estudo das viagens filosóficas ultramarinas realizadas por cientistas luso-brasileiros é de fundamental importância à compreensão da dinâmica que

envolve o império ultramarino português e sua colônia na América, uma vez que o inventário dessas conquistas diz dos conflitos e responsabilidades da Coroa e da sociedade colonial. Para entender um pouco do domínio português na colônia, do governo a distancia, é preciso, antes de tudo, entender o que rege a nossa pesquisa, ou seja, o objetivo dos súditos intelectuais.

As responsabilidades monárquicas em Portugal avolumaram-se de tal forma que, para tentar manter o controle sobre suas propriedades, a Coroa teria que contar com a ajuda de seus súditos. Deste modo, para percorrer os territórios muito além das vistas imperiais, nas possessões ultramarinas, a Coroa enviava seus súditos para produzirem inventários da geografia e da natureza local, que deixariam o monarca informado a respeito das riquezas existentes em suas possessões coloniais. O Estado necessitava de dados sobre as fronteiras, produzidos por matemáticos e recorria também ao saber dos naturalistas para conhecer as plantas, animais e minerais.

Segundo Ronald Raminelli (2008), formava-se na Universidade de Coimbra uma burocracia treinada. Esses profissionais egressos na Universidade recebiam instruções pormenorizadas para viajar as possessões ultramarinas e recolher informações indispensáveis ao governo. A Coroa deu poderes a essa burocracia para coordenar as viagens e patrocinava agentes para elaborar os inventários⁵. Ao atender as necessidades do Estado, os vassallos produziram estudos sobre a exploração das lavouras e minas indicando técnicas adequadas ao solo, à detecção e extração mineral.

O aperfeiçoamento agrícola era, por certo, forma de aumentar a produtividade e, por conseguinte, os lucros da metrópole em tempo de decadência das minas. Oriundas das conquistas, essas notícias eram transmitidas a Lisboa em cartas, diários, participações, derrotas, memórias e mapas (RAMINELLI, 2008, p. 62-63).

Com as reformas pombalinas, as viagens ao ultramar se tornaram indispensáveis à intervenção estatal. Com a queda das remessas de ouro ao reino era intenção da Coroa portuguesa diversificar as lavouras introduzindo outros cultivos. Além disso, intensificaram-se também a fiscalização e o combate ao contrabando e as manufaturas tornaram-se proibidas na colônia.

Na espera de recompensa, os novos vassalos usavam a escrita para produzir informações úteis à administração e estavam, portanto, atrelados à trama do poder régio. Desse modo, intensificaram os vínculos entre as diversas partes, pois os vassalos, mesmo embrenhados no sertão, buscavam reconhecimento de seus serviços no centro. Essa integração era fruto de reformas, da modernização e criação de instituições científicas (RAMINELLI, 2008, p. 68).

A partir desse trecho entendemos a articulação existente entre produção e produtor no campo científico na Universidade, bem como o papel a ser desenvolvido pelos vassalos do rei na colônia.

À frente da secretaria dos negócios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro patrocinou as viagens filosóficas às conquistas do ultramar e tornou-se o principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial, acervo destinado a ampliar os museus de História Natural em Lisboa e Coimbra.

Até a década de 1780 a geografia era indispensável para as viagens à América. A partir de então, o conhecimento espacial, a cartografia e a astronomia cedem espaço à História Natural e à agricultura. Com a reforma da Universidade em 1772, as disciplinas filosóficas tornam-se prioridade, atingindo diversas áreas: Filosofia racional, moral e natural.

Portanto, o que se entende por Iluminismo

em Portugal tem uma aparência bastante distorcida do seu real sentido para as demais nações européias. Os intelectuais brasileiros em Coimbra deixaram de lado seus ideais libertários, se é que esses ideais realmente existiram, para ingressar em uma viagem com objetivos colonialistas.

O REFORMISMO ILUSTRADO PORTUGUÊS

A partir do século XVIII, o Iluminismo se difundia na Europa tendo como princípio básico o uso da razão para a compreensão da natureza e da sociedade. Nesse período, os filósofos franceses dirigiram suas críticas ao Antigo Regime e deram suporte à Revolução Francesa. Também nesse mesmo período, mais especificamente no último quarto do século, ficaram evidentes os sinais de decadência do ouro em Minas Gerais. A consciência dessa crise, em fins do século XVIII, atingia os dois lados do Atlântico: de um lado estavam os colonos, assolados pela pobreza em função da política colonialista e, de outro, a Coroa se insatisfazia com a queda das arrecadações. Os discursos filosóficos portugueses estavam voltados, portanto, à satisfação da Coroa, na medida em que objetivavam compreender o porquê da escassez aurífera na colônia, a fim de subverter essa situação para angariar mais riquezas para a metrópole.

Em Portugal, o Iluminismo foi marcado por inúmeras especificidades. O movimento de racionalização do mundo, como salienta Dias (2005), foi usado não no seu sentido revolucionário, mas como forma de encontrar soluções para os problemas econômicos. O Iluminismo lusitano, ao contrário do francês, foi utilizado a serviço da máquina do Estado e de sua empresa

colonial, por isso seu caráter contraditório, levando a denominação de despotismo esclarecido. O marco desse despotismo foi a ascensão ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1750, responsável pela elaboração das diretrizes gerais de toda a política metropolitana e colonial. A política pombalina, impregnada pelo racionalismo, objetivava criar uma administração mais rígida com intuito de readquirir o controle do Estado sobre as riquezas coloniais. A partir da análise das memórias dos luso-brasileiros, perpassaremos esse racionalismo político, já que a Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779, foi o principal veículo de adaptação dos ideais ilustrados aos interesses portugueses. Ao estimular a pesquisa de cunho científico, o Estado português procurava diagnosticar o seu atraso em relação às outras nações européias. Inúmeros cientistas foram enviados do Reino à colônia a fim de percorrer todo o território brasileiro e comunicar, através de relatos, o que viam.

Em 1795, com a morte de Pombal, a política colonial foi reformulada sob a astúcia de Luis Pinto de Souza Coutinho, que reforçou a opção pela reforma esclarecida. Luis Pinto de Souza Coutinho convidou D. Rodrigo de Souza Coutinho para ocupar o novo cargo, então criado exclusivamente para os negócios coloniais. Discípulo de Pombal, D. Rodrigo aplacou o nacionalismo insurgente, designando uma série de cientistas luso-brasileiros para efetuarem estudos profundos das diversas áreas e atividades econômicas da colônia, especialmente as Minas Gerais eram objeto de seu interesse.

Este esforço para compreender a realidade sob o signo da razão e da utilidade resultou em inúmeros estudos: as memórias econômicas que descreviam o reino e o Brasil com suas condições

econômicas, naturais, climáticas, geográficas, sociais, entre outras⁶. Tais memórias, publicadas e incentivadas pela Academia de Ciências de Lisboa, vinham ao encontro da ideologia vigente no império colonial português. Segundo Furtado:

A Academia Real de Ciências, fundada em Portugal em 1779, foi o principal veículo de entrada da Ilustração no Reino e de sua adaptação aos interesses portugueses. Pelo estímulo direto à pesquisa ou muitas vezes por influência indireta, os intelectuais portugueses e, inclusive, alguns brasileiros, fizeram ampla avaliação econômica do reino e de suas colônias de além-mar (FURTADO, 1994, p. 14-15).

A contradição do Iluminismo português está explícita nas memórias produzidas pelos intelectuais. No caso das colônias, a questão era ainda mais contraditória, pois se o Iluminismo defendia a liberdade, a sua leitura por parte do homem da colônia seria a defesa da independência, mas em Portugal e no Brasil, as coisas nem sempre ocorriam assim. Os luso-brasileiros preocuparam-se em esboçar uma série de reformas, que preservaram o pacto colonial e buscavam possibilidades de articular os interesses metropolitanos e coloniais. É esse o ponto que rege a pesquisa. Os interesses da coroa e da colônia, em certa medida, não se moviam em direções opostas. A formação destes ilustrados servirá de tal modo para iluminar a nossa visão em relação à produção intelectual delineada do período.

Segundo Laura de Melo e Souza, essa tomada de consciência da decadência do ouro, responsável por inúmeras memórias, se deu de quatro formas: na esfera governamental acreditava-se no extravio como forma preponderante da diminuição da arrecadação; no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa, acreditava-se na inadequação dos métodos de extração do metal;

os fisiocratas acreditavam que a riqueza vinda da mineração era sempre ilusória, pois tudo que vinha fácil também ia fácil; nos círculos ilustrados discutia-se que a pobreza e a decadência estavam diretamente ligadas ao grau de exploração da metrópole (SOUZA, 1986, p. 35-40). Tais questões aparecem com bastante clareza nos discursos dos ilustrados luso-brasileiros aqui pesquisados.

O DISCURSO PRAGMÁTICO CIENTÍFICO LUSO-BRASILEIRO

As memórias econômicas contribuíram significativamente para o entendimento das políticas de Estado implantadas na capitania de Minas Gerais. Inicia-se a análise das memórias apresentando breves dados biográficos de alguns dos intelectuais que as produziram, com o objetivo de compreender o universo de suas práticas e representações sociais.

José Manuel de Siqueira era presbítero secular, natural da vila do Cuiabá da capitania de Mato Grosso. Acadêmico da Real Academia de Ciências de Lisboa, José Manuel frequentou por três anos as preleções de História Natural, aproveitando todos os três reinos da natureza, porém com maior ênfase no estudo da Botânica. Pleiteou a cadeira de Filosofia Racional e Moral, que então abriria em Cuiabá. Regressou ao Brasil, com autorização de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 18 de novembro de 1796, com a finalidade de ampliar seus estudos.

José Manoel de Siqueira enviou à Real Academia de Ciências de Lisboa a *Memória sobre a decadência actual das três capitanias das Minas e os meios de a reparar*, no ano de 1802.

Sendo as capitanias das Minas no Brazil o principal nervo do comercio das capitanias de beira-mar, e ainda mesmo hum dos fulcros do Estado pelo precioso e primário metal que se extrahê das entranhas da terra são com tudo estas capitanias centraes mais felizes, que as outras.

As capitanias de beira-mar com as suas importações, e exportações florecem; e as de Minnas que só exportão o oiro, se vem hoje em dia em grandissima decadência porque este tirado huma vez, e removido para beira-mar nada fica senão alguns escravos, e fazendas que nellas se consomem.

E quem não vê que donde se tira e se não põem necessariamente há de faltar? Esta pois he a principal cauza da decadência das Minnas e da penúria em q. vivem os seus habitantes (SIQUEIRA, 1813, p. 98).

Percebe-se, pela análise do trecho acima, que a memória questiona a falta de mão de obra especializada na extração dos metais preciosos, principalmente na capitania das Minas Gerais. O autor segue listando as causas da decadência das Minas. Muito mais que propor uma solução, como veremos na descrição das memórias seguintes, Siqueira trata o problema de forma simples, exemplificando o que percebeu nos seus estudos e suas viagens, a pedido da Coroa portuguesa.

Uma segunda causa da decadência apontada pelo ilustrado seria a falta de indústria para a mineração, que garantiria o abastecimento da região e seu consequente crescimento. A terceira causa apontada é a falta de escravos que auxiliem no trabalho das minas. A necessidade de descobertas de novas minas também é relatada por ele de forma a orientar a Coroa no envio de técnicos especializados nesse empreendimento.

Discutindo a respeito da decadência, Siqueira faz alguns paralelos entre algumas minas existentes em outras regiões, como no Peru, na Suécia e Espanha. Explicitando em suas palavras um pragmatismo científico:

*E esta inércia tem a sua origem na falta de hum Me-
cenas, e no receio q. já tenho exposto. Hajão pois ex-
pedições annuaes, e pa. diversos terrenos a inventar
novas Minas e terrenos novos descobrimentos e grandes
interesses assim pa. a Real fazenda, como pa. os parti-
culares (SIQUEIRA, 1813, p. 102).*

Segundo Siqueira, seria preciso realizar novas expedições científicas para a exploração do solo e descoberta de minerais, para assim se reparar a decadência. E com relação às Minas Gerais:

*Se tem inventado algumas maquinas, como a roda do
rosário d'esgotar; aqueductos de repuchos, e subterrâ-
neos..., eu deverei confessar , q. o mais ignorante da
capitania da Minas Geraes; mais sabe dirigir hum
serviço, do que o mais entendido mineiro da Capita-
nia dos goiazes (SIQUEIRA, 1813, p. 104).*

A partir de então, a memória assume um caráter experimental, a fim de propiciar à Coroa uma leitura mais concreta dos métodos utilizados na extração de riquezas da colônia sob o ponto de vista das comparações. O autor discute os métodos de mineração em diferentes pontos da colônia. Assim, lança mão de algumas observações técnicas que poderiam ser utilizadas em outras regiões, como na capitania de Goiás. Essa comparação se dá a partir de uma observação empírica voltada para a quantidade de ouro encontrada nas regiões em destaque, ou seja, Minas Gerais possui melhor técnica devido à maior quantidade de ouro extraído da região. Enfim, buscando uma análise pautada no conhecimento ilustrado da Real Academia, Siqueira toma nota de vários aspectos congruentes com outras memórias que analisaremos mais adiante.

Uma das memórias mais extensas e que contém uma grande quantidade de informações a respeito da proporção natural e geográfica da capitania de Minas Gerais é a produzida por Vieira Couto. O naturalista foi designado pela Coroa,

entre outros luso-brasileiros, para fornecer subsídios às reformas, com o objetivo de percorrer a comarca do Serro Frio.

José Vieira Couto era naturalista, mineralogista e médico formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. O texto de Vieira Couto, intitulado *Memórias sobre a capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer a mineração decadente do Brasil, sobre comércio e exportação dos metais e interesses régios* (1799), não se restringia às questões mineralógicas, mas elaborava um amplo e sistemático levantamento geográfico relatando a paisagem, o clima, o homem. Descrevia as riquezas minerais, as condições em que se encontrava o seu aproveitamento e esboçava alternativas para o seu desenvolvimento. Segundo Furtado (1996), sua biblioteca revelava sua formação humanista e sua familiaridade com o movimento Iluminista.

Nascido no Tejuco, em agosto de 1752, Vieira Couto era filho de portugueses e sua família compunha a elite seleta do lugar. Em Coimbra, teve acesso às ideias Iluministas e, sob a influência da Real Academia de Lisboa, colocou seu conhecimento à disposição da Coroa. Em seu texto é perceptível a visão da classe dominante local de que fazia parte. A família de Vieira Couto ocupava importantes cargos político-administrativos dentro da capitania de Minas Gerais.

Na primeira parte da memória, José Vieira Couto faz uma descrição minuciosa a respeito da capitania, incluindo sua posição geográfica e sua divisão em quatro comarcas. A segunda parte da memória diz sobre a decadência da mineração, defende a ideia da necessidade de uma arte metalúrgica nacional, de modo a animar a mineração, erigindo-se fundições de ferro e removendo alguns obstáculos à arrecadação da Coroa.

A priori, José Vieira Couto refere-se à ignorância dos mineiros ao discursar a respeito da causa, a seu ver, única, da decadência da mineração. E sugere algumas alterações no modo como os mineiros utilizam os equipamentos de extração. Como já citamos anteriormente, seu caráter profundamente elitista vê nos mineiros o alvo para conseguir melhorar a produção de metais na capitania. Se compararmos, a partir destes dados, as memórias até agora descritas, poderemos contrapor as ideias que as permeiam.

Primeiro, é importante ressaltar a formação destes dois intelectuais pela Universidade de Coimbra e sua filiação à Real Academia de Lisboa, o que confere a eles pontos de vista convergentes, em função, talvez, da orientação intelectual que permeou a formação de ambos e que os conduziu a determinadas conclusões. Siqueira consegue, através de suas observações, apresentar diversas causas para a decadência das minas, enquanto Vieira Couto apresenta apenas uma: os mineiros. Essas análises divergentes servirão de ponto de partida para entender as questões referentes à postura ideológica dos intelectuais luso-brasileiros com formação em Coimbra. Entretanto, ambos compartilham da opinião de que Portugal deveria seguir alguns exemplos experimentados por outros países.

Na obra intitulada *Memória sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que os possuem e especialmente a portuguesa* (1789), deixada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, percebe-se o seu interesse em questionar a escassez dos metais preciosos, relacionando tal questão com as guerras contra a dominação espanhola no Brasil e fundamentalmente, com as decorrências do tratado de Methuen, que “destruindo todas as manufaturas do Reino e fazendo cair todo nosso comércio em tal

maneira, que o produto das Minas foi limitado para a saldar”. (COUTINHO, 1789, p. 239)

Em relação às demais memórias expostas, é interessante pensar no caráter abrangente da produção de D. Rodrigo de Souza Coutinho, uma vez que não se refere, especificamente, a fatores ligados diretamente às minas ou à ação dos mineiros. D. Rodrigo de Souza Coutinho absorveu bem os ideais pombalinos e sua produção memorialística demonstra o quanto se apresentava como um estadista preocupado com o avanço de outras nações em relação ao domínio português⁷.

A memória produzida por José Eloi Ottoni, intitulada *Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Geraes* (1798), apresenta pontos de convergência com as demais memórias analisadas neste trabalho, mas também algumas especificidades que notoriamente serão comentadas a partir de agora. Entre os pontos em comum observados nos questionamentos destes quatro autores, cita-se a necessidade de investimentos em outros setores da economia regional, a promoção da agricultura e do comércio, a referência ao cunho de uma moeda provincial, sempre visando o maior lucro da Coroa portuguesa.

A memória de Ottoni é pouco descritiva em relação às demais, pautando-se, basicamente, no questionamento dos métodos rudes utilizados pelos mineiros e na exposição de ideias e projetos ligados à expansão econômica da capitania. O extravio do ouro é tratado de forma sistemática, levando até mesmo a um ensaio sobre a abertura de estradas e a exportação da matéria-prima através dos rios que cortam a capitania de Minas Gerais até a chegada aos portos. O próprio autor lança uma comparação entre as suas observações e as relatadas por outros estudiosos em relação à decadência das minas.

Em conformidade com a memória deixada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José Eloi Ottoni apóia um investimento a favor das bandeiras e enxerga neste empreendimento uma forma de desbravar o grande território produtivo de Minas Gerais. E discorrendo a respeito da questão relata:

Daqui podem resultar duas vantagens: a primeira é o estabelecimento de novas sociedades, que sendo animadas por diverso modo do que até aqui se tem praticado, podem ao mesmo tempo dilatar a igreja e utilizar ao Estado dando de livre vontade a Deus o que é de Deus, ao Cezar o que é do Cezar. A segunda é descobrir ouro e pedras preciosas talvez em mais abundância do que se tem descoberto... (OTTONI, 1798, p. 312-313)

Através da desconstrução do discurso contido nas memórias dos intelectuais luso-brasileiros, percorre-se um longo caminho rumo às respostas que sanassem os questionamentos a respeito do papel exercido por esses intelectuais dentro da política ilustrada reformista do Estado português. Desta forma, procura-se perpassar as questões elaboradas por cada um e extrair delas a lógica do pensamento ideológico destes ilustrados. O que se encontra vai muito além do proposto no início da pesquisa. Assim sendo, referenda-se a premissa historiográfica que atesta a existência de um pragmatismo científico vigente no período e a importância da ação de cientistas dispostos a colaborar com o fim do atraso português em relação às demais nações européias.

Algumas conclusões significativas atestam a relevância da pesquisa: destacam-se, primeiramente, as raízes familiares dos estudantes luso-brasileiros em Coimbra e sua conformidade em relação ao colonialismo, o que demonstra a face

contraditória do Iluminismo em Portugal. Em seguida, destaca-se a visão homogênea dos intelectuais diante dos problemas da capitania com relação à decadência das minas de metais preciosos e sua aparente visão elitista em relação à ação rudimentar aplicada pelos mineiros no labor mineral.

Uma questão, portanto, se torna preponderante para avaliar os resultados obtidos pela pesquisa: as raízes familiares dos estudantes brasileiros em Coimbra. Partindo do pressuposto que as políticas de Estado implantadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Coroa portuguesa foram inspiradas, muitas vezes, em relatos de luso-brasileiros enviados pela metrópole ao ultramar ibérico, nos deparamos com um fato primordial: a condição social e econômica desses ilustrados. Segundo Valadares (2004), os luso-brasileiros formados em Coimbra desempenham um papel importante para a expansão do poder régio, pois eles nada mais eram que os representantes qualificados dos interesses da Coroa.

A partir do estudo da historiografia pertinente ao tema, procura-se permear os relatos memorialísticos dos ilustrados buscando, desta forma, entender os interesses régios implícitos nessas produções. Com o apoio dessa bibliografia tornou-se clara a percepção de que no vértice da pirâmide social mineira situava-se uma elite que enviava seus filhos para a Universidade de Coimbra. Esta bagagem intelectual e também familiar dos estudantes nos permite compreender como moldou-se uma elite intelectual que, munida de um arcabouço científico de caráter prático, visava a modernização da colônia em favor da metrópole.

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ILUSTRADOS LUSO-BRASILEIROS

O Iluminismo em Portugal vinha carregado de um imaginário reformista, muito mais que revolucionário. Para tanto, os estudos científicos foram financiados em demasia pela Coroa portuguesa. Como mencionado por Dias, a influência desses ilustrados não ficou apenas no plano das ideias liberais. Eles tiveram como tarefa atentar para a inovação das técnicas rurais, na tentativa de modernização da colônia e do império colonial português, pautados em experiências reais vivenciadas em outros países europeus (DIAS, 2005, p.93).

Neste processo de compreensão do pensamento dos ilustrados luso-brasileiros, percebemos que a formação dos intelectuais do reino estava voltada para a vassalagem de sua majestade,

para exercerem o poder e cargos junto da coroa ou em seu próprio benefício; para usufruir dos privilégios concedidos pelo saber e pela fortuna; para manter a aparência, a delação e o medo; praticar a religião e, enfim, legitimar o poder absoluto e a monarquia (VALADARES, 2004, p. 285).

Segundo Valadares:

Na verdade, a elite mineira que se bacharelava em Coimbra assumiu, em Minas, o papel do agente régio, reinol de nascimento, que substituiu o turbulento conquistador, caudilho e potentado. O filho das minas, rico e letrado, passou a dominar os outros mineiros, de estrato social inferior, assumindo um verdadeiro papel de colonizador (VALADARES, 2004, p.285).

Esse discurso elitista pode ser percebido na leitura das memórias, principalmente na memória escrita por Vieira Couto.

Procuramos, nessa pesquisa, compreender as relações entre a cultura científica e a política do estado implementada em Minas Gerais, o que nos aparece de forma bem clara. Um aspecto que chama bastante atenção a partir da análise das memórias é o interesse desses intelectuais pelos assuntos relacionados à colônia. Para compreender essa questão, é de suma importância recorrer à investigação das raízes familiares dos estudantes. Para elucidar o rol de interesses em torno dos domínios régios, recorreremos aos estudos genealógicos que, mais uma vez, nos iluminam na busca de algumas respostas. De acordo com Valadares:

a opção pela Universidade de Coimbra era muito menos uma decisão individual e, muito mais, um componente do interesse familiar. Segundo Taveira “destinar algum dos seus filhos para a carreira das letras terá mesmo a ver com a definição estratégica das famílias, que tendem a proporcionar meios e subsistência aos seus diversos membros (...)”. Em Minas Gerais, a principal motivação para as famílias enviarem os seus filhos para a Universidade foi essencialmente a manutenção e preservação do seu estatuto familiar (VALADARES, 2004, p. 309).

Outra forma de compreender essa política ilustrada portuguesa é revisitando a sociedade mineira em fins do século XVIII e início do XIX. Pela opulência das riquezas, Vila Rica era considerada, nos setecentos, cabeça de toda América e pedra preciosa do Brasil. Em 1733, as festividades religiosas que originaram a festa do *Triunfo Eucarístico* demonstravam a euforia da sociedade mineradora. Em 1748, com a criação do Bispado de Mariana, já se percebia a decadência do ouro. Em contrapartida, a festa religiosa do *Áureo Trovão Episcopal* continuava a manter seu padrão de luxo. Segundo Laura de Mello e Souza (1986), as duas festas barrocas serviram para periodizar o tempo áureo das minas, constituindo grandes monumentos ao luxo e à ostentação.

O falso fausto, retratado por Souza, demonstra a má distribuição das riquezas produzidas pelas minas. O espetáculo luxuoso – o barroco se utiliza da ilusão e do paradoxo – procurava apresentar a riqueza como sendo de todos, quando essa se concentrava nas mãos de um grupo muito pequeno. As festas barrocas representavam uma manifestação autoritária da estrutura social.

Assim, paradoxalmente, famosa capitania seria na realidade “uma das capitanias mais pobres, que tem a América”, o que se devia em grande parte à diminuição dos jornais e ao desprezo pela agricultura, manufaturas e criação de gado (SOUZA, 1986, p. 35).

Para compreender o estado em que se apresentava a Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, os estudos científicos levados a cabo pelos membros da Academia de Ciências de Lisboa demonstram que a decadência aurífera era reflexo da inadequação dos métodos utilizados na extração do metal.

Essa preocupação técnica por parte dos acadêmicos está explicitada em diferentes memórias que analisamos, especificamente na de José Vieira Couto, onde podemos interpretar melhor o quanto se discutia a respeito de novas invenções tecnológicas. A preocupação em relatar à Coroa as atividades exercidas na colônia levou Vieira Couto a escrever minúcias a respeito das matérias-primas existentes na capitania das Minas Gerais, além de propor uma arte metalúrgica nacional. Com relação à mineração, o naturalista fazia suposições e questionava os métodos “ruins” utilizados pelos mineiros:

É de notar nestes mineiros, primeiramente, o uso de uma máquina incômoda, como as suas rodas e mais aparelho de esgotar as águas. Um dia que é preciso

assentar ou mudar esta máquina, ocupam-se somente neste serviço cinquenta e mais escravos e esta mudança, às vezes, se faz indispensável fazê-la uma e muitas vezes em um só serviço. Achega-se a isto, que o seu caixão, por onde sobe a água, nunca se pode pôr a prumo e deve sempre fazer um ângulo mais ou menos agudo com o plano do horizonte, por cuja causa um caixão muito comprido e pesado esgota a água de uma pequena profundidade, atendendo a linha perpendicular ao mesmo horizonte. Em lugar desta máquina, acho muito mais cômodo o uso de bombas, que são muito maneiras e praticadas em semelhantes casos e, à proporção da água que há para se esgotar, pode-se aumentar ou diminuir o numero delas: uma roda pode tocar dez e vinte e muito mais bombas por bandas (COUTO, 1847, p. 63).

No relato de Vieira Couto é possível notar também o desapareço no que diz respeito ao trabalho dos mineiros. Tanto neste como em outros pensadores súditos da Coroa existe certa crítica que tange o universo dos trabalhadores no que diz respeito à falta de profissionalização e de vontade para o trabalho. Tais argumentos representavam parte de uma memória enviada à metrópole como forma de explicar a decadência dos metais.

A partir do que foi exposto até aqui entendemos que o Iluminismo português se manifestou de forma contraditória, ou como dito anteriormente, às avessas. Dependente economicamente de suas colônias, a metrópole portuguesa temia o alastramento dos ideais de liberdade do Iluminismo francês em seus domínios ultramarinos. A partir de então, se pôs a fiscalizar mais de perto as estruturas da organização colonial. Os ilustrados de Coimbra e das Academias Científicas serviram como os olhos da Coroa em seus territórios no ultramar. Estes levaram a cabo a proposta de reforma implantada inicialmente por Pombal e, mais a frente, visando os benefícios cedidos à burocracia intelectual, colocaram-se em ação como

meros agentes do colonialismo em defesa de seus propósitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que a política reformista da Coroa portuguesa de fins do século XVIII pode ser compreendida à luz das memórias publicadas pelos estudiosos formados em Coimbra. Contudo, é preciso compreender as minúcias existentes nas entrelinhas dessas memórias a fim de estabelecer relações entre essas produções e as experiências pessoais desses intelectuais.

Com relação à opção reformista, pode-se dizer que o viés ilustrado português defendia um governo representado por um soberano ilustrado capaz de racionalizar as leis e guiar seu reino sob as luzes, o que implicava o chamado despotismo esclarecido. Esse despotismo em Portugal se personalizava, sobretudo, na figura do Marquês de Pombal. As reformas na educação tiveram, pois, como base esse Reformismo Ilustrado baseado em métodos experimentais e de observação.

A reforma da Universidade de Coimbra contribuiu para que as tarefas anteriormente desempenhadas por estrangeiros pudessem ganhar espaço entre os luso-brasileiros. A ciência tornou-se instrumento de ação do Estado no controle de suas possessões coloniais e aparato que tornaria ainda mais dinâmico o comércio entre Portugal e o ultramar. A ciência se fazia em nome do fortalecimento econômico e político da metrópole. O jogo do Iluminismo buscava absorver desses sábios as tramas do poder central, tornando-os agentes do Estado ao invés de críticos e oponentes do sistema. Para esse Iluminismo às avessas, a produção do conhecimento era dependente da ação estatal. A patronagem régia setecentista investia na formação dos profissionais em Coimbra e inseria

os doutores na administração colonial e metropolitana. Ao servir ao Estado, os homens das letras, naturalistas, solicitavam, em contrapartida, as benesses que angariavam como recompensas. Sem alterar as redes de poder, os homens das luzes acumulavam cargos administrativos.

Enfim, o que pode-se considerar a respeito da atuação da burocracia intelectual é que a produção do saber estava diretamente ligada às redes de poder, e que as luzes em Portugal deixaram seu caráter revolucionário para transformar seus idealizadores em meros agentes do colonialismo.

Assim sendo, considera-se que a pesquisa procurou percorrer a história intelectual dos ilustrados luso-brasileiros em Coimbra com um propósito único: compreender o caráter pragmático da ciência que a Coroa portuguesa incentivou na colônia. Entretanto, a análise das memórias publicadas sugere uma pesquisa ainda mais abrangente que vai além da capitania de Minas Gerais e que abarca outras dimensões do ultramar ibérico. A pesquisa desenvolveu-se a partir de um escopo documental rico em informações. As memórias vão se revelando uma preciosa descrição de relações sociais, que também são institucionais e culturais, vigentes no império colonial português.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem especialmente da portuguesa. **Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa para o aditamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas. Tomo I.** Lisboa. Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 237-243.

COUTO, DJV. Memórias sobre a capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer a mineração decadente do Brasil, sobre comércio e exportação dos metais e interesses régios (1799). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2. Série, Tomo IV. Rio de Janeiro, 1847.

DIAS, MOLS. Aspectos da ilustração no Brasil. *In*: _____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FURTADO, JF. **O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: Anna Blume, 1996.

FURTADO, JF. Estudo crítico. *In*: COUTO, José Vieira. **Memória sobre a capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

OTTONI, JE. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Geraes (1798). **Anais da Biblioteca Nacional**, n. 30, 1908.

RAMINELLI, R. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distancia**. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, MBN. **A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa: Estampa, 1999.

SILVA, ARC. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SIQUEIRA, D-JM. Memória sobre a decadência das três capitanias e os meios de a reparar (1802). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1849.

SOUZA, LM. **Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. 3. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1986.

VALADARES, VMT. **A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

VALADARES, VMT. **Elites setecentistas mineiras: conjugação de dois mundos**. Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

NOTAS

1 O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: “Pragmatismo científico e política de Estado nas Minas Gerais: da reforma da Universidade de Coimbra à independência do Brasil”.

2 Discente do curso de História, bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de História, aluna voluntária de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Para entender um pouco melhor as responsabilidades dessa burocracia intelectual luso-brasileira ver: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

6 Algumas dessas memórias serão exploradas nessa pesquisa, entre elas estão:

COUTINHO, D-RSC. Sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem especialmente da portuguesa. **Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa para o aditamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas. Tomo I.** Lisboa. Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 237-243.

COUTO, D-JV. Memórias sobre a capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer a mineração decadente do Brasil, sobre comércio e exportação dos metais e interesses régios (1799). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 2ª. Série, Tomo IV. Rio de Janeiro, 1847.

OTTONI, JE. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Geraes (1798). **Anais da Biblioteca Nacional,** n. 30, 1908.

7 Com relação às ações do estadista ver: SILVA, AC. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (175-1822).* São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. A **Revista Iniciação Científica** do Centro Universitário Newton Paiva publica os artigos resultantes das pesquisas do seu Programa de Iniciação Científica e textos inéditos, em fluxo contínuo.
2. Os textos devem ser enviados para: revistainiciacaocientifica@newtonpaiva.br
3. Os autores deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
4. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
5. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
6. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
7. Gráficos, imagens e fotos devem ser enviados separadamente em arquivos com extensão .tif ou .jpg (qualidade máxima), com resolução de 300 dpi, no tamanho real que será aplicado. Quando da elaboração desses itens no artigo, levar em conta que a impressão será em preto e branco e tons de cinza.
8. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.
9. O processo de avaliação segue as normas internacionais de *peer review*. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.
10. O artigo deverá ser digitado respeitando as seguintes normas:
 - Deverá ser adquirido o arquivo inc.dotx ou inc.dot, baixado no site ou requerer pelo e-mail já citado.
 - Respeitar as normas contidas neles.
 - Não criar ou alterar os estilos originais.
 - Fotos, gráficos e tabelas não deverão estar inseridos no arquivo de texto. Apenas a sua indicação.
11. Referências Bibliográficas – exemplos:

Livros:

SILVA, F. **Como estabelecer os parâmetros da globalização**. São Paulo: Macuco, 1999.

FERREIRA, LP (Org.) **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

Quando o autor for uma entidade:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. **Informação e documentação: referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

Quando houver mais de um autor, separá-los com ponto-e-vírgula:

SILVA, F; FERREIRA, L. **Internet**. São Paulo: Macuco, 2000.

SILVA, F, CAMPOS, RS; FERREIRA, L. **Globalização no século XXI**. São Paulo: Macuco, 2000.

Livro de série ou coleção:

SILVA, F. **Como estabelecer os parâmetros da globalização**. São Paulo: Macuco, 1999. (Série Princípios 29).

Livro em meio eletrônico:

ALVES, C. **Navio negroiro**. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/port/lport/navionegroiro.htm>>. Acesso em: 05/03/2004.

Partes de livro sem autoria especial:

SANTOS, J. Avaliação econômica de empresas. In: **Técnicas de análise financeira**. São Paulo: Macuco, 2001.

Partes de livro com autoria especial:

ROSA, C. Solução para a desigualdade. In: SILVA, F. (Org.). **Como estabelecer os parâmetros da globalização**. São Paulo: Macuco, 1999.

Simpósios e Congressos:

ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20, 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 1996.

Trabalhos apresentados em simpósios e congressos:

SOARES, T. **Empresas estatais privatizadas**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20, 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 1996.

Simpósios e Congressos em meio eletrônico:

ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20, 1996, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPAD, 1996. Disponível em: <<http://www.anpad.com.br/xxcongresso.anais.htm>>. Acesso em: 05/03/04.

Dissertações e teses:

MARTINS, G. **As atividades de marketing nas instituições de ensino superior**. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

CITAÇÃO DE AUTORES NO TEXTO

Um autor: indicação do SOBRENOME do autor em maiúsculas, seguido da data:

“Hafez (1973) aconselha ...” ou “Em pesquisa anterior (HAFEZ, 1973) aconselha ...”;

Dois autores: indicação dos dois autores unidos por “&”, acrescidos da data:

“Rieck & Lee (1948)” ou “(RIECK & LEE, 1948)”;

Três autores:

Até três autores, todos devem ser referenciados. Exemplo:

“(MARTINS; JORGE; MARINHO, 1972)”;

Mais de três autores: deve ser mencionado o primeiro autor, seguido da expressão “*et al.*” acrescida da data: (JARDIM *et al.*, 1965)”;

Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica. Exemplo:

“(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)”;

Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento:

“CARRARO (1973a)”, “CARRARO (1973b)”,
“(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)”, “(VOLKMAN
& GOWANS, 1965b)”;

Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

“(BARBOSA, N., 1958)”; “(BARBOSA, R., 1958)”;



Faculdade de Ciências Biológicas e de Saúde - FACIBIS

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas - FACET

Faculdade de Ciências Humanas e Letras - FAHL

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA

REITORIA

Rua José Cláudio Rezende, 420 - Estoril

Belo Horizonte - MG

www.newtonpaiva.br/pesquisa

revistainiciacaocientifica@newtonpaiva.br